



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

E D I T A L

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

(Contratação com utilização de DGBM – Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3.549, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.023216/2025-53, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa para a prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.

DATA:14/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio eletrônico oficial **<https://www.gov.br/compras/pt-br/>**.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa para a prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do**



SENADO FEDERAL

Senado Federal – CASF, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, durante 30 (trinta) meses consecutivos, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e/ou CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II– DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2.1. Considerando que os serviços objeto da presente licitação demandam dedicação exclusiva de mão de obra que pressupõe a subordinação, pessoalidade e habitualidade por parte dos empregados a serem contratados em relação à futura prestadora do serviço e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado no enunciado da Súmula nº 281 e no Acórdão nº 610/2021-Plenário, não será admitida a participação neste certame de cooperativas de mão de obra.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;



SENADO FEDERAL

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.4 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.6. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal - SINFRA, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 1 (um) dia útil**, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações e dependências do Senado Federal.

3.1.1. A vistoria deverá ser agendada nos horários das 10h às 16h, pelo e-mail sinfra@senado.leg.br.

3.1.1.1. As vistorias somente poderão ser agendadas para os dias em que houver expediente regular no Senado Federal, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo.



SENADO FEDERAL

3.1.2. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria de Infraestrutura.

3.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação, conforme modelos constantes do Anexo 3. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5. Em complemento à vistoria, o Anexo 7 – Descritivo Técnico, Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas contém informações gerais das áreas de atuação da futura Contratada no Senado Federal.

CAPÍTULO IV- DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM

4.1. Esta contratação adotará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, da multa sobre FGTS, e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da Contratada nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2017 (Anexo 17).

4.1.1. As verbas mencionadas no item 4.1 serão deduzidas do valor mensal a ser pago pelo SENADO, mensalmente, à Contratada.

4.1.2. A última fatura apresentada pela Contratada relativa ao contrato a ser firmado será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no item 4.1.

4.1.3. Os depósitos de que trata o item 4.1 serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

4.1.4. As quantias que serão retidas para o atendimento deste Capítulo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da Contratada.



SENADO FEDERAL

4.1.4.1. Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à Contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.

4.1.4.2. O percentual a ser retido relativamente à rubrica “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” da planilha de custos e formação de preços da proposta da Contratada será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

4.1.5. A retenção prevista no item 4.1, bem como a sua liberação à contratada, dar-se-á de acordo com o previsto no Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 – Anexo 17.

4.2. A celebração do contrato será realizada antes dos seguintes atos:

4.2.1. Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

4.2.2. A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

4.2.2.1. ter acesso aos saldos e aos extratos;

4.2.2.2. efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

CAPÍTULO V – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço total global de cada item para 30 (trinta) meses**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e o Acordo Coletivo de Trabalho ou a Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos do item 12.1.1.1.a.1.

5.2.1. Entende-se por **preço total global** aquele referente aos 30 (trinta) meses de vigência contratual, para cada um dos subitens constantes do Anexo 10 do Edital.

5.3. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta.

5.4. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

5.4.1. de condições de participação:

5.4.1.1. sobre ciência do edital;

5.4.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

5.4.2. para fins de habilitação:



SENADO FEDERAL

- 5.4.2.1.** sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
 - 5.4.2.2.** sobre inexistência de impedimento à habilitação;
 - 5.4.2.3.** sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 5.4.2.4.** sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - 5.4.2.5.** sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.
- 5.4.3.** de cumprimento da legislação trabalhista:
- 5.4.3.1.** sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
 - 5.4.3.2.** sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 5.5.** Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, a licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º-H, da referida lei.
- 5.6.** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 5.7.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 5.8.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 5.8.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.9.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO VI– DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



SENADO FEDERAL

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail **licita@senado.leg.br**, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VII – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.3.

7.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade

7.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 7.3.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Havendo empate nominal entre as ofertas o sistema aplicará o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

8.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 8.4 e diante do exposto no subitem 8.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36, de 2023.

8.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

8.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.7. - Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO IX - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Não se aplicam à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 48 da Lei nº Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

CAPÍTULO XI – DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 14 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

12.1.1. A proposta de preços deverá, ainda, estar acompanhada dos seguintes anexos:

12.1.1.1. Em relação ao **Item 1 (Equipe de Dedicção Exclusiva)**: Planilha de composição de custos e formação de preços, conforme modelo constante da Planilha 1 do Anexo 10. Para cada categoria profissional deverá ser apresentada uma Planilha de Composição de Custos e Formação de preços, conforme modelo constante do Anexo 11, com especificação da categoria profissional, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global total da proposta para os 30 (trinta) meses de execução contratual;

a. A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados no Anexo 9;

a.1 É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

a.2 Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 48,17 (quarenta e oito reais e dezessete centavos), por dia útil de trabalho, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho



SENADO FEDERAL

ou na Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1, caso este seja superior àquele.

a.3 Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 10, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio com formação profissional na área contábil, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

a.4 Será considerada indevida a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

a.4.1 atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;

a.4.2 estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa;

a.4.3 condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços; e

a.4.4 sejam aplicáveis apenas aos contratos com a Administração Pública.

a.5 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), comprovando que as alíquotas dos referidos tributos constantes da planilha de custos correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, com base nos quatro últimos demonstrativos ou, quando estes forem em número inferior a quatro, nos demonstrativos apresentados após o enquadramento da empresa no regime de tributação lucro real.

12.1.1.2. Em relação ao **Item 2 (Serviços sob demanda)**: planilha conforme modelo constante da Planilha 2 do Anexo 10 do Edital.

12.1.1.3. Em relação ao **Item 3 (Materiais)**: planilha conforme modelo constante da Planilha 3 do Anexo 10 do Edital;

12.1.1.4. Em relação ao **Item 4 (Depreciação ferramental)**: planilha conforme modelo constante da Planilha 4 do Anexo 10 do Edital;

12.1.1.5. Os custos referentes aos uniformes, EPIs e consumíveis serão previstos nas planilhas de composição de custo de mão de obra, conforme Anexo 11 do Edital

12.1.1.6. Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo entre **1 (um) e 90 (noventa) dias corridos**, a contar da celebração do contrato.

a. O início da efetiva prestação dos serviços se dará na data indicada na Ordem de Serviço Inicial.



SENADO FEDERAL

12.1.1.7. Declaração de que tomou conhecimento da retenção mensal das provisões por meio de DGBM a ser realizada pelo Senado Federal, na forma do Capítulo IV e do Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 (Anexo 17).

12.1.1.8. Instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

12.1.1.9. Declaração da licitante informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para a adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.

12.1.1.10. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ela declara ser enquadrada.

12.1.1.11. Declaração da licitante de ciência de sua exclusiva responsabilidade por erro no enquadramento sindical, por fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou por ela não ter sido representada por órgão de classe de sua categoria, que resultem em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, hipóteses que, uma vez verificadas, a sujeitará às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

12.1.1.12. Declaração de ciência de sua exclusiva responsabilidade por eventual ônus financeiro decorrente de erro ou fraude no enquadramento sindical que implique a necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens devidas aos seus empregados ou, ainda, por intercorrências na execução dos serviços contratados resultantes da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

12.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.1.3. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

12.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.1.6. Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;

12.1.7. Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os



SENADO FEDERAL

materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

12.1.7.1. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

a. A aceitação da proposta por parte do Senado Federal não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.

12.1.8. Caso a licitante, em razão de sua condição jurídica, entenda ser beneficiária de alguma espécie de imunidade e/ou isenção tributária que represente repercussão em relação à sua planilha de composição de custos, deverá apresentar a comprovação da adequação de tais benefícios em conformidade com a legislação tributária de regência.

12.1.9. Considerando o dever de a Administração buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, favorecendo os princípios da proteção da livre concorrência e da economicidade na gestão dos recursos públicos; considerando que a dinâmica de execução do objeto pressupõe a intermediação da mão de obra por parte do prestador para a consecução das atividades sob orientação do tomador de serviços (Senado Federal), ainda que os funcionários integrem os quadros da entidade; considerando a inviabilidade da realização da equalização tributária para as entidades sem fins lucrativos como medida alternativa para assegurar a isonomia na disputa; considerando o teor da decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.481/2024-Plenário, serão desclassificadas as propostas apresentadas por licitantes que participem da disputa na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou, no caso de entidades em geral sem fins lucrativos, quando não restar comprovado que os recursos provenientes das atividades tipicamente empresariais por elas desenvolvidas se destinam a suportar majoritariamente os custos com suas atividades sociais, caso em que o SENADO realizará diligências para apurar essa condição, inclusive exigir do licitante que comprove tal situação, observando-se o disposto no item 7.5.

12.2. Caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta e da planilha de composição de custos, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

12.2.1. Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

12.2.2. Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Pregoeiro via “chat”, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

12.2.3. Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 12.2, poderá o Pregoeiro oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor total ofertado durante a fase de lances.

12.2.3.1. O prazo para a realização dos novos ajustes será fixado motivadamente pelo Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das correções.

12.3. A proposta será desclassificada quando:

12.3.1. conter vícios insanáveis;

12.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

12.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

12.3.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

12.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.4. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 12.3.4 acima.

12.5. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência Resumido (Anexo 1).

12.5.1. Os valores unitários de cada categoria especificada no Anexo 9, bem como de cada item de *serviços sob demanda*, de *materiais* e de *depreciação ferramental* não poderão ser superiores aos constantes nas planilhas disponíveis no Anexo 10.

12.5.2. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

12.5.3. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

12.5.4. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

12.5.4.1. Conforme o disposto no art. 59, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, será considerada inexequível a proposta cujo valor for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.5.4.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, com valor equivalente



SENADO FEDERAL

à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

CAPÍTULO XIII – DA HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

13.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências.

13.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

13.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

13.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

Capacidade Técnico-Operacional

13.3.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;

a. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-DF na ocasião da assinatura do Contrato.

13.3.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, declarando que a licitante já executou serviços compatíveis com as características, o vulto e a complexidade com o objeto licitado por período não inferior a **24 (vinte e quatro) meses**, nos seguintes termos:

a. Prestação de serviços continuados de operação e manutenção em sistema elétrico com potência mínima de **5.000 kVA**, em um mesmo atestado, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas deste Edital;

b. Prestação de serviços continuados de manutenção de subestação de energia com tensão primária mínima de **13,8 kV** e potência mínima de **750 kVA**, em um mesmo atestado, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas deste Edital;

c. Prestação de serviços de gestão de mão de obra terceirizada com, no mínimo, **50 (cinquenta)** profissionais;



SENADO FEDERAL

- d. O somatório de atestados não será admitido com o intuito de demonstrar o atendimento à tensão primária mínima ou às potências mínimas, conforme alíneas “a” e “b” acima;
- e. Para a comprovação do lapso temporal mencionado no subitem 13.3.1.2, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;
- f. Para comprovação do número mínimo de profissionais, mencionado na alínea “c” acima, será admitido o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses previsto no subitem 13.3.1.2;
- g. A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

Capacidade Técnico-Profissional

13.3.1.3. Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA dos Responsáveis Técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia Elétrica, e que tenham vínculo com a empresa licitante;

- a. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- b. Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro junto ao CREA dos profissionais listados no subitem 13.3.1.3.

13.3.1.4. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado de cópia das respectivas Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o profissional indicado pela empresa licitante na forma do subitem 13.3.1.3 atuou como responsável técnico na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, por período não inferior a **24 (vinte e quatro)** meses, nos seguintes termos:

- a. Prestação de serviços continuados de operação e manutenção em sistema elétrico com potência mínima de **5.000 kVA**, em um mesmo atestado, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas deste Edital;
- b. Prestação de serviços continuados de manutenção de subestação de energia com tensão primária mínima de **13,8 kV** e potência mínima de **750 kVA**, em um mesmo atestado, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas deste Edital;



SENADO FEDERAL

- c. O somatório de atestados não será admitido com o intuito de demonstrar o atendimento à tensão primária mínima ou às potências mínimas, conforme alíneas “a” e “b” acima;
- d. Para a comprovação do lapso temporal mencionado no subitem 13.3.1.4, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;
- e. A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

13.3.1.5. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 deste edital.

13.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.3.2.1. balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

- a. todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.1 Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2 Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.3 Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

- b. Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anualizado da proposta, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, na forma exigida no subitem 13.3.2.1.

- c. Patrimônio Líquido - PL mínimo de 10% (dez por cento) do valor anualizado da proposta, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido no subitem 13.3.2.1.

- d. declaração, conforme modelo constante do Anexo 13, que contenha Relação De Compromissos Assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura do certame, excluídas parcelas já executadas, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido.

d.1 com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas em atendimento ao estabelecido na alínea “d”, a licitante deverá apresentar a



SENADO FEDERAL

Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital.

d.2 caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata a alínea “d” correspondente a uma variação de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos, a serem apreciados pela Equipe de Apoio com formação na área contábil.

13.3.2.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.3.2.3. A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida no subitem 13.3.2.1 (balanço patrimonial) e subalínea “13.3.2.1.d.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

13.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

13.3.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 5.4.2 deste edital.

13.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

13.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 13.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

13.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

13.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

13.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

13.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

13.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

13.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

13.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo V, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

13.6.1.1. Em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.

13.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

13.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.6.5. A apresentação de documentos de que trata o item 13.6 será realizada em observância ao disposto no item 13.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 13.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

13.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

13.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

13.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

13.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 13.6 e 13.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

13.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

13.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

13.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

13.10. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

13.10.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

13.11. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.11.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

13.11.1.1. identidade dos sócios;

13.11.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

13.11.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

13.11.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

13.11.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

13.11.1.6. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

13.11.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do



SENADO FEDERAL

sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

13.11.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

13.11.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

13.11.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIV – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

14.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XV – DO RECURSO

15.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

15.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 15.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

15.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 15.1.2.

15.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.



SENADO FEDERAL

15.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

15.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XVI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

16.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

16.3. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

17.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.1.

17.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 17.1.

17.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

17.2.1. Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 17.2.3.

17.2.2. – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

17.2.3. – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 17.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

17.2.4. – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 17.2.3.

17.2.5. – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 17.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 17.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

18.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 17.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 18.1.

18.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

18.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

19.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

19.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

19.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

19.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

19.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

20.2. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência Resumido;

Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas;

Subanexo 2.1 (Fichas de Especificações consolidadas) - Especificações da Equipe de Dedicção Exclusiva, dos Serviços sob demanda, dos Materiais, das Ferramentas e dos Uniformes e EPIs.

Anexo 3 – Modelos de Termo de Vistoria e de Declaração de Dispensa de Vistoria;

Anexo 4 – Modelo de Designação de Preposto;

Anexo 5 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS;

Anexo 6 – Plano de Manutenção;

Anexo 7 – Descritivo Técnico, Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas dos Locais de Execução dos Serviços no Senado Federal;

Anexo 8 – Histórico de Consumo;



SENADO FEDERAL

Anexo 9 – Descrição da Categoria, Quantidade, Jornada de Trabalho e Salário Base;

Anexo 10 – Planilha de Composição de Custos com Preços Máximos Aceitáveis e Diretrizes para Apresentação da Proposta;

Anexo 11 – Planilha de Preços de 1 (um) Profissional nos Termos da IN nº 5/2017, do MPOG/SLTI;

Anexo 12 – Minuta de Contrato;

Anexo 13 – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;

Anexo 14 – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo 15 – Modelo de Autorização;

Anexo 16 – Acordo entre o MPU – Ministério Público do Trabalho e a AGU - Advocacia Geral da União;

Anexo 17 – Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2017;

Anexo 18 – Termo de Cooperação Técnica nº 2022/0016;

Anexo 19 – Autorização para Utilização do Sistema de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM;

Anexo 20 - Ato da Diretoria Geral nº 22, de 2016;

Anexo 21 - Ato do 1º Secretário nº 8/2018; e

Anexo 22 - Ato do Primeiro-Secretário nº 2 de 2016.

20.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

20.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

20.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

20.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.



SENADO FEDERAL

20.8. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

20.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXI – DO FORO

21.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 26 de junho de 2026.

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

OBJETO	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, durante 30 (trinta) meses consecutivos.				
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	Conforme Anexos 2, 5, 6, 7, 8 e 9 do Edital				
CATSER	Item	CATSER			
	1	21687			
	2	21687			
	3	472309			
	4	447834			
JUSTIFICATIVA	Substituir e atualizar o contrato CT20210076 de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema elétrico do Senado Federal, cuja vigência encerrar-se-á em 19/08/2026. Os serviços previstos no objeto deste contrato são imprescindíveis para a garantia da operacionalidade, habitabilidade e segurança do Senado Federal.				
ADJUDICAÇÃO	Menor preço global.				
PREÇO ESTIMADO E QUANTIDADES	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Total para 30 meses (R\$)
	1	Equipe de Dedicção Exclusiva	unid	1	36.757.687,80
	2	Serviços sob demanda	unid	1	343.653,48
	3	Materiais	unid	1	5.927.406,05
	4	Depreciação Ferramental	unid	1	647.793,00
	PREÇO GLOBAL TOTAL				43.676.540,33



SENADO FEDERAL

	<table><tr><td>PARA 30 MESES: (R\$)</td><td></td></tr></table> <p>Observação 1: quando do envio da proposta, a licitante deverá observar como valores máximos aceitáveis para cada item os constantes do Anexo 10 do Edital, observado o disposto no Capítulo XII – da Aceitabilidade da Proposta.</p> <p>Observação 2: a licitante deverá observar, ainda, como valores mínimos, os salários-base fixados no Anexo 9 do edital.</p> <p>Observação 3: em conformidade com o item 1.1.1 do Edital, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes do edital, prevalecerão as últimas.</p>	PARA 30 MESES: (R\$)	
PARA 30 MESES: (R\$)			
VIGÊNCIA DO CONTRATO	30 (trinta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.		
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava da minuta de contrato (Anexo 12). <u>Observação:</u> A contratação será feita com retenção de provisões trabalhistas e/ou previdenciárias, nos termos do Capítulo IV e do Anexo 19 do edital.		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 Natureza de Despesa: 339037, 339039, 339030		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Conforme item F do Anexo 2 do Edital (Caderno de Especificações Técnicas).		
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Terceira da minuta de contrato (Anexo 12).		

Brasília, 26 de junho de 2026.

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 2

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SUMÁRIO

A.	<u>Disposições Gerais</u>	31
B.	<u>Escopo da contratação</u>	31
C.	<u>Lógica operacional</u>	35
C.1	<u>Manutenção preventiva e preditiva</u>	35
C.2	<u>Manutenção corretiva</u>	36
C.3	<u>Operação</u>	38
C.4	<u>Plantão</u>	39
C.5	<u>Rondas</u>	40
C.6	<u>Solicitações sob demanda</u>	41
C.7	<u>Atendimentos de emergência</u>	41
C.8	<u>Plano de manutenção e planejamento</u>	43
C.9	<u>Documentação técnica</u>	45
C.10	<u>Segurança do trabalho</u>	46
D.	<u>Parque de equipamentos e escopo operacional</u>	48
E.	<u>Restrições operacionais</u>	52
F.	<u>Local de execução dos serviços</u>	54
G.	<u>Prazos de atendimento</u>	55
H.	<u>Equipe para execução contratual</u>	57
H.1	<u>Atribuições, gestão de mão de obra e alocação de equipes</u>	59
H.2	<u>Controle de frequência</u>	62
H.3	<u>Jornada e horário de trabalho</u>	65
H.4	<u>Banco de horas e horas extras</u>	66
H.5	<u>Férias e afastamentos</u>	67
H.6	<u>Adicional noturno</u>	68
H.7	<u>Adicional de periculosidade</u>	69
H.8	<u>Substituição de funcionários – por parte da Contratada</u>	70



SENADO FEDERAL

<u>H.9</u>	<u>Substituição de funcionários – por parte do Senado</u>	71
<u>H.10</u>	<u>Qualificação</u>	72
<u>H.11</u>	<u>Trabalho em altura</u>	74
<u>H.12</u>	<u>Capacitações, treinamentos e certificações</u>	74
<u>H.13</u>	<u>Uniformes</u>	75
<u>H.14</u>	<u>Crachás</u>	77
<u>H.15</u>	<u>Autorizações de acesso</u>	78
<u>H.16</u>	<u>Métrica de pagamento</u>	79
<u>I.</u>	<u>Materiais</u>	79
<u>I.1</u>	<u>Métrica de pagamento e critérios de recebimento</u>	80
<u>I.2</u>	<u>Quantitativos</u>	80
<u>I.3</u>	<u>Almoxarifado, estoque mínimo e disponibilidade de material</u>	81
<u>I.4</u>	<u>Consumíveis</u>	82
<u>I.5</u>	<u>Material do Senado Federal</u>	83
<u>J.</u>	<u>Serviços sob demanda</u>	84
<u>J.1</u>	<u>Métrica de pagamento e critérios de recebimento</u>	85
<u>J.2</u>	<u>Quantitativos</u>	85
<u>K.</u>	<u>Ferramental</u>	86
<u>L.</u>	<u>Equipamentos de proteção</u>	92
<u>M.</u>	<u>Gerenciamento de resíduos e logística reversa</u>	95
<u>N.</u>	<u>Garantia de materiais e serviços executados</u>	95
<u>O.</u>	<u>Sistema para controle de manutenção e ordens de serviço</u>	96
<u>P.</u>	<u>Anotações de responsabilidade técnica</u>	100
<u>Q.</u>	<u>Observações para o início da contratação</u>	103
<u>R.</u>	<u>Fluxo de atendimento</u>	105
<u>R.1</u>	<u>Solicitações sob demanda</u>	105
<u>R.2</u>	<u>Demais atividades do contrato</u>	106
<u>R.3</u>	<u>Fluxo típico</u>	106
<u>R.4</u>	<u>Serviços emergenciais e aprovações excepcionais de uso de material</u>	108
<u>S.</u>	<u>Comunicação com a Fiscalização</u>	109
<u>T.</u>	<u>Relatório mensal de execução</u>	109
<u>T.1</u>	<u>Tópicos básicos do Relatório de Execução</u>	110
	<u>Equipe Técnica</u>	110



SENADO FEDERAL

<u>Resumo das Atividades</u>	110
<u>Segurança do trabalho</u>	110
Faturamento	110
<u>Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada</u>	110



SENADO FEDERAL

A. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este documento contém as especificações técnicas de serviços continuados e serviços por demanda, abrangendo a operação e a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos elétricos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, incluindo o suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, pelo período de **30 (trinta) meses**, prorrogável sucessivamente até o limite de **10 (dez) anos**, a critério das partes, mediante celebração de termo aditivo, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.
2. Os padrões de desempenho e qualidade do serviço estão objetivamente definidos neste documento, de forma que o objeto da contratação pode ser considerado um serviço comum de engenharia.
3. Os serviços de manutenção contratados abrangem todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, eventuais e emergenciais nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes prediais do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF que resultem na sua manutenção, recuperação, readequação, complementação e atualização ou operação, para a preservação da segurança, da operacionalidade e do patrimônio do Senado Federal.

B. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

4. Resumo da contratação:
 - 4.1. Manutenção e operação do Sistema Elétrico do Senado Federal, com fornecimento de mão de obra, serviços sob demanda, materiais e insumos.
5. Fazem parte do escopo da contratação:
 - 5.1. Atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva;
 - 5.2. Operação do Sistema Elétrico do Senado Federal, incluindo os subsistemas, equipamentos e seus equipamentos auxiliares;
 - 5.3. Monitoramento do Sistema Elétrico do Senado Federal, tanto por meio de inspeções periódicas como por meio de rondas e sistemas de monitoramento remoto e automático;
 - 5.4. Realização de atendimentos de emergência, buscando solucionar problemas inesperados;
 - 5.5. Elaboração de relatórios, documentando as atividades realizadas;
 - 5.6. Realização de reuniões com a equipe do SENADO, conforme a necessidade;
 - 5.7. Comunicação continuada com a Fiscalização Técnica do SENADO, trabalhando de forma sinérgica para garantir que todas as informações relevantes sejam transmitidas de forma ágil, viabilizando a tomada de decisão e permitindo que serviços sejam autorizados com a velocidade necessária;



SENADO FEDERAL

5.8. Realização de testes, ensaios, diagnósticos, configurações, calibrações e ajustes, conforme a necessidade;

5.9. Realização de alterações e aprimoramentos no Sistema Elétrico do Senado Federal e nos seus subsistemas, conforme a necessidade do SENADO;

5.10. Substituição, complementação e eventual reorganização de elementos Sistema Elétrico do Senado Federal;

5.11. Prestação dos serviços de engenharia de manutenção, conforme a situação do Sistema Elétrico do Senado Federal e realidade do SENADO, buscando otimizar as intervenções;

5.12. Prestação dos serviços de engenharia de segurança do trabalho no âmbito do Sistema Elétrico do Senado Federal, buscando – dentro da realidade do SENADO – soluções para realização das atividades, elaborando a documentação necessária conforme a NR-10, realizando análises e projetos de segurança e sugerindo adequações necessárias para otimização da situação de segurança e operacional;

5.13. Realização dos serviços de engenharia de segurança do trabalho necessários para realização das atividades previstas no escopo contratual, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e monitoramento ativo dos trabalhadores e de suas atividades, viabilizando que as atividades sejam realizadas de forma segura conforme a realidade do SENADO;

5.13.1. Neste documento, o temo EPI é empregado em contexto amplo, abrangendo também Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e demais ferramentas e equipamentos de segurança.

5.14. Elaboração de manuais, Procedimentos Operacionais Padrão (POP), fichas de manutenção e outros documentos semelhantes necessários para otimização das atividades;

5.15. Realização de gestão ativa das equipes, organizando-as de forma dinâmica, buscando atender as necessidades do SENADO levando em consideração o tipo de atendimento, a complexidade das intervenções, a distribuição geográfica e eventuais demandas sazonais ou especiais.

5.16. Fornecimento de peças, materiais, consumíveis e demais insumos necessários para realização das atividades previstas no escopo contratual;

5.17. Doravante, esses itens serão referenciados resumidamente como “materiais”.

5.18. Realização de gestão ativa dos materiais, organizando os estoques e as compras, buscando garantir estoque com disponibilidade imediata dos materiais mais demandados, mantendo material básico pronto para atendimento de emergência (mesmo fora do horário comercial) e viabilizando que todo material necessário esteja disponível para realização de serviços agendados;



SENADO FEDERAL

- 5.19. Realização de treinamento continuado da equipe, buscando padronizar e otimizar os atendimentos, identificar, solucionar de forma precoce e agilizar atendimentos de emergência, bem como difundir as orientações passadas pela Fiscalização;
- 5.20. Otimização do Sistema Elétrico do Senado Federal, sugerindo, de forma ativa e contínua, mudanças e melhorias, buscando a solução de problemas e o aumento de eficiência e confiabilidade;
- 5.21. Realização de análise, melhoria e ajuste contínuo do plano de manutenção;
- 5.22. Prestação de serviços de documentação e desenho técnico do Sistema Elétrico do Senado Federal, incluindo levantamentos, medições, identificações de quadros e circuitos, *as-built*s de equipamentos e instalações e elaboração de documentação técnica para propostas de intervenção;
- 5.23. Elaboração de projetos para realização de manutenções e demais intervenções no escopo deste contrato, incluindo projeto de quadros e instalações para substituição como parte das ações de manutenção, projetos de expansão de infraestrutura e projetos de segurança do trabalho, detalhando as atividades a serem realizadas e suas soluções;
- 5.23.1. É mandatório que os projetos (e suas revisões) sejam avaliados previamente pelos Supervisores Técnicos da CONTRATADA e posteriormente encaminhados para a análise e aprovação da Fiscalização.
- 5.24. Gestão dos ativos de manutenção sob responsabilidade do contrato, incluindo cadastro e monitoramento de situação em sistema de controle informatizado e gestão integrada e computadorizada da situação da manutenção;
- 5.25. Registro das atividades realizadas em sistema de controle informatizado, incluindo as intervenções e medições realizadas, materiais utilizados etc.;
- 5.26. Controle completo das atividades realizadas, com realização de registro de atendimentos, uso de material e conclusão de atendimento, entre outros;
- 5.27. Serviços de planejamento de manutenção, buscando gerenciar e agendar de forma otimizada as equipes e as intervenções a serem realizadas no Sistema Elétrico do Senado Federal;
- 5.28. Serviços de apoio operacional, realizando atividades como o agendamento prévio com o SENADO das intervenções com maiores riscos e transtornos aos usuários;
- 5.29. Serviços de apoio logístico, realizando atividades como a organização de compras e estoque de almoxarifado, transporte de materiais e planejamento de material para intervenções previstas;
- 5.30. Transporte de equipes e materiais dentro do Senado Federal, incluindo as residências oficiais e outros locais dentro do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF;



SENADO FEDERAL

5.31. Fornecimento de mão de obra (equipe residente) para realização das atividades previstas no escopo contratual, incluindo equipes em horário comercial e plantão em regime 24x7 (24 horas por dia e 7 dias por semana);

5.32. Realização dos serviços sob demanda necessários para realização das atividades previstas no escopo contratual;

5.33. Execução e de infraestruturas complementares para subsistemas como iluminação, automação e telecomunicações em geral, bem como a execução de instalações elétricas diversas;

5.34. Execução de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA e sistemas aterramento de edificações, estruturas metálicas e aparelhos diversos (máquinas de ar-condicionado, eletrodomésticos etc.);

5.35. Realização de pequenas intervenções e recomposições de cunho civil, visando a auxiliar e agilizar as intervenções elétricas, tais como: execução de furos, rasgos e fechamentos em pisos, paredes, lajes e forros, fixação de quadros elétricos, caixas de passagem, eletrodutos etc., bem como recomposições básicas associadas, pinturas, entre outras.

5.36. Disponibilização de ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à execução das atividades de manutenção;

5.36.1. Doravante, esses itens serão referenciados resumidamente como “ferramental”.

6. Os principais elementos do Sistema Elétrico do Senado Federal são:

6.1. Condutores;

6.2. Infraestruturas para cabos (incluindo eletrocalhas, leitos, eletrodutos, conduletes, caixas de passagem etc.), independentemente de sua aplicação;

6.3. Quadros elétricos;

6.4. Quadros de comando;

6.5. Tomadas, interruptores e acessórios (régua e filtros de linha);

6.6. Sistemas de distribuição de energia;

6.7. Sistemas de iluminação;

6.8. Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA;

6.9. Sistemas de aterramento;

6.10. Sistemas de automação industrial;

6.11. Sistemas de monitoramento e alarme;



SENADO FEDERAL

- 6.12. Transformadores (a óleo e a seco);
- 6.13. Bancos de capacitores;
- 6.14. Multimedidores, analisadores, relés;
- 6.15. Salas técnicas, galerias técnicas e subestações;
- 6.16. Nobreaks;
- 6.17. Portões automáticos;
- 6.18. Sistema de brise-soleil;
- 6.19. Sistemas auxiliares associados (comando remoto, comunicação, exaustão etc.).

C. LÓGICA OPERACIONAL

- 7. O objetivo principal da contratação é viabilizar o bom funcionamento do Sistema Elétrico do Senado Federal, buscando garantir que ele atenda todos os usuários de forma contínua e confiável. Por se tratar de tarefas complexas, a lógica operacional deve seguir os eixos de atuação principal listados a seguir. Busca-se uma atuação proativa, baseada em uma abordagem híbrida de filosofias de manutenção, cujo objetivo é realizar a quantidade adequada de inspeções e intervenções para maximizar a confiabilidade, minimizar as interrupções, e, em última instância, viabilizar o bom andamento das atividades do Senado Federal.
- 8. Ressalta-se que essa abordagem exige uma alocação dinâmica dos recursos contratuais, com base nas necessidades e nas restrições impostas pelo próprio funcionamento do Senado Federal. Dessa forma, é de se esperar que a ênfase dada a cada eixo se modifique ao longo da execução contratual. Ressalta-se que, nesse aspecto, a comunicação constante com a Fiscalização é fundamental, buscando sempre alinhar as necessidades do SENADO e a expectativa de execução com o que de fato é executado no âmbito do contrato.

C.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA

- 9. O principal objetivo deste eixo é maximizar a confiabilidade e reduzir a quantidade de falhas e intervenções não programadas no sistema elétrico.
- 10. A manutenção preventiva atua realizando intervenções periódicas, buscando aumentar a vida útil e a confiabilidade dos sistemas. As principais intervenções são a substituição de componentes antes da sua falha e as manutenções eletromecânicas gerais (limpeza, reaperto de conexões etc.) que visam a reduzir a taxa de falha dos sistemas. O intervalo entre intervenções é determinado com base no histórico de equipamentos semelhantes, na literatura especializada e em recomendações dos fabricantes.
- 11. A manutenção preditiva, aqui entendida como parte da manutenção preventiva, é baseada em medições, inspeções, testes e ensaios, analisando os dados e procurando identificar tendências que sinalizem de forma precoce a necessidade de intervenção.



SENADO FEDERAL

12. Os dois tipos de manutenção atuam de forma complementar, aplicando-se uma combinação das duas técnicas para escolher a intervenção ótima para cada caso.
13. Associada às manutenções em si, está o registro das atividades realizadas e das principais medições, criando um histórico de manutenção que auxilie na efetividade da manutenção, nos diagnósticos e que permita um controle mais fino da periodicidade das intervenções.
14. A prioridade na execução contratual deve ser na realização de intervenções planejadas, minimizando o incomodo para os usuários. Dessa forma, a CONTRATADA deverá ter uma postura proativa em relação a esse tipo de manutenção.
15. A rotina desse tipo de manutenção deve ser norteadada pelo Plano de Manutenção (tópico C.8), com complementos e adequações específicos conforme cada caso e cada tipo de equipamento.
16. A CONTRATADA deve manter uma rotina periódica de inspeções, testes e intervenções nos equipamentos, sistemas e subsistemas do SENADO, objetivando aplicar plenamente os conceitos de manutenção preventiva e preditiva.
17. A maioria das inspeções e testes deverão ocorrer com os equipamentos ligados, sem interrupção do funcionamento.
18. As manutenções mais completas ocorrerão com os equipamentos desligados, viabilizando intervenções mais profundas. Contudo, salvo em situações emergenciais, as manutenções com desligamento deverão ser eventuais, e realizadas com o devido agendamento prévio e autorização da Fiscalização.
19. Além das manutenções dos equipamentos, deverão ser realizadas manutenções nos ambientes técnicos do Sistema Elétrico do Senado Federal, cujo acesso é restrito devido a condições operacionais e à periculosidade associada. Dentre as principais intervenções estão as inspeções periódicas e as limpezas gerais desses ambientes, além do que já está previsto no Plano de Manutenção.
20. Os desligamentos deverão ser otimizados para redução máxima de indisponibilidade. Ou seja, sempre que houver um desligamento, espera-se que sejam realizadas intervenções em toda a cadeia de equipamentos afetados, reduzindo assim a necessidade de novos desligamentos preventivos para um determinado sistema no curto prazo. Para tal, é esperada uma gestão ativa do plano de manutenção, adiantando ou atrasando intervenções.

C.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA

21. Falhas têm natureza tipicamente aleatória. Dessa forma, é natural que componentes e sistemas deixem de funcionar mesmo quando todo o procedimento de manutenção foi realizado corretamente. Reconhecendo essa característica, o principal objetivo deste eixo é reestabelecer o funcionamento pleno do sistema elétrico.
22. A manutenção corretiva tem como principal característica o restabelecimento um componente ou sistema em razão de falhas ou desconformidades detectadas. A atuação da manutenção corretiva só ocorre no reparo dessa situação, normalmente por meio da substituição de materiais ou eventualmente por meio de um ajuste ou solução alternativa.
23. As manutenções corretivas geralmente estão associadas a indisponibilidade de um sistema ou de parte de sua funcionalidade. A necessidade do reparo é decorrente da deficiência causada



SENADO FEDERAL

pela falha ou de uma situação potencialmente danosa, associada ao incomodo e ao risco da intervenção. Dessa forma, as manutenções corretivas podem gerar necessidade de reparos imediatos, ou eventualmente gerar pendências a serem resolvidas no momento mais oportuno. Na prática, existirão manutenções corretivas planejadas e não planejadas.

24. Em linhas gerais, a CONTRATADA deve trabalhar para reduzir ao máximo a quantidade de manutenções corretivas, e ao mesmo tempo adotar estratégias para identificar de forma ágil e precisa essas falhas ou situações anômalas. A prioridade é não deixar uma indisponibilidade causar transtornos para o SENADO, e deve-se inclusive adotar estratégias para evitar que as manutenções só sejam iniciadas após relatos de problemas e reclamações.
25. Vale ressaltar que, em alguns casos, a manutenção corretiva é uma estratégia válida de manutenção, especialmente em sistemas com alto grau de redundância e onde a falha de um dos componentes não afeta de forma substancial o funcionamento do sistema como um todo. Ela também se aplica em sistemas onde o custo da manutenção preventiva ou preditiva simplesmente é muito elevado, ou em situações nas quais essas estratégias de manutenção são impossíveis. Assim, buscando uma solução de melhor custo-benefício para o SENADO, a CONTRATADA poderá adotar estratégias de manutenção puramente corretiva em sistemas específicos, mediante autorização da Fiscalização. Contudo, essa estratégia não é efetiva se falhas ou anormalidades persistirem de forma despercebida por longos períodos de tempo.
26. Não obstante, ressalta-se que em alguns sistemas críticos falhas não podem ser toleradas. Nesses casos, a manutenção corretiva só deve acontecer em casos extremos, e deve ser evitada através de uma estratégia integrada de manutenção.
27. As rotinas de inspeção irão eventualmente testar e identificar problemas e deficiências em sistemas que não fazem parte do escopo da contratação. Essas atividades de teste fazem parte do escopo contratado, pois são necessárias para aferir o funcionamento adequado do Sistema Elétrico do Senado Federal. Contudo, nesses casos, a CONTRATADA deverá informar a Fiscalização sobre os problemas. Como exemplo, cita-se o teste de grupos motores-geradores, com simulação de falha de energia da concessionária, a verificação que um sistema de climatização de uma sala técnica não está funcionando corretamente, ou um alarme em um nobreak ou gerador.
28. Em suma, para os casos de manutenção corretiva, a prioridade é a identificação da falha de forma certa e tempestiva. As rotinas de inspeção e teste frequentes são fundamentais nesse aspecto. A CONTRATADA deverá estabelecer rotinas de teste, especialmente em sistemas de uso esporádico. Aliadas às rotinas previstas no Plano de Manutenção (C.8), espera-se a atuação contínua das equipes de plantão (C.4) e a realização de rondas (C.5) para identificar essas falhas ou desconformidades. Uma vez identificada a situação anômala, cada caso deve ser tratado de forma individualizada, eventualmente seguindo para um diagnóstico, aquisição de materiais de reposição e, finalmente, para execução do reparo.



SENADO FEDERAL

C.3 OPERAÇÃO

29. Como qualquer sistema complexo, o Sistema Elétrico do Senado Federal exige intervenções contínuas e periódicas para funcionar adequadamente. Assim, o eixo de operação foca nas atividades que exigem operadores especializados.
30. A operação do Sistema Elétrico do Senado Federal está baseada principalmente em atuações nos sistemas de comando, controle e proteção voltados para o funcionamento normal do sistema. As principais operações são acionamentos e desligamentos de circuitos e comandos, além de alteração de seleção modos de funcionamento de sistemas e outras atividades semelhantes. A operação ocorrerá preferencialmente por sistemas de comando (botoeiras, chaves seletoras, interfaces homem-máquina etc.), sendo eventualmente necessárias atuações em disjuntores e dispositivos semelhantes.
31. Além da operação corriqueira, existem operações que podem ocorrer de forma excepcional, por conta de uma falha ou por conta de uma situação especial. Como exemplo, pode-se citar o acionamento manual de iluminação em caso de falha da fotocélula, o rearme de um disjuntor ou o desligamento de um circuito para viabilizar uma intervenção com segurança.
32. A operação ocorrerá em todos os equipamentos que fazem parte Sistema Elétrico do Senado Federal, mesmo nos auxiliares e mesmo que eles sejam mantidos por contratos específicos. Essa interface é necessária para viabilizar a atuação segura e efetiva do contrato. Por exemplo, a alteração de modo de funcionamento dos grupos motores-geradores (manual/automático) é esperada. Da mesma forma, acionamentos excepcionais (exemplo: partida manual do grupo motor-gerador) também faz parte das atividades de operação.
33. A rotina de operação envolve também verificações para garantir que o Sistema Elétrico do Senado Federal está operando dentro dos parâmetros adequados. Assim, parte da operação envolve a conferência de parâmetros (desde os mais simples, como horário de acionamento de iluminação, situação manual/automático, operação local/remoto etc., até os mais sofisticados, como *setpoints* de proteção) e, eventualmente, a sua correção e alteração. Em última instância, a determinação desses parâmetros ficará a cargo da Fiscalização, mas a CONTRATADA deve fazer sugestões tecnicamente embasadas em relação a eles.
34. Outra atividade prevista dentro da operação do Sistema Elétrico do Senado Federal é o acesso aos ambientes técnicos. A CONTRATADA será responsável pela guarda de chaves e pelo controle de acesso a determinados ambientes. Além disso, ela deverá franquear o acesso e realizar o acompanhamento de equipes externas quando solicitado pela Fiscalização. O objetivo é evitar acessos não autorizados e reduzir o risco de acidentes e de interrupções no funcionamento do sistema elétrico.
35. Por fim, existem operações especiais, necessárias tanto em situações de emergência como em situações de manutenção mais complexas. Nesse contexto, a CONTRATADA deve providenciar documentação técnica específica, incluindo Procedimentos Operacionais Padrão e eventualmente vídeos demonstrando como executar essas atividades, buscando reduzir a chance de erros e acidentes.



SENADO FEDERAL

36. Como o Sistema Elétrico do Senado Federal é complexo, faz parte do escopo da contratação o treinamento contínuo e periódico das equipes para realizar a operação correta dos sistemas, subsistemas e equipamentos específicos do SENADO.

C.4 PLANTÃO

37. A dinâmica de atuação do Senado Federal é atípica em diversos aspectos, inclusive no seu horário de funcionamento. O Sistema Elétrico do Senado Federal pode exigir intervenções a qualquer horário, seja por uma necessidade emergencial ou por ser um horário que gere menor transtorno às atividades da Instituição. Nesse contexto, um dos eixos de atuação contratual deve ser o plantão.
38. O plantão atuará como equipe residente no Senado Federal, atuando não só em demandas emergenciais, mas também em demandas de manutenção e operação do Sistema Elétrico do Senado Federal. As equipes de plantão devem estar disponíveis em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana), visando a viabilizar o atendimento a qualquer horário.
39. Dentre as responsabilidades da CONTRATADA está o acompanhamento das atividades legislativas e de eventos, que muitas vezes podem se estender muito além do horário comercial. Como essas atividades são críticas para o funcionamento do Senado Federal, há necessidade de resposta imediata para eventuais problemas e necessidades de operação e manutenção do sistema. Assim, o plantão deve viabilizar esse acompanhamento presencial, independente do dia ou horário.
40. Outro ponto importante é a resposta inicial em caso de emergências ou outros problemas no Sistema Elétrico do Senado Federal. Em caso de problemas, o plantão é fundamental para realizar um primeiro atendimento, e eventualmente solucionar o problema ou realizar um diagnóstico inicial. Ele também atua como elo de monitoramento, alertando sobre anormalidades identificadas e verificando presencialmente alarmes gerados pelos sistemas de monitoramento remoto.
41. Diversas intervenções devem ocorrer fora do horário regular de funcionamento do Senado Federal, seja pela necessidade de desligamento ou pelo incomodo causado por essas intervenções. O plantão também deve ser utilizado para realizar essas atividades, viabilizando assim a manutenção inclusive durante noites, finais de semana e feriados.
42. Parte das rotinas de manutenção é a inspeção frequente em sistemas críticos, buscando sempre identificar de forma precoce situações que exijam resposta imediata. Essa ação é completamente integrada com a manutenção preventiva e preditiva (tópico C.1), e deve ser realizada por meio de rondas (C.5). Como há necessidade que essas atividades ocorram inclusive aos finais de semana, feriados e noites (que incluem as madrugadas), o plantão é fundamental para viabilizar o cumprimento dessa atividade.
43. Tendo em vista a natureza das atividades do plantão, as equipes devem ter os meios para se comunicar com as outras equipes da CONTRATADA, inclusive eventuais equipes de sobreaviso e os responsáveis técnicos. Esse elo de comunicação é fundamental para garantir que situações excepcionais e emergenciais sejam devidamente repassadas para a Fiscalização.



SENADO FEDERAL

É responsabilidade da CONTRATADA o monitoramento ativo das equipes e a equalização da informação.

44. Vale destacar que é de responsabilidade da CONTRATADA garantir que não haverá ociosidade das equipes, inclusive a do plantão. Assim, deve-se planejar os serviços e gerir ativamente o Plano de Manutenção (tópico C.8) otimizando o uso da equipe e reduzindo o incomodo aos usuários do Senado Federal.
45. Ressalta-se que boa parte das atividades do plantão só é viável com a disponibilidade de material para realização dos serviços. Dessa forma, é fundamental que a CONTRATADA disponibilize com antecedência o material necessário para realização dos serviços planejados, e que a equipe tenha a sua disposição, além do ferramental, o material necessário para realização dos principais tipos de atendimentos emergenciais (condutores, disjuntores, filtros de linha, reatores, lâmpadas etc.).

C.5 RONDAS

46. A atuação precoce é uma das melhores formas de reduzir o impacto de um eventual problema. Assim, um dos eixos de atuação são as rondas, que buscam monitorar de forma contínua os sistemas e subsistemas.
47. As rondas são verificações periódicas (diversas vezes por dia) que devem ocorrer nos sistemas e subsistemas mais críticos. O conceito é utilizar essas visitas para realizar e complementar as inspeções previstas no Plano de Manutenção (tópico C.8).
48. As rondas devem ser baseadas essencialmente em vistorias rápidas, focadas principalmente em inspeções visuais e verificação de alarmes, funcionamento de equipamentos e leituras de instrumentos. As rondas também devem fazer uma avaliação qualitativa, que vai além das rotinas previamente determinadas, permitindo a identificação de problemas em um âmbito mais generalizado (exemplo: verificação de temperatura da sala, presença de infiltrações, ruídos anormais, luzes piscando etc.).
49. O percurso e a frequência das rondas devem ser devidamente aprovados pela Fiscalização, levando em conta a criticidade e a situação de cada equipamento.
50. Fora do horário comercial, as rondas devem ser a atribuição principal das equipes de plantão. Eventualmente, tendo em vista a necessidade de atendimentos de emergência ou realização de outros serviços atípicos, parte das rondas não poderá ser realizada por indisponibilidade de equipe. A CONTRATADA deverá avaliar as alternativas, inclusive verificando se é tecnicamente possível realizar uma ronda reduzida ou se é preferível não realizar a ronda para concluir o atendimento. Nesses casos, cabe a CONTRATADA informar à Fiscalização, indicando o que não foi feito e o motivo. Ressalta-se que a não realização das rondas deve ser uma situação atípica e excepcional.
51. Em complemento às rondas, as equipes devem acompanhar de perto os sistemas de monitoramento remoto, atendendo a alarmes e eventualmente verificando pessoalmente divergências e leituras atípicas.



SENADO FEDERAL

C.6 SOLICITAÇÕES SOB DEMANDA

52. Alterações nas necessidades institucionais ocorrem quase continuamente no Senado Federal. Assim, um outro eixo de operacional são as solicitações sob demanda, oriundas das necessidades do Senado Federal e que a princípio não constam em um planejamento prévio.
53. As solicitações sob demanda serão oriundas dos usuários do SENADO ou da própria Fiscalização.
54. Haverá um fluxo de atendimento específico, onde as demandas passarão por análise da Fiscalização e da CONTRATADA, com necessidade de aprovação da Fiscalização para realização de serviços mais complexos e onerosos.
55. Um tipo de solicitação sob demanda são solicitações de ajustes e modificações no Sistema Elétrico do Senado Federal, incluindo cabeamento e infraestrutura. Isso é fundamental para acomodar as necessidades dos diversos órgãos do Senado Federal e garantir que os usuários possam usufruir do sistema de forma efetiva e segura.
56. As solicitações sob demanda também poderão ser referentes a relatos de problemas com o Sistema Elétrico do Senado Federal. Nesses casos, a CONTRATADA deverá seguir com a manutenção adequada, solucionando o problema.
57. Em todos os casos, as solicitações sob demanda devem ser devidamente avaliadas pela CONTRATADA, a fim de identificar a melhor solução técnica para cada problema. Da mesma forma, deve ser feita uma análise crítica para identificar outros problemas correlatos, e identificar oportunidades para otimizar as janelas de manutenção para realizar outros serviços necessários. Ressalta-se que, muitas vezes, a solicitação do usuário (leigo) não é a melhor solução técnica.
58. Outras solicitações sob demanda podem ser oriundas diretamente da Fiscalização, solicitando manutenções ou ensaios específicos. Nesses casos, pode ser necessário realizar um cruzamento com o Plano de Manutenção e o histórico de intervenções. A CONTRATADA deve discutir tecnicamente cada caso com a Fiscalização caso seja necessário.
59. O cronograma de atendimento das solicitações sob demanda vai depender da natureza de cada solicitação. Caberá a CONTRATADA organizar as equipes e garantir a disponibilidade dos materiais para realizar os atendimentos de forma tempestiva e ágil.
60. Em todos os casos, as solicitações sob demanda devem ser devidamente registradas e controladas. O atendimento deve ser ágil, buscando a satisfação do usuário, e os atendimentos devem ser priorizados com base na criticidade de cada situação. As intervenções realizadas devem ser devidamente registradas no sistema de controle de manutenção.

C.7 ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA

61. Falhas inesperadas podem ocorrer em qualquer sistema, independente de idade e condição da manutenção. Tendo isso em mente, um dos eixos de atuação é o atendimento de emergência, que pode ocorrer em situações excepcionais.



SENADO FEDERAL

62. Ressalta-se que todas as medidas devem ser tomadas para eliminar, na medida do possível, os atendimentos de emergência. O foco da contratação deve ser em ações planejadas, que buscam reduzir ao máximo a necessidade desse tipo de intervenção.
63. Os atendimentos de emergência ocorrerão sempre que houver alguma necessidade ou situação excepcional que exija atuação imediata da equipe. A natureza da emergência dependerá de cada situação, e pode envolver reparos ou operações emergenciais ou até mesmo a necessidade de implementação de soluções paliativas para contornar o problema temporariamente.
64. A identificação da emergência poderá ocorrer pela própria equipe residente da CONTRATADA, através das suas rotinas de trabalho, pela Fiscalização ou até mesmo pelos usuários do Senado Federal.
65. Em um atendimento de emergência, o foco será a rapidez e a agilidade do atendimento, sem perder de vista a boa técnica e a segurança necessárias para realizar as intervenções.
66. Tendo em vista a excepcionalidade das emergências, o fluxo de aprovação das atividades poderá ser simplificado, buscando reduzir o tempo de resposta. O procedimento para tais casos será definido em conjunto com a Fiscalização. Contudo, é importante ressaltar que aprovações ainda ocorrerão, e a documentação e formalização do que foi feito deverá acontecer assim que possível.
67. É de responsabilidade da CONTRATADA manter contato contínuo com a Fiscalização em situações emergenciais, deixando a Fiscalização ciente das intervenções a serem realizadas e buscando aprovação dos serviços a serem realizados sempre que necessário.
68. A preferência sempre deve ser dada a soluções definitivas, buscando eliminar completamente o problema identificado. Contudo, a depender do contexto e da complexidade da intervenção, poderão ser adotadas soluções paliativas, desde que devidamente aprovadas pela Fiscalização, com posterior agendamento de uma solução definitiva.
69. Buscando aumentar a efetividade do atendimento de emergência, a CONTRATADA deve elaborar procedimentos emergenciais para contornar as situações com maior impacto e probabilidade de ocorrência. Os procedimentos devem ser facilmente acessíveis e de fácil compreensão e execução pelas equipes residente.
70. Em complemento aos procedimentos, a equipe deve estar devidamente treinada para realizar esses atendimentos. Assim, espera-se que a CONTRATADA realize treinamentos periódicos, incluindo até mesmo simulações e ensaios quando for o caso.
71. Há possibilidade de o atendimento de emergência ocorrer fora do horário comercial, incluindo feriados, finais de semana e noites. Nesses casos, a equipe de plantão (tópico C.4) deverá realizar o atendimento inicial, mas a depender da situação, equipes adicionais (incluindo até mesmo a equipe de engenharia) deverão ser acionadas para viabilizar o atendimento completo.
72. É responsabilidade da CONTRATADA fornecer as ferramentas e materiais para viabilizar os atendimentos de emergência, mesmo que fora do horário normal do Senado Federal. Eventuais acessos a almoxarifados e depósitos de ferramentas devem ser possíveis nessas situações, e com a agilidade que esse tipo de atendimento exige.
73. Os principais materiais para atendimentos de emergência (disjuntores, condutores etc.) devem ser mantidos em estoque imediato para uso em situações emergenciais, especialmente em



SENADO FEDERAL

horários que o comércio não está aberto. Da mesma forma, caso necessário, as aquisições para soluções de situações emergenciais devem ocorrer de forma rápida e ágil, visando a redução da indisponibilidade e a solução do problema.

C.8 PLANO DE MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO

74. Conforme exposto acima, espera-se que as atividades sejam realizadas de forma ágil, planejada e otimizada. Assim, um dos eixos principais de atuação é voltado para o planejamento e controle da manutenção.
75. A principal ferramenta para gerir as intervenções periódicas é o Plano de Manutenção, que deve descrever para cada tipo de equipamento os testes, as medições e as intervenções a serem realizadas ao longo do tempo, e com qual periodicidade elas devem se repetir. O Plano de Manutenção deve integrar as diversas técnicas de manutenção, aplicadas ao caso concreto do Sistema Elétrico do Senado Federal.
76. Associado ao Plano de Manutenção, espera-se que a CONTRATADA realize o registro das atividades já realizadas, utilizando um sistema informatizado de gestão de manutenção. O objetivo do registro histórico é controlar os prazos para as novas intervenções, além de permitir observar tendências e padrões que indiquem a necessidade de novas manutenções de forma precoce.
77. Os registros das atividades realizadas devem gerar indicadores de desempenho de manutenção, a serem elaborados caso a caso. Esses indicadores devem atuar como métrica complementar, buscando identificar falhas ou melhorias nas atividades de manutenção realizadas pela CONTRATADA.
78. Além do controle realizado pelo Plano de Manutenção, é necessário um controle adicional, feito caso a caso, com base no funcionamento e nas inspeções e intervenções realizadas em cada equipamento. Essa informação atuará de forma complementar ao Plano de Manutenção para eventualmente indicar a necessidade de intervenções adicionais para investigação ou reparo.
79. É de responsabilidade da CONTRATADA gerir a manutenção, sugerindo ativamente intervenções necessárias para realizar a manutenção de forma efetiva e adequada. O agendamento deve ser feito pela CONTRATADA, cabendo a Fiscalização autorizar ou não conforme a conveniência.
80. É de se esperar uma comunicação contínua entre a equipe da CONTRATADA e a Fiscalização, buscando uma simetria de informações e uma avaliação contínua da necessidade do Senado Federal e da situação do parque de equipamentos do Senado Federal e as intervenções necessárias.
81. As intervenções devem sempre ser otimizadas, aproveitando-se ao máximo cada janela de oportunidade. Dessa forma, sempre que uma intervenção gerar indisponibilidade, deve ser feita uma análise para utilizar a indisponibilidade de forma proveitosa, realizando intervenções complementares no mesmo equipamento e em outros equipamentos e sistemas afetados. Eventualmente, as intervenções devem ser coordenadas com as contratadas responsáveis por outros sistemas, buscando otimizar ainda mais as atividades.



SENADO FEDERAL

82. O Plano de Manutenção e as rotinas de teste e inspeção deverão eventualmente incluir sistemas e equipamentos cuja manutenção não faz parte do escopo da contratação. Contudo, por se tratar de sistemas auxiliares fundamentais e interligados ao Sistema Elétrico do Senado Federal, eles devem ser testados e monitorados, e falhas em seu funcionamento deverão ser relatadas para Fiscalização. Ressalta-se que nesses casos, os testes e inspeções serão simplificados, buscando aferir o bom funcionamento e eventualmente a situação (manual/automático, presença de alarmes etc.). Como exemplo, podemos citar um teste nos grupos motores-geradores e testes nos quadros de comando de bombas.
83. A gestão do plano de manutenção deve ser ativa, eventualmente adiantando, atrasando ou até mesmo cancelando algum serviço periódico com base nas necessidades de cada equipamento, nas janelas de oportunidade, no risco, no período da intervenção, no histórico e demais elementos necessários para realização da engenharia de manutenção adequada.
84. Dessa forma, é fundamental que as intervenções mais complexas, bem como as intervenções que gerem necessidade de desligamento, sejam planejadas com a devida antecedência. O planejamento deve incluir não só a designação da equipe, mas também a otimização da intervenção, a elaboração de documentação específica para a atividade (*check-lists* de manutenção), treinamentos específicos e determinação de procedimentos de segurança, a separação prévia de materiais e ferramental necessários para as atividades, bem como elaboração de planos de contingência e outras atividades necessárias para aumentar a efetividade da manutenção e ao mesmo tempo reduzir ao máximo o transtorno causado e seus possíveis riscos.
85. Da mesma forma, o próprio plano de manutenção deve sofrer melhoria contínua pela CONTRATADA. Os serviços e periodicidades previstos devem estar sob constante revisão, sendo adaptados conforme a necessidade individualizada de cada equipamento. Devem ser levados em conta parâmetros como criticidade, histórico de falhas, dificuldades ou facilidade de cada intervenção, risco, mão de obra necessária, entre outros.
86. A Fiscalização poderá modificar o Plano de Manutenção, tendo em vista novas necessidades do Senado Federal. A CONTRATADA deverá incorporar essas mudanças na sua rotina de serviços.
87. O Plano de Manutenção apresentado no Anexo 6 do Edital deve ser enxergado como uma versão inicial, a ser utilizada como ponto de partida para um plano mais completo e adequado para realidade do Senado Federal.
88. Vale ressaltar que eventualmente, a própria filosofia de manutenção de um determinado ativo poderá ser alterada, passando de manutenções corretivas para preventivas, ou de preventivas para preditivas e vice-versa, conforme cada caso.
89. As alterações nos planos de manutenção, bem como a realização de intervenções de grande porte e/ou com necessidade de desligamento, devem sempre ser realizadas com a devida autorização da Fiscalização.



SENADO FEDERAL

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

90. Um eixo complementar, mas fundamental para efetividade da manutenção e operação, é o eixo de documentação técnica e padronização. O objetivo é ter as principais informações técnicas devidamente organizadas e os principais procedimentos devidamente documentados e padronizados.
91. A CONTRATADA deverá elaborar Procedimentos Operacionais Padrão, buscando consistência e segurança nas atividades de manutenção e operação do Sistema Elétrico do Senado Federal. Esses procedimentos deverão ser continuamente revistos e melhorados, com a mentalidade de melhoria contínua das atividades do contrato.
92. Na mesma linha, a documentação técnica dos equipamentos e instalações deverão ser devidamente registradas e organizadas. Essas informações deverão ser disponibilizadas para as equipes e para a Fiscalização para auxiliar diagnósticos, verificar informações e viabilizar a execução de atividades e manutenções.
93. Nesse contexto, também está previsto o levantamento das instalações, através de *as-builts*. Esses levantamentos devem considerar não só a parte elétrica, mas também a locação dos equipamentos, as infraestruturas, as configurações dos equipamentos, as conexões de comando e controle, entre outros. Há também a necessidade de identificação de quadros, e eventualmente a atualização de documentação técnica defasada com base em modificações realizadas em campo.
94. Há também a necessidade de elaboração de novos desenhos técnicos, projetos e detalhamentos, especialmente em atividades de manutenção mais complexas que exijam a substituição e complementos de quadros de potência e comando ou alterações substanciais de infraestruturas. Essa documentação é fundamental para viabilizar a manutenção, permitindo que a intervenção seja passada de forma clara para a Fiscalização e para a equipe, além de facilitar a compra de materiais e a própria organização da intervenção.
95. O eixo de documentação técnica também está intimamente relacionado com o sistema de controle de manutenção. Espera-se que seja feito um levantamento e registro dos ativos a serem mantidos e operados pela CONTRATADA, com geração de etiquetas de manutenção (instaladas fisicamente nos equipamentos e logicamente no sistema de controle de manutenção), viabilizando a correlação dos ativos de campo com as atividades de operação e manutenção a serem desempenhadas. Esse controle deve ser continuado, com atualizações na medida que equipamentos sejam movimentados, acrescentados ou desativados.
96. Eventualmente, os equipamentos movimentados, acrescentados ou desativados terão plaqueta de controle patrimonial pelo Senado Federal. Nesses casos, é de responsabilidade da CONTRATADA alertar a Fiscalização, que trabalhará em conjunto com a CONTRATADA para realizar os ajustes necessários nos sistemas internos do Senado Federal. Cabe a CONTRATADA a verificação da existência das plaquetas, bem como o levantamento dos dados de campo. Nesses casos, a movimentação ou desativação do equipamento só ocorrerá com ciência e autorização da Fiscalização.



SENADO FEDERAL

97. Na mesma linha, as manutenções propriamente ditas, bem como as principais medições e resultados de testes e análises, devem ser devidamente registradas no sistema de controle de manutenção, buscando deixar um histórico fidedigno do que ocorreu com cada elemento do sistema, permitindo a realização de análises mais sofisticadas com base no histórico e tendências dessas medições.
98. Buscando facilitar o acesso à informação, é responsabilidade da CONTRATADA a eventual elaboração de manuais simplificados e/ou vídeos demonstrando a forma correta e padronizada de realizar a operação, manutenção e demais atividades do contratado. O treinamento contínuo e periódico da equipe também faz parte do escopo, utilizando especialmente essa documentação gerada. Além disso, a padronização de certas atividades é essencial, buscando a consistência e permitindo melhorar de forma mais efetiva a manutenção.
99. Assim, essas necessidades exigem uma postura proativa em relação a documentação técnica, buscando não só o levantamento das informações, mas a integração e o uso total dessas informações nas atividades de manutenção. É de responsabilidade da CONTRATADA levantar e disponibilizar essa informação de forma simples e direta para a sua equipe, além de integrar esses dados com o sistema de controle de manutenção.
100. Toda documentação gerada deve ser integralmente disponibilizada ao SENADO, sempre que possível em formato digital editável e livre de travas ou restrições. O SENADO poderá utilizar essa documentação como achar necessário, sem nenhum tipo de restrição ou pagamento.

C.9 SEGURANÇA DO TRABALHO

101. As atividades que fazem parte do escopo da contratação são tecnicamente especializadas e notoriamente complexas. Além disso, as atividades com eletricidade sempre carregam um risco adicional associado. Dessa forma, um dos eixos de atuação do contrato deve ser a segurança do trabalho, que deve focar numa execução de forma segura e tecnicamente adequada.
102. A abordagem de segurança do trabalho deve ser ativa, ou seja, ela não deve simplesmente identificar problemas de segurança. No âmbito deste contrato, a segurança do trabalho deve encontrar soluções para viabilizar todas as atividades previstas, de tal forma que serviços não serão executados por motivos de segurança em casos extremos e excepcionais.
103. As soluções a serem adotadas devem ser pautadas na realidade contratual e operacional do Senado Federal, e devem levar em consideração os recursos contratuais disponíveis, bem como eventuais transtornos associados e a necessidade de agilidade no atendimento.
104. Dessa forma, no escopo de segurança do trabalho, espera-se que sejam elaborados procedimentos padronizados e análises de risco, além de realização acompanhamento presencial em campo das atividades, reuniões de segurança, inspeções de EPIs e outras atividades semelhantes.
105. Previamente à execução de atividades de risco mais elevado, bem como sempre que solicitado pela Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação de segurança correspondente para aprovação por parte da Fiscalização.



SENADO FEDERAL

106. A abordagem de segurança do trabalho também torna necessária a elaboração de projetos de segurança do trabalho, tanto em situações específicas e temporárias (trabalho em altura, por exemplo) como em situações definitivas, buscando adequar as instalações do Senado Federal.
107. Outro pilar de atuação da segurança do trabalho diz respeito ao atendimento normativo, em especial as normas NR-10, NR-33 e NR-35 e normas associadas, sempre dentro do contexto de atuação do contrato. O objetivo é adequar, na medida do possível, as instalações do Senado Federal a essas normas, de tal forma que a equipe da CONTRATADA tenha as melhores condições possíveis para execução das atividades.
108. Complementando as normas brasileiras, devem ser observadas as normas de segurança internacionais e as melhores práticas de engenharia. Deve ser dada atenção especial às normas relacionadas ao risco de arco elétrico (ausente nas normas brasileiras), incluindo a NFPA 70E, a IEEE 1584 e demais normas consolidadas.
109. Assim, a CONTRATADA, por intermédio de sua equipe residente, será responsável por identificar as pendências normativas e buscar as soluções associadas, dando preferência às soluções passíveis de implementação no escopo da contratação.
110. Nesse escopo, dentre as principais atividades está a elaboração e posterior manutenção do Prontuário de Instalações Elétricas, conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 10 do antigo Ministério do Trabalho¹. A elaboração dessa documentação é intimamente relacionada aos demais eixos de atuação do contrato, pois além de ser importante para garantir a efetividade e segurança das intervenções, exigirá que seja realizada uma série de inspeções e documentações no sistema elétrico.
111. Outra atividade importante prevista é a elaboração e a manutenção dos diagramas unifilares das instalações.
112. Associadas à parte normativa, torna-se também necessária uma abordagem proativa em relação à execução de medições, inspeções e testes necessários para atendimento das normas vigentes. A CONTRATADA deverá identificar essas atividades e inseri-las adequadamente no Plano de Manutenção, quando for o caso. É esperada que a documentação associada seja gerada sempre que necessário.
113. A sinalização de segurança é outro ponto de atuação, e deve ser abordada em áreas técnicas e outros equipamentos associados ao escopo do contrato.
114. As intervenções a serem realizadas também deverão ser alinhadas com as outras ações realizadas pelo SENADO. As instalações do Senado Federal são amplas, e existem diversos projetos, planos e atuações que podem modificar o cenário das instalações, especialmente do ponto de vista normativo e de segurança. A Fiscalização atuará como ponte para repassar os planos e orientar a atuação da CONTRATADA sempre que necessário. Contudo, a comunicação efetiva é fundamental, de tal forma a eliminar a necessidade de retrabalho.

¹ Atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.



SENADO FEDERAL

115. Mesmo sendo responsabilidade da CONTRATADA, as ações relacionadas à segurança do trabalho devem ser alinhadas com a Fiscalização, de tal forma que ela seja informada das atuações, de forma a se buscar uma padronização das ações de segurança entre todas as atividades realizadas no Senado Federal. Observa-se que a Fiscalização poderá solicitar novas soluções de segurança sempre que entender necessário, bem como estabelecer procedimentos e padrões mínimos a serem adotados e observados pela CONTRATADA.

115.1. A área de segurança do trabalho do SENADO também poderá interromper a execução de atividades consideradas inseguras.

116. Destaca-se que as atuações descritas nesta seção serão específicas para as áreas de atuação da CONTRATADA no SENADO, especialmente aquelas relacionadas ao sistema elétrico e seus equipamentos associados, bem como áreas técnicas, a exemplo de subestações, salas de painéis, galerias técnicas, coberturas e eventuais espaços confinados. Não há expectativa de que a atuação seja feita de forma ampla, e sim de forma específica e em situações relacionadas ao âmbito de atuação do contrato. Da mesma forma, não são esperados projetos de grande porte, e sim atuações que podem ser realizadas no âmbito da contratação (horizontes de curto e médio prazo).

117. Ressalta-se que a documentação (incluindo a de segurança) gerada no âmbito do contrato será do SENADO, e deverá ser disponibilizada de forma integral e editável para a Fiscalização.

D. PARQUE DE EQUIPAMENTOS E ESCOPO OPERACIONAL

118. O Sistema Elétrico do Senado Federal é um sistema extremamente extenso e complexo, composto por diversos subsistemas, equipamentos e infraestruturas.

119. É importante frisar que o Sistema Elétrico do Senado Federal é dinâmico, ou seja, ele está em constante evolução, buscando atender às necessidades da Instituição. Assim, é natural que subsistemas sejam substituídos, modificados, acrescentados ou desativados. Isso pode ocorrer tanto por ação da manutenção, como por ações do próprio SENADO (contratações, obras e reformas).

120. Essa dinâmica se traduz em um parque de equipamentos dinâmico a ser mantido pela CONTRATADA. Assim, na medida que o sistema elétrico é modificado, a abrangência do contrato é modificada, abarcando novos elementos e abandonando elementos desativados. Contudo, ressalta-se que pela natureza do contrato de postos de trabalho e princípio de alocação dinâmica de recursos contratuais (exposto no § 8), essa lógica não traz prejuízo para nenhuma das partes. A execução contratual estará sempre limitada pela capacidade operacional da mão de obra, pelos materiais disponíveis para manutenção e pelos equipamentos disponibilizados pelo contrato.

121. Vale ressaltar que alguns elementos do Sistema Elétrico do Senado Federal têm contrato de manutenção específico, por se tratar de equipamentos com necessidade de rotinas de manutenção especializadas. Em especial, destacam-se os equipamentos abaixo:

121.1. Grupos motores-geradores;



SENADO FEDERAL

- 121.2. Nobreaks para carga crítica (Schneider Electric Galaxy 5500).
122. Contudo, esses equipamentos ainda fazem parte Sistema Elétrico do Senado Federal e devem ser alvo de intervenção no âmbito do contrato, porém de forma diferenciada. As atividades diárias e simplificadas, como operação, inspeções, rondas e testes periódicos, devem ser realizadas e geridas como os outros elementos do Sistema Elétrico do Senado Federal. Em caso de anormalidade, a Fiscalização deverá ser informada, a fim de acionar o contrato de manutenção específico.
123. Da mesma forma, esses equipamentos contam com sistemas auxiliares, como quadros de comando, sistemas automação industrial, painéis elétricos e redes de distribuição de energia. Esses sistemas fazem parte do Sistema Elétrico do Senado Federal e fazem parte do escopo pleno da manutenção do sistema elétrico.
124. Existe também uma interface natural do Sistema Elétrico do Senado Federal com outros sistemas do SENADO, em especial os sistemas de climatização e de bombeamento. Nesses casos, o grau de intervenção e a fronteira de atuação de cada contrato será definido caso a caso, podendo inclusive ocorrer manutenções compartilhadas ou conjuntas de certos elementos.
125. Ressalta-se que pode haver mudanças nas fronteiras de atuação e grau de intervenção dos contratos, decorrentes de questões contratuais e operacionais. Ficará a critério da Fiscalização a definição dessas fronteiras e responsabilidades.
126. Complementando o § 6, os principais elementos do Sistema Elétrico do Senado Federal são:
- 126.1. Condutores, terminais, muflas e barramentos blindados (*busway*);
 - 126.2. Infraestrutura, incluindo eletrocalhas, leitos, eletrodutos, calhas de alumínio, condutes, caixas de passagem, tampões etc.;
 - 126.3. Quadros elétricos de baixa e média tensão, incluindo disjuntores, barramentos, isoladores, DPS, DR, borneiras etc.;
 - 126.4. Quadros de comando, incluindo contadoras, botoeiras, relés, controladores, CLPs, IHMs, sinalizadores etc.;
 - 126.5. Inversores e soft-starters;
 - 126.6. Chaves de transferência automática (CTAs);
 - 126.7. Tomadas, tomadas industriais, interruptores e acessórios (régua, extensões e filtros de linha);
 - 126.8. Sistema de distribuição de energia;
 - 126.9. Sistemas de geração de energia fotovoltaico, incluindo inversores, *string-boxes* e módulos fotovoltaicos;
 - 126.10. Retificadores, carregadores de bateria e bancos de bateria em corrente contínua;



SENADO FEDERAL

- 126.11. Dispositivos de proteção, incluindo disjuntores (caixa aberta, caixa moldada, trilho DIN etc.), DRs e fusíveis;
- 126.12. Sistema de iluminação de pequeno, médio e grande porte, incluindo postes, luminárias, lâmpadas, reatores e fontes/*drivers*, para uso interno e externo;
- 126.13. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas;
- 126.14. Sistemas de aterramento;
- 126.15. Sistemas de segurança (tapetes isolantes, isolamento de área etc.);
- 126.16. Sistemas de automação industrial, incluindo sensores, atuadores, sistemas de aquisição de dados, sistemas de comunicação etc.;
- 126.17. Sistemas de monitoramento e alarme, incluindo sirenes, monitores com comunicação por rede de celular e rede ethernet etc.;
- 126.18. Sistema de comunicação para comando e controle industrial, incluindo redes RS485, CAN, fibra ótica e Ethernet Industrial;
- 126.19. Transformadores de média tensão a óleo e a seco;
- 126.20. Transformadores e autotransformadores de baixa tensão;
- 126.21. Bancos de capacitores, incluindo as células capacitivas, contadoras, controladores e disjuntores;
- 126.22. Multimedidores, analisadores, relés;
- 126.23. Transformadores de corrente e transformadores de potencial;
- 126.24. Fontes e conversores DC-DC;
- 126.25. Salas técnicas, galeria técnica, subestações, eletrocentros e demais áreas físicas destinadas ao sistema elétrico;
- 126.26. Nobreaks de pequeno e grande porte, incluindo suas baterias;
- 126.27. Portões automáticos;
- 126.28. Sistema de brise-soleil;
- 126.29. Retificadores e bancos de bateria;
- 126.30. Sistemas auxiliares associados (comando remoto, comunicação, exaustão etc.);
- 127. Contudo, excetuando-se os elementos referenciados nos §§ 6 e 126, não fazem parte da contratação os equipamentos que meramente utilizam o Sistema Elétrico do Senado Federal, por exemplo:
 - 127.1. Eletrodomésticos;
 - 127.2. Computadores, monitores e outros equipamentos de informática;



SENADO FEDERAL

- 127.3. Cabeamento de telefonia, assim como seus equipamentos;
 - 127.4. Chuveiros elétricos e boilers;
 - 127.5. Cabeamento de rede do Prodasen e da Polícia Legislativa, assim como seus equipamentos;
 - 127.6. Cabeamento para sinais de áudio, TV e rádio, assim como seus equipamentos;
 - 127.7. Fechaduras eletrônicas e sistemas de controle de acesso;
 - 127.8. Equipamentos de eletromecânicos em geral.
128. Os seguintes casos especiais devem ser destacados:
- 128.1. Quadros de comando compostos primariamente por elementos de automação industrial (disjuntores, contadoras, relés, fontes, variadores de frequência, *soft-starters*, CLPs etc.) serão de responsabilidade da CONTRATADA. Contudo, quadros completamente integrados a equipamentos (exemplo: quadros de comando de *chillers*) não farão parte do escopo.
 - 128.2. Entretanto, caso algum item listado no § 128.21 seja completamente integrado ao sistema elétrico (exemplo: redes de comunicação industriais, computadores dedicados a monitoramento etc.), fará parte do escopo da contratação.
 - 128.3. Dessa forma, faz parte do escopo do escopo da mantenedora do Sistema Elétrico do Senado Federal:
 - 128.3.1. Quadros de comando do sistema de automação da Casa de Máquinas nº 3 - CM3 e demais Centrais de Água Gelada;
 - 128.3.2. Quadros de comando de sistemas de climatização (incluindo sistemas de revezamento e acionamento de ar-condicionado da Sala X do Prodasen, Sala Y do Prodasen e salas de nobreaks);
 - 128.3.3. Quadros de bombas (inclusive de água potável, água pluvial, esgoto e sistemas de combustível);
 - 128.3.4. Quadros de sistemas de ventilação/exaustão;
 - 128.3.5. Sistemas auxiliares diretamente ligados ao Sistema Elétrico do Senado Federal, como sistemas de comunicação, retificadores, rede ethernet industrial, sistemas de monitoramento remoto, sistemas auxiliares do grupo motor-gerador, entre outros;
 - 128.3.6. Chaves de transferência automática e sistema de distribuição de tensão em média tensão para energia de emergência (incluindo transformadores, cabos, painéis de distribuição, automação, relés etc.);
 - 128.3.7. Sistema de geração fotovoltaica;



SENADO FEDERAL

129. Não fazem parte do escopo do escopo da mantenedora do Sistema Elétrico do Senado Federal:
- 129.1. Quadros de comando formados primariamente por elementos não industriais (quadros de ar-condicionado com controladores proprietários, sistemas de automação predial com controladores não industriais, sistemas de controle de acesso etc.);
 - 129.2. Quadros de comando de *chillers*;
 - 129.3. Quadros de comando de equipamentos gráficos e semelhantes;
 - 129.4. Bombas, compressores, ventiladores, exaustores e aparelhos de ar-condicionado.

E. RESTRIÇÕES OPERACIONAIS

130. As atividades previstas no contrato estão voltadas a garantir o bom funcionamento do Sistema Elétrico do Senado Federal. Contudo, as atividades devem ao mesmo tempo ser realizadas buscando minimizar ou eliminar o impacto nas atividades do Senado Federal.
131. Assim, é de responsabilidade da CONTRATADA organizar os serviços e as frentes de trabalho tendo em vista as diversas restrições operacionais que existem no Senado Federal. Em última instância, as atividades de manutenção devem ter impacto mínimo nas atividades do Senado Federal, porém sem deixar de lado a boa técnica de engenharia.
132. O principal instrumento para reduzir o impacto deve ser o bom planejamento. Atividades com potencial de incômodo devem ser realizadas em consonância com a agenda do Senado Federal, buscando eliminar (ou eventualmente reduzir) o impacto das manutenções.
133. Ao mesmo tempo, as restrições impostas pelo dia a dia do Senado Federal não poderão levar à ociosidade das equipes. As ferramentas de planejamento deverão ser utilizadas para otimizar a agenda de manutenção, trabalhando em torno das restrições quando elas existirem.
134. As restrições expostas são diretivas gerais, e poderão ser sempre reavaliadas caso a caso em conjunto com a Fiscalização quando necessário. Nesse aspecto, a comunicação contínua com a Fiscalização é fundamental, buscando dar uma resposta ágil às diversas demandas.
135. Ressalta-se que em casos excepcionais (emergência, indisponibilidade do sistema elétrico etc.) a atuação deve ocorrer de forma ágil, prevalecendo o bom senso. Assim, intervenções poderão ocorrer a qualquer momento, a depender da situação.
136. A maior parte das atividades da CONTRATADA devem ocorrer em horário comercial. Testes, inspeções e manutenções que não gerem impactos, ou com impactos mínimos, poderão ser realizados normalmente.
137. Da mesma forma, existem serviços onde o acompanhamento dos usuários é necessário. Nesse caso, deve-se buscar um horário conveniente para o usuário, sem perder de vista agilidade no atendimento.
138. Também existirão serviços que exigirão atuação conjunta com outras empresas contratadas do SENADO. Novamente, deve-se buscar um horário conveniente para execução do serviço em conjunto com as outras equipes envolvidas. Se for necessário, a Fiscalização deverá ser envolvida para auxiliar no agendamento.



SENADO FEDERAL

139. O horário regular de funcionamento do Senado Federal é das 7h às 22h nos dias úteis, conforme estabelecido pelo Ato do 1º Secretário nº 2 de 2017. Contudo, vale destacar que há uma dinâmica dos trabalhos do Senado Federal, com serviços operando de forma contínua (24 horas por dia), serviços que só acontecem às noites, finais de semana e feriados e outros serviços com alta sazonalidade, que só acontecem em alguns dias da semana. Assim, cada caso deve ser analisado de forma individualizada, escolhendo-se o momento ideal para execução da intervenção.
140. A prioridade deve ser não interromper ou perturbar as atividades do Senado Federal. Assim, eventuais testes, inspeções e manutenções que gerem desligamentos, ruídos e outros incômodos devem ser realizadas em horários acordados com os usuários e/ou com a Fiscalização, conforme cada caso. Isso poderá levar à necessidade de atividades em alguns dias específicos, incluindo os horários normalmente utilizados para almoço ou no início ou fim do expediente.
141. Atenção especial deve ser tomada às instalações destinadas à atividade legislativa. Nesses locais, o agendamento das manutenções deve levar em consideração a agenda legislativa, e deve garantir que o sistema estará disponível no momento da próxima sessão agendada. Assim, é de se esperar que manutenções não sejam realizadas em momentos muito próximos a atividades agendadas. Da mesma forma, ruídos e outras intervenções em locais próximos a esses locais devem ser evitados.
142. Eventualmente, algumas atividades levarão à necessidade de interdições de áreas ou outros incômodos semelhantes. Nesses casos, caso a interdição seja relevante, é necessário agendar com a Fiscalização antes da realização do serviço.
143. As atividades que envolvam necessidade de desligamento devem ser agendadas em conjunto com a Fiscalização, e serão realizadas prioritariamente durante a noite (desligamento de pequeno porte) ou finais de semana e feriados (desligamentos de grande porte).
144. Da mesma forma, atividades que gerem muito incômodo (grandes interdições, ruído contínuo etc.), ou atividades com elevado grau de risco, serão realizadas prioritariamente durante a noite ou finais de semana e feriados.
145. A otimização das atividades previstas em desligamentos e que gerem muito incômodo também deve ser realizada. Dessa forma, o planejamento deve ser feito para buscar o uso total da janela de intervenção, buscando reduzir a quantidade intervenções em sequência e buscando realizar todas as atividades possíveis em um único evento de manutenção.
146. Assim, visando a otimizar as janelas de manutenção, atividades mais complexas e de grande porte podem exigir o uso de várias equipes, trabalhando em paralelo ou em sequência. Essa organização faz parte das atividades da CONTRATADA.
147. Caso alguma atividade em andamento gere incômodo ou reclamação dos usuários, a Fiscalização deverá ser informada imediatamente, a fim de determinar se haverá ou não a suspensão das atividades.



SENADO FEDERAL

F. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

148. Os serviços serão executados em todo o Complexo Arquitetônico do Senado Federal e em todas as instalações pertencentes ou utilizadas pelo Senado Federal localizadas no Distrito Federal.
149. Dentre as principais instalações, destacam-se:
 - 149.1. O Complexo Arquitetônico do Senado Federal, incluindo todas as edificações localizados nas imediações da Praça dos Três Poderes;
 - 149.2. As edificações do Serviço de Transporte - SETRAN e suas imediações;
 - 149.3. As residências oficiais na SQS 309 Blocos C, D e G, bem como outros apartamentos funcionais de uso do Senado Federal;
 - 149.4. A residência oficial na QL 12 do Lago Sul;
 - 149.5. As instalações do Centro Cultural dos Poderes da União (CCPU), localizado no Setor de Clubes Esportivos Norte (antigo Clube do Servidor);
 - 149.6. As instalações do Senado Federal na Torre de TV;
 - 149.7. As instalações do Senado Federal no Centro de Transmissão do Colorado, localizado em Sobradinho - DF;
 - 149.8. As instalações do Senado Federal no Centro de Transmissão localizado no Gama - DF;
 - 149.9. As instalações do Senado Federal no Edifício Palácio do Comércio, no Setor Comercial Sul;
 - 149.10. As instalações do Senado Federal no Aeroporto de Brasília.
150. O Anexo 7 do Edital contém plantas e fotos das principais edificações e instalações onde serão realizados os serviços, além de um descritivo técnico indicando os principais sistemas e equipamentos.
151. A grande maioria das instalações está situada nas imediações da Praça dos Três Poderes.
152. É de responsabilidade da CONTRATADA a execução dos serviços em todos esses locais. Dessa forma, a CONTRATADA deverá providenciar os meios de transporte necessários para os atendimentos. Eventualmente poderá ser necessário alocar equipes para atendimento a esses locais (postos específicos), conforme a dinâmica do contrato, a demanda de serviços e a necessidade sazonal de cada atividade.
153. Custos com o combustível e manutenção dos veículos serão de responsabilidade da CONTRATADA.
154. O transporte de pessoas e materiais até todos os locais é de responsabilidade da CONTRATADA. Em casos eventuais e excepcionais, mediante autorização da Fiscalização, o serviço de transporte do SENADO poderá ser acionado para providenciar o apoio necessário.



SENADO FEDERAL

155. Eventualmente, tendo em vista a dinâmica do Senado Federal, novas instalações poderão ser acrescentadas ou removidas. Porém, somente as instalações localizadas no Distrito Federal serão do escopo da contratação.
156. O SENADO disponibilizará espaços para a CONTRATADA executar as suas atividades.
157. Os espaços deverão ser utilizados para montagem de postos operacionais, oficinas, almoxarifados, armazenagem de materiais e ferramentas, e outras atividades correlatas.
158. Os espaços deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do contrato.
159. A locação dos espaços poderá ser modificada a qualquer momento, tendo em vista a dinâmica do Senado Federal. Contudo, o espaço necessário para execução das atividades sempre estará garantido.
160. Os espaços estarão distribuídos ao longo do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, buscando inclusive viabilizar o atendimento mais ágil em casos de emergência e o acompanhamento por parte do plantão.
161. Os espaços contam com infraestrutura de apoio (mesas, cadeiras etc.) mínima. A CONTRATADA será responsável pelo patrimônio existente nesses locais. Eventuais complementos de mobiliário poderão ser fornecidos pela CONTRATADA, desde que devidamente removidos quando do encerramento do contrato.
162. É de responsabilidade da CONTRATADA manter os espaços em bom estado de conservação. O SENADO providenciará os serviços de manutenção predial regular dos espaços.
163. Não haverá cobrança pelo espaço cedido para a CONTRATADA, nem cobrança de água/energia e outros serviços semelhantes.
164. A gestão desses espaços será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a ela alocar as equipes, materiais e ferramentas de forma eficiente.
165. O controle de acesso, se necessário, será de responsabilidade da CONTRATADA. Porém, a CONTRATADA não poderá negar o acesso à Fiscalização, realizando o devido acompanhamento se entender necessário.
166. Caso a CONTRATADA entenda que necessário haver modificação nos espaços físicos, ela deverá submeter um projeto para aprovação prévia da Fiscalização. O custeio total dessas modificações deverá ser da CONTRATADA. Eventuais modificações, melhorias e reformas não serão ressarcidas pelo SENADO.

G. PRAZOS DE ATENDIMENTO

167. A CONTRATADA deverá atentar para os prazos para atendimento de cada tipo de serviço a ser executado no âmbito da contratação.
168. Para as solicitações sob demanda, os seguintes prazos devem ser observados:
 - 168.1. Troca de lâmpadas, reatores e outros serviços básicos relacionados a iluminação: **2 (dois) dias úteis;**
 - 168.2. Fornecimento de réguas, extensões e semelhantes: **2 (dois) dias úteis;**
 - 168.3. Reparos em tomadas e interruptores: **2 (dois) dias úteis;**



SENADO FEDERAL

- 168.4. Instalação de novos interruptores e tomadas: **3 (três) dias úteis**;
- 168.5. Fornecimento e montagem de infraestrutura: **5 (cinco) dias úteis**;
- 168.6. Demais serviços: **3 (três) dias úteis**;
169. Para os serviços emergenciais (falta de energia, risco de choque elétrico etc.), o prazo será de **2 (duas) horas**, com início do atendimento em até **1 (uma) hora**;
170. Os prazos acima correspondem ao tempo total para conclusão do serviço, contados do recebimento do chamado até a conclusão do serviço.
171. A contagem do prazo será suspensa quando houver necessidade de aprovação ou por parte da Fiscalização.
- 171.1. A suspensão da contagem de prazo ocorrerá quando a solicitação de serviço for encaminhada para a Fiscalização com informações pertinentes e necessidade de análise e aprovação (exemplos: aprovação de orçamentos, decisões sobre soluções técnicas, verificação da qualidade do serviço etc.).
- 171.2. A contagem não será suspensa se a solicitação de serviço for encaminhada para Fiscalização de forma incompleta ou desnecessária, a critério da Fiscalização.
172. Complementarmente, para situações emergenciais, atípicas, anormais e excepcionais, a Fiscalização deverá ser comunicada em um prazo de até 1 (uma) hora, contado a partir do momento em que a CONTRATADA tomou conhecimento da situação.
173. A Fiscalização poderá alterar os prazos conforme cada caso, concedendo dilatações de prazo para serviços mais complexos e outros casos devidamente justificados, bem como reduzir o prazo de atendimento para serviços mais críticos e urgentes, e ainda suspender, reprogramar ou cancelar o serviço.
- 173.1. As reduções de prazo só ocorrerão de forma excepcional, em casos de necessidade de atendimento prioritário, conforme orientação da Fiscalização.
- 173.2. Solicitações de dilatação de prazo ou postergação do serviço devem ser formalmente solicitadas pela CONTRATADA para a Fiscalização e registradas na respectiva Ordem de Serviço, contendo o novo prazo e as justificativas associadas. A Fiscalização analisará cada caso de forma individualizada.
- 173.3. A seu critério, a Fiscalização também poderá alterar os prazos em função de situações específicas, tais como: implementação de medidas de segurança, impedimento de acesso aos locais de execução, necessidade de intervenção civil, execução de outras atividades técnicas no mesmo local, determinação superior, situações de força maior.
- 173.4. A mudança do prazo deverá ser formalizada pela Fiscalização, seja por sistema específico ou outra forma de comunicação usual entre a Fiscalização e a CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

174. A contagem do prazo de execução será iniciada a partir do recebimento da solicitação de serviço pela CONTRATADA, seja por sistema específico ou outra forma de comunicação usual entre a Fiscalização e a CONTRATADA.
175. A contagem do prazo de execução será encerrada quando o serviço for efetivamente concluído.
- 175.1. A conclusão inclui não só a resolução definitiva do problema, mas também a limpeza do local, instalações de acabamentos, recolhimento de ferramentas etc.
- 175.2. A CONTRATADA deverá informar a data e hora da conclusão do serviço, no mesmo meio utilizado para a abertura da solicitação de serviço.
- 175.3. Situações excepcionais, como problemas intermitentes ou que necessitem de soluções temporárias, devem ser informadas para que sejam analisadas caso a caso pela Fiscalização.
176. Caso a CONTRATADA não conclua o atendimento nem solicite a dilatação de prazo dentro de um período de **10 (dez) dias úteis** a contar da data prevista para sua conclusão, a Fiscalização poderá considerar abandono do serviço.
177. A Fiscalização poderá acompanhar e/ou auditar os serviços. Caso seja identificado um serviço pendente, incompleto, incorreto ou mal-acabado que tenha sido registrado como concluído, o serviço não será considerado como concluído, cabendo a CONTRATADA concluir o serviço de forma definitiva dentro do prazo previsto originalmente, ou apresentando as justificativas para dilatação de prazo conforme previsto no § 173.
178. Os casos de atrasos, abandonos, bem como execuções parciais, incompletas e incorretas estarão sujeitos a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR ou de penalidades, conforme disposto nas Cláusulas Sexta e Décima Quarta do contrato (Anexo 12), respectivamente.
179. Para fins de cálculo do IMR, serão calculados mensalmente os totais de dias de atraso das ordens de serviço do respectivo mês. Cada dia de atraso corresponde a 1 (um) ponto.

H. EQUIPE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

180. Para realização das atividades previstas no escopo contratual, a CONTRATADA deverá contar com uma equipe residente no Senado Federal. A equipe deverá ser formada por profissionais especializados e ter dedicação exclusiva às atividades do contrato durante o horário de trabalho.
181. A CONTRATADA deverá contar com a equipe listada na Tabela 1, apresentada abaixo. As especificações detalhadas de cada cargo encontram-se no Anexo 2.1 - Especificações Consolidadas do Edital.



SENADO FEDERAL

Tabela 1 – Equipe de Dedicação Exclusiva

Ref.	Categoria (cargo)	Nº de profissionais	Adicional de Periculosidade	Adicional Noturno	Ferista Substituto	Carga horária
1.1	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico	2	Sim	Não	Não	44h semanais Jornada conforme Seção 0
1.2	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico e Segurança do Trabalho	1	Sim	Não	Não	
1.3	Técnico em Segurança do Trabalho	1	Sim	Não	Não	
1.4	Auxiliar de Almoxarifado	2	Não	Não	Não	
1.5	Auxiliar Administrativo	2	Não	Não	Não	
1.6	Desenhista Técnico	2	Sim	Não	Não	
1.7	Técnico em Eletrotécnica Encarregado	7	Sim	Não	Não	
1.8	Técnico em Eletrotécnica Planejador de Manutenção	1	Sim	Não	Não	
1.9	Técnico em Eletrotécnica Termografista	1	Sim	Não	Não	
1.10	Técnico em Eletrotécnica	16	Sim	Não	Não	
1.11	Eletricista	17	Não	Não	Não	
1.12	Auxiliar de Eletricista	14	Não	Não	Não	
1.13	Técnico em Eletromecânica	2	Sim	Não	Não	
1.14	Técnico em Automação	5	Sim	Não	Não	
1.15	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (diurno)	4	Sim	Não	Sim	Plantão 12h x 36h Diurno: 7h-19h Noturno: 19h-7h
1.16	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (noturno)	4	Sim	Sim	Sim	
1.17	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (diurno)	14	Sim	Não	Sim	
1.18	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (noturno)	14	Sim	Sim	Sim	
Total		109				

182. A equipe da Tabela 1 é a equipe mínima residente no Senado Federal.
183. As especificações do referido Subanexo 2.1 listam as qualificações mínimas e atribuições para cada cargo. A equipe técnica deverá atender as qualificações listadas e desempenhar as atividades listadas nas respectivas atribuições.
184. A equipe residente será responsável pela execução das atividades previstas no escopo da contratação. Contudo, a CONTRATADA deverá fornecer os recursos necessários para maximizar a eficiência e eficácia dessa equipe, conforme diretrizes deste Caderno de Especificações Técnicas, além de garantir a qualidade dos serviços prestados.
185. A equipe residente deverá sempre observar as normas técnicas, as boas práticas de engenharia, além de eventuais orientações e determinações específicas da Fiscalização, bem como legislação vigente e os normativos internos do Senado Federal.
186. A CONTRATADA deverá cumprir com as obrigações legais e trabalhistas vigentes, além das obrigações e orientações adicionais previstas no contrato, no Edital e seus Anexos.
187. Adicionalmente, caberá a CONTRATADA observar o disposto nas Convenções Coletivas aplicáveis a cada caso. Eventuais custos associados a benefícios deverão ser observados e incluídos nas respectivas planilhas orçamentárias. O SENADO não realizará pagamentos adicionais devido a erros, omissões ou desconhecimento da CONTRATADA.
188. Ressalta-se que existem atividades complementares (não relacionadas diretamente ao contrato) que devem ser executadas pela equipe centralizada da CONTRATADA (exemplo: pagamentos de salários, RH, medicina do trabalho etc.). A equipe residente só poderá trabalhar em atividades relacionadas diretamente a contratação em tela. As atividades dos outros profissionais da CONTRATADA (que não fazem parte da equipe residente) não serão alvo de faturamento específico no âmbito do contrato, mesmo que desempenhem parte de suas funções no âmbito dessa contratação.



SENADO FEDERAL

189. Todos os custos trabalhistas referentes a equipe residente serão de responsabilidade da CONTRATADA, não havendo pagamento adicional por parte do SENADO, exceto nos casos previstos em legislação específica ou no Edital. Dessa forma, é de responsabilidade das licitantes apresentarem propostas comerciais compatíveis com o Edital, incluindo de forma adequada eventuais custos extras (adicionais, cobertura de férias, EPIs, uniformes, seguros, planos de saúde etc.). Não serão aceitas alegações de desconhecimento, erros ou omissões nos valores contratados com o SENADO.

ATRIBUIÇÕES, GESTÃO DE MÃO DE OBRA E ALOCAÇÃO DE EQUIPES

190. A responsabilidade pela gestão e organização da equipe residente é inteiramente da CONTRATADA. Ela é responsável não só pela contratação dessa equipe, mas também pela distribuição e gestão das atividades de cada membro da equipe. Em última instância, a CONTRATADA é a responsável pela qualidade dos serviços prestados por meio da equipe técnica residente.
191. É responsabilidade da CONTRATADA montar uma estrutura que permita o funcionamento eficiente, atendendo plenamente o escopo da contratação. A gestão da mão de obra – incluindo organização de equipes e distribuição de tarefas – é de responsabilidade da CONTRATADA, especialmente por meio dos cargos de supervisores e encarregados, conforme especificado no Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas do Edital.
- 191.1. A CONTRATADA poderá utilizar a organização que achar mais adequada, mantendo a equipe residente listada na Tabela 1.
- 191.2. A organização será feita preferencialmente por equipes e com hierarquia técnica, de tal forma que profissionais mais experientes e com maior qualificação técnica tenham mais responsabilidades. Contudo, caberá à CONTRATADA definir a composição e as atividades dessas equipes, observando as atribuições de cada cargo, conforme especificado no referido Subanexo 2.1. A montagem e alocação de equipes poderá inclusive acontecer de forma dinâmica, conforme a necessidade.
- 191.3. A Fiscalização deverá ser informada sobre o modelo de organização de equipes a ser adotado.
- 191.4. Atualmente, utiliza-se um modelo com equipes divididas de forma geográfica (ou seja, cada uma é responsável por uma parte do Senado Federal), complementado por equipes especializadas (equipes de automação, de subestações etc.). Não há obrigação de se seguir esse modelo específico, desde que os resultados esperados pela contratação sejam obtidos.
192. Adicionalmente, conforme exposto na Seção C, as atividades do contrato são dinâmicas, o que exige um preparo adicional não só da CONTRATADA, mas também das equipes. É importante frisar que se busca sempre a alocação integral da mão de obra disponível, com gestão ativa desses recursos pela CONTRATADA. Dessa forma, se houver mais demanda do que a equipe é capaz de atender, é responsabilidade da CONTRATADA discutir tecnicamente com a Fiscalização para determinar o que é prioritário. Da mesma forma, deve-se evitar a



SENADO FEDERAL

ociosidade das equipes, mediante a execução de atividades de manutenção propostas pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, buscando em última instância aumentar a confiabilidade e a qualidade do Sistema Elétrico do Senado Federal.

193. A CONTRATADA também será responsável pela qualidade no sentido amplo da execução Contratual. Assim, deverão ser tomadas ações para garantir que as intervenções realizadas sejam tecnicamente adequadas, que sejam executadas de forma correta e segura, além de serem realizadas de forma tempestiva e eficiente. Todos os aspectos de qualidade de prestação de serviços devem ser geridos de forma ativa pela CONTRATADA e sua equipe.

193.1. A qualidade dos serviços envolve todo o ciclo de execução, incluindo aspectos como velocidade do atendimento, comunicação com o usuário, precisão no diagnóstico, técnica de execução, segurança na intervenção, qualidade do acabamento e outros aspectos relacionados.

193.2. As interações com os usuários devem prezar pelo respeito e urbanidade, e devem ater-se ao essencial para a boa execução dos serviços. Questões de ordem técnica, como sugestões e recomendações, devem ser tratadas somente no âmbito interno da própria CONTRATADA ou com a Fiscalização.

193.3. Sempre que necessário, a CONTRATADA deve implementar rotinas de verificação e controle de qualidade, de tal forma que eventuais problemas sejam identificados e corrigidos assim que possível.

193.4. Não serão aceitas soluções improvisadas, inseguras e/ou tecnicamente inadequadas.

194. No quesito qualidade, a Fiscalização atuará de forma auxiliar, monitorando os serviços executados, conforme o necessário, e rejeitando serviços que não foram realizados adequadamente. Contudo, mesmo com a presença da Fiscalização, a responsabilidade sobre a execução dos serviços é integralmente da CONTRATADA.

195. Além das atividades técnicas, é obrigação da CONTRATADA, por intermédio de sua equipe técnica residente:

195.1. Manter a disciplina da equipe, garantindo que os serviços sejam feitos conforme a melhor técnica de engenharia;

195.2. Garantir que as normas de segurança sejam seguidas, incluindo o uso adequado de EPIs;

195.3. Manter limpeza dos locais de trabalho;

195.4. Manter a higiene pessoal;

195.5. Manter as ferramentas limpas, organizadas e em bom estado de conservação;

195.6. Manter as instalações do Senado Federal em bom estado de conservação;



SENADO FEDERAL

- 195.7. Realizar demais atividades, mesmo que não técnicas, buscando garantir a qualidade dos serviços prestados, o atendimento às necessidades do Senado Federal e o bem-estar e a satisfação da equipe.
196. Por fim, a CONTRATADA também deverá buscar que a equipe residente seja coesa e que se encaixe bem na cultura organizacional do Senado Federal. O relacionamento da equipe – seja ele interno, com a Fiscalização, com a Gestão, com os usuários do Senado Federal ou com outras empresas contratadas pelo Senado Federal – deve ser sempre cortês e profissional.
197. A CONTRATADA deverá providenciar meios para viabilizar a comunicação entre a Fiscalização e a equipe técnica da CONTRATADA, conforme previsto no tópico S.
198. A equipe técnica no Senado Federal deve sempre contar com funcionários aptos e autorizados a conduzir os veículos da CONTRATADA.
- 198.1. Durante o horário comercial, a CONTRATADA deverá contar com pelo menos 10 (dez) funcionários aptos a conduzir os veículos.
- 198.2. Fora do horário comercial, a CONTRATADA deverá contar com pelo menos 1 (um) funcionário apto a conduzir os veículos.
- 198.3. Os condutores deverão ser parte da equipe residente, e devem estar trabalhando normalmente. Não serão admitidos atrasos nos atendimentos por falta de condutor. Não será aceito um regime de acionamento de condutores sob demanda/sobreaviso ou semelhantes.
- 198.4. Conduzir os veículos será sempre uma atividade complementar e acessória às atividades principais a serem executadas pelo membro da equipe. Assim, os funcionários responsáveis por conduzir os veículos farão essas atividades em complemento às suas atividades regulares. Não há previsão para cargos exclusivos de motorista ou semelhantes.
- 198.5. A disponibilidade dos condutores deverá ocorrer mesmo em finais de semana, feriados, noites e madrugadas, pois poderão ocorrer atendimentos emergenciais em locais como as residências oficiais e outras localidades do Senado Federal fora do complexo principal. Assim, é de se esperar que pelo menos um membro de cada turno do plantão esteja apto para conduzir veículos.
- 198.6. Os condutores deverão estar devidamente habilitados para condução dos veículos, conforme a legislação vigente.
- 198.7. Não haverá pagamento adicional pelo SENADO para condutores. Eventuais custos correrão por conta da CONTRATADA.
199. A responsabilidade sobre escolha e a gestão dos membros da equipe técnica será da CONTRATADA. Assim, a escolha de quem será contratado, bem como eventuais demissões, substituições, promoções, mudanças de função e semelhantes são de total responsabilidade da CONTRATADA, observando as quantidades de cada cargo, as qualificações necessárias e as exigências específicas do Edital e seus Anexos. Da mesma forma, a responsabilidade pela execução contratual é inteiramente da CONTRATADA, não podendo alegar dificuldades com



SENADO FEDERAL

a equipe para justificar problemas de execução. O envolvimento do SENADO e da Fiscalização ocorrerá somente nos casos previstos neste Edital e seus Anexos.

200. Reforçando o exposto acima, a CONTRATADA será a única responsável pelo controle da mão de obra, inclusive quanto à:
- 200.1. Contratação e dispensa de funcionários;
 - 200.2. Delegação de responsabilidades;
 - 200.3. Definição de equipes; e
 - 200.4. Distribuição de tarefas.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

201. O controle de frequência da equipe técnica residente será realizado de forma eletrônica, por meio de Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), em conformidade com a Portaria MTP/MTE nº 671/2021, e demais normas vigentes que a alterem ou substituam.
202. A solução a ser utilizada deverá ser, preferencialmente, do tipo REP-P (Registrador Eletrônico de Ponto via Programa), incluindo os componentes necessários ao seu funcionamento (programa/serviço de registro, coletores de marcação e programa de tratamento, quando aplicável), observados os requisitos legais do respectivo modelo.
203. Os equipamentos, licenças, infraestrutura, instalação, configuração, gestão, suporte e manutenção necessários ao controle de frequência são de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional ao SENADO.
- 203.1. A CONTRATADA deverá manter disponível, sempre que solicitado pela Fiscalização, a documentação comprobatória de conformidade do SREP e de seus componentes com a Portaria aplicável.
204. A CONTRATADA será responsável por garantir que a equipe técnica residente utilize o SREP de forma adequada. A CONTRATADA deverá orientar a equipe a realizar os registros conforme a legislação vigente e os procedimentos definidos para o contrato.
205. A CONTRATADA deverá disponibilizar terminais fixos (coletores de marcação) nas dependências do Senado Federal, em quantidade suficiente, com validação pela Fiscalização, de forma a não obrigar nenhum empregado a utilizar dispositivos pessoais para realização dos registros.
- 205.1. O local de instalação de cada terminal fixo será definido em acordo com a Fiscalização.
- 205.2. A CONTRATADA deverá sugerir os locais de instalação, buscando otimizar a localização dos terminais para que as atividades de controle de frequência sejam rápidas e eficientes.
- 205.3. Em casos excepcionais, a Fiscalização poderá solicitar mudança dos locais de instalação. O remanejamento ocorrerá por conta da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

206. A forma preferencial de registro de presença será a biometria (impressão digital). Casos excepcionais que tornem impossível o uso da biometria devem ser informados à Fiscalização para que seja determinada a forma de registro adequada para cada caso, observada a legislação vigente.
- 206.1. Além da biometria, será obrigatório o uso de georreferenciamento para controle do local onde o ponto foi registrado, de modo que cada marcação fique associada ao local de realização do registro, conforme recursos do SREP adotado.
- 206.2. Não serão aceitas marcações de ponto fora do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, salvo em casos devidamente autorizados pela Fiscalização.
207. Conforme a legislação vigente, deverão ser feitos registros no início e fim da jornada de trabalho, além dos intervalos intrajornadas.
208. Eventualmente, serão necessárias marcações tratadas/ajustes no sistema de controle de frequência.
- 208.1. Os ajustes devem ser excepcionais, devidamente justificados e rastreáveis, com identificação do responsável, data/hora e motivação.
- 208.2. Os procedimentos específicos de ajustes serão determinados pela CONTRATADA, observada a legislação vigente. A Fiscalização poderá solicitar que seja avisada sempre que houver ajustes, especialmente quando recorrentes.
209. Ressalta-se que a atividade-fim do contrato está claramente definida na Seção B deste documento. Assim, o registro de frequência deverá ser eficiente e não poderá interferir nas atividades-fim do contrato.
- 209.1. A título de exemplo, não será admitido obrigar que uma equipe realizando um atendimento externo retorne ao Senado Federal somente para registrar o intervalo intrajornada. Situações de serviço externo serão excepcionais e serão tratadas caso a caso com a Fiscalização, observada a legislação vigente.
210. Os equipamentos e o SREP devem ser configurados de forma adequada, seguindo a realidade do contrato.
- 210.1. O sistema de gestão de ponto deve ser capaz de controlar o banco de horas, informando os saldos sempre que necessário.
- 210.2. O sistema deverá permitir que o registro de presença possa ser feito em mais de um terminal fixo, minimizando a eventual necessidade de deslocamento da equipe para registro e aumentando a robustez do sistema em caso de falha de um equipamento.
- 210.3. O sistema de controle de frequência deve operar de forma contínua, 24 horas por dia e 7 dias por semana, incluindo noites e feriados. Ele deve estar configurado para permitir a presença das equipes de plantão e eventuais equipes adicionais necessárias para serviços noturnos ou nos finais de semana.



SENADO FEDERAL

211. O cadastro da biometria será realizado conforme a legislação vigente. A Fiscalização deve ser informada sempre que houver atividades de cadastro ou recadastro da biometria, e pode optar por acompanhar pessoalmente os procedimentos em horário acordado entre as partes. Os cadastros não poderão ocorrer sem autorização da Fiscalização.
212. Para fins de controle de frequência, a CONTRATADA deverá cadastrar pelo menos duas impressões digitais para cada empregado, quando aplicável, ou adotar procedimento equivalente compatível com a solução utilizada, conforme a legislação vigente.
213. Ressalta-se que a equipe residente, em especial os supervisores de manutenção, não tem atribuição de gestão de ponto. Essa atividade deverá ser realizada pelo escritório da CONTRATADA. A equipe residente poderá auxiliar em pontos específicos da gestão de ponto, desde que isso não interfira nas atividades técnicas a serem executadas no âmbito do contrato.
214. Em situações excepcionais, a CONTRATADA poderá utilizar o controle de ponto manual.
- 214.1. O controle manual só poderá ser utilizado em caso de indisponibilidade do SREP.
- 214.2. A CONTRATADA deverá tomar as medidas necessárias para evitar o uso do controle de ponto manual. Deverá haver possibilidade de realizar o registro em diversos terminais fixos, de forma que a indisponibilidade de um equipamento não impossibilite o controle eletrônico de frequência dos empregados.
- 214.3. A Fiscalização deverá ser informada em até 1 (um) dia útil sempre que for necessário utilizar o controle de ponto manual.
- 214.4. O controle manual deve ser diário, não sendo admitido o preenchimento posterior da folha de ponto.
- 214.5. A folha de ponto deve realizar os mesmos registros do SREP.
- 214.6. Caso seja utilizado o controle manual de ponto, não haverá possibilidade de acúmulo ou uso do banco de horas durante o período em que perdurar a contingência.
- 214.7. Assim que o sistema seja reestabelecido, as informações registradas manualmente devem ser inseridas no SREP, de tal forma que as informações fiquem consolidadas em um único local.
- 214.8. As folhas manuais de ponto deverão ser apresentadas em caso de uso do controle de ponto manual, devidamente assinadas pelos responsáveis pelo preenchimento, mesmo que as informações já constem no SREP. As folhas de ponto devem ser apresentadas em conjunto com o relatório de frequência a ser gerado para o pagamento de cada mês.
215. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente a cada mês um relatório discriminado de frequência da equipe residente.
- 215.1. O objetivo do relatório é demonstrar que a equipe cumpriu a sua jornada de trabalho nos termos do contrato.



SENADO FEDERAL

- 215.2. O relatório deverá ser gerado automaticamente pelo SREP.
- 215.3. O relatório deve indicar de forma clara os membros da equipe residente, os dias e horários de registro (entrada, saída e intrajornada), e deve calcular o saldo do banco de horas automaticamente, indicando acúmulo e utilização. O relatório também deve incluir os ajustes e as justificativas associadas.
216. Detalhes específicos do relatório serão acordados com a Fiscalização e com o Órgão Gestor do Contrato.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO

217. É responsabilidade da CONTRATADA gerenciar os horários de trabalho da equipe residente, buscando otimizar o atendimento a demanda do SENADO.
218. Para a equipe que trabalha em regime de plantão, o horário de trabalho será fixo, com trocas de turno a cada 12 (doze) horas. Os horários das trocas de turno serão estabelecidos em comum acordo com a Fiscalização, e deverão se situar entre as 06h e as 08h e entre as 18h e as 20h. Na falta de acordo, o horário estabelecido para troca de turno será às 7h e às 19h.
- 218.1. A jornada de trabalho do plantão será de 12h x 36h (12 horas de trabalho e 36 horas de descanso). Há previsão de 2 (duas) equipes para o plantão diurno e 2 (duas) equipes para o plantão noturno, que devem se revezar para cobrir os postos.
- 218.2. O plantão trabalhará de forma contínua, incluindo dias, noites, madrugadas, finais de semana e feriados.
- 218.3. Eventuais permutas de plantão serão permitidas, desde que atendam à legislação vigente e sejam feitas com consentimento da CONTRATADA.
- 218.4. A Fiscalização deverá ser informada e autorizar previamente sempre que houver mudança no plantão.
219. Para o restante da equipe, o horário poderá ser fixo ou flexível, observado o intervalo entre as 7h e as 22h. Caberá à CONTRATADA definir a forma de organização da jornada (fixa ou flexível) e, quando aplicável, a distribuição dos horários da equipe, de modo a proporcionar maior período de cobertura de atendimento. As equipes trabalharão apenas nos dias em que houver expediente regular no Senado Federal.
- 219.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- 219.2. Para os fins deste Edital, considera-se “expediente regular” aquele definido pelos calendários e atos normativos aplicáveis ao Senado Federal, excluídos sábados, domingos, feriados e os dias declarados como ponto facultativo, para os quais não haverá expediente (trabalho) ordinário da equipe.
- 219.3. Os períodos de recesso observarão os normativos internos do Senado Federal específicos sobre o tema, aplicáveis ao recesso de mão de obra contratada no âmbito do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

- 219.4. Eventualmente, caso a flexibilização de horário não atenda à demanda do SENADO, a Fiscalização poderá fixar os horários de trabalho e as tolerâncias de entrada e saída.
- 219.5. As jornadas poderão ser modificadas em razão de determinação superior ou por motivo de força maior.
220. As jornadas de trabalho devem respeitar a legislação vigente. É responsabilidade da CONTRATADA garantir que os intervalos intrajornada e de descanso sejam respeitados.

BANCO DE HORAS E HORAS EXTRAS

221. A dinâmica de funcionamento do Senado Federal não permite a indisponibilidade do sistema elétrico durante o seu expediente regular, período no qual também pode haver restrições de acesso a determinados ambientes e de execução de atividades que interfiram no funcionamento dos órgãos internos (exemplo: atividades que emitam ruídos elevados, que produzam poeira ou restrinjam a passagem de pessoas). Assim, buscando minimizar o impacto das atividades de manutenção, haverá a necessidade recorrente de se realizar atividades fora do horário regular de funcionamento do Senado Federal. Emergências também poderão ocorrer a qualquer momento. Assim, muitas atividades técnicas deverão ser realizadas durante os finais de semana, feriados e durante as noites e madrugadas.
222. A prioridade será de alocar as equipes de plantão para execução dessas atividades. Contudo, a depender da complexidade e escopo do serviço a ser realizado, será necessário complementar a equipe de plantão com demais membros da equipe técnica residente. É responsabilidade da CONTRATADA monitorar as atividades a serem realizadas e agendar com as equipes de forma adequada.
223. No intuito de permitir a realização de atividades fora da jornada prevista na Seção 0, a contratação contará com o recurso de banco de horas.
224. É responsabilidade da CONTRATADA utilizar tanto o horário de trabalho flexível, previsto na Seção 0, como o banco de horas, de modo a viabilizar as atividades do contrato conforme a necessidade do SENADO. Ressalta-se que as equipes devem estar disponíveis para atendimentos mesmo em horários ou jornadas atípicas, tendo em vista situações excepcionais e emergenciais.
225. Para efeito de banco de horas, cada hora adicional trabalhada será contabilizada conforme previsto na convenção coletiva de trabalho da categoria.
226. Não haverá acúmulo de banco de horas quando houver utilização de controle manual de ponto (folha de ponto).
227. É vedado o uso do banco de horas para funcionários plantonistas.
228. O saldo máximo, positivo ou negativo, será de 32 (trinta e duas) horas para cada funcionário, a ser aferido ao final de cada mês.
229. A contabilização de saldo, bem como eventuais glosas, será efetuada de forma individualizada para cada funcionário.



SENADO FEDERAL

230. A CONTRATADA deverá gerenciar de forma ativa o saldo de banco de horas de cada funcionário, não permitindo que ele ultrapasse o limite de 32 (trinta e duas) horas, seja ele positivo ou negativo, tendo em vista que nenhuma hora ou fração poderá ser computada além desses limites.
231. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá gerenciar o saldo do banco de horas de tal forma que eles estejam todos nulos ao final do contrato. Contudo, caso eles não estejam, observa-se que:
- 231.1. Não haverá pagamento, por parte do SENADO, de saldo positivo remanescente no banco de horas ao final do contrato;
- 231.2. Haverá glosa do saldo negativo remanescente no banco de horas ao final do contrato.
232. Não haverá pagamento de horas extras ou adicionais noturnos por parte do SENADO, com exceção dos adicionais noturnos já previstos para os plantonistas noturnos. É responsabilidade da CONTRATADA gerenciar a equipe e os bancos de horas.
233. Ressalta-se que a CONTRATADA deverá sempre observar a legislação trabalhista vigente, além do estabelecido nas convenções coletivas aplicáveis. Limites máximos de trabalho e intervalos devem ser respeitados. Eventuais conflitos entre o previsto no contrato, no Edital e seus Anexos e as convenções coletivas aplicáveis devem ser informados à Fiscalização e ao Órgão Gestor do Contrato, prevalecendo o previsto nas convenções coletivas.
234. Com vistas a subsidiar o adequado planejamento das atividades previamente programadas pela Administração, em especial aquelas relacionadas às manutenções de maior porte realizadas nos recessos parlamentares dos meses de julho, dezembro e janeiro, a CONTRATADA deverá manter a Fiscalização informada acerca da situação do banco de horas da equipe residente.
235. Os relatórios mensais referentes ao controle de frequência deverão conter as informações referentes ao banco de horas de todos os funcionários. Deverão ser informados, de forma individualizada, os saldos, os acúmulos e as utilizações de banco de horas.

FÉRIAS E AFASTAMENTOS

236. A gestão de férias e eventuais afastamentos programados será da CONTRATADA.
237. É responsabilidade da CONTRATADA garantir que as férias e outros afastamentos programados não afetem o andamento das atividades do contrato. Ressalta-se que as atividades serão realizadas ao longo de todo ano, com planejamento de manutenções de grande porte durante os recessos parlamentares em julho, dezembro e janeiro.
- 237.1. Não será permitido que todos os profissionais de um mesmo cargo tirem férias ou tenham afastamentos programados simultaneamente, salvo nos casos em que só há previsão de 1 (um) profissional na equipe residente.
- 237.2. A Fiscalização poderá solicitar o planejamento de férias e afastamentos.



SENADO FEDERAL

- 237.3. A Fiscalização poderá indicar períodos com necessidades especiais do Senado Federal (eventualmente com aumento na quantidade de serviços previstos), que devem ser levadas em conta no planejamento de férias e afastamentos.
238. O planejamento de férias e outros afastamentos programados deve ser feito com antecedência, limitando os afastamentos em até 10% do total de funcionários da equipe residente.
- 238.1. Adicionalmente, somente 1 (um) Responsável Técnico poderá gozar férias ou outros afastamentos programados a cada vez.
239. Para a equipe em regime de plantão, a CONTRATADA deverá providenciar substitutos em casos de férias e afastamentos, independente da duração.
- 239.1. A substituição da equipe de plantão também ocorrerá em caso de falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de **4 (quatro) horas**, a contar da comunicação da ausência;
240. Para os demais funcionários, não haverá previsão de substituição em caso de férias e de afastamentos de até **15 (quinze) dias corridos**.
- 240.1. A CONTRATADA deverá providenciar substitutos quando os afastamentos forem superiores a **15 (quinze) dias corridos**.
- 240.2. Não há necessidade de providenciar substitutos em caso de férias.
241. Eventuais substitutos deverão atender às exigências previstas para o cargo, conforme especificado no Subanexo 2.1 do Edital.
242. Os custos associados a eventuais férias, coberturas e outros casos previstos nessa Seção deverão estar devidamente contabilizados na proposta comercial da CONTRATADA. Não haverá pagamento adicional referente a contratações de substitutos, funcionários temporários ou outros casos semelhantes.
243. As férias e outros afastamentos devem ser informados ao Órgão Gestor do Contrato.

ADICIONAL NOTURNO

244. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o pagamento dos encargos trabalhistas previstos na legislação vigente, incluindo o adicional noturno para os casos aplicáveis.
245. O pagamento do adicional noturno será obrigatório para a equipe com jornada de trabalho noturna, conforme estabelecido no tópico 0.
246. Para o restante da equipe, não há previsão de adicional noturno.
247. Os custos referentes aos adicionais noturnos deverão ser devidamente contabilizados na proposta comercial da CONTRATADA e indicados no momento da licitação. O valor do adicional deverá ser calculado pela CONTRATADA e deverá seguir o previsto na legislação vigente.
- 247.1. Só haverá pagamento de adicional noturno por parte do SENADO para os casos indicados na proposta comercial da CONTRATADA. Demais custos, se existentes, serão de



SENADO FEDERAL

responsabilidade da CONTRATADA e não serão objeto de ressarcimento por parte do SENADO.

248. Serviços pontuais podem exigir trabalhos durante a noite madrugada, mas essas são situações excepcionais e atípicas. Contudo, a CONTRATADA deverá estar preparada para atender essas situações atípicas e realizar esses serviços, priorizando a execução pela equipe de plantão e eventualmente complementando com a equipe regular. Não haverá pagamento adicional por parte do SENADO para esses casos.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

249. O Sistema Elétrico do Senado Federal é amplo e complexo, contando inclusive com instalações de alta potência e média tensão. Assim, parte das atividades previstas no escopo da contratação exigem o trabalho em situações classificadas como perigosas nos termos da legislação vigente.
250. Dessa forma, com base no Anexo 4 da Norma Regulamentadora 16 do antigo Ministério do Trabalho e em laudos especializados, haverá pagamento de adicional de periculosidade para parte da equipe residente.
251. A Tabela 1 indica as categorias para as quais o pagamento do adicional de periculosidade será obrigatório, pautado nas especificações detalhadas de cada cargo conforme o Subanexo 2.1 do Edital.
252. Para os demais cargos, não há previsão de adicional de periculosidade.
253. Os custos referentes aos adicionais de periculosidade deverão ser devidamente contabilizados na proposta comercial da CONTRATADA e indicados no momento da licitação. O valor do adicional deverá ser calculado pela CONTRATADA e deverá seguir o previsto na legislação vigente.
- 253.1. Só haverá pagamento de adicional de periculosidade por parte do SENADO para os casos indicados na proposta comercial da CONTRATADA. Demais custos, se existentes, serão de responsabilidade da CONTRATADA e não serão objeto de ressarcimento por parte do SENADO.
254. Caberá a equipe de segurança do trabalho da CONTRATADA classificar a periculosidade associada a cada atividade e a cada local.
- 254.1. Os locais com periculosidade deverão ser devidamente sinalizados. A equipe deverá ser devidamente orientada em relação ao acesso a esses locais, de tal forma que somente equipes autorizadas realizem o acesso, obrigatoriamente com o uso dos EPIs adequados.
- 254.2. Eventualmente, medidas de controle de acesso também poderão ser implementadas, em comum acordo com a Fiscalização.
- 254.3. Adicionalmente, a Fiscalização poderá indicar condições, locais e atividades com acesso restrito a equipes com periculosidade.



SENADO FEDERAL

- 254.4. Sob demanda da Fiscalização, a CONTRATADA deverá indicar em documentação específica os locais e atividades restritas aos funcionários que recebam adicional de periculosidade.
255. A CONTRATADA será responsável por controlar o acesso de sua equipe a locais considerados perigosos.
256. É obrigação da CONTRATADA garantir que as atividades perigosas sejam realizadas somente por trabalhadores que recebam o respectivo adicional. Da mesma forma, o pagamento de adicional de periculosidade não significa que as atividades possam ser feitas sem a devida segurança. A elaboração de procedimentos de trabalho especializados, o treinamento específico e o uso de equipamentos de segurança continuam sendo obrigatórios. Da mesma forma, toda legislação vigente deverá ser seguida. A integridade e segurança dos trabalhadores deverá ser sempre priorizada, independente do pagamento de adicionais.
257. Eventualmente, serviços de maior complexidade exigirão a adoção de procedimentos de segurança específicos, de tal forma que as instalações se tornem adequadas do ponto de vista normativo mesmo para profissionais que não recebem o adicional de periculosidade.
- 257.1. Nesses casos, é de responsabilidade da CONTRATADA gerenciar o serviço, de tal forma que a equipe sem periculosidade não seja exposta a uma situação perigosa do ponto de vista normativo.
- 257.2. Os procedimentos dependerão de cada caso, a serem avaliados pelos Responsáveis Técnicos da CONTRATADA.
- 257.3. Procedimentos como desligamentos, instalação de bloqueios, aterramentos temporários e instalação de barreiras isolantes deverão ser parte da rotina para os serviços mais complexos.
258. Complementarmente, a legislação trabalhista específica e as melhores práticas de segurança do trabalho deverão ser sempre observadas.
259. É obrigação da CONTRATADA gerenciar a alocação das atividades das equipes, levando em consideração se a atividade exige ou não equipes com adicional de periculosidade. Independente da classificação de periculosidade da atividade, os prazos previstos no contrato, no Edital e seus Anexos se aplicam.

SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS – POR PARTE DA CONTRATADA

260. A CONTRATADA deverá informar com antecedência à Fiscalização sempre que houver mudanças (promoções, desligamentos ou contratações) de funcionários que farão parte da equipe residente.
- 260.1. A CONTRATADA deve informar os dados dos funcionários e o cargo.
- 260.2. A CONTRATADA também deverá informar quando houver necessidade de substitutos eventuais (volantes, folguistas, feristas etc.).



SENADO FEDERAL

261. Sempre que necessário, a Fiscalização fará a avaliação das qualificações dos funcionários, conforme previsto na Seção 0.
262. Os cargos referentes aos Supervisores de Manutenção (Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços do contrato) não poderão ficar vagos, sendo responsabilidade da CONTRATADA garantir que os postos estejam devidamente preenchidos durante toda a execução contratual.
- 262.1. Férias e outros afastamentos legais não serão considerados como vacância do cargo. Contudo, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição sempre que exigido, conforme previsão do contrato, do Edital e seus Anexos.
263. Para os demais cargos, a CONTRATADA terá até **30 (trinta) dias corridos** após a saída do funcionário para preencher novamente a vaga na equipe residente.
264. Na eventual ocorrência de faltas, a própria CONTRATADA deverá suprimir os dias não trabalhados do faturamento correspondente, caso contrário o órgão Gestor do Contrato efetuará a glosa dos valores indevidos.
265. A CONTRATADA poderá alterar a equipe residente sempre que achar necessário. É de responsabilidade da CONTRATADA manter a equipe eficiente, atendendo as necessidades contratuais e se relacionando de forma eficaz com a equipe do SENADO.

SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS – POR PARTE DO SENADO

266. Em casos excepcionais, o SENADO poderá solicitar a substituição de um membro da equipe residente.
- 266.1. A substituição deverá ser feita por outro profissional que atenda às exigências do Edital.
- 266.2. Após notificação formal de substituição, a CONTRATADA terá **2 (dois) dias úteis** para afastar o profissional da equipe residente.
- 266.3. A CONTRATADA terá até **30 (trinta) dias corridos** após a saída do funcionário para preencher novamente a vaga na equipe residente.
- 266.4. Não haverá pagamento do valor do posto de trabalho pelo período que ele ficar a descoberto.
267. A CONTRATADA deverá realizar a substituição nos casos descritos abaixo:
- 267.1. Por solicitação do Órgão Gestor do Contrato ou da Fiscalização, no caso de falta grave devidamente documentada;
- 267.2. Automaticamente, após três advertências formais;
- 267.3. Quando não possuir a qualificação mínima exigida;
- 267.4. Sempre que, justificadamente, seus serviços ou conduta forem julgados insatisfatórios ou inconvenientes ao SENADO.



SENADO FEDERAL

268. Por solicitação da SENADO, os membros da equipe residente poderão ser formalmente advertidos. As advertências serão complementares às advertências realizadas pela CONTRATADA, que deverá atuar de forma a orientar e disciplinar a sua equipe sempre que necessário.
269. A título exemplificativo, os seguintes comportamentos são considerados indevidos, e poderão ensejar a aplicação e penalidades contratuais ou solicitação de substituição por parte do SENADO:
- 269.1. Prática de crimes;
 - 269.2. Prática de assédio;
 - 269.3. Desrespeito à legislação e aos normativos internos do Senado Federal;
 - 269.4. Descumprimento de orientações e determinações da Fiscalização;
 - 269.5. Indisciplina;
 - 269.6. Desrespeito a outras pessoas no Senado Federal;
 - 269.7. Excesso de faltas e atrasos injustificados;
 - 269.8. Falta de conhecimento técnico adequado, independente de qualificações formais;
 - 269.9. Execução de serviços de forma tecnicamente inadequada ou grosseira;
 - 269.10. Execução de serviços com padrão de acabamento ruim;
 - 269.11. Execução de serviços de forma perigosa, desrespeitando as normas de segurança;
 - 269.12. Execução de serviços de forma tecnicamente inadequada, que gere riscos à segurança ou ao patrimônio;
 - 269.13. Execução de serviços sem cumprir os fluxos de trabalho adequado;
 - 269.14. Falta de cuidado com a propriedade do Senado Federal.

QUALIFICAÇÃO

270. A CONTRATADA deverá apresentar a documentação que comprove a qualificação dos membros da equipe residente, conforme especificação do Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas do Edital.
271. A documentação inclui certificados de conclusão de cursos, certificados de treinamentos, registros nos conselhos de classe, carteiras de trabalho, entre outros. A documentação de qualificação deverá ser acompanhada pelo currículo de cada profissional. Documentos adicionais poderão ser solicitados pela Fiscalização, conforme cada caso.
272. Adicionalmente, deverão ser apresentados os laudos médicos e outra documentação complementar para os trabalhadores que realizarão trabalho em altura, conforme estabelecido na Seção 0.



SENADO FEDERAL

273. A CONTRATADA deve controlar a validade dos cursos e certificações obrigatórios pela legislação vigente e pela regulamentação da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, além das qualificações especificadas no referido Subanexo 2.1, providenciando renovações sempre que necessário. É obrigação da CONTRATADA monitorar a validade e providenciar as renovações. A CONTRATADA deverá apresentar os novos certificados sempre que eles forem renovados.
- 273.1. Dentre os certificados a serem monitorados estão os cursos de NR-10, NR-10 SEP e NR-35, conforme as atribuições de cada membro da equipe.
274. A CONTRATADA deverá monitorar também a situação perante o Conselho de Classe de cada membro da equipe residente. Caso algum profissional fique em situação irregular, a CONTRATADA deverá notificar tanto o funcionário para regularização da situação ou eventual substituição, bem como informar à Fiscalização a esse respeito.
275. A documentação referente à qualificação deverá ser apresentada antes do início efetivo das atividades do profissional. A Fiscalização irá analisar a documentação apresentada para determinar se a qualificação mínima foi atendida para o caso.
- 275.1. Sempre que houver uma nova contratação ou substituição, a Fiscalização deverá aprovar previamente a documentação de qualificação dos membros da equipe residente.
- 275.2. Para as capacitações previstas nas normas do antigo Ministério do Trabalho (NR-10, NR-10 SEP, NR-35, etc.), a CONTRATADA terá **30 (trinta) dias corridos** após o início das atividades do profissional para concluir os treinamentos e apresentar a documentação.
- 275.3. A documentação de substitutos eventuais (volantes, feristas e semelhantes) também deverá ser apresentada e aprovada previamente. Ressalta-se que os substitutos deverão ter a qualificação exigida no referido Subanexo 2.1, conforme exigência de cada cargo.
276. Excepcionalmente, no início da contratação, tendo em vista a grande quantidade de documentos a serem analisados em um curto período de tempo, a Fiscalização poderá adotar um procedimento alternativo. Nesse caso, a CONTRATADA terá **10 (dez) dias úteis** após o início das atividades para apresentar a documentação da equipe residente, sendo permitidas as atividades do profissional mesmo sem a análise prévia da Fiscalização. Contudo, caso a Fiscalização constate que o profissional não atende às exigências do Edital, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição. Não haverá pagamento pela ocupação do posto por profissional que não atenda às exigências do Edital.
277. Para fins de avaliação de tempo de experiência conforme a especificação do referido Subanexo 2.1, a Fiscalização poderá, caso a caso, considerar experiência em atividades semelhantes, correlacionadas e tecnicamente equivalentes. Da mesma forma, a critério da Fiscalização, poderão ser aceitas atividades cujo nome do cargo não seja exatamente o mesmo da exigência do Edital.



SENADO FEDERAL

278. A Fiscalização poderá solicitar que a documentação de qualificação seja reapresentada a qualquer momento, estando sujeita a nova análise ou auditoria.

TRABALHO EM ALTURA

279. O escopo da contratação inclui atividades que são categorizados como trabalho em altura conforme a legislação vigente. Dessa forma, é obrigação da CONTRATADA garantir que parte da equipe residente esteja apta a realizar esses tipos de atividade.
280. A equipe técnica residente deverá contar com pelo menos 25 (vinte e cinco) membros da equipe residente aptos a realizar esses tipos de atividade.
- 280.1. A distribuição entre os cargos ficará por conta da CONTRATADA, tendo em vista a realidade operacional do Senado Federal e do contrato.
281. A distribuição de tarefas no âmbito da CONTRATADA deverá observar também as questões relacionadas a trabalho em altura, de tal forma que a alocação seja feita de forma adequada. A CONTRATADA será responsável pela segurança de sua equipe e deverá garantir que esse tipo de atividade, quando executado, seja feita conforme a norma e por equipe devidamente qualificada.
282. É de responsabilidade da CONTRATADA observar toda a legislação vigente para garantir que a equipe esteja apta a realização de trabalho em altura, em especial a Norma Regulamentadora 35 do antigo Ministério do Trabalho.
- 282.1. Os profissionais aptos para realização dessas atividades deverão passar por avaliação médica e capacitação específica, nos termos das normas vigentes.
- 282.2. A CONTRATADA terá **30 (trinta) dias corridos** a partir do início das atividades do profissional para apresentar à Fiscalização a documentação comprovando ele está apto a realização de trabalho em altura.
283. Ressalta-se que o ferramental mínimo previsto na Seção K já prevê o aparato necessário para realização desse tipo de atividade.
284. Não haverá pagamento adicional pelo SENADO referente a equipe apta para trabalho em altura.

CAPACITAÇÕES, TREINAMENTOS E CERTIFICAÇÕES

285. É obrigação da CONTRATADA garantir que a equipe residente tenha as capacitações e os treinamentos necessários, conforme a legislação vigente, as normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a natureza das atividades realizadas no âmbito do contrato e as especificações do Edital e seus Anexos.
286. A CONTRATADA será responsável pelas capacitações iniciais, além de renovações, cursos de reciclagem e cursos complementares, conforme previsto na legislação vigente.
287. A CONTRATADA não poderá cobrar o valor de capacitações, cursos e treinamentos obrigatórios da equipe residente. Não haverá pagamento por parte do SENADO referente a capacitações, treinamentos, cursos, certificações e outras atividades semelhantes.



SENADO FEDERAL

288. Os cursos deverão ser específicos instalações do Senado Federal e pautados na realidade do contrato. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento adicional nos casos previstos na legislação vigente e também quando entender necessário.
- 288.1. Ressalta-se que o item 10.8.3.1 da norma NR-10 estabelece condições de validade das capacitações obrigatórias para trabalho em instalações elétricas.
289. A equipe técnica residente deverá contar com as seguintes capacitações mínimas:
- 289.1. Para o trabalho em instalações elétricas (NR-10, NR-10 SEP e NR-10 Reciclagem): conforme as atribuições de cada membro da equipe;
- 289.2. Para o trabalho em altura (NR-35): conforme a necessidade do contrato, observando o disposto na Seção 0.
290. Buscando o aprimoramento constante da equipe, a CONTRATADA deverá promover atividades complementares de qualificação e orientação, como palestras, cursos, treinamentos e outras atividades semelhantes. Essas atividades devem ser prioritariamente técnicas, e pautadas na realidade do contrato e nas Instalações Elétricas do Senado Federal.
291. A critério da Fiscalização, as instalações do Senado Federal poderão ser utilizadas para capacitações, treinamentos, cursos de qualificação e outros eventos semelhantes, desde que sejam exclusivos para a equipe residente, sejam agendadas previamente, as instalações estejam disponíveis, não interfiram com outras atividades do Senado Federal e não prejudiquem a execução das atividades do contrato.
292. A critério da Fiscalização, capacitações, treinamentos, cursos de qualificação e outros eventos semelhantes podem ser realizados durante a jornada regular de trabalho no Senado Federal, desde que sejam agendadas previamente, não prejudiquem a execução das atividades do contrato e sejam de interesse do Senado Federal.

UNIFORMES

293. A CONTRATADA deverá fornecer uniformes e outros itens de vestuário necessários para execução das atividades do contrato.
294. Buscando maior transparência em relação ao que deverá ser fornecido, bem como isonomia entre as licitantes, os uniformes listados na Tabela 2 deverão ser obrigatoriamente fornecidos no âmbito do contrato. As especificações detalhadas de cada item encontram-se no Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas do Edital.

Tabela 2 – Uniformes

Especificação	Descrição	Unidade	Quant. estimada p/ 30 meses
SF-02571	Camiseta de manga curta com identificação da empresa	un	750
SF-00825	Calça	un	750



SENADO FEDERAL

295. A **Tabela 2** traz uma lista de uniformes mínimos a serem disponibilizados no âmbito da contratação. Da mesma forma, as especificações são as mínimas a serem seguidas para aquele tipo de uniforme, não sendo possível a substituição por um uniforme de qualidade inferior.
296. Alguns EPIs também atuam como uniforme e/ou vestuário, como as vestimentas antichamas e os calçados de segurança. Dessa forma, aplicam-se complementarmente as informações e especificações previstas na Seção L.
297. O quantitativo da Tabela 2 é meramente estimativo. A CONTRATADA deverá garantir que os funcionários tenham sempre uma quantidade suficiente de uniformes e vestimentas para realizar as atividades do contrato com o devido conforto e higiene. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo:
- 297.1. Para as equipes técnicas sem periculosidade:
- 297.1.1. Três conjuntos de uniforme (calça e camisa) no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada **6 (seis) meses**;
- 297.1.2. Um par de calçados com proteção contra choques elétricos por ano;
- 297.2. Para as equipes técnicas com periculosidade:
- 297.2.1. Três conjuntos de uniforme (calça e camisa) no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada **6 (seis) meses**;
- 297.2.2. Dois conjuntos antichama classe 2 no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada **6 (seis) meses**;
- 297.2.3. Um par de calçados com proteção contra choques elétricos por ano;
- 297.2.4. Um par de luvas isolantes;
- 297.3. Para as equipes de apoio:
- 297.3.1. Três conjuntos de uniforme (calça e camisa) no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada **6 (seis) meses**;
298. Para fins de licitação, caberá a cada licitante estimar a quantidade que julgar adequada para cada item da Tabela 2. Contudo, a execução contratual ditará o número exato de uniformes a serem fornecidos, podendo inclusive ser superior ou inferior às estimativas realizadas pelo SENADO ou pelos licitantes. Os uniformes sempre devem ser prontamente fornecidos quando necessários, independente de quantidade prevista na estimativa.
299. É de responsabilidade das licitantes analisar as atividades do contrato, bem como a legislação vigente e prever o fornecimento de uniformes (e/ou EPIs) adicionais se julgar necessário.
300. Os custos associados aos uniformes e demais equipamentos de segurança deverão estar devidamente estimados nas planilhas de mão de obra apresentadas na licitação. O SENADO não realizará pagamentos adicionais devido a desconhecimento, erros e omissões da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

301. Consideram-se equipes técnicas todas aquelas que realizam atividades essencialmente técnicas (auxiliares, eletricitas, técnicos, supervisores etc.). Os demais membros da equipe residente serão considerados equipe de apoio.
302. Buscando manter a aparência profissional da equipe e proporcionar boas condições de trabalho, a CONTRATADA deverá fornecer novos uniformes sempre que os em uso apresentarem desgaste, independente de quando a última leva de uniformes foi fornecida.
303. Os uniformes fornecidos devem identificar claramente a equipe como funcionários da CONTRATADA.
 - 303.1. Os uniformes devem necessariamente ser confortáveis e próprios para uso diário, priorizando a ergonomia dos funcionários.
 - 303.2. Detalhes como modelo, cor, logotipos etc. serão acordados entre a CONTRATADA e a Fiscalização.
304. Buscando facilitar a identificação e os procedimentos de segurança do SENADO, o uso dos uniformes será obrigatório para as equipes residentes.
 - 304.1. Para o restante da equipe (apoio administrativo, responsáveis técnicos etc.), a obrigatoriedade do uso do uniforme ficará a critério da CONTRATADA.

CRACHÁS

305. A fim de facilitar o controle de acesso às dependências do SENADO, os membros da equipe residente receberão crachás de acesso específicos.
306. O fornecimento dos crachás de acesso ao Senado Federal será de responsabilidade do SENADO.
307. O uso dos crachás será obrigatório dentro das dependências do Senado Federal, conforme política de segurança vigente.
308. A CONTRATADA deverá enviar as informações necessárias ao Órgão Gestor do Contrato para que os crachás sejam emitidos.
309. A CONTRATADA terá **30 (trinta) dias corridos** após o início das atividades de cada profissional para entregar a documentação necessária para confecção dos crachás.
310. É responsabilidade da CONTRATADA providenciar tempestivamente a documentação necessária quando houver substituição definitiva de algum membro da equipe residente, de forma que os procedimentos de acesso não afetem a jornada prevista.
311. É responsabilidade da CONTRATADA garantir que a equipe utilize de forma correta os crachás, portando-os sempre que necessário.
312. A critério do SENADO, poderão ser emitidos crachás a funcionários da CONTRATADA que não fazem parte da equipe residente, bem como substitutos, volantes, feristas e semelhantes. A análise será realizada caso a caso.



SENADO FEDERAL

AUTORIZAÇÕES DE ACESSO

313. O acesso às dependências do SENADO seguirá as normativas internas e a política de segurança e controle de acesso. Assim, a dinâmica de acesso poderá mudar a depender do contexto.
314. É de responsabilidade da CONTRATADA solicitar a Fiscalização as autorizações de acesso sempre que necessário. Os pedidos de autorização de acesso devem ser feitos com antecedência, permitindo que elas sejam devidamente registradas e processadas pela equipe de segurança do SENADO.
- 314.1. As autorizações de acesso devem ser solicitadas com antecedência mínima de 1 (um) dia útil e antes das 17h, exceto em casos excepcionais autorizados pela Fiscalização;
- 314.2. As solicitações deverão ser preferencialmente encaminhadas pelo sistema específico de controle de acesso do SENADO.
315. As solicitações de autorização de acesso devem conter os dados pessoais da equipe e os dados dos veículos que farão o acesso, se for o caso, além de informações como os locais a serem acessados e as devidas justificativas.
316. As autorizações de acesso são obrigatórias em diversas situações, tais como:
- 316.1. Acesso de fornecedores externos e subcontratados;
- 316.2. Acesso os membros da equipe residente sem crachá ou em processo de obtenção de crachá, incluindo feristas, volantes e substitutos, conforme o caso;
- 316.3. Acesso de outros funcionários da CONTRATADA sem crachá;
- 316.4. Acesso à noite ou madrugada e durante finais de semana e feriados, mesmo com crachá, exceto para os funcionários em regime de plantão.
317. Adicionalmente, as autorizações de acesso são necessárias para os veículos que precisarem acessar o SENADO no âmbito do contrato.
- 317.1. Os veículos dedicados à execução do contrato que permanecerão no SENADO não precisarão de autorização específica, desde que previamente cadastrados, devidamente identificados e conduzidos por membros da equipe residente.
318. Alguns locais específicos exigirão autorizações de acesso adicionais, e eventualmente o acompanhamento das atividades por equipe específica. Essas situações serão resolvidas caso a caso.
319. A Fiscalização deverá ser informada sempre que houver dificuldades de acesso ou necessidade de que ela autorize o acesso.



SENADO FEDERAL

MÉTRICA DE PAGAMENTO

320. A métrica de pagamento, por parte do SENADO, será a disponibilidade da equipe residente, nos termos especificados no contrato, no Edital e seus Anexos, incluindo o presente Caderno de Especificações Técnicas.
321. O SENADO poderá aplicar glosas ao faturamento apresentado, em razão de eventuais desconformidades apuradas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais correspondentes em caso de descumprimento das disposições contratuais.
322. Demais diretivas para o pagamento da equipe residente estão nas seções correspondentes do Edital e seus Anexos, bem como na minuta de contrato.

I. MATERIAIS

323. A maior parte das atividades de manutenção requer o uso de materiais específicos – sejam eles peças, componentes, insumos ou semelhantes. Dessa forma, o fornecimento de materiais é fundamental para realização das atividades de manutenção de forma efetiva e eficiente.
324. Nesse contexto, parte do objeto da contratação é o fornecimento sob demanda dos materiais necessários para realização das atividades no âmbito do contrato.
325. O Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas traz especificações detalhadas dos materiais previstos no âmbito da contratação, a serem fornecidos conforme a necessidade.
326. As especificações listam as exigências mínimas para os materiais a serem fornecidos. A CONTRATADA poderá fornecer materiais equivalentes ou superiores. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum ferramental especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de materiais tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e qualidade seja compatível com a especificação original. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de material equivalente ou superior.
327. A indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para tal material ou ferramenta. A CONTRATADA somente poderá aplicar os materiais ou ferramentas de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a CONTRATADA fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas.
328. Os materiais a serem fornecidos devem sempre ser novos, sem uso, originais e adequados para aplicação, pautados nas normas técnicas e na boa prática de engenharia.
329. A logística associada aos materiais faz parte do escopo do fornecimento. Assim, serviços relacionados ao transporte, armazenamento e movimentação dos materiais estão sempre inclusos. Da mesma forma, a guarda e a movimentação dos materiais dentro do Complexo Arquitetônico do Senado Federal são de responsabilidade da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

I.1 MÉTRICA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

330. A especificação técnica de cada material contém os critérios de recebimento. Os materiais fornecidos devem seguir as especificações técnicas e atender os critérios de recebimento.
331. A utilização dos materiais cujo valor conjunto ultrapasse R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em uma única Ordem de Serviço deverá ser autorizada pela Fiscalização. Os procedimentos de autorização são tratados na Seção R. Materiais utilizados em desacordo com os critérios estabelecidos não serão objeto de faturamento.
- 331.1. Mesmo quando a aprovação prévia é dispensável, a Fiscalização poderá vir a decidir sobre o caso.
332. Só serão pagos os materiais que forem efetivamente utilizados e atendam às especificações técnicas. A Fiscalização poderá inspecionar o material antes, durante e depois da instalação, e poderá auditar e aferir a quantidade efetivamente utilizada a qualquer momento.
- 332.1. Ressalta-se que eventuais perdas de material, seja pela forma de fornecimento do fabricante, por erros de instalação ou por outros tipos de dano não serão alvo de faturamento e não serão pagos pelo SENADO.
333. O pagamento pelos materiais utilizados ocorrerá mensalmente, em conjunto com os demais pagamentos pelas atividades do contrato. O detalhamento dos materiais utilizados deve estar no relatório de execução, a ser analisado pela Fiscalização.
334. Caso um material fornecido não atenda às especificações técnicas ou aos critérios de recebimento, ele não será recebido e não poderá ser faturado.
- 334.1. A CONTRATADA poderá substituir o material, caso seja autorizado pela Fiscalização.
- 334.2. Eventualmente, penalidades poderão ser aplicadas, conforme cada caso e conforme o exposto no contrato, no Edital e seus Anexos.
335. Para cada material fornecido deverá ser apresentada cópia da nota fiscal correspondente fornecida por empresa especializada no fornecimento do material em questão, emitida em nome da Contratada, comprovando o valor de aquisição do material. O valor a ser ressarcido não poderá ser superior ao valor de aquisição do material constante na respectiva nota fiscal acrescido da taxa de BDI para mero fornecimento de materiais. Dessa forma, o valor a ser efetivamente pago será o menor entre o disposto no contrato e o constante da nota fiscal de aquisição, acrescido da respectiva taxa de BDI.
336. Os detalhes específicos de pagamento serão tratados na Cláusula Oitava do Anexo 12 (Minuta de Contrato).

I.2 QUANTITATIVOS

337. O Anexo 10 - Planilhas De Composição De Custos E Diretrizes Para Apresentação Da Propostas do Edital traz a quantidade estimada para cada material a ser eventualmente



SENADO FEDERAL

fornecido ao longo do período da contratação. Essa quantidade deve ser considerada para fins de formulação de proposta comercial.

338. Contudo, tendo em vista a natureza aleatória e dinâmica das atividades de manutenção, os quantitativos expostos são apenas estimativos e representam uma mera expectativa, não havendo garantia de execução. Não existe um padrão de falhas definido que possa ser aplicado à manutenção das vastas instalações do Senado Federal², assim como não é possível estabelecer previamente, com precisão, todo o material necessário para fazer frente às mais diversas demandas que são diariamente recebidas ou mesmo identificadas pela própria área técnica. A quantidade de cada material a ser efetivamente utilizada dependerá das reais necessidades do Senado Federal e das atividades a serem realizadas no âmbito da contratação.
339. Buscando aproximar o valor global da contratação ao valor real de execução, incide sobre o montante global de Materiais um fator de utilização. Assim, o valor total a ser despendido com materiais (que inclui os materiais fora de planilha) durante todo o período de contratação estará contratualmente limitado em um patamar inferior, conforme detalhado nas Planilhas de Composição de Custo do Anexo 10. A proposta comercial da CONTRATADA deverá refletir essa realidade.

I.3 ALMOXARIFADO, ESTOQUE MÍNIMO E DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

340. Visando a agilizar o atendimento, cumprindo os prazos para as atividades previstos neste Caderno de Especificação Técnica, a CONTRATADA deverá organizar e manter um almoxarifado nas dependências do Senado Federal, para armazenamento dos principais materiais necessários para execução dos serviços.
341. O almoxarifado deverá funcionar em um dos espaços cedidos a CONTRATADA. Contudo, toda a responsabilidade de montagem, organização, gestão e acesso desse almoxarifado será da CONTRATADA.
342. Não haverá pagamento adicional pelo SENADO dos custos associados ao almoxarifado. O material armazenado no almoxarifado só será pago quando efetivamente utilizado no âmbito do contrato, conforme exposto no tópico I.1.
343. Ao final da contratação, o Almoxarifado deverá ser desativado e o material remanescente retirado. Não haverá pagamento pelo material que estava armazenado e que não foi utilizado.
344. Além dos materiais, o almoxarifado poderá armazenar ferramentas, consumíveis e outros materiais correlatos para a execução contratual. Contudo, o espaço não poderá ser utilizado para fins distintos do previsto no contrato.
345. A Fiscalização poderá acessar o almoxarifado sempre que achar necessário, com acompanhamento obrigatório da CONTRATADA, mediante agendamento prévio.
346. O almoxarifado deverá estar disponível sempre que necessário. Além do funcionamento durante o horário comercial, a CONTRATADA deverá prever formas de acesso durante noites, madrugadas, finais de semana e feriados, de tal forma que os atendimentos de

² Superior a 170 mil m² de área construída e a 340 mil m² de terreno.



SENADO FEDERAL

emergência e os serviços previstos para esses horários alternativos possam ser concluídos de forma tempestiva e eficaz.

347. Além do material armazenado no almoxarifado, as equipes residentes deverão ter acesso ao material básico necessário para atendimento as demandas mais simples e corriqueiras. Assim, é de se esperar que as equipes tenham em seus postos de atendimento espalhados pelo Senado Federal materiais como lâmpadas, interruptores, cabos, extensões e outros materiais básicos para realizar o pronto atendimento sempre que necessário.
348. O almoxarifado deverá contar sempre com um estoque mínimo de materiais para atendimento das demandas mais comuns. Deverão sempre estar à disposição materiais como cabos, lâmpadas, reatores, luminárias, interruptores, tomadas, plugues, filtros de linha, disjuntores eletrodutos, condutores e outros materiais que fazem parte do dia a dia da manutenção. Os tipos de materiais e as quantidades dependerão da realidade de execução do contrato, e podem ter mudanças sazonais. Espera-se bom senso da CONTRATADA, ajustando os seus estoques conforme o necessário. É de responsabilidade da CONTRATADA garantir o estoque mínimo no Senado Federal, buscando viabilizar o atendimento nos prazos previstos no contrato, no Edital e seus Anexos.

I.4 CONSUMÍVEIS

349. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais consumíveis necessários para execução contratual.
350. São considerados consumíveis os itens de pequeno valor consumidos durante a execução dos serviços de manutenção ou de elevado desgaste, tais como:

350.1. Abraçadeiras; ácidos; acessórios para fixação, montagem e acabamento de eletrocalhas, eletrodutos, leitos e perfilados; adesivos de sinalização e avisos; água sanitária; álcoois (incluindo etílico e isopropílico); anéis e borrachas de vedação; anilhas para identificação de cabos; arames; areia; arruelas; bases para lâmpadas; brocas para metal, madeira e alvenaria (inclusive SDS); buchas; caixas de papelão; chumbadores (*parabolts*); cimento; colas e adesivos; combustível; conectores; desengraxantes; desengripante; desentupidor; detergentes; discos de corte e desbaste; espuma de poliuretano expansiva de alta performance; estopa; etiquetas (impressa e de acrílico, inclusive para rotuladoras); filtros; fita de isolamento preta e amarela; fita teflon veda-rosca; fita vinílica de proteção; fitas adesivas; fitas isolantes; fusíveis; gesso em pó; gás acetileno; gás nitrogênio; gás oxigênio industrial; gasolina; gaxetas; grampos; graxas; ilhoses; lâminas de estilete; lâminas de serra e de segueta; lâmpadas sinalizadoras e de iluminação de painéis; limpa contato; lixas; lonas; lubrificantes; lubrificantes para cabos elétricos; luvas de compressão; luvas de procedimentos nitrílicas; mangueiras; mantas para filtro; materiais de escritório; óleos; *O-rings*; palha de aço; panos; papelão ondulado; parafina; parafusos; pasta para solda; pequenas conexões; pilhas e baterias; pincéis e rolos para pintura; pistolas aplicadoras de silicone; placas de identificação; placas de sinalização e avisos; plugues; porcas; presilhas; produtos antiferrugem; querosene; rebites; rebolos; relés; resinas; resistências; sabão; serra copo; serragem e outros elementos para



SENADO FEDERAL

contenção e limpeza de vazamentos de óleos e combustível; sílica gel; silicone; solução limpadora de tubulação; solventes; soquetes para diversas bases de lâmpadas; suportes; talco; talhadeira SDS; telas; terminais inclusive pré-isolados; terminais de compressão de pequeno porte; tinta para reparo de pinturas; tubos isolantes termo retráteis; turbinas plásticas; utensílios, materiais e produtos para limpeza (incluindo rodos, vassouras, sabão, detergente, panos, estopas e semelhantes); vaselina.

351. Excluem-se desses itens os especificamente previstos na tabela de materiais do Anexo 10 - Planilhas de Composição de Custos e Diretrizes para Apresentação da Propostas do Edital.
352. Os consumíveis devem sempre estar à disposição da equipe técnica da CONTRATADA, e devem ser utilizados sempre que necessário. Não serão admitidos serviços improvisados, atrasos e outros problemas por falta de materiais consumíveis.
353. Não haverá pagamento adicional pelos consumíveis utilizados. O custo dos consumíveis deve estar incluso nas demais parcelas da contratação.

I.5 MATERIAL DO SENADO FEDERAL

354. O SENADO poderá fornecer o material para execução de qualquer serviço no âmbito do contrato. Nesses casos, a CONTRATADA não fornecerá o material, mas executará todos os serviços associados.
355. O material a ser fornecido pelo SENADO poderá ser novo ou usado, conforme cada caso. Eventualmente, o SENADO poderá solicitar que o material seja testado antes do seu uso efetivo.
356. Eventualmente, alguns serviços removerão materiais do Sistema Elétrico do Senado Federal. A Fiscalização poderá orientar a CONTRATADA a prosseguir com o descarte ou solicitar a devolução do material ao SENADO.
 - 356.1. Materiais inservíveis poderão ser removidos e descartados pela CONTRATADA.
 - 356.2. A CONTRATADA deverá informar à Fiscalização sempre que remover materiais em condições de uso, além de materiais com alto valor agregado, mesmo que fora de condições de uso (cabos elétricos etc.).
 - 356.3. A CONTRATADA deverá guardar e controlar os materiais removidos, até que a Fiscalização determine o destino a ser dado.
 - 356.4. Aplicam-se as orientações de descarte de resíduos ou logística reversa para todos os materiais removidos a serem descartados, conforme orientações da Seção M. Eventualmente, a CONTRATADA deverá armazenar temporariamente os resíduos gerados para providenciar a destinação correta.
357. A Fiscalização poderá solicitar que a CONTRATADA armazene e controle materiais do SENADO, visando a sua utilização nas atividades do contrato. Nesses casos, a responsabilidade sob a guarda e uso desse material será da CONTRATADA, a partir da entrega do material e formalização da solicitação de guarda por parte da Fiscalização. O



SENADO FEDERAL

material só poderá ser utilizado conforme autorizado pela Fiscalização. Deverá ser feito o registro do uso desse material, de modo a controlar o saldo de cada um. Caso esse material seja extraviado, a responsabilidade será da CONTRATADA.

J. SERVIÇOS SOB DEMANDA

358. Com o amplo escopo da contratação, existem serviços especializados que vão além da especialização requerida para a equipe técnica residente e do ferramental disponível no contrato. Como esses serviços ocorrem de forma eventual, essas atividades serão realizadas na forma de serviços sob demanda, a serem detalhados nessa Seção.
359. O Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas traz as especificações detalhadas dos serviços sob demanda previstos no âmbito da contratação, a serem fornecidos conforme a necessidade.
360. Os serviços sob demanda consistem em serviços auxiliares, análises, aluguéis de máquinas e equipamentos e outros serviços complementares semelhantes. A expectativa é que esses serviços sejam acionados de forma ocasional, conforme a necessidade das atividades contratuais.
361. As especificações do referido Subanexo 2.1 listam as exigências mínimas para execução dos serviços. Excepcionalmente, a Fiscalização poderá autorizar a prestação de serviços tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e qualidade seja compatível com a especificação original. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de serviço equivalente ou superior.
362. A indicação de referência comercial apenas apresenta um fornecedor típico para aquele serviço, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para tal serviço. A CONTRATADA somente poderá executar os serviços equivalentes, desde que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de que os serviços sejam executados somente pelas empresas listadas nas referências comerciais.
363. Os serviços a serem realizados devem sempre ser adequados para a aplicação, pautado nas normas técnicas e na boa prática de engenharia.
364. A CONTRATADA será responsável pela qualidade e pela segurança dos serviços sob demanda executados. A equipe técnica da CONTRATADA deverá orientar e supervisionar os responsáveis pela execução dos serviços sob demanda. Além disso, a CONTRATADA deverá se responsabilizar por todas as atividades acessórias necessárias para execução dos serviços sob demanda, incluindo agendamentos, logística, autorizações de acesso e semelhantes.
365. A Fiscalização deverá ser mantida informada sobre a execução de serviços sob demanda. A CONTRATADA deverá informar sempre que houver necessidade de acesso de equipes externas, veículos, além dos dias e horários previstos para execução dos serviços, quando for o caso.



SENADO FEDERAL

366. A Fiscalização poderá acompanhar e auditar os serviços sob demanda sempre que entender necessário, inclusive durante a execução dos serviços.

J.1 MÉTRICA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

367. Os serviços realizados devem seguir as especificações técnicas e atender os critérios de recebimento. Eventualmente, caso seja parte da especificação, relatórios de execução e análise deverão ser apresentados antes do recebimento do serviço.
368. O pagamento pelos serviços sob demanda executados ocorrerá mensalmente, em conjunto com os demais pagamentos pelas atividades do contrato. As informações sobre os serviços executados devem estar no relatório mensal de execução, a ser analisado pela Fiscalização.
369. A execução dos serviços sob demanda deve ser autorizada previamente pela Fiscalização. Os procedimentos de autorização são detalhados na Seção R. Serviços prestados sem autorização não serão objeto de faturamento.
370. Caso um serviço executado não atenda às especificações técnicas ou aos critérios de recebimento, ele não será recebido e não poderá ser faturado.
- 370.1. A CONTRATADA poderá refazer ou corrigir o serviço, caso seja autorizado pela Fiscalização.
- 370.2. Eventualmente, penalidades poderão ser aplicadas, conforme cada caso e conforme o exposto no contrato, no Edital e seus Anexos.
371. Para cada serviço sob demanda executado deverá ser apresentada cópia da nota fiscal correspondente fornecida por empresa especializada na prestação do serviço em questão, emitida em nome da Contratada, comprovando o valor do serviço. O valor a ser ressarcido não poderá ser superior ao valor de execução do serviço constante na respectiva nota fiscal acrescido da taxa de BDI correspondente. Dessa forma, o valor efetivamente pago será o menor valor entre o disposto no contrato e o constante da nota fiscal de prestação do serviço, acrescido da respectiva taxa de BDI.
- 371.1. Caso o serviço seja prestado pela própria CONTRATADA, será pago o valor constante do contrato.
372. Os detalhes específicos de pagamento serão tratados na Cláusula Oitava do Anexo 12 (Minuta de Contrato).

J.2 QUANTITATIVOS

373. O Anexo 10 - Planilhas De Composição De Custos E Diretrizes Para Apresentação Da Propostas do Edital traz a quantidade estimada para cada Serviço sob Demanda a ser eventualmente realizado ao longo do período da contratação. Essa quantidade deve ser considerada para fins de formulação de proposta comercial.
374. Contudo, tendo em vista a natureza aleatória e dinâmica das atividades de manutenção, os quantitativos expostos são apenas estimativos e representam uma mera expectativa, não havendo garantia de execução. A quantidade de cada serviço a ser de fato executado dependerá



SENADO FEDERAL

das reais necessidades do Senado Federal e das atividades a serem realizadas no âmbito da contratação.

375. Buscando aproximar o valor global da contratação ao valor real de execução, incide sobre o montante global dos Serviços sobre Demanda um fator de utilização. Assim, o valor total a ser despendido com esses serviços (que incluem os serviços fora de planilha) durante todo o período de contratação estará limitado em um patamar inferior, conforme detalhado nas Planilhas de Composição de Custo do Anexo 10. A proposta comercial da CONTRATADA deverá refletir essa realidade.

K. FERRAMENTAL

376. Conforme exposto na Seção C, a produtividade, a eficiência e a qualidade da execução contratual são fundamentais para atender às necessidades do Senado Federal. Contudo, é inviável exigir um nível elevado de prestação de serviços se a equipe residente não tiver à sua disposição as ferramentas, os instrumentos, os equipamentos e os EPIs necessários para realizar as intervenções de forma adequada e precisa.
377. Dessa forma, o ferramental detalhadamente especificado no Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas deverá ser obrigatoriamente fornecido no âmbito do contrato.
378. As especificações listam as exigências mínimas. A CONTRATADA poderá fornecer ferramental equivalente ou superior. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum ferramental especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de itens tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e a qualidade sejam compatíveis com as especificações originais. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de ferramental equivalente ou superior.
379. A indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para o ferramental em questão. A CONTRATADA somente poderá aplicar o ferramental de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a CONTRATADA fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas.
380. Ressalta-se que a lista acima inclui ferramentas manuais, ferramentas elétricas, equipamentos, veículos, EPIs, instrumentos de medição e outros itens semelhantes. Todos os itens são bens de uso permanente (ou seja, não consumíveis) que têm por objetivo facilitar e viabilizar as atividades a serem executadas no contrato.
381. O ferramental listado no Anexo 10 - Planilhas De Composição De Custos E Diretrizes Para Apresentação Da Propostas do Edital forma uma relação mínima a ser disponibilizada para uso no âmbito do contrato. Contudo, eventualmente ferramental adicional deverá ser fornecido, conforme a necessidade de cada serviço e a legislação vigente, observando sempre o princípio da razoabilidade.



SENADO FEDERAL

382. Haverá pagamento mensal pela disponibilidade do ferramental listado no referido Anexo 10, tomando por base o valor da depreciação de cada item. Os detalhes dessa forma de pagamento serão expostos no § 395. Contudo, não haverá pagamento adicional para o ferramental que não faz parte da tabela correspondente do referido Anexo 10.
383. O ferramental a ser disponibilizado não será de propriedade do Senado Federal, e sim da CONTRATADA.
384. O ferramental a ser obrigatoriamente fornecido destina-se ao uso exclusivo nas atividades previstas no contrato. Ele não poderá ser cedido, ainda que temporariamente, para outras atividades da CONTRATADA durante o período de execução contratual, de forma que deve permanecer sempre disponível (inclusive para serviços imprevistos e emergenciais).
385. Da mesma forma, o ferramental deverá ser mantido no Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Não será aceito que itens do ferramental venham a ser armazenados em outros locais, como na sede da empresa, por exemplo.
386. A responsabilidade pelo ferramental será da CONTRATADA, que deve sempre ser mantido em boas condições de uso, limpo, organizado e com a manutenção em dia. Itens com defeitos e danos devem ser reparados pela CONTRATADA ou eventualmente substituídos.
387. A responsabilidade patrimonial sobre o ferramental é da CONTRATADA. Assim, itens que eventualmente forem extraviados deverão ser repostos pela CONTRATADA. Portanto, é de responsabilidade da CONTRATADA estabelecer um sistema que permita o controle adequado de todo o ferramental, mantendo-o em condições adequadas e ao mesmo tempo disponível. Não serão aceitos sistemas que inviabilize o uso do ferramental pelos profissionais da CONTRATADA.
388. Ressalta-se que o ferramental exigido deve ser disponibilizado pela CONTRATADA para efetivo uso nas atividades de manutenção, e não para guarda, visando ao mero atendimento de requisito contratual. Assim, a CONTRATADA não poderá optar por fornecer um conjunto de ferramentas mais simples para a equipe, objetivando manter armazenado e seguro o ferramental listado na Planilha 4 – Depreciação de Ferramental do referido Anexo 10. Contudo, ferramentas adicionais poderão ser fornecidas caso a CONTRATADA entenda que seja necessário.
389. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer os insumos que eventualmente serão necessários para o uso do ferramental. Não haverá pagamento adicional pelos insumos. São considerados insumos itens como pilhas, baterias, brocas, discos de corte e desbaste, serras, serras-copo, lixas, fitas para rotuladoras, gases, combustível e lubrificantes, entre outros.
390. Os itens do ferramental que não estiverem aptos para uso, seja por falta de insumo, dano, falta de manutenção, extravio ou situação semelhante, serão considerados indisponíveis.
391. Para os instrumentos com necessidade de ensaios, calibração, aferição e manutenção periódica, é obrigação da CONTRATADA manter essas rotinas em dia.
- 391.1. A periodicidade das manutenções, calibrações e aferições devem seguir as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e/ou a periodicidade acordada com a Fiscalização, conforme cada caso.



SENADO FEDERAL

- 391.2. No caso de ensaios e testes obrigatórios por legislação ou norma (exemplo: teste de resistência de isolamento), a metodologia de ensaio e periodicidade deverá seguir o que está previsto na referida legislação ou norma.
- 391.3. Os custos das atividades listadas acima são considerados custos intrínsecos da contratação e não serão pagos pelo SENADO.
- 391.4. A CONTRATADA deverá informar sempre que for necessário retirar um ferramental do Senado Federal para manutenção ou rotina semelhante, informando o período que o item ficará indisponível. As manutenções programadas do ferramental deverão ocorrer em períodos que minimizem o prejuízo na execução dos serviços da CONTRATADA.
392. O ferramental deve sempre estar apto e disponível para uso da equipe técnica.
- 392.1. O acesso deverá estar disponível inclusive para as equipes noturnas, para os atendimentos emergenciais e para os serviços realizados fora do horário comercial, viabilizando que os serviços sejam executados com a agilidade necessária e mesmo sem agendamento ou aviso prévio.
- 392.2. Por outro lado, o acesso ao ferramental deve ser devidamente controlado, a fim de evitar que itens sejam extraviados ou danificados por mau uso.
- 392.3. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento para as equipes, de tal forma que o uso do ferramental seja feito de forma adequada e segura.
- 392.4. Ressalta-se que existem itens mais simples, de uso diário, e outros mais sofisticados, de uso eventual. Espera-se bom senso da CONTRATADA, escalonando o acesso ao ferramental conforme a real necessidade. Assim, é de se esperar que parte dos itens seja distribuída diretamente para as equipes (ferramental básico), itens de uso menos frequentes sejam distribuídos pelos postos, enquanto aqueles de uso apenas ocasional sejam centralizados e disponibilizados conforme a demanda. Por outro lado, não será aceito que itens do ferramental tenham uso tão extremamente restrito, a ponto de a maior parte da equipe não ter acesso a eles quando necessário.
393. A Fiscalização poderá realizar auditorias no ferramental sempre que entender necessário, verificando o atendimento ao Edital.
394. A relação de ferramental também abrange alguns veículos, buscando viabilizar o atendimento contínuo em todos os setores do Senado Federal. O tratamento dos veículos é basicamente o mesmo do restante do ferramental. Ressalta-se, entretanto, que:
- 394.1. A CONTRATADA deverá sempre ter equipe apta a conduzir os veículos a qualquer tempo, incluindo noites, finais de semana e feriados.
- 394.2. Os veículos devem sempre ser mantidos prontos para uso, devidamente abastecidos e limpos.
- 394.3. As manutenções dos veículos devem estar em dia.



SENADO FEDERAL

- 394.4. Quando os veículos não estiverem em uso, eles deverão ser mantidos no Senado Federal.
- 394.5. Não haverá pagamento adicional pelos custos de manutenção, lubrificantes, combustível, seguros e semelhantes. É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com esses custos.
- 394.6. Caso seja necessário retirar algum veículo do Senado Federal por período prolongado (manutenção), a CONTRATADA deverá avisar à Fiscalização, indicando o período que este ficará indisponível. A Fiscalização deve autorizar a previamente indisponibilidade do veículo.
- 394.7. Não há necessidade de informar à Fiscalização sobre o uso do veículo para as atividades rotineiras e de lavagem/abastecimento.
395. O pagamento pela disponibilidade de cada item do ferramental será feito com base no valor da respectiva depreciação.
- 395.1. O pagamento pela disponibilidade do ferramental ocorrerá de forma mensal, em conjunto com o pagamento da mão de obra e demais atividades do contrato;
- 395.2. Para cada tipo, o valor a ser pago mensalmente será dado pelo valor de aquisição do respectivo item dividido por sua vida útil em meses;
- 395.3. O pagamento de cada item do ferramental, individualmente considerado, só será devido a partir de sua respectiva disponibilidade. Assim, será aplicado o critério *pro rata die*, de forma a considerar somente a fração do mês em que cada item passou a ficar disponível.
- 395.3.1. A disponibilidade será calculada de forma individualizada para cada item do ferramental, conforme a respectiva data de entrega.
- 395.4. A vida útil de cada tipo de ferramental está previamente definida na Planilha 4 – Depreciação de Ferramental do Anexo 10 - Planilhas De Composição De Custos E Diretrizes Para Apresentação Da Proposta do Edital;
- 395.5. As Licitantes deverão apresentar o valor de aquisição de cada tipo de ferramental em conjunto com sua proposta comercial, incluindo o cálculo do valor mensal a ser pago para cada um. Também deverão ser calculados os valores mensais totais e o valor global pago a título de depreciação;
- 395.6. Os valores mensais de depreciação, quando previstos na Planilha de Composição de Custos, serão reajustados na mesma forma e periodicidade aplicáveis aos demais itens reajustáveis do contrato, conforme as regras estabelecidas nesta Seção.
396. Não há necessidade de que todos os itens do ferramental estejam disponíveis desde o início da contratação. Contudo, o calendário abaixo deve ser respeitado, garantido que todo o ferramental esteja disponível em até **90 (noventa) dias corridos**.



SENADO FEDERAL

- 396.1. Os prazos serão calculados a partir do dia de início das atividades estabelecido na Ordem de Serviço para Início das Atividades (ver Seção Q).
- 396.2. Desde o início das atividades:
- 396.2.1. Todo o ferramental necessário para execução das atividades básicas da contratação disponíveis.
- 396.3. Em até 30 (trinta) dias corridos:
- 396.3.1. Todos os veículos disponíveis;
- 396.3.2. Todos os sistemas de ponto disponíveis e instalados;
- 396.3.3. Para cada tipo de ferramental cujo quantitativo seja superior a 20 (vinte) unidades: disponibilidade de pelo menos 50% de cada tipo;
- 396.3.4. Pelo menos 50 (cinquenta) tipos de ferramental com quantitativo totalmente disponível, independentemente das respectivas quantidades previstas.
- 396.3.5. Índice de Entrega Ferramental mínimo de 30%, conforme §§ 402 e 403.
- 396.4. Em até 60 (sessenta) dias corridos:
- 396.4.1. Para cada tipo de ferramental cujo quantitativo seja superior a 10 (dez) unidades: disponibilidade de pelo menos 50% de cada tipo;
- 396.4.2. Para cada tipo de ferramental cujo quantitativo seja superior a 20 (vinte) unidades: quantitativos totalmente disponíveis;
- 396.4.3. Pelo menos 100 (cem) tipos de ferramental com quantitativo totalmente disponível, independentemente das respectivas quantidades previstas.
- 396.4.4. Índice de Entrega Ferramental mínimo de 60%, conforme §§ 402 e 403.
- 396.5. Em até 90 (noventa) dias corridos:
- 396.5.1. Todo o ferramental disponível, considerando todos os tipos e quantidades.
- 396.5.2. Índice de Entrega Ferramental mínimo de 100%, conforme §§ 402 e 403.
397. Cada vez que algum ferramental ficar disponível, a CONTRATADA deverá informar à Fiscalização, detalhando a data e os quantitativos de cada tipo.
- 397.1. Não será considerado disponível o ferramental entregue em desacordo com as especificações, salvo mediante justificativa técnica aceita pela Fiscalização.
398. Mensalmente, o controle da depreciação do ferramental deverá ser feito por intermédio de uma planilha semelhante ao modelo mostrado abaixo:



SENADO FEDERAL

Subitem	Descrição Resumida	Quant. Total (A)	Vida Útil (anos) (B)	Percent. de Depreciação Mensal (%) (C)=(B) ⁻¹ /12	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (D)	Valor Total de Aquisição (R\$) (E)=(A)*(D)	Total Mensal de Depreciação (R\$) (F)=(E)/(12*B)	Quant. Entregues	Datas de Entrega	Pro rata (G)	Total de Depreciação no Mês (R\$) (H)=(F)*(G)	Valor Acumul. Entrega (R\$) (I)=(E)*(G)
4.1	Ferramenta 1	100	5	1,67%	260,00	26.000,00	433,33	50 08 12	15/09/2021 05/10/2021 18/10/2021	0,62	267,55	16.052,90
4.2	Ferramenta 2	30	10	0,83%	50,00	1.500,00	12,50	25	03/10/2021	0,75	9,41	1.129,03
4.3	Ferramenta 3	60	10	0,83%	200,00	12.000,00	100,00	55	07/10/2021	0,71	70,97	8.516,13
Totais						39.500,00					347,92	25.698,06
Índice de Entrega Ferramental - IEF												65,1%

399. Trata-se de uma planilha exemplificativa resumida, que apresenta dados hipotéticos, referentes a uma apuração realizada em relação ao mês 10/2021. Nesse exemplo, o ferramental do item 4.1 teria sido entregue em três lotes com datas distintas, a primeira delas no mês anterior ao avaliado. Nesse caso, o cálculo da depreciação deve ser feito utilizando-se a seguinte fórmula:

$$Pro\ rata = \frac{Q_0 + Q_{m1} \times \frac{(D_m - De1)}{D_m} + Q_{m2} \times \frac{(D_m - De2)}{D_m}}{Q_t}$$

Onde:

Q_t = Quantidade total prevista para o item
 Q_0 = Quantidade já entregue até o final do mês anterior
 Q_{m1} = Quantidade entregue no lote 1 do mês atual
 $De1$ = Dia da entrega do lote 1 no mês atual
 Q_{m2} = Quantidade entregue no lote 2 do mês atual
 $De2$ = Dia da entrega do lote 2 no mês atual
 D_m = Número de dias do mês atual

400. Nesse exemplo, o fator *pro rata* para o item 4.1 teria o seguinte valor:

$$Pro-rata = \frac{50 + 08 \times \frac{(31 - 05)}{31} + 12 \times \frac{(31 - 18)}{31}}{100} = \frac{61,74}{100} = 0,62$$

401. Essa fórmula pode ser generalizada para outras quantidades (lotes) de entrega. Ainda considerando os dados do exemplo, na avaliação do mês subsequente (11/2021), o valor de Q_0 será igual a 70, visto ser esse o quantitativo entregue até o final do mês 10/2021.

402. Ao término de cada mês, e com o auxílio dessa mesma planilha, deverá ser calculado o Índice de Entrega Ferramental – IEF, dado pela razão entre os totais das colunas (I) e (E). No exemplo em questão, esse índice seria de 65,1% (= 25.698,06 * 100 / 39.500,00).

403. Decorridos os **30 (trinta) dias** iniciais mencionados § 396.3, a cada apuração mensal subsequente para fins faturamento, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação do Índice de Medição de Resultados – IMR correspondente, conforme disposto no contrato, podendo sofrer glosas em razão da obtenção de índices IEF inferiores aos previstos.

404. Ao longo de toda a execução contratual, a disponibilidade de ferramentais em quantidades ou percentuais inferiores àqueles aqui estabelecidos deverá ser devidamente justificada pela CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

405. Decorrido o prazo de **120 (cento e vinte) dias corridos**, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação concomitante da respectiva penalidade contratual, salvo em caso de justificativa aceita pela Fiscalização.
406. Não serão aceitas justificativas de atraso de execução de serviços por falta de ferramental.

L. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

407. Conforme a legislação vigente, a CONTRATADA deverá garantir condições seguras de trabalho para toda a equipe da CONTRATADA. Nesse contexto, a CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários os EPIs necessários para execução dos serviços.
- 407.1. Alguns EPIs são de uso estritamente pessoal e individualizado, enquanto outros podem ser compartilhados. Parte deles é permanente, enquanto outros são consumíveis ou possuem maior desgaste. A CONTRATADA deverá fornecer e repor os EPIs considerando esses aspectos.
408. Dessa forma, buscando maior transparência em relação ao que deverá ser fornecido, bem como isonomia entre as licitantes, os EPIs listados na Tabela 3 deverão ser obrigatoriamente fornecidos no âmbito do contrato. As especificações detalhadas de cada item estão no Subanexo 2.1 - Especificações Consolidadas do Edital.

Tabela 3 – Equipamentos de Proteção Individual

Especificação	Descrição	Unidade	Quant. estimada p/ 30 meses
SF-02572	Luva isolante classe 0	par	156
SF-02573	Luva isolante classe 2	par	24
SF-02574	Luva de cobertura para luva isolante	par	180
SF-02575	Bolsa para luvas isolantes	un	180
SF-00827	Calçado isolante elétrico	par	320
SF-02576	Vestimenta antichama classe 2	un	348
SF-02577	Vestimenta antichama classe 4	un	4
SF-02578	Capuz antichama classe 4	un	4
SF-02579	Balaclava antichama classe 2	un	4
SF-00830	Capacete de segurança	un	320
SF-00836	Óculos de segurança	un	650
SF-00837	Protetor auricular de inserção	un	525
SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	un	30
SF-00838	Protetor facial	un	78
SF-02581	Respirador PFF-2	un	718
SF-02582	Luva nitrílica	cx	100
SF-02583	Luva de nylon com banho em PU	par	474
SF-02584	Luva de vaqueta	par	163
SF-02585	Capacete de segurança para trabalho em altura	un	50



SENADO FEDERAL

Especificação	Descrição	Unidade	Quant. estimada p/ 30 meses
SF-00828	Bota de PVC	par	59
SF-02586	Luva para proteção química	par	295
SF-02587	Luva pigmentada	par	494
SF-02588	Protetor solar	L	150
SF-02589	Sabonete desengraxante	L	150
SF-00829	Capa de chuva	un	200

409. A Tabela 3 traz uma lista de EPIs mínimos a serem disponibilizados no âmbito da contratação. Da mesma forma, as especificações são as mínimas a serem seguidas para aquele tipo de equipamento, não sendo possível a substituição por um item de qualidade inferior com as mesmas funcionalidades.
410. Os quantitativos da Tabela 3 são estimados, conforme expectativa de uso elaborada pelo SENADO. Para fins de licitação, caberá a cada licitante estimar a quantidade que julgar adequada. Contudo, a execução contratual ditará o número exato de EPIs a serem fornecidos, podendo inclusive ser superior ou inferior às estimativas realizadas pelo SENADO ou pelos licitantes. Os EPIs sempre devem ser prontamente fornecidos quando necessários, independente de quantidade prevista na estimativa.
411. No caso de necessidade de EPIs adicionais, é de responsabilidade da CONTRATADA o pronto fornecimento do material, buscando que os serviços sejam executados e concluídos de forma segura e tempestiva.
412. A CONTRATADA poderá fornecer EPIs equivalentes ou superiores. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum EPI especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de itens tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e qualidade seja compatível com a especificação original. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de EPI equivalente ou superior.
413. Da mesma forma, a indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para tal EPI. A CONTRATADA somente poderá aplicar os EPIs de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a CONTRATADA fornecer somente as referências comerciais listadas.
414. Os EPIs da Tabela 3 deverão estar sempre disponíveis para a equipe. Não serão aceitas justificativas de atraso de execução de serviços por falta de EPIs ou de equipamentos de segurança.
415. Conforme a legislação vigente, a responsabilidade da CONTRATADA não se resume ao mero fornecimento dos EPIs. A equipe de segurança do trabalho da CONTRATADA e o



SENADO FEDERAL

Responsável Técnico de Segurança do Trabalho deverá trabalhar ativamente para criar um ambiente de trabalho seguro. Em relação aos EPIs, a CONTRATADA deverá, por meio de sua equipe de segurança do trabalho:

- 415.1. Estabelecer quais tipos de EPI serão necessários para cada atividade;
 - 415.2. Garantir que os EPIs estão adequados, na validade e em boas condições de uso para cada atividade;
 - 415.3. Inspeccionar periodicamente os EPIs;
 - 415.4. Garantir que os colaboradores estejam com os EPIs disponíveis sempre que necessário;
 - 415.5. Fornecer o treinamento e orientação de uso para cada EPIs;
 - 415.6. Garantir que a equipe esteja utilizando os EPIs sempre que necessário;
 - 415.7. Garantir que os EPIs estejam sendo utilizados da maneira correta.
416. Os dados relacionados aos EPIs sempre deverão ser disponibilizados para Fiscalização. Da mesma forma, os EPIs deverão estar disponíveis para inspeção pela Fiscalização sempre que solicitados.
417. É de responsabilidade da CONTRATADA controlar a distribuição dos EPIs, elaborando e guardando Fichas de Distribuição de EPIs ou documentos equivalentes. Esses documentos deverão ser disponibilizados para Fiscalização sempre que solicitados.
418. O SENADO conta com políticas internas de segurança do trabalho, as quais eventualmente estabelecem o uso de EPIs obrigatórios em situações específicas. Cabe à CONTRATADA e sua equipe seguir essas orientações.
419. Os EPIs deverão estar sempre em boas condições de uso, devem estar na validade e devem estar limpos e higienizados para uso. Além disso, os EPIs devem atender à legislação vigente e às normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, sempre que aplicáveis.
- 419.1. Ressalta-se que existem EPIs e equipamentos de segurança que não são abrangidos pelas normas brasileiras³. Nesses casos, a CONTRATADA deverá se pautar nas normas e recomendações internacionais, além da boa prática de engenharia.
420. Os EPIs deverão ser substituídos sempre que necessário, nos termos da legislação vigente, e sempre que estiverem deteriorados ou em más condições de uso.
421. Alguns itens de uso diário e contínuo, como os uniformes, também atuam como EPIs (vestimentas antichama, botas isolantes etc.). Nesses casos, é fundamental que a CONTRATADA valorize também o conforto, garantindo que a equipe tenha condições de

³ Um exemplo são os equipamentos de proteção relacionados ao risco de arco elétrico.



SENADO FEDERAL

utilizar os equipamentos continuamente sem dificuldades. Dessa forma, também devem ser levadas em consideração as diretivas contidas na Seção 0, quando aplicável.

422. A CONTRATADA deve observar que para alguns EPIs de uso contínuo/diário há necessidade de fornecimento de quantidades suficientes que permitam que parte do equipamento seja lavado/higienizado ao longo da semana (por exemplo, três conjuntos de uniforme antichama por funcionário, de tal forma que pelo menos um esteja limpo para uso todos os dias). Pela frequência de uso e desgaste, esse material também deve ser substituído com maior frequência. Não será admitido o fornecimento de EPIs em quantidades que não permitam o uso adequado e higiênico de forma razoável.
423. Não serão admitidas orientações que busquem “minimizar” o uso de EPIs, exigindo que os funcionários percam tempo colocando e tirando os equipamentos várias vezes ao dia de forma desnecessária. Da mesma forma, o compartilhamento de EPIs só será admitido nos termos da legislação vigente, e somente para equipamentos específicos (devidamente higienizados). As orientações sobre o uso de EPIs devem ter embasamento técnico e ser pautadas principalmente na melhor prática de engenharia, indo além do mínimo previsto pelas normas brasileiras.
424. Não haverá pagamento direto por parte do SENADO em relação a EPIs. O valor dos EPIs fará parte da composição de custos de mão de obra, e deverá ser indicado no campo apropriado no momento da apresentação da proposta. É de responsabilidade da CONTRATADA estimar de forma adequada os custos dos EPIs da Tabela 3 (além de eventuais EPIs adicionais e gastos adicionais como substituição prematura dos equipamentos). Ressalta-se que o valor de referência de mão de obra estabelecido pelo SENADO levou em consideração o valor de mercado e as quantidades listadas na Tabela 3.
425. Adicionalmente, independente da análise de necessidade realizado pela CONTRATADA, deverão ser mantidos a disposição da equipe residente, no Senado Federal, pelo menos dois conjuntos completos de proteção contra arco elétrico categoria 4 (vestimenta, capuz e balaclava).
426. Equipes externas que executarem serviços sob demanda ou auxiliares (subcontratadas ou não) também deverão utilizar todos os equipamentos de segurança do trabalho necessários para atividade, conforme legislação vigente.

M. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA REVERSA

427. Esse tema é tratado no Anexo 5 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS do Edital.

N. GARANTIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS EXECUTADOS

428. Os materiais fornecidos e serviços prestados no âmbito do contrato devem possuir garantia contra defeitos de fabricação e falhas de instalação.
429. A garantia não cobre mau uso, incêndio, vandalismo e outras situações semelhantes.



SENADO FEDERAL

430. Os materiais fornecidos no âmbito do contrato estão sujeitos à garantia ofertada pelos fabricantes originais ou de **90 (noventa) dias corridos**, o que for maior, contada a partir da data de instalação do material.
431. Para serviços, a garantia mínima é de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de prestação do serviço.
432. A garantia é válida mesmo que ela ultrapasse a vigência do contrato, limitada a **90 (noventa) dias corridos** após o término da vigência contratual.
433. Durante o período de garantia, a CONTRATADA arcará com todas as despesas necessárias para reparo ou substituição do material, ou eventualmente com o refazimento do serviço, incluindo a logística necessária e eventual utilização de consumíveis.
434. O prazo para resolução do defeito será conforme o prazo para solução de chamados a título de manutenção corretiva. Contudo, ele poderá ser reduzido pela Fiscalização conforme a criticidade. Dilatações de prazo poderão ser analisadas, mediante apresentação de justificativa técnica. Eventualmente, a CONTRATADA poderá propor soluções temporárias, a serem avaliadas pela Fiscalização, desde que elas sejam sem custo para o SENADO.

O. SISTEMA PARA CONTROLE DE MANUTENÇÃO E ORDENS DE SERVIÇO

435. Parte fundamental da eficácia e eficiência da contratação é o controle informatizado da manutenção e das Ordens de Serviço – OS. Esse controle é necessário principalmente devido ao grande número de ativos (equipamentos) existentes no Sistema Elétrico do Senado Federal, associado à grande quantidade de informação necessária para a gestão da contratação (controle dos planos de manutenção, controle de material, históricos de intervenção, documentação técnica, entre outros).
436. Atualmente, o SENADO conta com um sistema próprio para controle de solicitações sob demanda (ordens de serviço), denominado de Seradan.
 - 436.1. O sistema do SENADO é projetado para encaminhar à CONTRATADA solicitações sob demanda (serviços a serem executados pela CONTRATADA), oriundos tanto da própria Fiscalização como dos usuários do Senado Federal. Essas solicitações trazem informações como a demanda em si, a localização da intervenção, prazos de atendimento, dados de contato com o solicitante, e eventualmente são acompanhados de fotos e instruções mais específicas.
 - 436.2. O princípio de trabalho baseia-se na abertura de ordens de serviço, que podem ser encaminhadas à CONTRATADA ou à Fiscalização. Esses encaminhamentos podem ser acompanhados de comentários, arquivos e de modificações em campos de controle da OS como percentual de conclusão etc.
 - 436.3. O sistema também possui funcionalidades que permitem o encaminhamento de orçamentos para aprovação prévia pela Fiscalização, bem como o registro das verificações realizadas pela Fiscalização após a conclusão.



SENADO FEDERAL

- 436.4. Resumidamente, esse sistema atua como forma central de controlar as demandas encaminhadas à CONTRATADA. É feito um controle de prazos e de material, aprovando-se previamente o material a ser utilizando e aferindo-se o que de fato foi utilizado. O sistema também é utilizado para conferir os serviços que foram de fato realizados, incluindo informações dos usuários que receberam os serviços.
- 436.5. O sistema é flexível e voltado à gestão de contratos técnicos da Secretaria de Infraestrutura. Dessa forma, as funcionalidades são limitadas e são voltadas principalmente para o controle “macro” de ordens de serviços e atividades não periódicas a serem encaminhados para CONTRATADA.
- 436.6. As informações geradas e armazenadas nesse sistema são a base do pagamento de materiais e serviços a cada mês.
- 436.7. Ressalta-se que o sistema não faz gestão dos ativos ou gestão do plano de manutenção. Contudo, ele é comumente utilizado pelas empresas contratadas para distribuição de tarefas entre suas equipes internas.
- 436.8. O acesso ao sistema é feito via interface web, com possibilidade de envio automático de e-mails para alerta.
- 436.9. Destaca-se que o sistema está em constante evolução, e pode ser eventualmente substituído por outra solução com funcionalidades equivalentes.
437. A CONTRATADA deverá receber as solicitações sob demanda por intermédio do sistema do SENADO.
- 437.1. Eventualmente, em comum acordo entre a CONTRATADA e a Fiscalização, outras formas de controle de solicitações sob demanda poderão ser acordadas, desde que não se traduzam em prejuízo para rotina operacional do Senado Federal.
- 437.2. Caso o sistema do SENADO esteja inoperante, as solicitações sob demanda poderão ser abertas por outros meios, com o posterior registro no sistema.
438. Contudo, as funcionalidades do sistema existente são muito limitadas e não permitem realizar a gestão de manutenção propriamente dita. Dessa forma, é responsabilidade da CONTRATADA implementar um sistema para controle de manutenção que opere de forma sinérgica com o sistema existente, buscando implementar um conjunto completo de funcionalidades para gestão integrada e informatizada da manutenção.
439. O sistema de controle de manutenção deve ter as seguintes características principais:
- 439.1. Integração com o sistema do SENADO (Seradan ou equivalente), permitindo importação (e eventual atualização/exportação) automática das solicitações de serviços enviadas a contratada;
- 439.2. Acesso por interface web;
- 439.3. Controle de manutenção baseada em:



SENADO FEDERAL

- 439.3.1. Ativos de manutenção (equipamentos, salas etc.);
- 439.3.2. Ordens de Serviço (intervenções ou verificações a serem geradas por equipamento);
- 439.4. Com capacidade de gestão de informações de cada ativo (código do ativo, localização, marca/modelo, informações técnicas, fotos etc.);
- 439.5. Com sistema de cadastro e controle de plano de manutenção por equipamento ou classe de equipamento, permitindo que ordens de serviço automatizadas (periódicas) sejam geradas conforme o plano de manutenção;
- 439.6. Com capacidade de armazenar dados coletados em campo (medições como tensões, correntes etc.), analisar se estão dentro dos limites e gerar gráficos de tendências;
- 439.7. Com gestão de histórico de intervenção individualizado por ativo;
- 439.8. Com controle detalhado de ordens de serviço, registrando o ativo (ou ativos), quem executou a intervenção, os materiais utilizados e o tempo de intervenção, além de medições e verificações realizadas;
- 439.9. Capaz de geração automática de indicadores de desempenho (KPI);
- 439.10. Com gestão de materiais utilizados, incluindo no histórico a data de substituição e viabilizando o controle de prazos de garantia dos materiais empregados;
- 439.11. Com funcionalidade de exportação de dados em formato aberto para o SENADO, permitindo que os dados sejam mantidos mesmo após o término do contrato.
- 439.12. Com controle de equipes e funcionários, permitindo gestão efetiva das atividades de cada equipe de manutenção;
- 439.13. Com funcionalidades que facilitem o ajuste de agendamento de intervenções periódicas conforme a realidade do Senado Federal (por exemplo: adiantar ou atrasar manutenções que exijam desligamentos de grande porte).
- 440. As funcionalidades específicas do sistema de controle de manutenção serão ditadas pela realidade da CONTRATADA e do SENADO. Contudo, o sistema deve necessariamente atuar de forma a maximizar a produtividade da equipe, buscando reduzir a intervenção humana (especialmente nas atividades de manutenção preventiva e preditiva) e gerar registros fiéis do que de fato aconteceu em cada equipamento, além de atuar como sistema para controle de execução dos serviços.
- 441. Ressalta-se que há necessidade de integração do sistema de controle de manutenção com o sistema do SENADO. Eventualmente, os dados principais das solicitações sob demanda (por exemplo, data de conclusão) precisam ser necessariamente atualizados no sistema do SENADO. O fluxo de aprovação prévia de uso de materiais também deve ser integrado.



SENADO FEDERAL

442. O sistema de controle de manutenção deve ser uma solução robusta e estável, e não uma aplicação desenvolvida somente para o SENADO. Deve ser um sistema consolidado e testado, já implementado na CONTRATADA ou uma solução especializada de mercado.
443. O SENADO deverá ter acesso total ao sistema de controle de manutenção, de tal forma que todas as informações sejam disponibilizadas a qualquer momento para a Fiscalização.
444. Não haverá pagamento adicional pelo sistema de controle de manutenção.
445. É de responsabilidade da CONTRATADA cadastrar e manter atualizado todos os dados relevantes no sistema de controle de manutenção. Isso inclui:
- 445.1. O cadastro inicial dos principais ativos a serem mantidos no âmbito do contrato, incluindo:
- 445.1.1. Quadros elétricos (de pequeno, médio e grande porte);
 - 445.1.2. Quadros de comando;
 - 445.1.3. Salas;
 - 445.1.4. Subestações e seus componentes (transformadores, relés, disjuntores de grande porte, retificadores etc.);
 - 445.1.5. Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas;
- 445.2. O código de manutenção (a ser gerado), marca, modelo, localização e dados técnicos relevantes de cada ativo;
- 445.3. A instalação de etiquetas físicas com o código de manutenção em cada ativo, permitindo cadastrar e manter atualizado os planos de manutenção de cada equipamento;
- 445.4. A atualização contínua do sistema de controle de manutenção, registrando todas as atividades realizadas (incluindo inspeções, manutenções, substituições de materiais, observações e semelhantes).
446. A lista de ativos a serem cadastrados e gerenciados será aprovada pela Fiscalização, buscando maximizar a eficiência e controle do contrato.
447. A CONTRATADA terá **180 (cento e oitenta) dias corridos**, a partir da data de início da efetiva prestação dos serviços, indicada na Ordem de Serviço Inicial, para realizar a implementação plena do sistema de controle de manutenção.
- 447.1. Até a conclusão da implementação, o controle da manutenção poderá ser feito por outros meios. Porém, as informações devem ser alimentadas no sistema até a conclusão da implementação do sistema.
- 447.2. A implementação só será considerada plena se todas as informações necessárias estiverem devidamente cadastradas no sistema, com as respectivas placas de identificação de cada ativo devidamente instaladas. Todas as funcionalidades necessárias para o funcionamento pleno deverão estar implementadas.



SENADO FEDERAL

- 447.3. Observa-se que a implementação não se confunde com o prazo para utilização do sistema de controle de ordens de serviço do SENADO estabelecido no § 471.
448. Sempre que houver intervenção em algum ativo (inspeção, medição, substituição de materiais etc.), a CONTRATADA terá até **5 (cinco) dias úteis** para atualizar a situação no sistema de controle de manutenção.
449. O SENADO poderá modificar ou substituir o seu próprio sistema de controle de manutenção. Nesse caso, a CONTRATADA deverá trabalhar com a equipe do SENADO, de tal forma que os dados sejam importados/exportados corretamente.
- 449.1. O SENADO também poderá solicitar que a equipe da CONTRATADA participe dos procedimentos de cadastro e gestão dos ativos no sistema do SENADO, bem como realize a uniformização ou a regularização dos cadastros.
- 449.2. Contudo, a readequação dos sistemas deve ser discutida conforme a realidade da contratação e as funcionalidades de cada sistema.
450. Por fim, é importante destacar que a implementação e funcionamento desses sistemas são complexos e dinâmicos. Dessa forma, as diretrizes colocadas neste capítulo podem ser alteradas e modificadas conforme a realidade do contrato. Da mesma forma, é esperado que a CONTRATADA participe ativamente fornecendo sugestões e possibilidades de melhoria, buscando o aumento da eficiência contratual. As eventuais modificações deverão ser aprovadas pela Fiscalização.

P. ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

451. Os profissionais da contratada deverão registrar no CREA-DF as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes às atividades do contrato.
452. Deverão ser registradas as ARTs listadas abaixo:
- 452.1. **Profissionais de Engenharia Elétrica:** ARTs referentes à manutenção e operação do Sistema Elétrico do Senado Federal, conforme especificado neste Caderno de Especificações Técnicas e no restante da documentação contratual, que devem ser registradas pelos Responsáveis Técnicos da equipe residente (todos os Supervisores Técnicos);
- 452.2. **Profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho:** ARTs referentes às atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho a serem realizadas no escopo da contratação, que devem ser registradas pelo Responsável Técnico de Segurança do Trabalho da equipe residente (Supervisor Técnico de Segurança do Trabalho);
453. As ARTs devem ser necessariamente registradas pelos Responsáveis Técnicos (Supervisores Técnicos) da contratação, que integrarão a equipe residente no Senado Federal e acompanharão diariamente os serviços a serem executados. Eles também devem ser Responsáveis Técnicos da CONTRATADA, devidamente cadastrados junto ao CREA, e devem se responsabilizar por todo escopo contratual, incluindo a execução dos serviços, pelos



SENADO FEDERAL

- procedimentos de campo adotados e pela qualidade e efetividade das manutenções e intervenções realizadas no Senado Federal. É esperado que os Responsáveis Técnicos acompanhem pessoalmente (em campo) as atividades do contrato.
454. Adicionalmente, pelo menos um dos Supervisores Técnicos deverá ter acervo técnico compatível com o atestado exigido para fins de habilitação da CONTRATADA no momento da licitação.
455. A critério da Fiscalização, para os serviços com maior complexidade técnica, o acompanhamento pessoal de pelo menos um dos Responsáveis Técnicos será obrigatória.
456. Todos os Supervisores Técnicos da equipe residente deverão registrar as respectivas ARTs, mesmo que já existam outros Supervisores Técnicos com ARTs equivalentes.
457. Da mesma forma, as ARTs devem ser registradas no âmbito da CONTRATADA (ou seja, o campo “Empresa Contratada” da ART deverá ser a empresa que de fato assinou o contrato com o SENADO). Os Responsáveis Técnicos deverão ser funcionários da CONTRATADA. Não serão aceitos Responsáveis Técnicos subcontratados ou prestadores de serviço.
458. O teor das ARTs deve ser completamente compatível com este Caderno de Especificações Técnicas e demais diretrizes do Edital, além das normativas do CREA e CONFEA.
459. Eventualmente, a CONTRATADA poderá optar por registrar ARTs adicionais, inclusive por engenheiros que não façam parte da equipe residente, referentes a outras atividades previstas no âmbito contratual, ou até mesmo para atividades como coordenação, supervisão e direção realizadas no âmbito da CONTRATADA.
460. Antes do registro definitivo de qualquer ART, o rascunho deverá ser preenchido e apresentado para a Fiscalização. O registro só poderá ocorrer após aprovação do conteúdo pela Fiscalização.
461. O prazo para registro das ARTs obrigatórias é de até **30 (trinta) dias corridos** a contar da data de início da efetiva prestação dos serviços, indicada na Ordem de Serviço Inicial.
- 461.1. As ARTs devem ser válidas por todo período de execução contratual.
- 461.2. Em caso de renovação contratual ou outra alteração semelhante, as ARTs devem ser atualizadas. A prazo para apresentação das novas ART é de **30 (trinta) dias corridos** após a publicação.
- 461.3. Em caso de substituição de algum Responsável Técnico da equipe residente, a CONTRATADA terá **30 (trinta) dias corridos** após a saída do responsável técnico anterior para apresentar a ART do substituto.
- 461.4. Será considerada a data de registro efetivo da ART no CREA-DF, quando a ART já estiver disponível para consulta de situação junto ao CREA-DF. Dessa forma, não serão aceitos comprovantes de envio de ART e comprovantes de pagamento como forma de comprovação do registro. A CONTRATADA deverá se organizar para cumprir os prazos, observando inclusive os prazos bancários e do CREA-DF para registro dos documentos.
462. As ARTs devem ser sempre apresentadas para a Fiscalização assinadas em pelo menos duas vias. Uma via será retida para registro interno do SENADO.



SENADO FEDERAL

463. As ARTs serão assinadas pela Fiscalização. Contudo, é de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação, a coleta das assinaturas e a armazenagem da documentação.

464. O SENADO não ressarcirá a CONTRATADA pelos custos de emissão das ARTs.

465. As ARTs devem seguir o seguinte padrão de conteúdo:

465.1. **Dados do Contrato:**

465.1.1. **Contratante:** Senado Federal

465.1.2. **CNPJ:** 00.530.279/0001-15

465.1.2.1. **Endereço:** Praça dos Três Poderes

465.1.2.2. **Número:** S/N

465.1.2.3. **Bairro:** Zona Cívico-Administrativa

465.1.2.4. **CEP:** 70165-900

465.1.2.5. **E-mail:** sinfra@senado.leg.br

465.1.2.6. **Fone:** (61) 3303-1415

465.1.3. **Contrato:** Conforme número do Senado (exemplo: 999/2020)

465.1.4. **Celebrado em:** Conforme data da assinatura do contrato

465.1.5. **Valor da obra/serviço:** Conforme valor global do contrato

465.2. **Dados da Obra/Serviço:**

465.2.1. **Endereço/dados do proprietário:** mesmo do Dados do Contrato, listados acima

465.2.2. **Coordenadas Geográficas:** Latitude -15.797778 / Longitude -47.864167 (alternativamente, Latitude 15° 47' 52" S / Longitude 47° 51' 51" O)

465.2.3. **Finalidade:** Outra

465.2.4. **Código/Obra Pública:** em branco

465.3. **Declaração de acessibilidade:** Não (*Não se aplica*)

465.4. **Observações da ART (elétrica):** “ART referente às atividades de operação e manutenção do Sistema Elétrico do Senado Federal, conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2021 (processo 00200.XXXXXX/AAAA-XX) e Contrato XXX/2021. Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal.” *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal.*

465.5. **Observações da ART (segurança do trabalho):** “ART referente às atividades de segurança do trabalho no âmbito do Contrato XXX/2021 (operação e manutenção do Sistema



SENADO FEDERAL

Elétrico do Senado Federal), conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2021 (processo 00200.XXXXXXX/AAAA-XX). Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal.” *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal.*

465.6. O texto do campo “observações” deve necessariamente citar o número do processo, o número do contrato e o número do Pregão Eletrônico. Eventualmente, o texto pode ser alterado ou complementado indicando outras informações relevantes.

465.7. **Atividades técnicas:**

465.7.1. Manutenção preventiva do sistema elétrico – 1 unidade

465.7.2. Manutenção preditiva do sistema elétrico – 1 unidade

465.7.3. Manutenção corretiva do sistema elétrico – 1 unidade

465.7.4. Operação do sistema elétrico – 1 unidade

465.7.5. *Observação:* As atividades técnicas listadas acima são sugestões, podendo ser modificadas para representar de forma mais fiel a contratação. Porém, a listagem final deve ser aprovada pela Fiscalização.

465.8. O padrão de conteúdo listado acima é orientativo, mas deve ser seguido sempre que possível. Eventuais melhorias, alterações e correções podem ser discutidas previamente com a Fiscalização e devem representar a realidade da contratação.

Q. OBSERVAÇÕES PARA O INÍCIO DA CONTRATAÇÃO

466. O início da efetiva execução contratual ocorrerá a partir da emissão pela Fiscalização de uma ordem de serviço específica, indicando a data de início das atividades. Esta ordem de serviço será denominada “Ordem de Serviço para Início das Atividades”.

466.1. As atividades não poderão ser iniciadas antes da data indicada na referida Ordem de Serviço para Início das Atividades. Não haverá pagamento por parte do SENADO pelo período sem atividades, mesmo que o contrato já esteja vigente.

467. A data para início das atividades será determinada pela Fiscalização, com base na realidade do Senado Federal.

467.1. A data para início poderá ser entre 1 (um) e **90 (noventa) dias corridos** a partir da data de assinatura do contrato.

467.2. Excepcionalmente, a data poderá ser reduzida ou estendida, desde que seja de comum acordo entre as partes.

467.3. Ressalta-se que não poderá haver concomitância de contratações com o mesmo objeto. Assim, as atividades só poderão ser iniciadas após a conclusão de contratações com objetos equivalentes.



SENADO FEDERAL

468. Ressalta-se que existem algumas observações especiais para o início da execução contratual, conforme estabelecido neste Edital. Destacam-se os itens abaixo:
- 468.1. A CONTRATADA deverá apresentar a documentação referente à qualificação de sua equipe residente, conforme estabelecido no § 276;
- 468.2. A CONTRATADA deverá fornecer os uniformes e EPIs necessários para execução das atividades desde o início das atividades;
- 468.3. A CONTRATADA terá o prazo estabelecido no § 396 para disponibilização de Equipamentos e Ferramentas;
- 468.4. Enquanto o sistema eletrônico de controle de frequência não estiver implantado e, portanto, não houver obrigatoriedade de sua disponibilização pela Contratada (ver § 396.3.2), o registro e o controle de frequência da equipe técnica residente permanecerão obrigatórios e deverão ser realizados de forma manual, conforme estabelecido no § 214.
- 468.5. A CONTRATADA deverá providenciar a emissão das ARTs, conforme prazo estabelecido no § 461;
- 468.6. A CONTRATADA deverá realizar a implementação do sistema de controle de manutenção, conforme estabelecido no § 447;
469. É natural que exista dificuldade para preenchimento de todas as vagas da equipe residente no início da contratação. Assim, para o início das atividades, estabelece-se que:
- 469.1. Desde o início das atividades, pelo menos 75% das vagas devem estar preenchidas, inclusive todas as vagas para Supervisores de Manutenção / Responsáveis Técnicos;
- 469.2. Em até **60 (sessenta) dias corridos** após o início das atividades, todas as vagas devem estar preenchidas;
- 469.3. Não haverá pagamento por postos que não estejam ocupados.
470. Os prazos para atendimento previstos na Seção G não serão modificados no início da contratação, cabendo à CONTRATADA garantir que os prazos serão cumpridos mediante a disponibilização das principais ferramentas, EPIs, materiais e outros insumos desde o início da contratação. Contudo, a Fiscalização poderá analisar solicitações de dilatação de prazo (§ 173) para atividades mais complexas, tendo em vista o período de adaptação natural no início do contrato.
471. A CONTRATADA terá **30 (trinta) dias corridos** a partir do início das atividades para utilizar plenamente o sistema de controle de ordem de serviços do SENADO.
- 471.1. A Fiscalização e a CONTRATADA poderão acordar uma outra forma de controle das ordens de serviço enquanto o sistema de controle de ordem de serviços do SENADO não é utilizado.



SENADO FEDERAL

R. FLUXO DE ATENDIMENTO

- 472. Parte fundamental da execução contratual é o fluxo de atendimento, onde são estabelecidos os procedimentos para encaminhamento à CONTRATADA das demandas do SENADO, bem como o procedimento para aprovação do uso de material pela Fiscalização.
- 473. A formalização do fluxo de atendimento é importante, pois ela permite registrar as ações da CONTRATADA, com o respectivo acompanhamento e autorizações da Fiscalização, sem perder a agilidade e a eficácia da execução contratual.
- 474. Conforme exposto na Seção O, o controle desse fluxo será feito por meio de sistemas específicos.
- 475. Ressalta-se que o fluxo exposto nesta Seção é orientativo, cabendo à Fiscalização e à CONTRATADA realizar os ajustes necessários para viabilizar a execução contratual.

R.1 SOLICITAÇÕES SOB DEMANDA

- 476. As solicitações sob demanda são as atividades a serem executadas pela CONTRATADA que não fazem parte das rotinas já previstas nos planos de manutenção e outros documentos semelhantes. Ela consiste em solicitações avulsas para manutenções, reparos, instalações e modificações na infraestrutura, conforme a demanda do SENADO.
- 477. Essas solicitações e os registros associados serão feitos por intermédio de um sistema de controle próprio, conforme exposto na Seção O.
- 478. As solicitações sob demanda serão enviadas pela Fiscalização à CONTRATADA.
 - 478.1. A Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a execução de serviços e outras atividades previstas no escopo dessa contratação. Também poderão ser solicitadas avaliações técnicas, onde a CONTRATADA deverá realizar uma vistoria, relatar e avaliar a situação e eventualmente emitir uma opinião técnica.
- 479. Alguns tipos de solicitações simplificadas poderão ser enviados diretamente pelos usuários.
 - 479.1. Esses serviços enviados diretamente são considerados pré-aprovados, ou seja, podem ser iniciados sem a necessidade de autorização prévia pela Fiscalização.
 - 479.2. Nesses casos, caberá à CONTRATADA realizar a avaliação técnica preliminar para determinar se o serviço solicitado é de fato um serviço pré-aprovado. Caso afirmativo, a execução poderá seguir o fluxo adequado. Caso contrário, a CONTRATADA deverá submeter a solicitação à avaliação da Fiscalização.
 - 479.3. A lista de serviços pré-aprovados será determinada pela Fiscalização.
- 480. Caso as solicitações sob demanda exijam o uso de materiais ou serviços previstos nas Seções I e J, a CONTRATADA deverá submeter o orçamento estimativo à Fiscalização, para devido controle e aprovação.



SENADO FEDERAL

480.1. O material ou serviço só poderá ser utilizado após devida aprovação pela Fiscalização, salvo no caso Ordens de Serviço cujo orçamento seja inferior ao disposto no § 331.

480.2. Após a conclusão, a Fiscalização poderá inspecionar e auditar a quantidade de material efetivamente utilizada. A métrica de pagamento será baseada no que foi efetivamente utilizado, e não a estimativa preliminar.

480.3. Caso seja necessária a alteração dos materiais originalmente previstos, a CONTRATADA deverá submeter o orçamento revisado para nova análise e aprovação por parte da Fiscalização.

R.2 DEMAIS ATIVIDADES DO CONTRATO

481. As demais atividades do contrato, incluindo a execução do Plano de Manutenção, a operação do sistema elétrico, a execução de rondas e atividades semelhantes, serão gerenciadas pela própria CONTRATADA.

482. As atividades previstas no plano de manutenção devem ser necessariamente gerenciadas e controladas pelo sistema de controle de manutenção, conforme previsto na Seção O. A forma de gerência das demais atividades ficará por conta da CONTRATADA.

483. Caso as atividades do contrato exijam o uso de materiais e/ou serviços previstos nas Seções I e J, a CONTRATADA deverá submeter a demanda à Fiscalização, utilizando o mesmo procedimento para controle das solicitações sob demanda.

R.3 FLUXO TÍPICO

484. O ciclo básico das Ordens de Serviço, desde a abertura até o encerramento, está descrito a seguir.

484.1. Ordem de Serviço é recebida pela CONTRATADA.

484.1.1. Este será o marco para início de contabilização dos prazos, conforme previsto na Seção G.

484.1.2. A ordem de serviço é normalmente encaminhada pela Fiscalização.

484.1.3. Serviços pré-aprovados poderão ser encaminhados diretamente à CONTRATADA pelo próprio sistema.

484.2. A CONTRATADA fará uma avaliação inicial, verificando a exequibilidade e as soluções possíveis.

484.2.1. Caso se trate de um serviço pré-aprovado, a CONTRATADA deverá avaliar se o serviço solicitado é de fato um serviço pré-aprovado. Caso não seja, a Ordem de Serviço deverá ser encaminhada para análise da Fiscalização.

484.3. Se a Ordem de Serviço exigir o uso de materiais ou serviços previstos nas Seções I e J:



SENADO FEDERAL

484.3.1. A CONTRATADA fará um orçamento estimativo do que será necessário para execução do serviço.

484.3.2. O orçamento será encaminhado para análise e aprovação da Fiscalização, caso o valor orçado seja superior ao disposto no § 331.

484.3.3. O orçamento atuará como limitador do que será utilizado na Ordem de Serviço. Caso seja identificada a necessidade de alteração de quantitativos, a CONTRATADA deverá atualizar o orçamento e solicitar nova aprovação à Fiscalização.

484.3.4. Em princípio, não haverá necessidade de nova aprovação caso seja efetivamente necessárias quantidades inferiores àquelas previamente aprovadas. Contudo, a documentação de conclusão da Ordem de Serviço deverá refletir a quantidade real de material utilizada, conforme critério de medição de cada item. O pagamento só será realizado pelo material efetivamente empregado.

484.4. A Ordem de Serviço será executada pela CONTRATADA.

484.4.1. Havendo necessidade de tomada de decisão por parte do SENADO, a Ordem de Serviço deverá ser encaminhada à Fiscalização com a descrição da situação. Alguns aspectos relativos a tais situações são tratados no § 171.

484.4.2. A conclusão da execução do serviço será o marco para fim de contabilização dos prazos, conforme previsto na Seção G.

484.5. A CONTRATADA enviará para Fiscalização a ordem de serviço concluída, indicando a data de conclusão, o material e/ou serviços efetivamente utilizados, o recebimento dos serviços pelo solicitante (se for o caso) e demais informações relevantes.

484.6. A Fiscalização poderá auditar a Ordem de Serviço, tanto durante a execução como após a conclusão. Ela poderá aferir a qualidade do serviço prestado, o material efetivamente utilizado, as datas de conclusão e outras informações relevantes.

484.6.1. Caso se constate divergência entre a quantidade de material e/ou serviços efetivamente utilizados em uma ordem de serviço, valerão os quantitativos efetivamente aferidos pela Fiscalização.

484.6.2. Em casos de rejeição do serviço pela Fiscalização (serviços malfeitos, acabamento ruim, uso incorreto de material etc.), a Ordem de Serviço será reaberta e a CONTRATADA será responsável por refazer o serviço. Não haverá alteração na data de abertura da Ordem de Serviço, sendo que a CONTRATADA deverá se atentar ao prazo previsto para conclusão e eventualmente solicitar uma dilatação de prazo conforme previsto na Seção G.

484.6.3. A Fiscalização poderá interromper atividades que estejam sendo executadas de forma incorreta.



SENADO FEDERAL

484.6.4. Penalidades poderão ser aplicadas por problemas identificados nas ordens de serviço, conforme especificado no contrato, no Edital e seus Anexos.

485. Se necessário, esse fluxo poderá ser readequado, objetivando a melhoria do processo, a transparência e a agilidade do atendimento.

R.4 SERVIÇOS EMERGENCIAIS E APROVAÇÕES EXCEPCIONAIS DE USO DE MATERIAL

486. Excepcionalmente, poderá haver necessidade de realização de atendimentos emergenciais.

487. Nesses casos, o fluxo de atendimento típico será alterado, buscando dar agilidade ao atendimento e resolver a situação de forma tempestiva.

488. O acionamento para atendimentos emergenciais será feito pela Fiscalização, por meio de canal de comunicação (Seção S) previamente acordado entre as partes.

489. Em situações graves e de risco elevado, como falta de energia, risco de choque elétrico e incêndio, o acionamento poderá ser feito pelos próprios usuários do Senado Federal. Nesses casos, caberá à CONTRATADA avaliar a situação e realizar o atendimento conforme o caso.

489.1. Em tais situações, a CONTRATADA deverá informar à Fiscalização assim que possível.

489.2. Reforça-se que atendimentos comuns não devem ser realizados a partir de acionamentos feitos diretamente pelos usuários do Senado Federal. A CONTRATADA e sua equipe devem orientar os usuários sobre a forma correta de acionamento.

490. Ressalta-se que o acionamento de serviços emergenciais pode ocorrer a qualquer momento, incluindo noites, madrugadas, finais de semana e feriados.

491. Caso seja necessário o uso de material para realização de um atendimento emergencial, a CONTRATADA deverá informar à Fiscalização, que fará a aprovação conforme o caso, mesmo que fora do sistema específico para esse tipo de controle.

491.1. Ademais, a Fiscalização também poderá aprovar o uso de materiais adicionais para situações especiais, como serviços de alta complexidade em andamento (exemplo: desligamentos), mesmo que fora do sistema específico para esse tipo de controle. Caberá à CONTRATADA informar a necessidade para avaliação pela Fiscalização.

492. Caso ocorra aprovação excepcional (fora de sistema) do uso de material, a CONTRATADA deverá formalizar o uso do material no sistema específico para esse tipo de controle, para que a Fiscalização registre a sua aprovação.

492.1. Materiais utilizados sem o devido registro e formalização não serão pagos pelo SENADO.



SENADO FEDERAL

S. COMUNICAÇÃO COM A FISCALIZAÇÃO

493. Parte fundamental da dinâmica contratual é a comunicação constante e contínua entre a CONTRATADA e a Fiscalização do SENADO. A CONTRATADA deverá garantir e providenciar os meios necessários para que essa comunicação ocorra de forma fluida e sinérgica.
494. A comunicação será bidirecional (CONTRATADA / SENADO e SENADO / CONTRATADA), e deverá ocorrer tanto em tarefas de rotina como em situações atípicas e emergenciais.
495. O SENADO providenciará ramais telefônicos para uso interno no Senado Federal. Contudo, deverá haver uma forma de comunicação alternativa, que atue de forma complementar a esse sistema, e seja capaz de operar mesmo quando as equipes estejam em campo.
496. A forma de comunicação será acordada entre as partes. Na falta de acordo, deverá ser providenciado um (ou mais) telefones celulares, com acesso à internet, para viabilizar a comunicação, além de endereços de e-mail próprios.
497. A comunicação deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, de tal forma que a Fiscalização possa acionar a equipe em casos de emergência.
498. A forma preferencial de comunicação com a CONTRATADA será por intermédio dos Supervisores Técnicos, que devem interagir com a equipe sempre que necessário.
499. Eventualmente, poderão ser adotados canais de comunicação distintos para emergências (regime contínuo de 24h x 7 dias por semana) e para atividades diárias do contrato (horário comercial).
500. Os meios de comunicação não podem depender dos recursos do Senado Federal, pois em situações de crise eles podem estar indisponíveis. Eles também devem ser portáteis, de tal forma que as equipes possam utilizá-los em campo.
501. Não haverá pagamento adicional referente aos meios de comunicação e/ou sobreaviso da CONTRATADA por parte do SENADO.

T. RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO

502. Como condição do recebimento mensal dos serviços, será necessário que a CONTRATADA elabore e entregue mensalmente um Relatório de Execução, que estará sujeito à aprovação da Fiscalização, previamente ao faturamento do mês de referência, detalhando as tarefas executadas durante o mês.
- 502.1. A responsabilidade pela elaboração e assinatura do Relatório de Execução é exclusiva dos Responsáveis Técnicos pelos serviços objeto da contratação;
- 502.2. O escopo do Relatório Mensal de Execução inclui os equipamentos de todo o Complexo Arquitetônico do Senado Federal, inclusive das Residências Oficiais;
- 502.3. As informações constantes no Relatório de Execução devem ser consistentes com o Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

502.4. O Relatório de Execução deverá ser entregue em formato digital. Relatórios em formato físico só deverão ser utilizados em situações excepcionais e com devida aprovação prévia da Fiscalização.

T.1 TÓPICOS BÁSICOS DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

EQUIPE TÉCNICA

- 503. Relação de empregados, contendo, pelo menos, nome, função, posto de trabalho, equipe.
- 504. Relação de faltas, legais ou não, que não tiveram reposição.
- 505. Relatório de folgas com utilização de banco de horas.
- 506. Coberturas de colaboradores efetuadas no mês.
- 507. Previsão empregados em férias no mês seguinte.

RESUMO DAS ATIVIDADES

- 508. Descrição das principais atividades realizadas e em andamento.
- 509. Atividades de Manutenção Preventiva e Preditiva.
- 510. Atividades de Manutenção Corretiva.
- 511. Registros fotográficos e termográficos.
- 512. Relatórios de qualidade de energia, laudos termográficos, medições realizadas.
- 513. Calendário de inspeção termográfica.
- 514. Alterações sugeridas para o Plano de Manutenção.
- 515. Anormalidades observadas e sugestões para melhorias do sistema elétrico.

SEGURANÇA DO TRABALHO

- 516. Treinamentos, orientações, reuniões etc.

FATURAMENTO

- 517. Detalhamento do faturamento.
- 518. Períodos abrangidos pelo faturamento em relação a cada item faturado.
- 519. Glosas previamente efetuadas pela própria empresa.
- 520. Planilhas de controle referenciadas na Cláusula Oitava do Anexo 12 (Minuta de Contrato), abrangendo valores e detalhamento de mão de obra, serviços sob demanda, depreciações e materiais empregados.
- 521. Relação de ordens de serviço preventivas e preditivas.
- 522. Relação de ordens de serviço corretivas.
- 523. Relatório de materiais utilizados por ordem de serviço.
- 524. Notas fiscais de aquisição de materiais.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA CONTRATADA

- 525. Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada ao final dos Relatórios de Execução.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

SUBANEXO 2.1

ESPECIFICAÇÕES CONSOLIDADAS

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br.

(Observação para a COPEL: Anexo IX do Termo de Referência)

A. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Neste Subanexo, encontram-se as especificações técnicas consolidadas referentes a mão de obra, serviços sob demanda, materiais, ferramental, uniformes e EPIs.
2. As especificações técnicas são apresentadas através de fichas específicas para cada item. Os itens têm designação em formato padronizado, com código no formato SF-XXXXXX, onde XXXXX é um número sequencial único (exemplo: SF-12345).
3. Ressalta-se, conforme especificado no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas, que a indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Não há obrigação de a Contratada fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas – serão aceitos materiais e serviços tecnicamente equivalentes (similares) nos termos do Anexo 2.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 3

MODELOS DE TERMO DE VISTORIA E DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Secretaria de Infraestrutura – Senado Federal Pregão Eletrônico n.º [Identificação do Pregão].	
Objeto da contratação: “Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, conforme as Especificações Técnicas”.	
DA VISTORIA [Conteúdo do capítulo DA VISTORIA do Edital]	
Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria	Nome: Matrícula:
Data da vistoria	
Empresa licitante	
CNPJ	
E-mail e telefone	
Representante da licitante	Nome: CPF: RG:

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico [Identificação do Pregão], que a empresa [Identificação da licitante], por intermédio do(a) Sr(a) [Identificação do Representante da Empresa], portador(a) do CPF nº [Número do CPF] e RG nº [Número do RG], vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.



SENADO FEDERAL

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 4

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

A empresa _____, sediada/filial à [endereço], [cidade-UF], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui as pessoas acima qualificadas como seus Prepostos, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização e ao órgão gestor do contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Local e data

Assinatura

(Diretor-Presidente da Empresa)

(CPF nº:_____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 5

DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE – SMS

A. INTRODUÇÃO

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser precedida das Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS abaixo detalhadas.
2. Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente, que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do SENADO e da CONTRATADA, bem como promover a preservação do meio ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste Anexo, a CONTRATADA deve atender aos requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da legislação e normas infralegais existentes em âmbito distrital e federal.

B. DA SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

4. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários e subcontratados todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) exigidos por regramento oficial, cumprindo, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura.
5. Complementarmente, em relação aos riscos de arco elétrico, devem ser observadas as orientações e normativos internacionais, incluindo a NFPA 70E, a IEEE 1584 e demais normas consolidadas, além das melhores práticas de engenharia, tendo em vista a ausência de normas brasileiras específicas sobre o assunto.

A seleção e a especificação técnica dos EPI devem ser definidas pela CONTRATADA em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados. Os EPIs devem ser eficazes e eficientes para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores frente aos riscos do ambiente de trabalho onde os serviços serão desenvolvidos, conforme os níveis a que os empregados poderão estar



SENADO FEDERAL

expostos. Além disso, também devem ser observadas as especificações e EPIs mínimos previstos no Anexo 10 – Planilhas de Composição de Custos e Diretrizes para Apresentação da Proposta e no Subanexo 2.1 – Especificações Consolidadas.

6. A CONTRATADA deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
7. A CONTRATADA deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, podendo sofrer glosas e penalidades contratuais em caso de não observância.
8. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à CONTRATADA corrigir imediatamente tal desconformidade ou retirar o empregado da exposição aos riscos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
9. A CONTRATADA manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
10. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, bem como não obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
11. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
12. Caberá à CONTRATADA comunicar à Fiscalização do SENADO e, nos casos de acidentes, às autoridades competentes, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente ou incidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
13. O SENADO realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
14. O SENADO também poderá estabelecer padrões e procedimentos mínimos de segurança, conforme cada caso. Nesses casos, a CONTRATADA deverá seguir as orientações do SENADO, podendo exceder as exigências se entender que é necessário.
15. Caso a Fiscalização identifique alguma situação insegura, ela poderá solicitar a interrupção imediata da atividade. A CONTRATADA deverá esclarecer a situação, e retomar a atividade caso seja autorizado. A interrupção da atividade insegura pela Fiscalização não isenta a CONTRATADA de eventuais penalidades.



SENADO FEDERAL

16. Da mesma forma, o SENADO poderá exigir previamente o detalhamento e documentação de segurança das atividades a serem realizadas. Caso ela não seja apresentada ou seja apresentada de forma não satisfatória, intempestiva ou incompleta, a Fiscalização poderá não autorizar a execução do serviço. É obrigação da CONTRATADA realizar as análises e planejamento com a devida antecedência. Nesses casos, eventuais atrasos serão responsabilidade da CONTRATADA, sem abono ou extensão de prazo pela Fiscalização exceto em casos especiais.
17. A CONTRATADA deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.

C. DO MANEJO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E RESÍDUOS

18. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção decorrentes da presente contratação serão descartados pela CONTRATADA conforme a legislação ambiental distrital e federal.
19. Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao meio ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.
20. Correrá por conta da CONTRATADA a gestão, o armazenamento, o transporte e a disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
21. A CONTRATADA será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF.
22. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.
23. Para os materiais listados no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (baterias, óleos, lâmpadas, produtos eletroeletrônicos etc.), a CONTRATADA deverá atuar mediante sistema de logística reversa, descartando os materiais substituídos na forma estabelecida nos regulamentos ambientais, resoluções e legislações vigentes aplicáveis. Se necessário, o custo para esse descarte deverá estar incluso no custo de cada um desses materiais.
 - 23.1. Deverão ser apresentados declarações/certificados de conformidade de descarte sempre que solicitados pela Fiscalização.



SENADO FEDERAL

24. O descarte de lâmpadas, reatores, equipamentos eletroeletrônicos e semelhantes ocorrerá por meio de Serviço sob Demanda específico, listados no Anexo 10 – Planilhas de Composição de Custos e Diretrizes para Apresentação da Proposta e especificados no Subanexo 2.1 – Especificações Consolidadas.
 - 24.1. Caberá à CONTRATADA o transporte e a armazenagem temporária dentro do Complexo Arquitetônico do Senado Federal. A CONTRATADA deverá informar à Fiscalização sempre que houver uma quantidade suficiente para realizar o descarte de forma eficiente, buscando minimizar os transtornos com transporte e ao mesmo tempo não deixando um excesso de material armazenado no Senado Federal.
25. Resíduos inertes de pequeno porte, oriundos de atividades corriqueiras do contrato e atividades de escritório, poderão ser descartados com os demais resíduos do Senado Federal.
26. Para os demais materiais, incluindo baterias, pilhas, óleos, hidrocarbonetos, restos de vidro, material contaminado (incluindo EPIs, estopas etc.) e demais resíduos perigosos (Classe I conforme a ABNT NBR 10004) e não inertes (Classe II A, conforme a ABNT NBR 10004), a responsabilidade de descarte é da CONTRATADA. Não haverá ressarcimento referente aos custos de armazenagem, embalagem, transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
27. Ressalta-se que:
 - 27.1. O descarte de lâmpadas deverá ser realizado conforme regulamentos ambientais do Distrito Federal e da União, notadamente a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Ministério do Meio Ambiente e o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS), bem como suas respectivas alterações e demais normas vigentes;
 - 27.2. O descarte de óleos lubrificantes, fluidos, drenados e resíduos sólidos oleosos (embalagens, filtros, estopas, panos) usados deverá ser realizado conforme regulamentos ambientais do Distrito Federal e da União, Resoluções CONAMA nº 362/2005 e nº 430/2011, bem como suas respectivas alterações e demais normas vigentes;
 - 27.3. O descarte de baterias e demais resíduos sólidos deverá ser realizado conforme a Lei nº 12.305/2010, suas alterações e demais normas vigentes;
 - 27.4. Quando aplicável, o descarte deve ser feito conforme as determinações do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF;
 - 27.5. As pilhas e baterias adquiridas no âmbito desta contratação deverão atender à legislação vigente, em especial a Resolução CONAMA nº 401/2008, a Instrução Normativa IBAMA nº 03/2010 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, instituída pela Lei nº 2.305/2010.



SENADO FEDERAL

28. Os casos especiais serão resolvidos pela Fiscalização.

D. TRABALHO EM ELETRICIDADE

29. Em relação aos trabalhos com eletricidade, deverão ser seguidos as diretivas previstas na NR 10, além das recomendações adicionais especificadas abaixo.
30. As instalações do Senado Federal englobam instalações de extra-baixa, baixa e média tensão, além de painéis elétricos com correntes de curto-circuito estimadas em até 90 kA e categoria de arco 4 conforme a NFPA 70E. Algumas instalações contam ainda com múltiplas fontes de energia e configurações complexas, o que exige procedimentos específicos de segurança e manutenção.
31. A idade dos componentes do sistema elétrico do Senado Federal é variada, com diferenças nos padrões de montagem e segurança dos equipamentos instalados. Dessa forma, é obrigação da CONTRATADA avaliar individualmente cada situação do ponto de vista de segurança, tomando a ação adequada conforme cada caso.
32. As intervenções deverão ser feitas preferencialmente com os sistemas desenergizados, exceto nos casos de medição e diagnóstico que exijam que os equipamentos estejam em funcionamento. Intervenções com o sistema energizado deverão ser excepcionais e devidamente analisadas e aprovadas pela equipe de segurança da CONTRATADA.
33. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, quando necessário, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas de baixa e média tensão.
34. Os colaboradores envolvidos nas atividades de manutenção elétrica nas áreas com risco de arco elétrico deverão fazer uso de vestimentas antichamas (macacão ou calça e camisa), grau de risco 2, conforme as normas NFPA 2112, NFPA 70E, ASTM F1959/99, ASTM F1506/10, NR 10 e NR 6. A título de padronização, o uso de vestimentas antichamas será obrigatório em todas as salas com risco elevado de arco, independente da distância do painel elétrico, sempre que o local estiver energizado.
35. Adicionalmente, a CONTRATADA deverá realizar uma análise e determinar os EPIs que são obrigatórios para cada local.
36. A Análise de Risco deverá ser realizada sempre que necessário, especialmente em atividades de maior complexidade e risco como as manutenções de grande porte.
37. A depender do risco e complexidade da atividade, deverão ser elaborados procedimentos específicos, buscando mitigar os riscos e a possibilidade de erros. Os procedimentos deverão ser compartilhados e aprovados pela Fiscalização sempre que necessário. A Fiscalização



SENADO FEDERAL

poderá não autorizar a execução de um determinado serviço caso entenda que os procedimentos elaborados não são adequados.

38. Para atividades corriqueiras e frequentes, além de ações emergências já previstas, deverão ser elaborados Procedimentos Operacionais Padrão (POP), buscando padronizar as intervenções e maximizar a segurança dos envolvidos.
39. Buscando reduzir ao máximo os riscos, o uso de ferramentas isoladas é preferido, mesmo em painéis desenergizados. Ferramentas não isoladas só poderão ser utilizadas em situações específicas, com equipamentos desenergizados. A contabilização da quantidade de ferramentas deve ser empregada após cada manutenção, e antes da reenergização.
40. As técnicas e procedimentos de segurança deverão ser seguidos, incluindo o uso efetivo do aterramento temporário e de sistemas de bloqueio de energização (*Lock Out, Tag Out*).

E. TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS

41. Conforme a norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, considera-se espaço confinado qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.
42. Nos trabalhos em eventuais espaços confinados existentes nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de acordo com a situação de risco existente, a CONTRATADA deverá seguir e atender às normas NBR 14787 e NR 33, dispor de sinalizações e barreiras necessárias, funcionários treinados, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação e iluminação e equipamentos de resgate necessários.
43. A CONTRATADA deverá inclusive realizar quaisquer ensaios necessários para o reconhecimento e identificação dos espaços confinados existentes (incluindo possíveis testes quanto aos níveis de oxigênio, inflamáveis, gases/vapores tóxicos, poeiras/fumos/névoa tóxicos – conforme item 2 do Anexo A da norma NBR 14787:2002).

PERMISSÃO DE ENTRADA E TRABALHO – PET EM ESPAÇOS CONFINADOS

44. Para os trabalhos em eventuais espaços confinados, o acesso a esses somente deve ser liberado por funcionários da CONTRATADA treinados e apenas após a emissão, por escrito, da Permissão de Entrada e Trabalho – PET – inclusive conforme Anexo II da norma NR 33. A PET deve conter o conjunto de medidas de controle visando à entrada e desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em espaços confinados.
45. A PET deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma



SENADO FEDERAL

a permitir sua rastreabilidade. A CONTRATADA deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.

F. PROTEÇÃO DO TRABALHO EM ALTURA

46. Deverão ser tomadas pela CONTRATADA, além das medidas gerais de segurança do trabalho, as medidas para proteção dos seus empregados em trabalhos realizados em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura. Conforme a norma NR 35, considera-se trabalho em altura toda a atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
47. Todas as atividades com risco para os trabalhadores devem ser precedidas de análise e o trabalhador deve ser informado sobre estes riscos e sobre as medidas de proteção implantadas pela empresa, conforme estabelece a norma NR 1 – Disposições Gerais. As determinações da norma NR 35 não isentam a CONTRATADA da adoção de medidas para eliminar, reduzir ou neutralizar os riscos nos trabalhos realizados a qualquer altura, seja ela igual, superior ou inferior a 2,00 m.
48. Nas lacunas da norma NR 35 deverão ser buscados os dispositivos aplicáveis ao trabalho em altura nas demais normas regulamentadoras, normas técnicas nacionais ou internacionais e legislações vigentes aplicáveis.
49. Caberá à CONTRATADA garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
 - 49.1. Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as **Análises de Risco – AR, Permissões de Trabalho – PT e Procedimentos Operacionais**, nas situações previstas na norma NR 35;
 - 49.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
 - 49.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
 - 49.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
 - 49.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;



SENADO FEDERAL

- 49.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;
 - 49.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
 - 49.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
 - 49.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;
 - 49.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela CONTRATADA;
 - 49.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;
 - 49.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;
 - 49.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e
 - 49.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.
50. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela CONTRATADA, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:
- 50.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e
 - 50.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.



SENADO FEDERAL

ANÁLISE DE RISCO – AR PARA TRABALHOS EM ALTURA

51. Todo trabalho em altura deverá ser precedido de Análise de Risco. Análise de risco é um método sistemático de exame e avaliação de todas as etapas e elementos de um determinado trabalho para:
 - 51.1. Desenvolver e racionalizar toda a sequência de operações que o trabalhador executará;
 - 51.2. Identificar os riscos potenciais de acidentes físicos e materiais; e
 - 51.3. Identificar e corrigir problemas operacionais e implementar a maneira correta para execução de cada etapa do trabalho com segurança.
52. A Análise de Risco deve ser documentada e é fundamentada em metodologia de avaliação e procedimentos conhecidos, divulgados e praticados e, principalmente, aceitos pelo poder público, órgãos e entidades técnicas.
53. A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deve considerar:
 - 53.1. O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 53.2. O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 53.3. O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
 - 53.4. As condições meteorológicas adversas;
 - 53.5. A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 53.6. O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 53.7. Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 53.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
 - 53.9. Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento etc.;
 - 53.10. As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
 - 53.11. As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
 - 53.12. A necessidade de sistema de comunicação; e
 - 53.13. A forma de supervisão.



SENADO FEDERAL

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PARA TRABALHOS EM ALTURA

54. Para atividades rotineiras de trabalho em altura a Análise de Risco poderá estar contemplada no respectivo Procedimento Operacional. As atividades rotineiras são aquelas habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa. A Análise de Risco poderá estar contemplada nos Procedimentos Operacionais dessas atividades. Muitas atividades são executadas rotineiramente nas empresas. O disposto neste item diz respeito a excluir a obrigatoriedade de realização de uma Análise de Risco documentada anteriormente a cada momento de execução destas atividades, desde que os requisitos técnicos da Análise de Risco estejam contidos nos respectivos Procedimentos Operacionais.
55. O Procedimento Operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura deve conter, no mínimo, as diretrizes e requisitos da tarefa, as orientações administrativas, o detalhamento da tarefa, as medidas de controle dos riscos característicos à rotina, as condições impeditivas, os sistemas de proteção coletiva e individual necessários e as competências e responsabilidades.

PERMISSÃO DE TRABALHO PARA TRABALHOS EM ALTURA

56. As atividades de trabalho em altura não rotineiras devem ser previamente autorizadas pelos Responsáveis Técnicos da CONTRATADA mediante Permissão de Trabalho.
57. A Permissão de Trabalho deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A CONTRATADA deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.
58. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco além da relação de todos os envolvidos e suas autorizações.
59. A Permissão de Trabalho deve ter validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, podendo ser revalidada pelo responsável pela aprovação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
1	QUADROS DE GRANDE PORTE (DISJUNTOR GERAL MAIOR OU IGUAL QUE 400 A E TODOS OS QUADROS AUTOPORTANTES) E QUADROS DE CARGA CRÍTICA									
1.1	Realizar inspeção visual geral				X					
1.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto				X					
1.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
1.4	Realizar limpeza externa					X				
1.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro					X				
1.6	Medir e registrar correntes de entrada					X				
1.7	Realizar inspeção interna						X			
1.8	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
1.9	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
1.10	Medir e registrar correntes nas cargas de grande porte (disjuntores e fusíveis maiores que 100 A)						X			
1.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
1.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
1.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			
1.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
1.15	Verificar condição dos isoladores						X			
1.16	Verificar fixações dos condutores						X			
1.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
1.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
1.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
1.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
1.21	Verificar funcionamento e <i>setpoint</i> de termostato para desumidificação (se existente)						X			
1.22	Verificar funcionamento de sistema de detecção precoce de arco elétrico (se existente)						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
1.23	Verificar fusíveis						X			
1.24	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
1.25	Realizar balanceamento de fases						X			
1.26	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
1.27	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
1.28	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
1.29	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
1.30	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
1.31	Realizar análise de qualidade de energia									X
1.32	Realizar termografia qualitativa (com carga)									X
2	QUADROS DE MÉDIO PORTE (DISJUNTOR GERAL MAIOR OU IGUAL A 160 A)									
2.1	Realizar inspeção visual geral					X				
2.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto					X				
2.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)					X				
2.4	Realizar limpeza externa					X				
2.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro					X				
2.6	Medir e registrar correntes de entrada					X				
2.7	Testar DRs, se existentes						X			
2.8	Realizar inspeção interna						X			
2.9	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
2.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
2.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
2.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
2.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
2.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
2.15	Verificar condição dos isoladores						X			
2.16	Verificar fixações dos condutores						X			
2.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
2.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
2.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
2.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
2.21	Verificar fusíveis						X			
2.22	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
2.23	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
2.24	Medir e registrar correntes nas cargas de grande porte (disjuntores e fusíveis maiores ou iguais a 63 A)							X		
2.25	Realizar balanceamento de fases							X		
2.26	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
2.27	Medir e registrar resistência de isolamento									X
2.28	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
2.29	Realizar análise de qualidade de energia									X
2.30	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
3	QUADROS DE PEQUENO PORTE (DISJUNTOR GERAL MENOR QUE 160 A)									
3.1	Realizar inspeção visual geral						X			
3.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto						X			
3.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)						X			
3.4	Realizar limpeza externa						X			
3.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro						X			
3.6	Medir e registrar correntes de entrada						X			
3.7	Testar DRs, se existentes						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
3.8	Realizar inspeção interna						X			
3.9	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
3.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
3.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
3.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
3.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			
3.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
3.15	Verificar condição dos isoladores						X			
3.16	Verificar fixações dos condutores						X			
3.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
3.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
3.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
3.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
3.21	Verificar fusíveis						X			
3.22	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
3.23	Verificar a necessidade de DRs no quadro (cargas em áreas molhadas). Adequar conforme a necessidade.						X			
3.24	Realizar balanceamento de fases							X		
3.25	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
3.26	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico								X	
3.27	Medir e registrar resistência de isolamento									X
3.28	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
3.29	Realizar análise de qualidade de energia									X
3.30	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
4	QUADROS DE MÉDIA TENSÃO									



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
4.1	Realizar inspeção visual geral				X					
4.2	Verificar funcionamento dos indicadores de tensão capacitivos				X					
4.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
4.4	Medir e registrar tensões fase/fase (nos medidores instalados)				X					
4.5	Medir e registrar correntes de entrada (nos medidores instalados)				X					
4.6	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto						X			
4.7	Realizar limpeza externa						X			
4.8	Realizar inspeção interna						X			
4.9	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
4.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
4.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
4.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
4.13	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
4.14	Verificar condição dos isoladores						X			
4.15	Verificar fixações dos condutores						X			
4.16	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
4.17	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
4.18	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
4.19	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
4.20	Verificar funcionamento e <i>setpoint</i> de termostato para desumidificação (se existente)						X			
4.21	Verificar funcionamento de sistema de detecção precoce de arco elétrico (se existente)						X			
4.22	Verificar fusíveis						X			
4.23	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
4.24	Medir e registrar resistência de aterramento							X		



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
4.25	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
4.26	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
4.27	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
5	QUADROS DE COMANDO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO E MONITORAMENTO									
5.1	Verificar modo de operação do painel (automático/manual, conforme o caso)	X								
5.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
5.3	Realizar teste do funcionamento do sistema de comando/automação				X					
5.4	Realizar teste de lâmpadas e alarmes					X				
5.5	Verificar o funcionamento dos botões e sensores					X				
5.6	Verificar identificação de sensores, atuadores, contadoras e outros elementos de automação						X			
5.7	Verificar o ajuste de relés de proteção térmica, <i>timers</i> e outros dispositivos de comando e proteção						X			
5.8	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
5.9	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio e de acordo com o porte do quadro)									X
5.10	Realizar rotinas de manutenção nos CLPs, IHMs, controladores, inversores e <i>soft-starters</i> (conforme plano de manutenção próprio)									X
6	CHAVES DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA									
6.1	Verificar modo de operação do painel (automático/manual, conforme o caso)	X								
6.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
6.3	Realizar teste do funcionamento do sistema de comando/automação e de transferência (teste com ou sem carga, a depender de autorização da Fiscalização)				X					
6.4	Medir e registrar tensões (fase/fase e fase/neutro) e frequência da concessionária e gerador				X					
6.5	Verificar o ajuste de relés de falta de fase e monitoramento de tensão						X			
6.6	Verificar a parametrização, com registro dos parâmetros existentes (backup)						X			
6.7	Verificar o funcionamento do intertravamento (se existente)							X		
6.8	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
6.9	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio para quadros autoportantes)									X
7	BANCOS DE CAPACITORES									
7.1	Verificar se equipamento está em modo automático	X								
7.2	Verificar se o fator de potência está corrigido (acima de 0,92)	X								
7.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
7.4	Verificar o funcionamento do sistema de comando e contadoras (acionamento manual de cada célula)					X				
7.5	Medir e registrar as correntes de cada célula capacitiva					X				
7.6	Verificar configurações e ajustes do controlador						X			
7.7	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio para quadros autoportantes)									X
8	DISJUNTORES DE CAIXA ABERTA									
8.1	Realizar inspeção visual geral					X				
8.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
8.3	Realizar inspeção das câmaras de extinção de arco						X			
8.4	Realizar limpeza externa						X			
8.5	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco						X			
8.6	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
8.7	Verificar funcionamento do sistema de carregamento de mola (automático e manual)						X			
8.8	Verificar funcionamento de bobinas e contatos de sinalização remota						X			
8.9	Verificar funcionamento do sistema de extração (para disjuntores extraíveis)						X			
8.10	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
8.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
8.12	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
8.13	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro							X		
8.14	Medir e registrar resistência de isolamento								X	



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
8.15	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
9	DISJUNTORES DE CAIXA MOLDADA									
9.1	Realizar inspeção visual geral					X				
9.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
9.3	Realizar limpeza externa						X			
9.4	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco						X			
9.5	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
9.6	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
9.7	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
9.8	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
9.9	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro (disjuntores maiores ou iguais a 400 A)							X		
9.10	Medir e registrar resistência de isolamento (disjuntores maiores ou iguais a 400 A)								X	
9.11	Medir e registrar resistência de isolamento (disjuntores menores que 400 A)									X
10	DISJUNTORES E SECCIONADORES DE MÉDIA TENSÃO									
10.1	Realizar inspeção visual geral				X					
10.2	Verificar pressão de gás isolante (nos manômetros instalados, para disjuntores a SF6)				X					
10.3	Realizar inspeção da mufla, isolamento, crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
10.4	Realizar inspeção das câmaras de extinção de arco (se existentes)						X			
10.5	Realizar inspeção dos isoladores						X			
10.6	Realizar limpeza externa						X			
10.7	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco (se existentes)						X			
10.8	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
10.9	Verificar funcionamento do sistema de carregamento de mola (automático e manual)						X			
10.10	Verificar funcionamento de bobinas e contatos de sinalização remota						X			
10.11	Verificar funcionamento do sistema de extração (para disjuntores extraíveis)						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
10.12	Verificar funcionamento do sistema de bloqueio e aterramento temporário (se instalados)						X			
10.13	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
10.14	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
10.15	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
10.16	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro							X		
10.17	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
10.18	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
11	CONTROLADORES LÓGICO PROGRAMÁVEIS (CLP) E INTERFACES HOMEM-MÁQUINA (IHM)									
11.1	Verificar modo de operação (<i>run/stop</i>)	X								
11.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
11.3	Realizar inspeção visual geral				X					
11.4	Realizar teste funcional e de comunicação				X					
11.5	Medir a tensão de alimentação					X				
11.6	Realizar limpeza					X				
11.7	Verificar conexão de aterramento					X				
11.8	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
11.9	Verificar a parametrização, backup do software existente e atualização de software						X			
12	INVERSORES E <i>SOFT-STARTERS</i>									
12.1	Realizar inspeção visual geral				X					
12.2	Realizar teste funcional				X					
12.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos				X					
12.4	Medir e registrar correntes de entrada e saída durante a partida/parada/operação					X				
12.5	Medir e registrar tensões de entrada e saída durante a partida/parada/operação					X				
12.6	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais					X				
12.7	Realizar limpeza externa					X				



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
12.8	Verificar conexão de aterramento					X				
12.9	Realizar inspeção interna						X			
12.10	Realizar limpeza interna, incluindo abertura do equipamento para remoção de sujeira e poeira interna com soprador						X			
12.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
12.12	Verificar a parametrização, com registro dos parâmetros existentes (backup)						X			
12.13	Realizar termografia qualitativa (com carga) (<i>soft-starters</i>)						X			
12.14	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório (inversores)						X			
12.15	Substituir ventiladores									X
12.16	Realizar análise de qualidade de energia									X
13	RETIFICADORES, BANCOS DE BATERIA E CARREGADORES DE BATERIA									
13.1	Realizar inspeção visual geral	X								
13.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
13.3	Verificar o funcionamento dos ventiladores	X								
13.4	Medir e registrar a tensão de alimentação do retificador		X							
13.5	Medir e registrar a tensão em flutuação das baterias		X							
13.6	Medir e registrar a temperatura no banco de baterias		X							
13.7	Medir e registrar a corrente de alimentação do retificador				X					
13.8	Medir e registrar a corrente em flutuação das baterias				X					
13.9	Medir e registrar a corrente da carga conectada ao retificador/banco de baterias				X					
13.10	Medir e registrar a tensão de <i>ripple</i> do barramento DC				X					
13.11	Realizar teste de funcionamento do sistema nas baterias (desligando a alimentação do retificador) (com autorização da Fiscalização)					X				
13.12	Medir e registrar a tensão das baterias sem o retificador, em carga					X				
13.13	Realizar teste de descarga das baterias (tempo de descarga conforme cada caso). Medir e registrar tensão inicial e final.						X			
13.14	Realizar limpeza						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
13.15	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
13.16	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do retificador							X		
13.17	Substituir as baterias								X	
13.18	Realizar ajuste da tensão de flutuação									X
13.19	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio e de acordo com o porte do quadro)									X
13.20	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
14	TRANSFORMADORES DE MÉDIA TENSÃO A SECO									
14.1	Realizar inspeção visual geral		X							
14.2	Medir e registrar as temperaturas das bobinas (nos medidores instalados)		X							
14.3	Verificar e registrar a temperatura máxima das bobinas (no histórico dos medidores instalados)				X					
14.4	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
14.5	Realizar limpeza						X			
14.6	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
14.7	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
14.8	Realizar teste de funcionamento do relé de proteção contra sobretensão das bobinas						X			
14.9	Verificar os <i>setpoints</i> de alarme e <i>trip</i> do relé de proteção contra sobretensão das bobinas						X			
14.10	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
14.11	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
14.12	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
14.13	Realizar análise de qualidade de energia									X
14.14	Realizar ajuste do <i>tap</i> do transformador									X
15	TRANSFORMADORES DE MÉDIA TENSÃO A ÓLEO									
15.1	Realizar inspeção visual geral			X						
15.2	Verificar o nível de óleo isolante			X						



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
15.3	Verificar vazamentos de óleo isolante			X						
15.4	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais					X				
15.5	Realizar limpeza					X				
15.6	Verificar e, se necessário, substituir o elemento secante (sílica gel)					X				
15.7	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
15.8	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
15.9	Realizar a análise físico-química do óleo isolante						X			
15.10	Realizar a análise de gases dissolvidos do óleo isolante						X			
15.11	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
15.12	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
15.13	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
15.14	Realizar análise de qualidade de energia									X
15.15	Realizar ajuste do <i>tap</i> do transformador									X
16	TRANSFORMADORES TRIFÁSICOS DE BAIXA TENSÃO									
16.1	Realizar inspeção visual geral					X				
16.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
16.3	Realizar limpeza						X			
16.4	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
16.5	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
16.6	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
16.7	Realizar análise de qualidade de energia									X
16.8	Medir e registrar resistência de isolamento									X
17	BARRAMENTOS BLINDADOS									
17.1	Realizar inspeção visual geral					X				
17.2	Verificar a fixação						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
17.3	Realizar inspeção nas derivações, incluindo crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
17.4	Verificar fusíveis						X			
17.5	Realizar limpeza						X			
17.6	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
17.7	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
17.8	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
17.9	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
18	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)									
18.1	Verificar o funcionamento da luz piloto				X					
18.2	Realizar inspeção visual conforme diretivas da ABNT NBR 5419						X			
18.3	Verificar condição dos captadores, descidas e conexões						X			
18.4	Verificar condição das equipotencializações						X			
18.5	Verificar condição do sistema de aterramento						X			
18.6	Verificar a fixação dos elementos (mastros, isoladores, malhas, etc.)						X			
18.7	Verificar a conexão dos elementos metálicos externos ao SPDA						X			
18.8	Medir e registrar a resistência de aterramento						X			
18.9	Realizar limpeza da luz piloto						X			
18.10	Realizar teste da fotocélula de comando da luz piloto						X			
18.11	Realizar ensaio de continuidade dos subsistemas de captação e descidas (com microhmímetro)							X		
18.12	Realizar ensaio de continuidade da malha de aterramento (com microhmímetro)							X		
18.13	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do SPDA							X		
18.14	Realizar inspeção periódica completa conforme diretivas da ABNT NBR 5419, com emissão de relatório								X	
19	ILUMINAÇÃO EXTERNA									
19.1	Realizar inspeção visual geral			X						
19.2	Verificar o funcionamento da iluminação			X						



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
19.3	Verificar por infiltrações nas luminárias					X				
19.4	Verificar o funcionamento das fotocélulas					X				
19.5	Verificar o funcionamento do sistema de comando					X				
19.6	Verificar cúpulas quebradas					X				
19.7	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
19.8	Verificar o estado geral das caixas de passagem						X			
19.9	Verificar o estado geral da infraestrutura (eletrodutos)						X			
19.10	Verificar a estrutura física dos postes						X			
19.11	Verificar aterramento dos postes							X		
19.12	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da iluminação externa							X		
20	SUBESTAÇÕES E ÁREAS TÉCNICAS (SALAS DE PAINÉIS/NOBREAKS)									
20.1	Realizar inspeção visual geral	X								
20.2	Verificar nos multimedidores instalados os principais parâmetros elétricos e comparar com os valores típicos	X								
20.3	Verificar se a sala está devidamente trancada (conforme o caso)	X								
20.4	Verificar as condições ambientais (temperatura, umidade, infiltrações, etc.)	X								
20.5	Verificar o funcionamento adequado dos sistemas auxiliares (ar-condicionado, sistema de incêndio, etc.)	X								
20.6	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
20.7	Verificar se todas portas de painéis estão fechadas	X								
20.8	Medir e registrar temperatura ambiente (salas de nobreaks)	X								
20.9	Verificar o funcionamento da iluminação interna		X							
20.10	Medir e registrar temperatura ambiente (demais áreas técnicas)				X					
20.11	Realizar inspeção nos tapetes isolantes, bastões de resgate e outros EPIs disponíveis no ambiente				X					
20.12	Realizar limpeza superficial (remoção de pó)				X					
20.13	Verificar a sinalização de segurança (riscos/EPIs)				X					
20.14	Verificar o funcionamento da iluminação de emergência				X					



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
20.15	Realizar a limpeza/lavagem da área externa				X					
20.16	Verificar o funcionamento da iluminação externa				X					
20.17	Realizar a limpeza dos tapetes isolantes					X				
20.18	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
20.19	Verificar condição do sistema de aterramento					X				
20.20	Verificar medidas de proteção e combate a incêndio (presença/validade de extintores)					X				
20.21	Verificar a disponibilidade da documentação técnica no ambiente (<i>as-built</i> , projetos, procedimentos)					X				
20.22	Verificar a identificação dos quadros e equipamentos do ambiente						X			
20.23	Verificar a fixação da infraestrutura (eletrocalhas, leitos, eletrodutos) e painéis						X			
20.24	Verificar vedação (com espuma expansiva ou método semelhante) das passagens de cabos						X			
20.25	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
20.26	Verificar a fixação dos condutores nas eletrocalhas, leitos e painéis						X			
20.27	Realizar limpeza completa, incluindo limpeza do piso e abaixo das canaletas						X			
20.28	Verificar aterramento de painéis e demais peças metálicas						X			
20.29	Medir e registrar a resistência de aterramento						X			
20.30	Verificar o funcionamento das tomadas de serviço						X			
20.31	Realizar ensaio de isolamento dos tapetes isolantes e bastões de resgate							X		
20.32	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da subestação ou área técnica							X		
21	GALERIA TÉCNICA									
21.1	Realizar inspeção visual geral	X								
21.2	Verificar as condições ambientais (temperatura, umidade, infiltrações, etc.)	X								
21.3	Verificar o funcionamento da iluminação		X							
21.4	Realizar limpeza geral (remoção de pó)				X					
21.5	Verificar a sinalização de segurança (riscos/EPIs)				X					
21.6	Verificar o funcionamento da iluminação de emergência				X					



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
21.7	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
21.8	Verificar medidas de proteção e combate a incêndio (presença/validade de extintores)					X				
21.9	Realizar lavagem geral da galeria					X				
21.10	Verificar condição do sistema de aterramento						X			
21.11	Verificar a identificação dos quadros e equipamentos do ambiente						X			
21.12	Verificar a fixação da infraestrutura (eletrocalhas, leitos, eletrodutos) e painéis						X			
21.13	Verificar vedação (com espuma expansiva ou método semelhante) das passagens de cabos						X			
21.14	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
21.15	Verificar a fixação dos condutores nas eletrocalhas, leitos e painéis						X			
21.16	Verificar aterramento de painéis e demais peças metálicas						X			
21.17	Realizar ensaio de continuidade da malha de aterramento (com microhmímetro)							X		
21.18	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da galeria técnica							X		
22	AMBIENTES DE GRANDE CIRCULAÇÃO, PLENÁRIOS E AUDITÓRIOS									
22.1	Realizar inspeção visual geral		X							
22.2	Verificar funcionamento da iluminação		X							
22.3	Verificar a presença instalações elétricas inadequadas (copas improvisadas/adaptadores/extensões/filtros de linha instalados de forma incorreta)		X							
22.4	Verificar a presença de equipamentos inadequados para instalações elétricas do local		X							
22.5	Verificar a existência de condutores expostos		X							
22.6	Verificar funcionamento da iluminação de emergência			X						
22.7	Verificar fixação da infraestrutura aparente			X						
22.8	Verificar fixação de espelhos, tomadas e interruptores			X						
22.9	Verificar se os quadros fechados e desobstruídos			X						
22.10	Verificar se as tomadas são do novo padrão brasileiro (ABNT NBR 14136). Substituir tomadas antigas quando necessário.			X						
22.11	Verificar, por amostragem, a tensão em alguma tomada terminal (pelo menos 1 tomada por ambiente)				X					
22.12	Verificar identificação dos quadros elétricos				X					



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
22.13	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
22.14	Verificar a conexão interna de tomadas (por amostragem, pelo menos 1 tomada por ambiente). Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
22.15	Verificar a conexão interna de tomadas todas as tomadas de áreas molhadas. Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
22.16	Verificar se áreas molhadas estão protegidas por DR. Adequar se necessário.					X				
22.17	Verificar a fixação das luminárias						X			
22.18	Realizar a limpeza de luminárias						X			
22.19	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do ambiente							X		
23	AMBIENTES PEQUENA CIRCULAÇÃO, ESCRITÓRIO E RESIDÊNCIAS									
23.1	Realizar inspeção visual geral					X				
23.2	Verificar funcionamento da iluminação					X				
23.3	Verificar funcionamento da iluminação de emergência					X				
23.4	Verificar a presença instalações elétricas inadequadas (copas improvisadas/adaptadores/extensões/filtros de linha instalados de forma incorreta)					X				
23.5	Verificar a presença de equipamentos inadequados para instalações elétricas do local					X				
23.6	Verificar a existência de condutores expostos					X				
23.7	Verificar fixação da infraestrutura aparente					X				
23.8	Verificar fixação de espelhos, tomadas e interruptores					X				
23.9	Verificar se os quadros fechados e desobstruídos					X				
23.10	Verificar se as tomadas são do novo padrão brasileiro (ABNT NBR 14136). Substituir tomadas antigas quando necessário.					X				
23.11	Verificar, por amostragem, a tensão em alguma tomada terminal (pelo menos 1 tomada por ambiente)					X				
23.12	Verificar identificação dos quadros elétricos					X				
23.13	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
23.14	Verificar a conexão interna de tomadas (por amostragem, pelo menos 1 tomada por ambiente). Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
23.15	Verificar a conexão interna de tomadas todas as tomadas de áreas molhadas. Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Senanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
23.16	Verificar se áreas molhadas estão protegidas por DR. Adequar se necessário.					X				
23.17	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do ambiente								X	
24	NOBREAKS MONOFÁSICOS									
24.1	Realizar inspeção visual geral					X				
24.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos					X				
24.3	Realizar limpeza externa					X				
24.4	Medir e registrar tensão de entrada					X				
24.5	Medir e registrar tensão de saída					X				
24.6	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)					X				
24.7	Verificar a identificação do equipamento						X			
24.8	Realizar teste de funcionamento (sem rede). Medir e registrar tensão de saída sem rede.						X			
24.9	Realizar teste de autonomia (tempo de descarga conforme cada caso)						X			
24.10	Medir e registrar tensão das baterias						X			
24.11	Realizar inspeção interna							X		
24.12	Realizar limpeza interna							X		
24.13	Substituir as baterias								X	
25	NOBREAKS TRIFÁSICOS									
25.1	Realizar inspeção visual geral	X								
25.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
25.3	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)	X								
25.4	Verificar o funcionamento dos ventiladores	X								
25.5	Medir e registrar tensão de entrada (fase/fase e fase/neutro)				X					
25.6	Medir e registrar tensão de saída (fase/fase e fase/neutro)				X					
25.7	Medir e registrar correntes de entrada				X					
25.8	Medir e registrar correntes de saída				X					
25.9	Medir e registrar a tensão de flutuação das baterias				X					



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
25.10	Medir e registrar a temperatura no banco de baterias				X					
25.11	Medir e registrar a corrente de flutuação das baterias				X					
25.12	Medir e registrar a tensão de <i>ripple</i> do barramento DC				X					
25.13	Registrar potência ativa (conforme indicação do display)				X					
25.14	Verificar histórico de alarmes				X					
25.15	Verificar e ajustar data/hora				X					
25.16	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto				X					
25.17	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
25.18	Realizar limpeza externa					X				
25.19	Verificar a identificação do equipamento					X				
25.20	Realizar teste de funcionamento da chave estática/ <i>bypass</i>					X				
25.21	Realizar teste de funcionamento do sistema nas baterias (com autorização da Fiscalização). Medir e registrar tensão de saída sem rede					X				
25.22	Realizar teste de descarga das baterias (tempo de descarga conforme cada caso). Medir e registrar tensão inicial e final das baterias						X			
25.23	Realizar inspeção interna, incluindo ventiladores, placas e capacitores						X			
25.24	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
25.25	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
25.26	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
25.27	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
25.28	Verificar continuidade do aterramento com o equipamento						X			
25.29	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
25.30	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
25.31	Verificar capacitância e ESR dos principais capacitores							X		
25.32	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do nobreak							X		
25.33	Substituir as baterias									X



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Senanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
25.34	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
25.35	Realizar análise de qualidade de energia									X
26	PORTÕES									
26.1	Realizar inspeção visual geral					X				
26.2	Realizar teste de funcionamento					X				
26.3	Realizar teste de sensores (fotocélula e fim de curso)					X				
26.4	Realizar limpeza externa (carcaça e cremalheira)					X				
26.5	Medir e registrar tensão de alimentação					X				
26.6	Medir e registrar corrente em funcionamento					X				
26.7	Realizar inspeção interna						X			
26.8	Realizar limpeza interna						X			
26.9	Realizar ajustes mecânicos e nas configurações									
26.10	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
27	BRISE-SOLEIL									
27.1	Realizar inspeção visual geral					X				
27.2	Realizar teste de funcionamento					X				
27.3	Realizar limpeza da unidade de comando interna					X				
27.4	Verificar a fixação					X				
27.5	Realizar limpeza externa						X			
27.6	Realizar ajustes mecânicos						X			
27.7	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
28	GERADORES (OUTROS CONTRATOS)									
28.1	Executar operação dos equipamentos	X								
28.2	Realizar inspeção visual geral	X								
28.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
28.4	Verificar estado de funcionamento (gerador em modo automático, etc.)	X								



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
28.5	Verificar problemas sérios aparentes (vazamentos, ruídos anormais, etc.)	X								
29	NOBREAKS (OUTROS CONTRATOS)									
29.1	Executar operação dos equipamentos	X								
29.2	Realizar inspeção visual geral	X								
29.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
29.4	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)	X								
29.5	Verificar problemas sérios aparentes (sobretensões, ventiladores parados, ruídos anormais, etc.)	X								
29.6	Verificar no display temperatura do banco de baterias	X								
29.7	Verificar no display tensão de entrada/saída	X								
30	SISTEMAS FOTOVOLTAICOS									
30.1	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
30.2	Realizar inspeção visual detalhada da fixação dos elementos e das conexões elétricas aparentes				X					
30.3	Realizar a limpeza dos sensores da estação meteorológica (se existente)					X				
30.4	Conferir a fixação mecânica e a integridade de cabos e conexões da estação meteorológica e sensores					X				
30.5	Realizar a limpeza dos módulos fotovoltaicos					X				
30.6	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto (DPS) e proteções associadas nos quadros CC/CA					X				
30.7	Realizar a limpeza interna e reaperto de conexões elétricas nos quadros do sistema FV (quadros CC/CA e quadro da estação meteorológica), com torquímetro conforme necessidade						X			
30.8	Realizar termografia qualitativa (com carga) dos módulos, conectores, quadros CC/CA e inversores, com emissão de relatório							X		
30.9	Verificar continuidade e integridade do sistema de aterramento/equipotencialização do arranjo FV							X		



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
1	QUADROS DE GRANDE PORTE (DISJUNTOR GERAL MAIOR OU IGUAL QUE 400 A E TODOS OS QUADROS AUTOPORTANTES) E QUADROS DE CARGA CRÍTICA									
1.1	Realizar inspeção visual geral				X					
1.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto				X					
1.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
1.4	Realizar limpeza externa					X				
1.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro					X				
1.6	Medir e registrar correntes de entrada					X				
1.7	Realizar inspeção interna						X			
1.8	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
1.9	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
1.10	Medir e registrar correntes nas cargas de grande porte (disjuntores e fusíveis maiores que 100 A)						X			
1.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
1.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
1.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			
1.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
1.15	Verificar condição dos isoladores						X			
1.16	Verificar fixações dos condutores						X			
1.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
1.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
1.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
1.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
1.21	Verificar funcionamento e <i>setpoint</i> de termostato para desumidificação (se existente)						X			
1.22	Verificar funcionamento de sistema de detecção precoce de arco elétrico (se existente)						X			
1.23	Verificar fusíveis						X			
1.24	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
1.25	Realizar balanceamento de fases						X			
1.26	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
1.27	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
1.28	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
1.29	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
1.30	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
1.31	Realizar análise de qualidade de energia									X
1.32	Realizar termografia qualitativa (com carga)									X
2	QUADROS DE MÉDIO PORTE (DISJUNTOR GERAL MAIOR OU IGUAL A 160 A)									
2.1	Realizar inspeção visual geral					X				
2.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto					X				
2.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)					X				
2.4	Realizar limpeza externa					X				
2.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro					X				
2.6	Medir e registrar correntes de entrada					X				
2.7	Testar DRs, se existentes						X			
2.8	Realizar inspeção interna						X			
2.9	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
2.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
2.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
2.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
2.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			
2.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
2.15	Verificar condição dos isoladores						X			
2.16	Verificar fixações dos condutores						X			
2.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
2.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
2.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
2.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
2.21	Verificar fusíveis						X			
2.22	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
2.23	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
2.24	Medir e registrar correntes nas cargas de grande porte (disjuntores e fusíveis maiores ou iguais a 63 A)							X		
2.25	Realizar balanceamento de fases							X		
2.26	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
2.27	Medir e registrar resistência de isolamento									X
2.28	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
2.29	Realizar análise de qualidade de energia									X
2.30	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
3	QUADROS DE PEQUENO PORTE (DISJUNTOR GERAL MENOR QUE 160 A)									
3.1	Realizar inspeção visual geral						X			
3.2	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto						X			
3.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)						X			
3.4	Realizar limpeza externa						X			
3.5	Medir e registrar tensões fase/fase e fase/neutro						X			
3.6	Medir e registrar correntes de entrada						X			
3.7	Testar DRs, se existentes						X			
3.8	Realizar inspeção interna						X			
3.9	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
3.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
3.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
3.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
3.13	Verificar conexão de aterramento e barra de terra						X			
3.14	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
3.15	Verificar condição dos isoladores						X			
3.16	Verificar fixações dos condutores						X			
3.17	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
3.18	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
3.19	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
3.20	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
3.21	Verificar fusíveis						X			
3.22	Verificar se disjuntores se adequam as cargas/condutores e coordenação de proteção						X			
3.23	Verificar a necessidade de DRs no quadro (cargas em áreas molhadas). Adequar conforme a necessidade.						X			
3.24	Realizar balanceamento de fases							X		
3.25	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
3.26	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico								X	



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
3.27	Medir e registrar resistência de isolamento									X
3.28	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
3.29	Realizar análise de qualidade de energia									X
3.30	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
4	QUADROS DE MÉDIA TENSÃO									
4.1	Realizar inspeção visual geral				X					
4.2	Verificar funcionamento dos indicadores de tensão capacitivos				X					
4.3	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
4.4	Medir e registrar tensões fase/fase (nos medidores instalados)				X					
4.5	Medir e registrar correntes de entrada (nos medidores instalados)				X					
4.6	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto						X			
4.7	Realizar limpeza externa						X			
4.8	Realizar inspeção interna						X			
4.9	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
4.10	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
4.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
4.12	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
4.13	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
4.14	Verificar condição dos isoladores						X			
4.15	Verificar fixações dos condutores						X			
4.16	Verificar identificação geral do quadro elétrico						X			
4.17	Verificar identificação de cargas, circuitos e condutores						X			
4.18	Verificar funcionamento de sistemas de comando/automação e medidores						X			
4.19	Verificar funcionamento de acessórios (fontes, ventoinhas, tomadas auxiliares, iluminação, etc.)						X			
4.20	Verificar funcionamento e <i>setpoint</i> de termostato para desumidificação (se existente)						X			
4.21	Verificar funcionamento de sistema de detecção precoce de arco elétrico (se existente)						X			
4.22	Verificar fusíveis						X			
4.23	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
4.24	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
4.25	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
4.26	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
4.27	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
5	QUADROS DE COMANDO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO E MONITORAMENTO									
5.1	Verificar modo de operação do painel (automático/manual, conforme o caso)	X								
5.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
5.3	Realizar teste do funcionamento do sistema de comando/automação				X					
5.4	Realizar teste de lâmpadas e alarmes					X				
5.5	Verificar o funcionamento dos botões e sensores					X				
5.6	Verificar identificação de sensores, atuadores, contadoras e outros elementos de automação						X			
5.7	Verificar o ajuste de relés de proteção térmica, <i>timers</i> e outros dispositivos de comando e proteção						X			
5.8	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
5.9	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio e de acordo com o porte do quadro)									X
5.10	Realizar rotinas de manutenção nos CLPs, IHMs, controladores, inversores e <i>soft-starters</i> (conforme plano de manutenção próprio)									X
6	CHAVES DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA									
6.1	Verificar modo de operação do painel (automático/manual, conforme o caso)	X								
6.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
6.3	Realizar teste do funcionamento do sistema de comando/automação e de transferência (teste com ou sem carga, a depender de autorização da Fiscalização)				X					
6.4	Medir e registrar tensões (fase/fase e fase/neutro) e frequência da concessionária e gerador				X					
6.5	Verificar o ajuste de relés de falta de fase e monitoramento de tensão						X			
6.6	Verificar a parametrização, com registro dos parâmetros existentes (backup)						X			
6.7	Verificar o funcionamento do intertravamento (se existente)							X		
6.8	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do quadro elétrico							X		
6.9	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio para quadros autoportantes)									X
7	BANCOS DE CAPACITORES									
7.1	Verificar se equipamento está em modo automático	X								
7.2	Verificar se o fator de potência está corrigido (acima de 0,92)	X								
7.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
7.4	Verificar o funcionamento do sistema de comando e contadoras (acionamento manual de cada célula)					X				
7.5	Medir e registrar as correntes de cada célula capacitiva					X				
7.6	Verificar configurações e ajustes do controlador						X			
7.7	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio para quadros autoportantes)									X
8	DISJUNTORES DE CAIXA ABERTA									
8.1	Realizar inspeção visual geral					X				
8.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
8.3	Realizar inspeção das câmaras de extinção de arco						X			
8.4	Realizar limpeza externa						X			
8.5	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco						X			
8.6	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
8.7	Verificar funcionamento do sistema de carregamento de mola (automático e manual)						X			
8.8	Verificar funcionamento de bobinas e contatos de sinalização remota						X			
8.9	Verificar funcionamento do sistema de extração (para disjuntores extraíveis)						X			
8.10	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
8.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
8.12	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
8.13	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro							X		
8.14	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
8.15	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
9	DISJUNTORES DE CAIXA MOLDADA									
9.1	Realizar inspeção visual geral					X				
9.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
9.3	Realizar limpeza externa						X			
9.4	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco						X			
9.5	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
9.6	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
9.7	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
9.8	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
9.9	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro (disjuntores maiores ou iguais a 400 A)							X		
9.10	Medir e registrar resistência de isolamento (disjuntores maiores ou iguais a 400 A)								X	
9.11	Medir e registrar resistência de isolamento (disjuntores menores que 400 A)									X
10	DISJUNTORES E SECCIONADORES DE MÉDIA TENSÃO									
10.1	Realizar inspeção visual geral				X					
10.2	Verificar pressão de gás isolante (nos manômetros instalados, para disjuntores a SF6)				X					
10.3	Realizar inspeção da mufla, isolamento, crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
10.4	Realizar inspeção das câmaras de extinção de arco (se existentes)						X			
10.5	Realizar inspeção dos isoladores						X			
10.6	Realizar limpeza externa						X			
10.7	Realizar limpeza (sopragem) das câmaras de arco (se existentes)						X			
10.8	Realizar teste de <i>trip</i> e teste de operação manual						X			
10.9	Verificar funcionamento do sistema de carregamento de mola (automático e manual)						X			
10.10	Verificar funcionamento de bobinas e contatos de sinalização remota						X			
10.11	Verificar funcionamento do sistema de extração (para disjuntores extraíveis)						X			
10.12	Verificar funcionamento do sistema de bloqueio e aterramento temporário (se instalados)						X			
10.13	Verificar funcionamento da unidade de disparo (<i>trip unit</i>)						X			
10.14	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
10.15	Verificar configurações e ajustes da unidade de disparo							X		
10.16	Medir e registrar resistência de condução com microhmímetro							X		
10.17	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
10.18	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
11	CONTROLADORES LÓGICO PROGRAMÁVEIS (CLP) E INTERFACES HOMEM-MÁQUINA (IHM)									
11.1	Verificar modo de operação (<i>run/stop</i>)	X								
11.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
11.3	Realizar inspeção visual geral				X					
11.4	Realizar teste funcional e de comunicação				X					
11.5	Medir a tensão de alimentação					X				
11.6	Realizar limpeza					X				
11.7	Verificar conexão de aterramento					X				
11.8	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
11.9	Verificar a parametrização, backup do software existente e atualização de software						X			
12	INVERSORES E <i>SOFT-STARTERS</i>									
12.1	Realizar inspeção visual geral				X					
12.2	Realizar teste funcional				X					
12.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos				X					
12.4	Medir e registrar correntes de entrada e saída durante a partida/parada/operação					X				
12.5	Medir e registrar tensões de entrada e saída durante a partida/parada/operação					X				
12.6	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais					X				
12.7	Realizar limpeza externa					X				
12.8	Verificar conexão de aterramento					X				
12.9	Realizar inspeção interna						X			
12.10	Realizar limpeza interna, incluindo abertura do equipamento para remoção de sujeira e poeira interna com soprador						X			
12.11	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
12.12	Verificar a parametrização, com registro dos parâmetros existentes (backup)						X			
12.13	Realizar termografia qualitativa (com carga) (<i>soft-starters</i>)						X			
12.14	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório (inversores)						X			
12.15	Substituir ventiladores									X
12.16	Realizar análise de qualidade de energia									X
13	RETIFICADORES, BANCOS DE BATERIA E CARREGADORES DE BATERIA									
13.1	Realizar inspeção visual geral	X								
13.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
13.3	Verificar o funcionamento dos ventiladores	X								
13.4	Medir e registrar a tensão de alimentação do retificador		X							
13.5	Medir e registrar a tensão em flutuação das baterias		X							
13.6	Medir e registrar a temperatura no banco de baterias		X							



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
13.7	Medir e registrar a corrente de alimentação do retificador				X					
13.8	Medir e registrar a corrente em flutuação das baterias				X					
13.9	Medir e registrar a corrente da carga conectada ao retificador/banco de baterias				X					
13.10	Medir e registrar a tensão de <i>ripple</i> do barramento DC				X					
13.11	Realizar teste de funcionamento do sistema nas baterias (desligando a alimentação do retificador) (com autorização da Fiscalização)					X				
13.12	Medir e registrar a tensão das baterias sem o retificador, em carga					X				
13.13	Realizar teste de descarga das baterias (tempo de descarga conforme cada caso). Medir e registrar tensão inicial e final.						X			
13.14	Realizar limpeza						X			
13.15	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
13.16	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do retificador							X		
13.17	Substituir as baterias								X	
13.18	Realizar ajuste da tensão de flutuação									X
13.19	Realizar rotinas de manutenção elétrica (conforme plano de manutenção próprio e de acordo com o porte do quadro)									X
13.20	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
14	TRANSFORMADORES DE MÉDIA TENSÃO A SECO									
14.1	Realizar inspeção visual geral		X							
14.2	Medir e registrar as temperaturas das bobinas (nos medidores instalados)		X							
14.3	Verificar e registrar a temperatura máxima das bobinas (no histórico dos medidores instalados)				X					
14.4	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
14.5	Realizar limpeza						X			
14.6	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
14.7	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
14.8	Realizar teste de funcionamento do relé de proteção contra sobretensão das bobinas						X			
14.9	Verificar os <i>setpoints</i> de alarme e <i>trip</i> do relé de proteção contra sobretensão das bobinas						X			
14.10	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
14.11	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
14.12	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
14.13	Realizar análise de qualidade de energia									X
14.14	Realizar ajuste do <i>tap</i> do transformador									X
15	TRANSFORMADORES DE MÉDIA TENSÃO A ÓLEO									
15.1	Realizar inspeção visual geral			X						
15.2	Verificar o nível de óleo isolante			X						
15.3	Verificar vazamentos de óleo isolante			X						
15.4	Realizar inspeção das muflas, da crimpagem dos cabos e condição dos terminais					X				
15.5	Realizar limpeza					X				
15.6	Verificar e, se necessário, substituir o elemento secante (sílica gel)					X				
15.7	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
15.8	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
15.9	Realizar a análise físico-química do óleo isolante						X			
15.10	Realizar a análise de gases dissolvidos do óleo isolante						X			
15.11	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório						X			
15.12	Medir e registrar resistência de aterramento							X		
15.13	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
15.14	Realizar análise de qualidade de energia									X
15.15	Realizar ajuste do <i>tap</i> do transformador									X
16	TRANSFORMADORES TRIFÁSICOS DE BAIXA TENSÃO									
16.1	Realizar inspeção visual geral					X				



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
16.2	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
16.3	Realizar limpeza						X			
16.4	Verificar conexão de aterramento do transformador, carcaça e demais peças metálicas						X			
16.5	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
16.6	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
16.7	Realizar análise de qualidade de energia									X
16.8	Medir e registrar resistência de isolamento									X
17	BARRAMENTOS BLINDADOS									
17.1	Realizar inspeção visual geral					X				
17.2	Verificar a fixação						X			
17.3	Realizar inspeção nas derivações, incluindo crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
17.4	Verificar fusíveis						X			
17.5	Realizar limpeza						X			
17.6	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
17.7	Realizar termografia qualitativa (com carga)							X		
17.8	Medir e registrar resistência de isolamento								X	
17.9	Realizar manutenção dos disjuntores (conforme plano de manutenção próprio)									X
18	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)									
18.1	Verificar o funcionamento da luz piloto				X					
18.2	Realizar inspeção visual conforme diretivas da ABNT NBR 5419						X			
18.3	Verificar condição dos captos, descidas e conexões						X			
18.4	Verificar condição das equipotencializações						X			
18.5	Verificar condição do sistema de aterramento						X			
18.6	Verificar a fixação dos elementos (mastros, isoladores, malhas, etc.)						X			
18.7	Verificar a conexão dos elementos metálicos externos ao SPDA						X			
18.8	Medir e registrar a resistência de aterramento						X			
18.9	Realizar limpeza da luz piloto						X			
18.10	Realizar teste da fotocélula de comando da luz piloto						X			
18.11	Realizar ensaio de continuidade dos subsistemas de captação e descidas (com microhmímetro)							X		
18.12	Realizar ensaio de continuidade da malha de aterramento (com microhmímetro)							X		
18.13	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do SPDA							X		
18.14	Realizar inspeção periódica completa conforme diretivas da ABNT NBR 5419, com emissão de relatório								X	
19	ILUMINAÇÃO EXTERNA									
19.1	Realizar inspeção visual geral			X						
19.2	Verificar o funcionamento da iluminação			X						
19.3	Verificar por infiltrações nas luminárias					X				
19.4	Verificar o funcionamento das fotocélulas					X				
19.5	Verificar o funcionamento do sistema de comando					X				
19.6	Verificar cúpulas quebradas					X				
19.7	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
19.8	Verificar o estado geral das caixas de passagem						X			
19.9	Verificar o estado geral da infraestrutura (eletrodutos)						X			
19.10	Verificar a estrutura física dos postes						X			
19.11	Verificar aterramento dos postes							X		
19.12	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da iluminação externa							X		
20	SUBESTAÇÕES E ÁREAS TÉCNICAS (SALAS DE PAINÉIS/NOBREAKS)									
20.1	Realizar inspeção visual geral	X								
20.2	Verificar nos multimedidores instalados os principais parâmetros elétricos e comparar com os valores típicos	X								
20.3	Verificar se a sala está devidamente trancada (conforme o caso)	X								



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
20.4	Verificar as condições ambientais (temperatura, umidade, infiltrações, etc.)	X								
20.5	Verificar o funcionamento adequado dos sistemas auxiliares (ar-condicionado, sistema de incêndio, etc.)	X								
20.6	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
20.7	Verificar se todas portas de painéis estão fechadas	X								
20.8	Medir e registrar temperatura ambiente (salas de nobreaks)	X								
20.9	Verificar o funcionamento da iluminação interna		X							
20.10	Medir e registrar temperatura ambiente (demais áreas técnicas)				X					
20.11	Realizar inspeção nos tapetes isolantes, bastões de resgate e outros EPIs disponíveis no ambiente				X					
20.12	Realizar limpeza superficial (remoção de pó)				X					
20.13	Verificar a sinalização de segurança (riscos/EPIs)				X					
20.14	Verificar o funcionamento da iluminação de emergência				X					
20.15	Realizar a limpeza/lavagem da área externa				X					
20.16	Verificar o funcionamento da iluminação externa				X					
20.17	Realizar a limpeza dos tapetes isolantes					X				
20.18	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
20.19	Verificar condição do sistema de aterramento					X				
20.20	Verificar medidas de proteção e combate a incêndio (presença/validade de extintores)					X				
20.21	Verificar a disponibilidade da documentação técnica no ambiente (<i>as-built</i> , projetos, procedimentos)					X				
20.22	Verificar a identificação dos quadros e equipamentos do ambiente						X			
20.23	Verificar a fixação da infraestrutura (eletrocalhas, leitos, eletrodutos) e painéis						X			
20.24	Verificar vedação (com espuma expansiva ou método semelhante) das passagens de cabos						X			
20.25	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
20.26	Verificar a fixação dos condutores nas eletrocalhas, leitos e painéis						X			
20.27	Realizar limpeza completa, incluindo limpeza do piso e abaixo das canaletas						X			
20.28	Verificar aterramento de painéis e demais peças metálicas						X			
20.29	Medir e registrar a resistência de aterramento						X			
20.30	Verificar o funcionamento das tomadas de serviço						X			
20.31	Realizar ensaio de isolamento dos tapetes isolantes e bastões de resgate							X		
20.32	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da subestação ou área técnica							X		
21	GALERIA TÉCNICA									
21.1	Realizar inspeção visual geral	X								
21.2	Verificar as condições ambientais (temperatura, umidade, infiltrações, etc.)	X								
21.3	Verificar o funcionamento da iluminação		X							
21.4	Realizar limpeza geral (remoção de pó)				X					
21.5	Verificar a sinalização de segurança (riscos/EPIs)				X					
21.6	Verificar o funcionamento da iluminação de emergência				X					
21.7	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
21.8	Verificar medidas de proteção e combate a incêndio (presença/validade de extintores)					X				
21.9	Realizar lavagem geral da galeria					X				
21.10	Verificar condição do sistema de aterramento						X			
21.11	Verificar a identificação dos quadros e equipamentos do ambiente						X			
21.12	Verificar a fixação da infraestrutura (eletrocalhas, leitos, eletrodutos) e painéis						X			
21.13	Verificar vedação (com espuma expansiva ou método semelhante) das passagens de cabos						X			
21.14	Verificar o estado do isolamento condutores						X			
21.15	Verificar a fixação dos condutores nas eletrocalhas, leitos e painéis						X			
21.16	Verificar aterramento de painéis e demais peças metálicas						X			
21.17	Realizar ensaio de continuidade da malha de aterramento (com microhmímetro)							X		
21.18	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica da galeria técnica							X		
22	AMBIENTES DE GRANDE CIRCULAÇÃO, PLENÁRIOS E AUDITÓRIOS									
22.1	Realizar inspeção visual geral		X							



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
22.2	Verificar funcionamento da iluminação		X							
22.3	Verificar a presença instalações elétricas inadequadas (copas improvisadas/adaptadores/extensões/filtros de linha instalados de forma incorreta)		X							
22.4	Verificar a presença de equipamentos inadequados para instalações elétricas do local		X							
22.5	Verificar a existência de condutores expostos		X							
22.6	Verificar funcionamento da iluminação de emergência			X						
22.7	Verificar fixação da infraestrutura aparente			X						
22.8	Verificar fixação de espelhos, tomadas e interruptores			X						
22.9	Verificar se os quadros fechados e desobstruídos			X						
22.10	Verificar se as tomadas são do novo padrão brasileiro (ABNT NBR 14136). Substituir tomadas antigas quando necessário.			X						
22.11	Verificar, por amostragem, a tensão em alguma tomada terminal (pelo menos 1 tomada por ambiente)				X					
22.12	Verificar identificação dos quadros elétricos				X					
22.13	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
22.14	Verificar a conexão interna de tomadas (por amostragem, pelo menos 1 tomada por ambiente). Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
22.15	Verificar a conexão interna de tomadas todas as tomadas de áreas molhadas. Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
22.16	Verificar se áreas molhadas estão protegidas por DR. Adequar se necessário.					X				
22.17	Verificar a fixação das luminárias						X			
22.18	Realizar a limpeza de luminárias						X			
22.19	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do ambiente							X		
23	AMBIENTES PEQUENA CIRCULAÇÃO, ESCRITÓRIO E RESIDÊNCIAS									
23.1	Realizar inspeção visual geral					X				
23.2	Verificar funcionamento da iluminação					X				
23.3	Verificar funcionamento da iluminação de emergência					X				
23.4	Verificar a presença instalações elétricas inadequadas (copas improvisadas/adaptadores/extensões/filtros de linha instalados de forma incorreta)					X				
23.5	Verificar a presença de equipamentos inadequados para instalações elétricas do local					X				
23.6	Verificar a existência de condutores expostos					X				
23.7	Verificar fixação da infraestrutura aparente					X				
23.8	Verificar fixação de espelhos, tomadas e interruptores					X				
23.9	Verificar se os quadros fechados e desobstruídos					X				
23.10	Verificar se as tomadas são do novo padrão brasileiro (ABNT NBR 14136). Substituir tomadas antigas quando necessário.					X				
23.11	Verificar, por amostragem, a tensão em alguma tomada terminal (pelo menos 1 tomada por ambiente)					X				
23.12	Verificar identificação dos quadros elétricos					X				
23.13	Realizar teste de descarga/autonomia na iluminação de emergência					X				
23.14	Verificar a conexão interna de tomadas (por amostragem, pelo menos 1 tomada por ambiente). Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
23.15	Verificar a conexão interna de tomadas todas as tomadas de áreas molhadas. Conferir fase/neutro/terra conectados conforme norma.					X				
23.16	Verificar se áreas molhadas estão protegidas por DR. Adequar se necessário.					X				
23.17	Atualizar <i>as-built</i> e documentação técnica do ambiente								X	
24	NOBREAKS MONOFÁSICOS									
24.1	Realizar inspeção visual geral					X				
24.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos					X				
24.3	Realizar limpeza externa					X				
24.4	Medir e registrar tensão de entrada					X				
24.5	Medir e registrar tensão de saída					X				
24.6	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)					X				



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
24.7	Verificar a identificação do equipamento						X			
24.8	Realizar teste de funcionamento (sem rede). Medir e registrar tensão de saída sem rede.						X			
24.9	Realizar teste de autonomia (tempo de descarga conforme cada caso)						X			
24.10	Medir e registrar tensão das baterias						X			
24.11	Realizar inspeção interna							X		
24.12	Realizar limpeza interna							X		
24.13	Substituir as baterias								X	
25	NOBREAKS TRIFÁSICOS									
25.1	Realizar inspeção visual geral	X								
25.2	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
25.3	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)	X								
25.4	Verificar o funcionamento dos ventiladores	X								
25.5	Medir e registrar tensão de entrada (fase/fase e fase/neutro)				X					
25.6	Medir e registrar tensão de saída (fase/fase e fase/neutro)				X					
25.7	Medir e registrar correntes de entrada				X					
25.8	Medir e registrar correntes de saída				X					
25.9	Medir e registrar a tensão de flutuação das baterias				X					
25.10	Medir e registrar a temperatura no banco de baterias				X					
25.11	Medir e registrar a corrente de flutuação das baterias				X					
25.12	Medir e registrar a tensão de ripple do barramento DC				X					
25.13	Registrar potência ativa (conforme indicação do display)				X					
25.14	Verificar histórico de alarmes				X					
25.15	Verificar e ajustar data/hora				X					
25.16	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto				X					
25.17	Verificar proteções mecânicas (proteções instaladas, portas fechadas, fechos funcionando corretamente)				X					
25.18	Realizar limpeza externa					X				
25.19	Verificar a identificação do equipamento					X				
25.20	Realizar teste de funcionamento da chave estática/bypass					X				
25.21	Realizar teste de funcionamento do sistema nas baterias (com autorização da Fiscalização). Medir e registrar tensão de saída sem rede					X				
25.22	Realizar teste de descarga das baterias (tempo de descarga conforme cada caso). Medir e registrar tensão inicial e final das baterias						X			
25.23	Realizar inspeção interna, incluindo ventiladores, placas e capacitores						X			
25.24	Realizar inspeção da crimpagem dos cabos e condição dos terminais						X			
25.25	Verificar aperto de conexões elétricas e realizar reaperto com torquímetro conforme a necessidade						X			
25.26	Verificar fixação das peças de chaparia (internas e externas) e estrutura do painel, incluindo aperto e presença de todos os parafusos						X			
25.27	Verificar aterramento de porta, carcaça e demais peças metálicas						X			
25.28	Verificar continuidade do aterramento com o equipamento						X			
25.29	Realizar limpeza interna, com soprador e aspirador						X			
25.30	Realizar termografia qualitativa (com carga)						X			
25.31	Verificar capacitância e ESR dos principais capacitores							X		
25.32	Atualizar as-built e documentação técnica do nobreak							X		
25.33	Substituir as baterias									X
25.34	Realizar termografia quantitativa (com carga), com emissão de relatório									X
25.35	Realizar análise de qualidade de energia									X
26	PORTÕES									
26.1	Realizar inspeção visual geral					X				
26.2	Realizar teste de funcionamento					X				
26.3	Realizar teste de sensores (fotocélula e fim de curso)					X				
26.4	Realizar limpeza externa (carcaça e cremalheira)					X				



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob demanda
26.5	Medir e registrar tensão de alimentação					X				
26.6	Medir e registrar corrente em funcionamento					X				
26.7	Realizar inspeção interna						X			
26.8	Realizar limpeza interna						X			
26.9	Realizar ajustes mecânicos e nas configurações									
26.10	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
27	BRISE-SOLEIL									
27.1	Realizar inspeção visual geral					X				
27.2	Realizar teste de funcionamento					X				
27.3	Realizar limpeza da unidade de comando interna					X				
27.4	Verificar a fixação					X				
27.5	Realizar limpeza externa						X			
27.6	Realizar ajustes mecânicos						X			
27.7	Lubrificar trilhos e peças mecânicas									X
28	GERADORES (OUTROS CONTRATOS)									
28.1	Executar operação dos equipamentos	X								
28.2	Realizar inspeção visual geral	X								
28.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
28.4	Verificar estado de funcionamento (gerador em modo automático, etc.)	X								
28.5	Verificar problemas sérios aparentes (vazamentos, ruídos anormais, etc.)	X								
29	NOBREAKS (OUTROS CONTRATOS)									
29.1	Executar operação dos equipamentos	X								
29.2	Realizar inspeção visual geral	X								
29.3	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
29.4	Verificar estado de funcionamento (sistema online, etc.)	X								
29.5	Verificar problemas sérios aparentes (sobretensões, ventiladores parados, ruídos anormais, etc.)	X								
29.6	Verificar no display temperatura do banco de baterias	X								
29.7	Verificar no display tensão de entrada/saída	X								
30	SISTEMAS FOTOVOLTAICOS									
30.1	Verificar a presença de alarmes ou avisos	X								
30.2	Realizar inspeção visual detalhada da fixação dos elementos e das conexões elétricas aparentes				X					
30.3	Realizar a limpeza dos sensores da estação meteorológica (se existente)					X				
30.4	Conferir a fixação mecânica e a integridade de cabos e conexões da estação meteorológica e sensores					X				
30.5	Realizar a limpeza dos módulos fotovoltaicos					X				
30.6	Verificar situação dos dispositivos de proteção contra surto (DPS) e proteções associadas nos quadros CC/CA					X				
30.7	Realizar a limpeza interna e reaperto de conexões elétricas nos quadros do sistema FV (quadros CC/CA e quadro da estação meteorológica), com torquímetro conforme necessidade						X			
30.8	Realizar termografia qualitativa (com carga) dos módulos, conectores, quadros CC/CA e inversores, com emissão de relatório							X		
30.9	Verificar continuidade e integridade do sistema de aterramento/equipotencialização do arranjo FV							X		



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 6

PLANO DE MANUTENÇÃO

A. PLANO DE MANUTENÇÃO

1. O Plano de Manutenção para o Sistema Elétrico do Senado Federal encontra-se na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Plano de Manutenção para o Sistema Elétrico do Senado Federal

2. A periodicidade das rondas e das principais atividades com acompanhamento contínuo do Sistema Elétrico do Senado Federal encontram-se na **Tabela 5** abaixo:

Tabela 5 – Rondas e atividades de acompanhamento contínuo

Local	Frequência de vistoria/acompanhamento				
	Contínuo	A cada 3h	A cada 6h	A cada 12h	A cada 24h
Plenário Principal (enquanto houver sessão)	X				
Plenário de Comissões (enquanto houver sessão)	X				
Auditório Petrônio Portella (enquanto houver evento)	X				
Grupos motores-geradores e CTAs (quando faltar energia da concessionária)	X				
Nobreaks (quando alimentando pelos grupos motores-geradores)	X				
Sala X do Prodasen		X			
Sala Y do Prodasen		X			
Sala de geradores - Ramal X do Prodasen		X			
Grupo motor-gerador - Ramal Y do Prodasen		X			
Sala de painéis do Anexo 1			X		
Sala de nobreaks do Anexo 1			X		
Sala de painéis do Anexo 2			X		
Sala de nobreaks do Anexo 2			X		
Sala de painéis do Prodasen (sala da Concessionária)			X		
Sala de painéis do Interlegis			X		
Sala de painéis da SEGRAF e distribuição de média tensão de emergência (mezanino da AT21)			X		
Sala de nobreaks e retificadores da SEGRAF (mezanino da AT21)			X		
Subestação das Unidades de Apoio (Eletrocentro)			X		
Central de geração do Senado Federal (grupos motores-geradores e subestação associada)			X		
Sala de distribuição de média tensão					
Galeria técnica				X	
Subestação do Anexo 1 (área de transformadores/CTA)				X	
Subestação da SEGRAF (área de transformadores/CTA)				X	



SENADO FEDERAL

Local	Frequência de vistoria/acompanhamento				
	Contínuo	A cada 3h	A cada 6h	A cada 12h	A cada 24h
Subestação do Anexo 2 (vistoria pela parte superior)				X	
Sala de geradores do Interlegis				X	
Sala do sistema de geração fotovoltaico do Bloco 14				X	
CM3 (AT10)					X
Salão Negro					X
Salão Azul					X
Salão Branco (Chapelaria)					X
Túnel do tempo					X
Plenário Principal (sem sessão)					X



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 7

**DESCRIPTIVO TÉCNICO, PRANCHAS GRÁFICAS E FOTOS ILUSTRATIVAS DOS
LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO SENADO FEDERAL**

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br.

(Observação para a COPEL: Anexo VIII do Termo de Referência)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 8

HISTÓRICO DE CONSUMO

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br.

(Observação para a COPEL: Anexo X do Termo de Referência)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 9

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA, QUANTIDADE, JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO BASE

Subitem	Categoria (cargo)	CBO ⁴	Quantidade		Carga horária	Adicionais		Ferista ⁵	Salário Base (R\$)
			Cargos	Profissionais		Periculosidade	Noturno		
1.1	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico	2143-15	2	2	44 horas semanais	30%	-	-	12.525,35
1.2	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico e Segurança do Trabalho	2149-15	1	1		30%	-	-	12.525,35
1.3	Técnico em Segurança do Trabalho	3516-05	1	1		30%	-	-	5.579,71

⁴ Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentada em caráter orientativo. Ressalta-se que determinadas funções podem admitir mais de um enquadramento. Cabe a cada licitante verificar e adotar a classificação que considere adequada, em coerência com as atribuições previstas neste Edital e com a regulamentação aplicável. O enquadramento CBO indicado não prevalece sobre as exigências e especificações técnicas do Edital.

⁵ Indicação dos postos que contemplam ou não reposição (ferista).



SENADO FEDERAL

Subitem	Categoria (cargo)	CBO ⁴	Quantidade		Carga horária	Adicionais		Ferista ⁵	Salário Base (R\$)
			Cargos	Profissionais		Periculosidade	Noturno		
1.4	Auxiliar de Almoxarifado	4141-05	2	2		-	-	-	2.526,81
1.5	Auxiliar Administrativo	4110-05	2	2		-	-	-	2.103,23
1.6	Desenhista Técnico	3183-05	2	2		30%	-	-	3.481,39
1.7	Técnico em Eletrotécnica Encarregado	3131-15	7	7		30%	-	-	5.331,78
1.8	Técnico em Eletrotécnica Planejador de Manutenção	3131-05	1	1		30%	-	-	5.331,78
1.9	Técnico em Eletrotécnica Termografista	3131-05	1	1		30%	-	-	4.341,84
1.10	Técnico em Eletrotécnica	3131-05	16	16		30%	-	-	4.341,84
1.11	Eletricista	7156-10	17	17		-	-	-	3.111,09
1.12	Auxiliar de Eletricista	7156-15	14	14		-	-	-	2.103,23
1.13	Técnico em Eletromecânica	3003-05	2	2		30%	-	-	4.341,84
1.14	Técnico em Automação	3001-05	5	5		30%	-	-	4.341,84
1.15	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (diurno)	3131-05	2	4	Plantão 12h x 36h	30%	-	Sim	4.341,84
1.16	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (noturno)	3131-05		4		30%	20%	Sim	4.341,84
1.17	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (diurno)	7156-10	7	14		30%	-	Sim	3.111,09



SENADO FEDERAL

Subitem	Categoria (cargo)	CBO ⁴	Quantidade		Carga horária	Adicionais		Ferista ⁵	Salário Base (R\$)
			Cargos	Profissionais		Periculosidade	Noturno		
1.18	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (noturno)	7156-10		14	Diurno: 7h-19h Noturno: 19h-7h	30%	20%	Sim	3.111,09
Totais			82	109					

Observações:

- 1) As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços de cada cargo, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, conforme modelo constante do Anexo 11 do edital.
- 2) As diretrizes para o preenchimento das Planilhas de Composição de Custos, bem como as instruções e orientações necessárias para fins de apresentação da proposta constam do Anexo 10 do edital.
- 3) Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados na tabela acima (Acórdão TCU nº 189/2011 – Plenário).
- 4) É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.



SENADO FEDERAL

5) A licitante se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT incidente sobre o contrato em decorrência de decisão judicial ou fato que afete o enquadramento sindical da CONTRATADA ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 10

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS E DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
--

A. DIRETRIZES

1. Este anexo traz as Planilhas de Composição de Custos, bem como as instruções e orientações necessárias para fins de apresentação da proposta comercial.
2. As Planilhas de Composição de Custos deverão ser preenchidas pelos licitantes conforme os modelos a seguir, de acordo com o conteúdo de cada coluna.
3. As especificações detalhadas de cada item estão no Subanexo 2.1 – Especificações Consolidadas. Contudo, o preenchimento das planilhas deverá levar em consideração todas as informações contidas no Edital e em seus anexos.
 - 3.1. Ressalta-se que as especificações dos serviços e insumos constantes no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas e no Subanexo 2.1 – Especificações Consolidadas do Edital deverão ser observadas para fins de aferição da compatibilidade às exigências de qualidade e performance previstos no ato convocatório.
4. Os quantitativos dos materiais informados Planilhas 1, 2, 3 e 4 correspondem a uma mera previsão de consumo do Senado Federal ao longo da vigência do contrato, não gerando à empresa a certeza quanto ao fornecimento total.
 - 4.1. A futura CONTRATADA não poderá alegar a existência de faltas ou omissões de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento dos objetos contratados, sem que isso implique custo adicional ao SENADO.
5. Os valores unitários e totais para cada item adotados na Planilhas 1, 2, 3, 4 e 5 representam os valores máximos a serem praticados (valores de referência). Os valores a serem adotados pelos licitantes em suas Planilhas de Composição de Custos deverão ser menores ou iguais aos valores indicados pelo Senado Federal.
 - 5.1. Os valores de referência já consideram a incidência do BDI, conforme o caso.
6. As estimativas de quantitativos adotados nas Planilhas 1, 2, 3 e 4, bem como a vida útil da Planilha 4, são fixos e não podem ser alterados pelos licitantes. O mesmo se aplica ao Fator de Utilização adotado na Planilha 5, que não pode ser alterado.



SENADO FEDERAL

7. Para a Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicação Exclusiva, é importante observar que:
 - 7.1. Os valores de salário-base indicados na planilha são os mínimos a serem praticados no âmbito desta contratação. Caberá ao licitante adotar um valor maior ou igual ao valor indicado em sua proposta comercial, conforme cada caso.
 - 7.2. Os adicionais noturnos e de periculosidade indicados na Planilha 1, conforme o Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas, são obrigatórios.
 - 7.3. Para os cargos que trabalham em regime de plantão, os custos devem considerar a reposição em caso de férias e afastamentos (feristas). Para os demais cargos, não há previsão de reposição em caso de férias, conforme especificado no item H.5 do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas.
8. Além de preencher todas as planilhas apresentadas neste Anexo, os licitantes deverão apresentar as seguintes informações adicionais:
 - 8.1. O detalhamento das Planilhas de Preços de Mão de Obra para cada cargo da Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicação Exclusiva, tomando por base o modelo apresentado no edital. Deve-se ainda contemplar nessas planilhas os custos referentes a materiais de consumo (não relacionados na Planilha 3 – Composição de Custos para os Materiais, e conforme Seção I.5 do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital), além de uniformes e EPIs conforme seções específicas do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas (Seções H.13 e L). Ressalta-se que para uniformes e EPIs, a estimativa de quantidade e de itens necessários ficará a cargo de cada licitante, e o fornecimento ocorrerá sempre que necessário conforme especificado no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital. As estimativas utilizadas pelo Senado Federal para pesquisa de preços foram incluídas como referência após a Planilha 1.
 - 8.2. A composição analítica da taxa de BDI para intermediação de serviço, adotada para a Planilha 2 – Composição de Custos para os Serviços sob Demanda;
 - 8.3. A composição analítica da taxa de BDI para mero fornecimento, adotada para a Planilha 3 – Composição de Custos para os Materiais.
9. O cálculo das taxas de BDI deverá ser realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$BDI (\%) = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

onde:

AC = taxa de rateio da administração central

S = taxa representativa de seguros

R = riscos e imprevistos



SENADO FEDERAL

G = taxa representativa do ônus das garantias exigidas em edital

DF = taxa representativa das despesas financeiras

L = taxa de lucro/remuneração

I = taxa representativa de tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, COFINS, CPRB e ISS, conforme o caso)

10. Nos casos mencionados nos subitens 8.2 e 8.3 acima, o Senado adotou para as taxas de BDI os percentuais listadas abaixo:
 - 10.1. Para a Planilha 2 – Composição de Custos para os Serviços sob Demanda: 27,37%;
 - 10.2. Para a para a Planilha 3 – Composição de Custos para os Materiais: 19,50%;
 - 10.3. Esses valores estão dentro da faixa recomendada para mero fornecimento de materiais ou prestação de serviço, conforme estabelecido no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, acrescido da parcela da CPRB, quando for o caso.
 - 10.4. O licitante não poderá utilizar taxas de BDI que superem esse percentual, exceto em casos muito específicos que venham a ser devidamente demonstrados pela empresa licitante, com justificativa elaborada por profissional habilitado, mediante análise e concordância por parte do Senado, conforme disposto no Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal.
 - 10.5. Ressalta-se que para fins de cálculo da estimativa do valor da futura contratação, elaborou-se dois orçamentos, com desoneração e sem desoneração, e adotou-se como orçamento de referência aquele de menor valor global entre os dois. Não haverá distinção nos valores de referência conforme o regime tributário de cada licitante.
11. Para a Planilha 4 – Depreciação de Ferramental, o cálculo do valor mensal de depreciação para cada item deverá seguir a seguinte fórmula:

$$V_{\text{mensal}} = \frac{(V_{\text{aquisição}} \times Quant)}{(T_{\text{depreciação}} \times 12)}$$

Onde:

- 11.1. *Quant* é a quantidade de ferramentas a serem disponibilizadas no âmbito da contratação, correspondente a coluna “A” da Planilha 4;
- 11.2. *T_{depreciação}* é o tempo de depreciação da ferramenta, em anos, correspondente a coluna “B” da Planilha 4;
- 11.3. *V_{aquisição}* é o valor unitário de aquisição da ferramenta, em reais, correspondente a coluna “C” da Planilha 4;



SENADO FEDERAL

- 11.4. V_{mensal} é o valor mensal, em reais, correspondente a parcela de depreciação referente ao quantitativo total da ferramenta em questão, correspondente a coluna “E” da Planilha 4. O valor deve ser arredondado para duas casas decimais após a vírgula.

EQUIPE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicção Exclusiva

Subitem	CÓD. SINFRA	Categoria (cargo)	Nº de profissionais (A)	Salário Base (R\$)	Adicion. de Periculosidade	Adicion. Noturno	Valor Unitário Mensal (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C)=(A)*(B)	Valor Total Para 30 (Trinta) Meses (R\$) (D)=(C)*30
1.1	SF-01403	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico	2	12.525,35	30%	-	33.522,38	67.044,76	2.011.342,80
1.2	SF-01404	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico e Segurança do Trabalho	1	12.525,35	30%	-	33.519,07	33.519,07	1.005.572,10
1.3	SF-01405	Técnico em Segurança do Trabalho	1	5.579,71	30%	-	15.840,53	15.840,53	475.215,90
1.4	SF-01406	Auxiliar de Almoxarifado	2	2.526,81	-	-	6.747,16	13.494,32	404.829,60
1.5	SF-01407	Auxiliar Administrativo	2	2.103,23	-	-	5.954,10	11.908,20	357.246,00
1.6	SF-01408	Desenhista Técnico	2	3.481,39	30%	-	10.700,76	21.401,52	642.045,60
1.7	SF-01409	Técnico em Eletrotécnica Encarregado	7	5.331,78	30%	-	15.329,85	107.308,95	3.219.268,50
1.8	SF-01410	Técnico em Eletrotécnica Planejador de Manutenção	1	5.331,78	30%	-	15.241,42	15.241,42	457.242,60
1.9	SF-01411	Técnico em Eletrotécnica Termografista	1	4.341,84	30%	-	12.886,44	12.886,44	386.593,20
1.10	SF-01412	Técnico em Eletrotécnica	16	4.341,84	30%	-	12.843,88	205.502,08	6.165.062,40
1.11	SF-01413	Eletricista	17	3.111,09	-	-	8.123,56	138.100,52	4.143.015,60
1.12	SF-01414	Auxiliar de Eletricista	14	2.103,23	-	-	6.177,99	86.491,86	2.594.755,80
1.13	SF-01415	Técnico em Eletromecânica	2	4.341,84	30%	-	12.800,28	25.600,56	768.016,80
1.14	SF-01416	Técnico em Automação	5	4.341,84	30%	-	12.886,03	64.430,15	1.932.904,50
1.15	SF-01417	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (diurno)	4	4.341,84	30%	-	13.082,59	52.330,36	1.569.910,80
1.16	SF-01418	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (noturno)	4	4.341,84	30%	20%	14.649,96	58.599,84	1.757.995,20



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Categoria (cargo)	Nº de profissionais (A)	Salário Base (R\$)	Adicion. de Periculosidade	Adicion. Noturno	Valor Unitário Mensal (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C)=(A)*(B)	Valor Total Para 30 (Trinta) Meses (R\$) (D)=(C)*30
1.17	SF-01421	Eletricista Plantonista Áreas Restritas (diurno)	14	3.111,09	30%	-	9.994,03	139.916,42	4.197.492,60
1.18	SF-01422	Eletricista Plantonista Áreas Restritas (noturno)	14	3.111,09	30%	20%	11.117,09	155.639,26	4.669.177,80
Total			109						
1	Subtotal de Equipe de Dedicação Exclusiva para 30 Meses (R\$)								36.757.687,80

Obs. 1: Para cada categoria deve ser adicionalmente apresentada uma planilha de formação de custos.

Obs. 2: Jornada de trabalho e previsão de substituição/ferista conforme especificações do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas.

Obs. 3: O custo referente a uniformes, EPIs e materiais consumíveis deverá ser proporcionalmente diluído na composição de custos das categorias profissionais. As quantidades de EPIs e uniformes consideradas para fins de pesquisa de preços encontram-se detalhadas a seguir.

Relação de EPIs e Uniformes

CÓD. SINFRA	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada p/ 30 (trinta) Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
SF-02572	Luva isolante classe 0	par	156	332,09	51.806,04
SF-02573	Luva isolante classe 2	par	24	553,95	13.294,80
SF-02574	Luva de cobertura para luva isolante	par	180	46,65	8.397,00
SF-02575	Bolsa para luvas isolantes	un	180	53,11	9.559,80
SF-00827	Calçado isolante elétrico	par	320	137,33	43.945,60
SF-02576	Vestimenta antichama classe 2	un	348	333,79	116.158,92
SF-02577	Vestimenta antichama classe 4	un	4	1.896,91	7.587,64
SF-02578	Capuz antichama classe 4	un	4	4.094,31	16.377,24
SF-02579	Balaclava antichama classe 2	un	4	155,16	620,64
SF-00830	Capacete de segurança	un	320	48,99	15.676,80
SF-00836	Óculos de segurança	un	650	10,62	6.903,00



SENADO FEDERAL

CÓD. SINFRA	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada p/ 30 (trinta) Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
SF-00837	Protetor auricular de inserção	un	525	3,49	1.832,25
SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	un	30	37,08	1.112,40
SF-00838	Protetor facial	un	78	264,98	20.668,44
SF-02581	Respirador PFF-2	un	718	7,91	5.679,38
SF-02582	Luva nitrílica	cx	100	35,28	3.528,00
SF-02583	Luva de nylon com banho em PU	par	474	3,86	1.829,64
SF-02584	Luva de vaqueta	par	163	18,59	3.030,17
SF-02585	Capacete de segurança para trabalho em altura	un	50	197,53	9.876,50
SF-00828	Bota de PVC	par	59	38,04	2.244,24
SF-02586	Luva para proteção química	par	295	9,66	2.849,70
SF-02587	Luva pigmentada	par	494	2,98	1.472,12
SF-02588	Protetor solar	L	150	97,71	14.656,13
SF-02589	Sabonete desengraxante	L	150	29,20	4.380,00
SF-00829	Capa de chuva	un	200	18,21	3.642,30
Subtotal de EPIs para 30 meses (R\$) ⁶					367.128,75

CÓD. SINFRA	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada p/ 30 (Trinta) Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
SF-02571	Camiseta de manga curta com identificação da empresa	un	750	27,90	20.925,00
SF-00825	Calça	un	750	50,30	37.725,00
Subtotal de uniformes para 30 meses (R\$) ⁶					58.650,00

⁶ Ver. Obs. 3 na Planilha 1.



SENADO FEDERAL

SERVIÇOS SOB DEMANDA

Planilha 2 – Composição de Custos para os Serviços sob Demanda

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada p/ 30 (Trinta) Meses (A)	BDI ^{7,8}	Preço Unitário com BDI ⁸ (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
2.1	SF-02368	Análise físico-química de óleo isolante	un	30	27,37%	313,33	9.399,90
2.2	SF-02369	Análise de gases dissolvidos em óleo isolante	un	30	27,37%	261,50	7.845,00
2.3	SF-02371	Descarte de lâmpadas	un	30000	27,37%	4,32	129.600,00
2.4	SF-02372	Descarte de reatores e demais resíduos eletroeletrônicos	kg	4490	27,37%	1,66	7.453,40
2.5	SF-02373	Aluguel de caminhão munck	dia	40	27,37%	2.466,95	98.678,00
2.6	SF-02374	Aluguel de plataforma aérea	dia	30	27,37%	2.569,05	77.071,50
2.7	SF-02375	Aluguel de empilhadeira	dia	5	27,37%	1.630,34	8.151,70
2.8	SF-02377	Aluguel de grupo motor-gerador de 200 kVA	dia	10	27,37%	2.101,61	21.016,10
2.9	SF-02378	Hora de funcionamento grupo motor-gerador de 200 kVA	h	100	27,37%	347,08	34.708,00
2.10	SF-02379	Solda exotérmica	un	1000	27,37%	73,74	73.740,00
2.11	SF-05275	Aluguel de caixa de testes de relés	dia	21	27,37%	375,75	7.890,76
2.12	SF-02376	Aluguel de banco de cargas 400 kW	dia	10	27,37%	21.175,26	211.752,60
2	Subtotal de Serviços sob Demanda para 30 Meses com BDI (R\$)						687.306,96

⁷ Conforme parágrafo 10, caberá a cada licitante escolher o BDI adequado, apresentando a respectiva memória de cálculo.

⁸ Taxa de BDI de intermediação de serviço. Taxa de 11,26% ou 19,10% adotada para fins de estimativa de preço, escolhido conforme cada caso, pautado na origem do tipo de cotação ou composição utilizada para fins de pesquisa de preços.



SENADO FEDERAL

MATERIAIS

Planilha 3 – Composição de Custos para os Materiais

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.1	SF-01423	Conjunto parafuso, porca e arruelas M5	un	5.000,00	0,56	0,10	280,00
3.2	SF-01424	Conjunto parafuso, porca e arruelas M6	un	5.000,00	0,72	0,10	360,00
3.3	SF-01425	Conjunto parafuso, porca e arruelas M8	un	5.000,00	1,57	0,10	785,00
3.4	SF-01426	Conjunto parafuso, porca e arruelas M10	un	5.000,00	2,59	0,10	1.295,00
3.5	SF-01427	Conjunto parafuso, porca e arruelas M12	un	2.500,00	2,69	0,10	672,50
3.6	SF-01428	Identificador para botão de emergência	un	200,00	4,17	0,10	83,40
3.7	SF-01429	Prensa cabos	un	310,00	10,95	0,10	339,45
3.8	SF-01430	Bloco de distribuição 2 x 7	un	100,00	40,86	0,10	408,60

⁹ Taxa de BDI para mero fornecimento de materiais. Taxa de 11,26% adotada para fins de estimativa de preço.



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.9	SF-01431	Bloco de distribuição 2 x 15	un	100,00	79,46	0,10	794,60
3.10	SF-01432	Bloco de distribuição 4 x 7	un	100,00	67,21	0,10	672,10
3.11	SF-01433	Bloco de distribuição 4 x 15	un	100,00	181,70	0,10	1.817,00
3.12	SF-01434	Isolador de baixa tensão para barramentos	un	1.000,00	5,66	0,10	566,00
3.13	SF-01435	Trilho DIN 35 mm	m	600,00	13,00	0,10	780,00
3.14	SF-01436	Suporte para trilho DIN	un	200,00	7,12	0,10	142,40
3.15	SF-01437	Barramento de cobre	cm3	50.000,00	1,63	0,10	8.150,00
3.16	SF-01438	Desumidificador para painel	un	30,00	197,15	0,10	591,45
3.17	SF-01439	Conjunto ventilador para painel elétrico 150 mm	un	110,00	475,37	0,10	5.229,07
3.18	SF-01440	Conjunto ventilador para painel elétrico 200 mm	un	40,00	456,55	0,10	1.826,20
3.19	SF-01441	Conjunto ventilador para painel elétrico 250 mm	un	40,00	557,11	0,10	2.228,44
3.20	SF-01442	Conjunto ventilador para painel elétrico 325 mm	un	40,00	1.583,14	0,10	6.332,56



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.21	SF-01443	Porta documentos	un	100,00	24,25	0,10	242,50
3.22	SF-01444	Tomada auxiliar	un	200,00	18,86	0,10	377,20
3.23	SF-01445	Fixador/clip autoadesivo para abraçadeiras de nylon	pct	200,00	1,28	0,10	25,60
3.24	SF-01446	Spira-duto 1/8"	m	500,00	2,53	0,10	126,50
3.25	SF-01447	Spira-duto 1/4"	m	500,00	1,83	0,10	91,50
3.26	SF-01448	Spira-duto 1/2"	m	500,00	5,46	0,10	273,00
3.27	SF-01449	Spira-duto 3/4"	m	500,00	4,94	0,10	247,00
3.28	SF-01450	Canaleta de quadro 30 mm x 30 mm	m	500,00	13,11	0,10	655,50
3.29	SF-01451	Canaleta de quadro 30 mm x 50 mm	m	500,00	18,21	0,10	910,50
3.30	SF-01452	Canaleta de quadro 50 mm x 50 mm	m	500,00	20,51	0,10	1.025,50
3.31	SF-01453	Canaleta de quadro 50 mm x 80 mm	m	500,00	46,29	0,10	2.314,50
3.32	SF-01454	Canaleta de quadro 80 mm x 50 mm	m	500,00	36,39	0,10	1.819,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.33	SF-01455	Canaleta de quadro 80 mm x 80 mm	m	500,00	32,73	0,10	1.636,50
3.34	SF-01456	Canaleta de quadro 110 mm x 80 mm	m	500,00	76,90	0,10	3.845,00
3.35	SF-01457	Borne até 4 mm2	un	10.000,00	5,53	0,10	5.530,00
3.36	SF-01458	Borne terra até 4 mm2	un	2.000,00	8,02	0,10	1.604,00
3.37	SF-01459	Borne 6 mm2	un	2.000,00	4,65	0,10	930,00
3.38	SF-01460	Borne terra 6 mm2	un	400,00	10,83	0,10	433,20
3.39	SF-01461	Borne 10 mm2	un	1.500,00	5,86	0,10	879,00
3.40	SF-01462	Borne terra 10 mm2	un	300,00	15,89	0,10	476,70
3.41	SF-01463	Borne 16 mm2	un	1.000,00	19,38	0,10	1.938,00
3.42	SF-01464	Borne terra 16 mm2	un	200,00	16,30	0,10	326,00
3.43	SF-01465	Borne 35 mm2	un	1.000,00	9,56	0,10	956,00
3.44	SF-01466	Borne terra 35 mm2	un	200,00	16,74	0,10	334,80



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.45	SF-01467	Borne duplo	un	4.000,00	6,25	0,10	2.500,00
3.46	SF-01468	Tampa final para borne	un	5.000,00	1,91	0,10	955,00
3.47	SF-01469	Separador para borne	un	5.000,00	1,33	0,10	665,00
3.48	SF-01470	Ponte para borne	un	5.000,00	8,97	0,10	4.485,00
3.49	SF-01471	Poste para borne	un	5.000,00	2,09	0,10	1.045,00
3.50	SF-01472	Borne porta-fusível com LED	un	3.000,00	17,23	0,10	5.169,00
3.51	SF-01473	Borne porta-fusível sem LED	un	3.000,00	13,74	0,10	4.122,00
3.52	SF-01474	Porta identificador para borne	un	10.000,00	4,53	0,10	4.530,00
3.53	SF-01475	Identificador para borne	un	10.000,00	14,32	0,10	14.320,00
3.54	SF-01476	Bloco de aferição para TC	un	100,00	162,95	0,10	1.629,50
3.55	SF-01477	Bloco de aferição para TP e TC	un	100,00	211,87	0,10	2.118,70
3.56	SF-01478	Barramento monofásico isolado	m	100,00	98,21	0,10	982,10



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.57	SF-01479	Barramento bifásico isolado	m	50,00	198,80	0,10	994,00
3.58	SF-01480	Barramento trifásico isolado	m	400,00	184,64	0,10	7.385,60
3.59	SF-01481	Protetor para barramento isolado	pct	100,00	7,01	0,10	70,10
3.60	SF-01482	Conector para barramento isolado	un	2.000,00	19,41	0,10	3.882,00
3.61	SF-01483	Obturador para quadro elétrico	un	2.000,00	5,15	0,10	1.030,00
3.62	SF-01484	Barramento de neutro ou terra	un	600,00	35,30	0,10	2.118,00
3.63	SF-01485	Fecho para quadro	un	300,00	26,33	0,10	789,90
3.64	SF-01486	Placa de montagem 1,5 mm	m2	100,00	149,40	0,10	1.494,00
3.65	SF-01487	Placa de montagem 2 mm	m2	100,00	278,83	0,10	2.788,30
3.66	SF-01488	Chapa de aço galvanizado	kg	50,00	14,21	0,10	71,05
3.67	SF-01489	Polycarbonato	m3	1.000,00	84,67	0,10	8.467,00
3.68	SF-01490	Placa de identificação	cm2	50.000,00	0,67	0,10	3.350,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.69	SF-01491	Cadeado para disjuntores	un	100,00	46,17	0,10	461,70
3.70	SF-01492	Bloqueio para disjuntores	un	100,00	41,81	0,10	418,10
3.71	SF-01493	Ventoinha 120 mm	un	100,00	54,23	0,10	542,30
3.72	SF-01494	Perfil de aço	kg	1.500,00	9,10	0,10	1.365,00
3.73	SF-01495	Espuma expansiva corta-fogo	un	100,00	50,02	0,10	500,20
3.74	SF-01496	Cantoneira para suportar elementos de infraestrutura	un	2.000,00	2,88	0,10	576,00
3.75	SF-01497	Janela de inspeção termográfica 2 polegadas	un	20,00	2.695,00	0,10	5.390,00
3.76	SF-01498	Janela de inspeção termográfica 3 polegadas	un	20,00	3.583,81	0,10	7.167,62
3.77	SF-01499	Janela de inspeção termográfica 4 polegadas	un	20,00	5.762,98	0,10	11.525,96
3.78	SF-01500	Pino-bola para ponto de aterramento temporário	un	50,00	243,41	0,10	1.217,05
3.79	SF-01501	Luminária para quadros elétricos	un	50,00	510,72	0,10	2.553,60
3.80	SF-01502	Canaleta em alumínio 73 mm x 25 mm	m	1.220,00	138,25	0,10	16.866,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.81	SF-01503	Curva para canaleta em alumínio 73 mm x 25 mm	un	400,00	128,65	0,10	5.146,00
3.82	SF-01504	Porta equipamentos para canaleta de alumínio	un	2.000,00	35,05	0,10	7.010,00
3.83	SF-01505	Adaptador de eletroduto para canaleta em alumínio 73 mm x 25 mm	un	200,00	89,88	0,10	1.797,60
3.84	SF-01506	Tampa terminal para canaleta em alumínio 73 mm x 25 mm	un	500,00	12,30	0,10	615,00
3.85	SF-01507	Derivação tipo X para canaleta em alumínio 73 mm x 25 mm	un	100,00	122,54	0,10	1.225,40
3.86	SF-01508	Canaleta em alumínio 53 mm x 14 mm	m	500,00	106,08	0,10	5.304,00
3.87	SF-01509	Curva para canaleta em alumínio 53 mm x 14 mm	un	100,00	54,60	0,10	546,00
3.88	SF-01510	Tampa terminal para canaleta em alumínio 53 mm x 14 mm	un	100,00	8,95	0,10	89,50
3.89	SF-01511	Adaptador de porta equipamentos para canaleta em alumínio 53 mm x 14 mm	un	200,00	21,87	0,10	437,40
3.90	SF-01512	Canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	m	1.500,00	5,52	0,10	828,00
3.91	SF-01513	Acessório para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	250,00	2,16	0,10	54,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.92	SF-01514	Caixa de sobrepor para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	400,00	20,97	0,10	838,80
3.93	SF-01515	Tomada para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	250,00	23,73	0,10	593,25
3.94	SF-01516	Interruptor para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	50,00	21,69	0,10	108,45
3.95	SF-01517	Pulsador para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	10,00	35,75	0,10	35,75
3.96	SF-01518	Módulo cego para canaleta em PVC 20 mm x 12 mm	un	100,00	19,57	0,10	195,70
3.97	SF-05198	Canaleta em alumínio 73 mm x 45 mm	m	610,00	208,31	0,10	12.706,91
3.98	SF-05199	Tampa para canaleta em alumínio 73 mm	m	1.830,00	79,22	0,10	14.497,26
3.99	SF-05200	Curva para canaleta em alumínio 73 mm x 45 mm	un	200,00	156,37	0,10	3.127,40
3.100	SF-05201	Adaptador de eletroduto para canaleta em alumínio 73 mm x 45 mm	un	100,00	89,77	0,10	897,70
3.101	SF-05202	Tampa terminal para canaleta em alumínio 73 mm x 45 mm	un	250,00	10,93	0,10	273,25
3.102	SF-05203	Derivação tipo X para canaleta em alumínio 73 mm x 45 mm	un	50,00	138,45	0,10	692,25
3.103	SF-01519	Chave seletora de 2 posições	un	500,00	18,83	0,10	941,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.104	SF-01520	Chave seletora de 3 posições	un	500,00	25,63	0,10	1.281,50
3.105	SF-01521	Botão de emergência tipo cogumelo	un	300,00	29,76	0,10	892,80
3.106	SF-01522	Botão tipo pulsador	un	1.000,00	15,46	0,10	1.546,00
3.107	SF-01523	Botão tipo pulsador iluminado	un	100,00	29,33	0,10	293,30
3.108	SF-01524	Bloco de contato para chaves e botões	un	200,00	9,43	0,10	188,60
3.109	SF-01525	Chave seletora de 2 posições iluminada	un	100,00	38,73	0,10	387,30
3.110	SF-01526	Chave seletora de 3 posições iluminada	un	100,00	38,98	0,10	389,80
3.111	SF-01527	Botão duplo	un	30,00	186,74	0,10	560,22
3.112	SF-01528	Sinalizador LED	un	1.500,00	12,28	0,10	1.842,00
3.113	SF-01529	Sinalizador sonoro luminoso	un	200,00	28,66	0,10	573,20
3.114	SF-01530	Sinalizador sonoro	un	200,00	36,35	0,10	727,00
3.115	SF-01531	Sirene	un	50,00	193,59	0,10	967,95



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.116	SF-01532	Chave de partida direta	un	50,00	190,54	0,10	952,70
3.117	SF-01533	Distribuidor Interno Ótico Industrial	un	50,00	658,56	0,10	3.292,80
3.118	SF-01534	Patch Panel Ethernet Industrial	un	20,00	2.595,21	0,10	5.190,42
3.119	SF-01535	Conector RJ45 Fêmea Blindado	un	200,00	139,30	0,10	2.786,00
3.120	SF-01536	Conector RJ45 Macho Blindado	un	200,00	19,97	0,10	399,40
3.121	SF-01537	Cabo Ethernet Blindado	m	3.000,00	3,76	0,10	1.128,00
3.122	SF-01538	Switch ethernet industrial	un	20,00	3.534,70	0,10	7.069,40
3.123	SF-01539	Gateway Modbus Ethernet / RS485	un	20,00	5.259,18	0,10	10.518,36
3.124	SF-05220	Cordão de fibra óptica duplex multimodo 5 m	un	30,00	89,63	0,10	268,89
3.125	SF-05221	Cabo Ethernet tipo Patch Cord Categoria 5E Blindado 5 m	un	200,00	26,28	0,10	525,60
3.126	SF-01540	Condulete de alumínio de 3/4"	un	4.000,00	11,60	0,10	4.640,00
3.127	SF-01541	Condulete de alumínio de 1"	un	4.000,00	19,49	0,10	7.796,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.128	SF-01542	Condutele de alumínio de 1 1/4"	un	1.000,00	23,90	0,10	2.390,00
3.129	SF-01543	Condutele de alumínio de 1 1/2"	un	1.000,00	31,76	0,10	3.176,00
3.130	SF-01544	Condutele de alumínio de 2"	un	500,00	46,60	0,10	2.330,00
3.131	SF-01545	Condutele de alumínio de 2 1/2"	un	500,00	153,61	0,10	7.680,50
3.132	SF-01546	Condutele de alumínio de 3"	un	250,00	129,40	0,10	3.235,00
3.133	SF-01547	Condutele de alumínio de 4"	un	200,00	237,51	0,10	4.750,20
3.134	SF-01548	Tampa para condutele de alumínio de 3/4"	un	5.000,00	5,59	0,10	2.795,00
3.135	SF-01549	Tampa para condutele de alumínio de 1"	un	5.000,00	6,45	0,10	3.225,00
3.136	SF-01550	Interruptor para condutele	un	1.000,00	19,36	0,10	1.936,00
3.137	SF-01551	Interruptor duplo para condutele	un	500,00	10,43	0,10	521,50
3.138	SF-01552	Tomada para condutele de 10 A	un	4.000,00	7,13	0,10	2.852,00
3.139	SF-01553	Tomada para condutele de 20 A	un	1.000,00	10,27	0,10	1.027,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.140	SF-01554	Tomada dupla para condutele	un	2.000,00	6,80	0,10	1.360,00
3.141	SF-01555	Tomada e interruptor para condutele	un	500,00	27,60	0,10	1.380,00
3.142	SF-01556	Kit de vedação para condutele de alumínio de 3/4"	un	100,00	11,79	0,10	117,90
3.143	SF-01557	Kit de vedação para condutele de alumínio de 1"	un	200,00	26,16	0,10	523,20
3.144	SF-01558	Kit de vedação para condutele de alumínio de 1 1/4"	un	50,00	26,27	0,10	131,35
3.145	SF-01559	Kit de vedação para condutele de alumínio de 1 1/2"	un	50,00	26,27	0,10	131,35
3.146	SF-01560	Kit de vedação para condutele de alumínio de 2"	un	50,00	27,16	0,10	135,80
3.147	SF-01561	Tampa para condutele de PVC	un	5.000,00	5,15	0,10	2.575,00
3.148	SF-01562	Conector para condutele de PVC	un	8.000,00	2,03	0,10	1.624,00
3.149	SF-05222	Tampão plástico para condutele múltiplo	un	24.000,00	0,33	0,10	792,00
3.150	SF-05223	Conector para condutele múltiplo de 3/4"	un	8.000,00	4,11	0,10	3.288,00
3.151	SF-05224	Conector para condutele múltiplo de 1"	un	8.000,00	4,73	0,10	3.784,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.152	SF-01563	Terminal de compressão 25 mm2	un	10.000,00	3,67	0,10	3.670,00
3.153	SF-01564	Terminal de compressão 35 mm2	un	2.000,00	4,13	0,10	826,00
3.154	SF-01565	Terminal de compressão 50 mm2	un	2.000,00	7,16	0,10	1.432,00
3.155	SF-01566	Terminal de compressão 70 mm2	un	1.000,00	8,93	0,10	893,00
3.156	SF-01567	Terminal de compressão 95 mm2	un	1.000,00	11,00	0,10	1.100,00
3.157	SF-01568	Terminal de compressão 120 mm2	un	1.000,00	15,47	0,10	1.547,00
3.158	SF-01569	Terminal de compressão 150 mm2	un	600,00	34,83	0,10	2.089,80
3.159	SF-01570	Terminal de compressão 185 mm2	un	1.000,00	38,06	0,10	3.806,00
3.160	SF-01571	Terminal de compressão 240 mm2	un	600,00	50,22	0,10	3.013,20
3.161	SF-01572	Terminal de compressão 300 mm2	un	300,00	73,08	0,10	2.192,40
3.162	SF-01573	Luva de compressão 25 mm2	un	500,00	3,25	0,10	162,50
3.163	SF-01574	Luva de compressão 35 mm2	un	500,00	4,23	0,10	211,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.164	SF-01575	Luva de compressão 50 mm2	un	500,00	7,07	0,10	353,50
3.165	SF-01576	Luva de compressão 70 mm2	un	300,00	9,74	0,10	292,20
3.166	SF-01577	Luva de compressão 95 mm2	un	300,00	11,89	0,10	356,70
3.167	SF-01578	Luva de compressão 120 mm2	un	300,00	16,96	0,10	508,80
3.168	SF-01579	Luva de compressão 150 mm2	un	200,00	21,82	0,10	436,40
3.169	SF-01580	Luva de compressão 185 mm2	un	200,00	23,46	0,10	469,20
3.170	SF-01581	Luva de compressão 240 mm2	un	200,00	37,82	0,10	756,40
3.171	SF-01582	Luva de compressão 300 mm2	un	200,00	46,98	0,10	939,60
3.172	SF-01583	Condutor 1,0 mm2	m	10.000,00	2,09	0,10	2.090,00
3.173	SF-01584	Condutor 1,5 mm2	m	10.000,00	2,44	0,10	2.440,00
3.174	SF-01585	Condutor 2,5 mm2	m	100.000,00	3,68	0,10	36.800,00
3.175	SF-01586	Condutor 4 mm2	m	50.000,00	5,72	0,10	28.600,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.176	SF-01587	Condutor 6 mm2	m	20.000,00	7,49	0,10	14.980,00
3.177	SF-01588	Condutor 10 mm2	m	15.000,00	14,96	0,10	22.440,00
3.178	SF-01589	Condutor 16 mm2	m	15.000,00	21,88	0,10	32.820,00
3.179	SF-01590	Condutor 25 mm2	m	10.000,00	26,79	0,10	26.790,00
3.180	SF-01591	Condutor 35 mm2	m	10.000,00	48,95	0,10	48.950,00
3.181	SF-01592	Condutor 50 mm2	m	10.000,00	63,98	0,10	63.980,00
3.182	SF-01593	Condutor 70 mm2	m	8.000,00	83,88	0,10	67.104,00
3.183	SF-01594	Condutor 95 mm2	m	8.000,00	113,41	0,10	90.728,00
3.184	SF-01595	Condutor 120 mm2	m	8.000,00	153,55	0,10	122.840,00
3.185	SF-01596	Condutor 150 mm2	m	5.000,00	165,76	0,10	82.880,00
3.186	SF-01597	Condutor 185 mm2	m	5.000,00	204,76	0,10	102.380,00
3.187	SF-01598	Condutor 240 mm2	m	5.000,00	322,08	0,10	161.040,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.188	SF-01599	Cobre nu 16 mm2	m	1.000,00	26,54	0,10	2.654,00
3.189	SF-01600	Cobre nu 25 mm2	m	1.000,00	37,84	0,10	3.784,00
3.190	SF-01601	Cobre nu 35 mm2	m	1.000,00	55,72	0,10	5.572,00
3.191	SF-01602	Cobre nu 50 mm2	m	5.000,00	79,38	0,10	39.690,00
3.192	SF-01603	Cobre nu 70 mm2	m	2.000,00	104,85	0,10	20.970,00
3.193	SF-01604	Cabo 3 x 1,5 mm2	m	5.000,00	9,02	0,10	4.510,00
3.194	SF-01605	Cabo 3 x 2,5 mm2	m	10.000,00	13,06	0,10	13.060,00
3.195	SF-01606	Cabo 3 x 4 mm2	m	5.000,00	19,36	0,10	9.680,00
3.196	SF-01607	Cabo 3 x 6 mm2	m	1.490,00	29,48	0,10	4.392,52
3.197	SF-01608	Cabo PP 2 x 1 mm2	m	3.000,00	3,86	0,10	1.158,00
3.198	SF-01609	Cabo PP 2 x 1,5 mm2	m	3.000,00	4,60	0,10	1.380,00
3.199	SF-01610	Cabo PP 2 x 2,5 mm2	m	1.000,00	6,12	0,10	612,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.200	SF-01611	Cabo PP 3 x 1 mm2	m	2.500,00	5,69	0,10	1.422,50
3.201	SF-01612	Cabo PP 3 x 1,5 mm2	m	6.000,00	8,31	0,10	4.986,00
3.202	SF-01613	Cabo PP 3 x 2,5 mm2	m	5.000,00	11,69	0,10	5.845,00
3.203	SF-01614	Cabo Blindado 2 x 0,75mm2	m	200,00	6,33	0,10	126,60
3.204	SF-01615	Cabo Blindado 2 x 1mm2	m	1.000,00	5,88	0,10	588,00
3.205	SF-01616	Cabo Blindado 2 x 1,5mm2	m	220,00	7,15	0,10	157,30
3.206	SF-01617	Cabo Blindado 2 x 2,5mm2	m	1.000,00	8,99	0,10	899,00
3.207	SF-01620	Cabo Blindado 3 x 1,50mm2	m	200,00	9,92	0,10	198,40
3.208	SF-01622	Cabo 4 x 1 mm2	m	1.000,00	9,07	0,10	907,00
3.209	SF-01625	Mufla de média tensão	un	30,00	312,42	0,10	937,26
3.210	SF-05225	Condutor 6 mm² 1,8 kV	m	200,00	10,79	0,10	215,80
3.211	SF-05226	Conector MC4	un	100,00	15,69	0,10	156,90



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.212	SF-01618	Cabo Blindado 2 x 4mm2	m	200,00	21,68	0,10	433,60
3.213	SF-01619	Cabo Blindado 3 x 0,75mm2	m	200,00	12,45	0,10	249,00
3.214	SF-01621	Cabo Blindado 3 x 2,50mm2	m	200,00	20,03	0,10	400,60
3.215	SF-01623	Cabo 5 x 1 mm2	m	200,00	10,78	0,10	215,60
3.216	SF-01624	Cabo 7 x 1 mm2	m	200,00	16,85	0,10	337,00
3.217	SF-01626	Contator auxiliar AC	un	500,00	197,01	0,10	9.850,50
3.218	SF-01627	Contator auxiliar DC	un	200,00	313,50	0,10	6.270,00
3.219	SF-01628	Minicontator 12 A AC	un	500,00	235,70	0,10	11.785,00
3.220	SF-01629	Minicontator 12 A DC	un	200,00	133,22	0,10	2.664,40
3.221	SF-01630	Minicontator 16 A AC	un	750,00	145,73	0,10	10.929,75
3.222	SF-01631	Minicontator 16 A DC	un	300,00	213,21	0,10	6.396,30
3.223	SF-01632	Contator 18 A	un	300,00	161,96	0,10	4.858,80



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.224	SF-01633	Contator 25 A	un	200,00	207,60	0,10	4.152,00
3.225	SF-01634	Contator 32 A	un	200,00	321,47	0,10	6.429,40
3.226	SF-01635	Contator 40 A	un	200,00	427,74	0,10	8.554,80
3.227	SF-01636	Contator 50 A	un	100,00	516,10	0,10	5.161,00
3.228	SF-01637	Contator 65 A	un	50,00	820,68	0,10	4.103,40
3.229	SF-01638	Contator 80 A	un	50,00	1.075,99	0,10	5.379,95
3.230	SF-01639	Contator Especial 18 A	un	100,00	173,37	0,10	1.733,70
3.231	SF-01640	Contator Especial 25 A	un	100,00	198,60	0,10	1.986,00
3.232	SF-01641	Contator Especial 30 A	un	50,00	843,63	0,10	4.218,15
3.233	SF-01642	Contator Especial 38 A	un	50,00	519,98	0,10	2.599,90
3.234	SF-01643	Contator Especial 50 A	un	50,00	1.847,27	0,10	9.236,35
3.235	SF-01644	Contator Especial 65 A	un	30,00	2.216,70	0,10	6.650,10



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.236	SF-01645	Contator Especial 150 A	un	20,00	1.431,92	0,10	2.863,84
3.237	SF-01646	Contator Especial 250 A	un	10,00	5.742,09	0,10	5.742,09
3.238	SF-01647	Bloco de contato auxiliar simples	un	560,00	42,06	0,10	2.355,36
3.239	SF-01648	Bloco de contato auxiliar duplo	un	200,00	53,29	0,10	1.065,80
3.240	SF-01649	Bloco de contato auxiliar quádruplo	un	200,00	93,70	0,10	1.874,00
3.241	SF-01650	Relé de sobrecarga para contator até 25 A	un	300,00	447,67	0,10	13.430,10
3.242	SF-01651	Relé de sobrecarga para contator até 40 A	un	100,00	365,17	0,10	3.651,70
3.243	SF-01652	Relé de sobrecarga para contator até 80 A	un	50,00	432,77	0,10	2.163,85
3.244	SF-05227	Minicontator intetravado 9 A	un	50,00	168,20	0,10	841,00
3.245	SF-01653	Capacitor 2,5 kVAr	un	10,00	190,45	0,10	190,45
3.246	SF-01654	Capacitor 5 kVAr	un	10,00	270,02	0,10	270,02
3.247	SF-01655	Capacitor 10 kVAr	un	20,00	386,26	0,10	772,52



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.248	SF-01656	Capacitor 15 kVAr	un	20,00	549,02	0,10	1.098,04
3.249	SF-01657	Capacitor 20 kVAr	un	20,00	693,59	0,10	1.387,18
3.250	SF-01658	Capacitor 25 kVAr	un	20,00	802,00	0,10	1.604,00
3.251	SF-01659	Capacitor 30 kVAr	un	30,00	1.048,05	0,10	3.144,15
3.252	SF-01660	Contator para capacitor 22 A	un	50,00	272,87	0,10	1.364,35
3.253	SF-01661	Contator para capacitor 30 A	un	50,00	315,73	0,10	1.578,65
3.254	SF-01662	Contator para capacitor 40 A	un	20,00	512,49	0,10	1.024,98
3.255	SF-01663	Contator para capacitor 60 A	un	20,00	728,96	0,10	1.457,92
3.256	SF-01664	Controlador de fator de potência	un	5,00	5.398,56	0,10	2.699,28
3.257	SF-01665	Disjuntor monopolar trilho DIN até 4 A	un	200,00	27,26	0,10	545,20
3.258	SF-01666	Disjuntor monopolar trilho DIN até 6 A	un	230,00	34,17	0,10	785,91
3.259	SF-01667	Disjuntor monopolar trilho DIN até 32 A	un	4.000,00	13,56	0,10	5.424,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.260	SF-01668	Disjuntor monopolar trilho DIN até 63 A	un	600,00	16,53	0,10	991,80
3.261	SF-01669	Disjuntor bipolar trilho DIN até 4 A	un	30,00	70,78	0,10	212,34
3.262	SF-01670	Disjuntor bipolar trilho DIN até 6 A	un	30,00	104,84	0,10	314,52
3.263	SF-01671	Disjuntor bipolar trilho DIN até 32 A	un	100,00	48,83	0,10	488,30
3.264	SF-01672	Disjuntor tripolar trilho DIN até 4 A	un	50,00	185,46	0,10	927,30
3.265	SF-01673	Disjuntor tripolar trilho DIN até 6 A	un	50,00	131,21	0,10	656,05
3.266	SF-01674	Disjuntor tripolar trilho DIN até 50 A	un	500,00	77,10	0,10	3.855,00
3.267	SF-01675	Disjuntor tripolar trilho DIN até 63 A	un	200,00	91,12	0,10	1.822,40
3.268	SF-01676	Disjuntor tripolar trilho DIN até 70 A	un	100,00	151,35	0,10	1.513,50
3.269	SF-01677	Disjuntor tripolar trilho DIN até 100 A	un	50,00	264,02	0,10	1.320,10
3.270	SF-01678	Disjuntor monopolar trilho DIN até 6 A, 10 kA	un	100,00	50,52	0,10	505,20
3.271	SF-01679	Disjuntor monopolar trilho DIN até 32 A, 10 kA	un	250,00	31,64	0,10	791,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.272	SF-01680	Disjuntor monopolar trilho DIN até 63 A, 10 kA	un	200,00	47,26	0,10	945,20
3.273	SF-01681	Disjuntor bipolar trilho DIN até 6 A, 10 kA	un	20,00	531,37	0,10	1.062,74
3.274	SF-01682	Disjuntor bipolar trilho DIN até 32 A, 10 kA	un	100,00	171,78	0,10	1.717,80
3.275	SF-01683	Disjuntor tripolar trilho DIN até 6 A, 10kA	un	100,00	269,66	0,10	2.696,60
3.276	SF-01684	Disjuntor tripolar trilho DIN até 32 A, 10kA	un	200,00	246,31	0,10	4.926,20
3.277	SF-01685	Disjuntor tripolar trilho DIN até 63 A, 10kA	un	200,00	197,51	0,10	3.950,20
3.278	SF-01686	Interruptor diferencial residual bipolar de 25 A	un	250,00	172,33	0,10	4.308,25
3.279	SF-01687	Interruptor diferencial residual bipolar de 40 A	un	250,00	189,72	0,10	4.743,00
3.280	SF-01688	Interruptor diferencial residual tetrapolar de 25 A	un	250,00	221,97	0,10	5.549,25
3.281	SF-01689	Interruptor diferencial residual tetrapolar de 40 A	un	250,00	217,59	0,10	5.439,75
3.282	SF-01690	Interruptor diferencial residual tetrapolar de 63 A	un	250,00	247,41	0,10	6.185,25
3.283	SF-01691	Disjuntor diferencial residual bipolar	un	300,00	424,61	0,10	12.738,30



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.284	SF-01692	Disjuntor diferencial residual tetrapolar	un	300,00	489,52	0,10	14.685,60
3.285	SF-01693	Dispositivo de Proteção Contra Surtos Classe I	un	200,00	127,30	0,10	2.546,00
3.286	SF-01694	Dispositivo de Proteção Contra Surtos Classe II 20 kA	un	1.000,00	75,64	0,10	7.564,00
3.287	SF-01695	Dispositivo de Proteção Contra Surtos Classe II 40 kA	un	1.000,00	104,69	0,10	10.469,00
3.288	SF-01696	Dispositivo de Proteção Contra Surtos Classe III	un	300,00	749,16	0,10	22.474,80
3.289	SF-01697	Disjuntor de caixa moldada de 100 A / 18 kA	un	200,00	545,51	0,10	10.910,20
3.290	SF-01698	Disjuntor de caixa moldada de 100 A / 36 kA	un	200,00	3.217,54	0,10	64.350,80
3.291	SF-01699	Disjuntor de caixa moldada de 100 A / 50 kA	un	50,00	2.231,17	0,10	11.155,85
3.292	SF-01700	Disjuntor de caixa moldada de 100 A / 70 kA	un	20,00	3.316,01	0,10	6.632,02
3.293	SF-01701	Disjuntor de caixa moldada de 160 A / 18 kA	un	250,00	588,97	0,10	14.724,25
3.294	SF-01702	Disjuntor de caixa moldada de 160 A / 36 kA	un	250,00	5.140,11	0,10	128.502,75
3.295	SF-01703	Disjuntor de caixa moldada de 160 A / 50 kA	un	50,00	4.750,91	0,10	23.754,55



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.296	SF-01704	Disjuntor de caixa moldada de 160 A / 70 kA	un	50,00	5.659,42	0,10	28.297,10
3.297	SF-01705	Disjuntor de caixa moldada de 250 A / 25 kA	un	100,00	1.918,15	0,10	19.181,50
3.298	SF-01706	Disjuntor de caixa moldada de 250 A / 36 kA	un	100,00	6.421,57	0,10	64.215,70
3.299	SF-01707	Disjuntor de caixa moldada de 250 A / 50 kA	un	150,00	14.451,19	0,10	216.767,85
3.300	SF-01708	Disjuntor de caixa moldada de 250 A / 70 kA	un	200,00	23.943,22	0,10	478.864,40
3.301	SF-01709	Disjuntor de caixa moldada de 250 A / 100 kA	un	200,00	14.917,47	0,10	298.349,40
3.302	SF-01710	Disjuntor de caixa moldada de 400 A / 36 kA	un	20,00	11.101,97	0,10	22.203,94
3.303	SF-01711	Disjuntor de caixa moldada de 400 A / 50 kA	un	20,00	12.544,24	0,10	25.088,48
3.304	SF-01712	Disjuntor de caixa moldada de 400 A / 70 kA	un	10,00	17.016,05	0,10	17.016,05
3.305	SF-01713	Disjuntor de caixa moldada de 400 A / 100 kA	un	10,00	21.037,98	0,10	21.037,98
3.306	SF-01714	Disjuntor de caixa moldada de 630 A / 36 kA	un	5,00	8.821,11	0,10	4.410,56
3.307	SF-01715	Disjuntor de caixa moldada de 630 A / 50 kA	un	5,00	13.631,78	0,10	6.815,89



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.308	SF-01716	Disjuntor de caixa moldada de 630 A / 70 kA	un	3,00	16.434,87	0,10	4.930,46
3.309	SF-01717	Disjuntor de caixa moldada de 630 A / 100 kA	un	3,00	21.037,98	0,10	6.311,39
3.310	SF-01718	Disjuntor de caixa moldada de 800 A / 36 kA	un	2,00	12.239,86	0,10	2.447,97
3.311	SF-01719	Disjuntor de caixa moldada de 800 A / 50 kA	un	2,00	10.056,49	0,10	2.011,30
3.312	SF-01720	Disjuntor de caixa moldada de 800 A / 70 kA	un	2,00	13.180,18	0,10	2.636,04
3.313	SF-01721	Disjuntor de caixa moldada de 800 A / 100 kA	un	2,00	17.962,15	0,10	3.592,43
3.314	SF-01722	Disjuntor de caixa aberta de 630 A / 50 kA	un	2,00	29.093,74	0,10	5.818,75
3.315	SF-01723	Disjuntor de caixa aberta de 800 A / 65 kA	un	2,00	37.226,48	0,10	7.445,30
3.316	SF-01724	Disjuntor de caixa aberta de 800 A / 100 kA	un	2,00	28.456,18	0,10	5.691,24
3.317	SF-01725	Disjuntor de caixa aberta de 1000 A / 65 kA	un	2,00	28.264,07	0,10	5.652,81
3.318	SF-01726	Disjuntor de caixa aberta de 1000 A / 100 kA	un	2,00	30.786,79	0,10	6.157,36
3.319	SF-01727	Disjuntor de caixa aberta de 1250 A / 65 kA	un	2,00	19.192,35	0,10	3.838,47



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.320	SF-01728	Disjuntor de caixa aberta de 1250 A / 100 kA	un	2,00	65.364,35	0,10	13.072,87
3.321	SF-01729	Disjuntor de caixa aberta de 1600 A / 65 kA	un	2,00	41.136,07	0,10	8.227,21
3.322	SF-01730	Disjuntor de caixa aberta de 1600 A / 100 kA	un	2,00	67.643,17	0,10	13.528,63
3.323	SF-01731	Disjuntor motor até 25 A	un	300,00	608,06	0,10	18.241,80
3.324	SF-01732	Disjuntor motor até 40 A	un	100,00	2.006,26	0,10	20.062,60
3.325	SF-05228	Bobina para disjuntor de caixa aberta	un	50,00	2.143,46	0,10	10.717,30
3.326	SF-05229	Motorização para disjuntor de caixa aberta	un	5,00	20.679,06	0,10	10.339,53
3.327	SF-05230	Bobina para disjuntor de caixa moldada	un	50,00	752,84	0,10	3.764,20
3.328	SF-05231	Contato auxiliar disjuntor de caixa moldada	un	50,00	232,30	0,10	1.161,50
3.329	SF-05232	Motorização para disjuntor de caixa moldada	un	25,00	3.443,24	0,10	8.608,10
3.330	SF-05233	Dispositivo de Proteção Contra Surtos para Sistema Fotovoltaico	un	12,00	165,02	0,10	198,02
3.331	SF-05234	Chave Seccionadora 32 A para Sistema Fotovoltaico	un	10,00	221,16	0,10	221,16



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.332	SF-01733	Eletrocalha 50 mm x 50 mm	m	1.000,00	12,06	0,10	1.206,00
3.333	SF-01734	Eletrocalha 100 mm x 50 mm	m	1.000,00	13,73	0,10	1.373,00
3.334	SF-01735	Eletrocalha 150 mm x 50 mm	m	1.000,00	32,07	0,10	3.207,00
3.335	SF-01736	Eletrocalha 200 mm x 50 mm	m	1.000,00	40,80	0,10	4.080,00
3.336	SF-01737	Eletrocalha 200 mm x 100 mm	m	1.000,00	48,74	0,10	4.874,00
3.337	SF-01738	Eletrocalha 300 mm x 50 mm	m	1.000,00	35,36	0,10	3.536,00
3.338	SF-01739	Eletrocalha 300 mm x 100 mm	m	1.000,00	63,35	0,10	6.335,00
3.339	SF-01740	Eletrocalha 400 mm x 50 mm	m	1.000,00	43,01	0,10	4.301,00
3.340	SF-01741	Eletrocalha 400 x 100 mm	m	1.000,00	113,06	0,10	11.306,00
3.341	SF-01742	Eletrocalha 500 x 100 mm	m	1.000,00	131,15	0,10	13.115,00
3.342	SF-05235	Eletrocalha aramada 400 mm x 100 mm	m	300,00	105,05	0,10	3.151,50
3.343	SF-01743	Tampa de eletrocalha 50 mm	m	200,00	4,67	0,10	93,40



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.344	SF-01744	Tampa de eletrocalha 100 mm	m	200,00	7,67	0,10	153,40
3.345	SF-01745	Tampa de eletrocalha 150 mm	m	200,00	14,79	0,10	295,80
3.346	SF-01746	Tampa de eletrocalha 200 mm	m	200,00	15,01	0,10	300,20
3.347	SF-01747	Tampa de eletrocalha 300 mm	m	200,00	23,78	0,10	475,60
3.348	SF-01748	Tampa de eletrocalha 400 mm	m	200,00	27,53	0,10	550,60
3.349	SF-01749	Tampa de eletrocalha 500 mm	m	200,00	44,43	0,10	888,60
3.350	SF-01750	Suporte vertical para eletrocalha de 50 mm	un	1.000,00	3,01	0,10	301,00
3.351	SF-01751	Suporte vertical para eletrocalha de 100 mm	un	1.000,00	4,92	0,10	492,00
3.352	SF-01752	Suporte vertical para eletrocalha de 150 mm	un	1.000,00	5,33	0,10	533,00
3.353	SF-01753	Suporte vertical para eletrocalha de 200 mm	un	1.000,00	6,78	0,10	678,00
3.354	SF-01754	Suporte vertical para eletrocalha de 300 mm	un	1.000,00	8,17	0,10	817,00
3.355	SF-01755	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 50 mm x 50 mm	un	50,00	11,34	0,10	56,70



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.356	SF-01756	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 50 mm x 50 mm	un	50,00	16,65	0,10	83,25
3.357	SF-01757	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 50 mm x 50 mm	un	50,00	22,56	0,10	112,80
3.358	SF-01758	Suspensão ômega para eletrocalha 50 mm x 50 mm	un	500,00	3,01	0,10	150,50
3.359	SF-01759	Junção integral (emenda) para eletrocalha 50 mm x 50 mm	un	500,00	2,89	0,10	144,50
3.360	SF-01760	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 100 mm x 50 mm	un	50,00	30,11	0,10	150,55
3.361	SF-01761	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 100 mm x 50 mm	un	50,00	24,52	0,10	122,60
3.362	SF-01762	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 100 mm x 50 mm	un	50,00	25,66	0,10	128,30
3.363	SF-01763	Suspensão ômega para eletrocalha 100 mm x 50 mm	un	500,00	4,43	0,10	221,50
3.364	SF-01764	Junção integral (emenda) para eletrocalha 100 mm x 50 mm	un	500,00	3,53	0,10	176,50
3.365	SF-01765	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 150 m, x 50 mm	un	50,00	27,08	0,10	135,40
3.366	SF-01766	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 150 mm x 50 mm	un	50,00	18,13	0,10	90,65
3.367	SF-01767	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 150 mm x 50 mm	un	50,00	33,08	0,10	165,40



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.368	SF-01768	Suspensão ômega para eletrocalha 150 mm x 50 mm	un	500,00	6,18	0,10	309,00
3.369	SF-01769	Junção integral (emenda) para eletrocalha 150 mm x 50 mm	un	500,00	4,02	0,10	201,00
3.370	SF-01770	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 200 mm x 50 mm	un	50,00	39,02	0,10	195,10
3.371	SF-01771	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 200 mm x 50 mm	un	50,00	22,67	0,10	113,35
3.372	SF-01772	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 200 mm x 50 mm	un	50,00	51,73	0,10	258,65
3.373	SF-01773	Suspensão ômega para eletrocalha 200 mm x 50 mm	un	500,00	7,07	0,10	353,50
3.374	SF-01774	Junção integral (emenda) para eletrocalha 200 mm x 50 mm	un	500,00	5,96	0,10	298,00
3.375	SF-01775	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 200 mm x 100 mm	un	50,00	32,78	0,10	163,90
3.376	SF-01776	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 200 mm x 100 mm	un	50,00	34,97	0,10	174,85
3.377	SF-01777	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 200 mm x 100 mm	un	50,00	45,41	0,10	227,05
3.378	SF-01778	Suspensão ômega para eletrocalha 200 mm x 100 mm	un	500,00	7,83	0,10	391,50
3.379	SF-01779	Junção integral (emenda) para eletrocalha 200 mm x 100 mm	un	500,00	3,88	0,10	194,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.380	SF-01780	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 300 mm x 50 mm	un	50,00	70,83	0,10	354,15
3.381	SF-01781	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 300 mm x 50 mm	un	50,00	65,46	0,10	327,30
3.382	SF-01782	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 300 mm x 50 mm	un	50,00	47,68	0,10	238,40
3.383	SF-01783	Suspensão ômega para eletrocalha 300 mm x 50 mm	un	500,00	8,22	0,10	411,00
3.384	SF-01784	Junção integral (emenda) para eletrocalha 300 mm x 50 mm	un	500,00	6,85	0,10	342,50
3.385	SF-01785	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 300 mm x 100 mm	un	50,00	134,75	0,10	673,75
3.386	SF-01786	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 300 mm x 100 mm	un	50,00	90,52	0,10	452,60
3.387	SF-01787	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 300 mm x 100 mm	un	50,00	80,26	0,10	401,30
3.388	SF-01788	Suspensão ômega para eletrocalha 300 mm x 100 mm	un	500,00	8,80	0,10	440,00
3.389	SF-01789	Junção integral (emenda) para eletrocalha 300 mm x 100 mm	un	500,00	9,57	0,10	478,50
3.390	SF-01790	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 400 mm x 50 mm	un	50,00	117,68	0,10	588,40
3.391	SF-01791	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 400 mm x 50 mm	un	50,00	87,55	0,10	437,75



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.392	SF-01792	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 400 mm x 50 mm	un	50,00	159,64	0,10	798,20
3.393	SF-01793	Suspensão ômega para eletrocalha 400 mm x 50 mm	un	500,00	11,42	0,10	571,00
3.394	SF-01794	Junção integral (emenda) para eletrocalha 400 mm x 50 mm	un	500,00	8,58	0,10	429,00
3.395	SF-01795	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 400 mm x 100 mm	un	50,00	165,35	0,10	826,75
3.396	SF-01796	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 400 mm x 100 mm	un	50,00	112,16	0,10	560,80
3.397	SF-01797	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 400 mm x 100 mm	un	50,00	137,58	0,10	687,90
3.398	SF-01798	Suspensão ômega para eletrocalha 400 mm x 100 mm	un	500,00	16,57	0,10	828,50
3.399	SF-01799	Junção integral (emenda) para eletrocalha 400 mm x 100 mm	un	500,00	10,21	0,10	510,50
3.400	SF-01800	Curva horizontal 90 graus para eletrocalha 500 mm x 100 mm	un	50,00	247,09	0,10	1.235,45
3.401	SF-01801	Curva vertical 90 graus para eletrocalha 500 mm x 100 mm	un	50,00	145,41	0,10	727,05
3.402	SF-01802	Tê horizontal 90 graus para eletrocalha 500 mm x 100 mm	un	50,00	243,36	0,10	1.216,80
3.403	SF-01803	Suspensão ômega para eletrocalha 500 mm x 100 mm	un	500,00	20,60	0,10	1.030,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.404	SF-01804	Junção integral (emenda) para eletrocalha 500 mm x 100 mm	un	500,00	13,17	0,10	658,50
3.405	SF-01805	Saída de eletroduto para eletrocalha	un	1.000,00	3,47	0,10	347,00
3.406	SF-01806	Eletroduto de aço galvanizado de 1/2"	m	1.000,00	6,35	0,10	635,00
3.407	SF-01807	Eletroduto de aço galvanizado de 3/4"	m	6.000,00	7,98	0,10	4.788,00
3.408	SF-01808	Eletroduto de aço galvanizado de 1"	m	6.000,00	14,99	0,10	8.994,00
3.409	SF-01809	Eletroduto de aço galvanizado de 1 1/4"	m	3.000,00	20,55	0,10	6.165,00
3.410	SF-01810	Eletroduto de aço galvanizado de 1 1/2"	m	3.000,00	22,92	0,10	6.876,00
3.411	SF-01811	Eletroduto de aço galvanizado de 2"	m	1.000,00	42,66	0,10	4.266,00
3.412	SF-01812	Eletroduto de aço galvanizado de 2 1/2"	m	1.000,00	66,32	0,10	6.632,00
3.413	SF-01813	Eletroduto de aço galvanizado de 3"	m	1.000,00	67,78	0,10	6.778,00
3.414	SF-01814	Eletroduto de aço galvanizado de 4"	m	500,00	96,23	0,10	4.811,50
3.415	SF-01815	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 3/4"	m	1.000,00	30,09	0,10	3.009,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.416	SF-01816	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 1"	m	2.000,00	30,13	0,10	6.026,00
3.417	SF-01817	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 1 1/4"	m	1.000,00	30,26	0,10	3.026,00
3.418	SF-01818	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 1 1/2"	m	1.000,00	52,78	0,10	5.278,00
3.419	SF-01819	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 2"	m	1.000,00	53,09	0,10	5.309,00
3.420	SF-01820	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 2 1/2"	m	1.000,00	71,38	0,10	7.138,00
3.421	SF-01821	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 3"	m	1.000,00	69,76	0,10	6.976,00
3.422	SF-01822	Eletroduto de aço galvanizado a fogo de 4"	m	500,00	120,65	0,10	6.032,50
3.423	SF-01823	Conector reto para eletroduto 1/2"	un	1.000,00	3,48	0,10	348,00
3.424	SF-01824	Luva para eletroduto 1/2"	un	1.000,00	1,56	0,10	156,00
3.425	SF-01825	Luva de emenda para eletroduto 1/2"	un	1.000,00	4,74	0,10	474,00
3.426	SF-01826	Curva para eletroduto 1/2"	un	500,00	3,91	0,10	195,50
3.427	SF-01827	Conector reto para eletroduto 3/4"	un	10.000,00	2,33	0,10	2.330,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.428	SF-01828	Conector curvo para eletroduto 3/4"	un	1.000,00	10,98	0,10	1.098,00
3.429	SF-01829	Luva para eletroduto 3/4"	un	2.000,00	1,66	0,10	332,00
3.430	SF-01830	Luva de emenda para eletroduto 3/4"	un	2.000,00	4,56	0,10	912,00
3.431	SF-01831	Curva para eletroduto 3/4"	un	1.000,00	4,42	0,10	442,00
3.432	SF-01832	Conector reto para eletroduto 1"	un	10.000,00	4,16	0,10	4.160,00
3.433	SF-01833	Conector curvo para eletroduto 1"	un	1.000,00	13,19	0,10	1.319,00
3.434	SF-01834	Luva para eletroduto 1"	un	2.000,00	1,93	0,10	386,00
3.435	SF-01835	Luva de emenda para eletroduto 1"	un	2.000,00	5,35	0,10	1.070,00
3.436	SF-01836	Curva para eletroduto 1"	un	1.000,00	5,99	0,10	599,00
3.437	SF-01837	Conector reto para eletroduto 1 1/4"	un	3.000,00	5,84	0,10	1.752,00
3.438	SF-01838	Conector curvo para eletroduto 1 1/4"	un	200,00	16,44	0,10	328,80
3.439	SF-01839	Luva para eletroduto 1 1/4"	un	500,00	3,43	0,10	171,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.440	SF-01840	Luva de emenda para eletroduto 1 1/4"	un	500,00	11,56	0,10	578,00
3.441	SF-01841	Curva para eletroduto 1 1/4"	un	500,00	13,66	0,10	683,00
3.442	SF-01842	Conector reto para eletroduto 1 1/2"	un	3.000,00	9,10	0,10	2.730,00
3.443	SF-01843	Conector curvo para eletroduto 1 1/2"	un	200,00	25,43	0,10	508,60
3.444	SF-01844	Luva para eletroduto 1 1/2"	un	500,00	4,96	0,10	248,00
3.445	SF-01845	Luva de emenda para eletroduto 1 1/2"	un	500,00	13,50	0,10	675,00
3.446	SF-01846	Curva para eletroduto 1 1/2"	un	500,00	16,67	0,10	833,50
3.447	SF-01847	Conector reto para eletroduto 2"	un	2.000,00	10,08	0,10	2.016,00
3.448	SF-01848	Conector curvo para eletroduto 2"	un	200,00	51,53	0,10	1.030,60
3.449	SF-01849	Luva para eletroduto 2"	un	500,00	6,93	0,10	346,50
3.450	SF-01850	Luva de emenda para eletroduto 2"	un	500,00	18,22	0,10	911,00
3.451	SF-01851	Curva para eletroduto 2"	un	500,00	24,46	0,10	1.223,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.452	SF-01852	Conector reto para eletroduto 2 1/2"	un	2.000,00	40,61	0,10	8.122,00
3.453	SF-01853	Conector curvo para eletroduto 2 1/2"	un	200,00	121,05	0,10	2.421,00
3.454	SF-01854	Luva para eletroduto 2 1/2"	un	500,00	10,10	0,10	505,00
3.455	SF-01855	Luva de emenda para eletroduto 2 1/2"	un	500,00	40,39	0,10	2.019,50
3.456	SF-01856	Curva para eletroduto 2 1/2"	un	500,00	61,95	0,10	3.097,50
3.457	SF-01857	Conector reto para eletroduto 3"	un	1.000,00	33,26	0,10	3.326,00
3.458	SF-01858	Conector curvo para eletroduto 3"	un	100,00	145,96	0,10	1.459,60
3.459	SF-01859	Luva para eletroduto 3"	un	300,00	15,38	0,10	461,40
3.460	SF-01860	Luva de emenda para eletroduto 3"	un	300,00	73,29	0,10	2.198,70
3.461	SF-01861	Curva para eletroduto 3"	un	300,00	81,33	0,10	2.439,90
3.462	SF-01862	Conector reto para eletroduto 4"	un	1.000,00	52,14	0,10	5.214,00
3.463	SF-01863	Conector curvo para eletroduto 4"	un	100,00	268,65	0,10	2.686,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.464	SF-01864	Luva para eletroduto 4"	un	300,00	24,28	0,10	728,40
3.465	SF-01865	Luva de emenda para eletroduto 4"	un	300,00	38,81	0,10	1.164,30
3.466	SF-01866	Curva para eletroduto 4"	un	300,00	137,93	0,10	4.137,90
3.467	SF-01867	Eletroduto de PVC Corrugado Reforçado 3/4" (DE 25mm)	m	2.000,00	5,44	0,10	1.088,00
3.468	SF-01868	Eletroduto de PVC Corrugado Reforçado 1" (DE 32mm)	m	1.000,00	10,47	0,10	1.047,00
3.469	SF-01869	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 3/4"	m	3.500,00	10,02	0,10	3.507,00
3.470	SF-01870	Conector para eletroduto flexível metálico 3/4"	un	2.000,00	12,54	0,10	2.508,00
3.471	SF-01871	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 1"	m	3.500,00	13,15	0,10	4.602,50
3.472	SF-01872	Conector para eletroduto flexível metálico 1"	un	2.000,00	19,90	0,10	3.980,00
3.473	SF-01873	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 1 1/4"	m	1.000,00	19,83	0,10	1.983,00
3.474	SF-01874	Conector para eletroduto flexível metálico 1 1/4"	un	500,00	23,95	0,10	1.197,50
3.475	SF-01875	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 1 1/2"	m	1.000,00	25,53	0,10	2.553,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.476	SF-01876	Conector para eletroduto flexível metálico 1 1/2"	un	500,00	30,63	0,10	1.531,50
3.477	SF-01877	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 2"	m	2.000,00	34,01	0,10	6.802,00
3.478	SF-01878	Conector para eletroduto flexível metálico 2"	un	1.000,00	57,46	0,10	5.746,00
3.479	SF-01879	Eletroduto de PEAD de 1 1/4"	m	2.000,00	4,29	0,10	858,00
3.480	SF-01880	Terminal para eletroduto de PEAD de 1 1/4"	un	50,00	7,14	0,10	35,70
3.481	SF-01881	Eletroduto de PEAD de 2"	m	2.000,00	7,07	0,10	1.414,00
3.482	SF-01882	Terminal para eletroduto de PEAD de 2"	un	50,00	8,15	0,10	40,75
3.483	SF-01883	Eletroduto de PEAD de 3"	m	1.000,00	9,91	0,10	991,00
3.484	SF-01884	Terminal para eletroduto de PEAD de 3"	un	100,00	12,02	0,10	120,20
3.485	SF-05236	Eletroduto de PEAD de 4"	m	500,00	13,80	0,10	690,00
3.486	SF-05237	Terminal para eletroduto de PEAD de 4"	un	20,00	12,57	0,10	25,14
3.487	SF-05238	Eletroduto de PEAD de 5"	m	500,00	44,56	0,10	2.228,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.488	SF-05239	Terminal para eletroduto de PEAD de 5"	un	20,00	15,19	0,10	30,38
3.489	SF-01885	Eletroduto de PVC de 3/4"	m	2.500,00	6,78	0,10	1.695,00
3.490	SF-01886	Luva para eletroduto de PVC de 3/4"	un	1.000,00	1,73	0,10	173,00
3.491	SF-01887	Curva para eletroduto de PVC de 3/4"	un	300,00	3,73	0,10	111,90
3.492	SF-01888	Eletroduto de PVC de 1"	m	4.000,00	10,60	0,10	4.240,00
3.493	SF-01889	Luva para eletroduto de PVC de 1"	un	2.000,00	2,42	0,10	484,00
3.494	SF-01890	Curva para eletroduto de PVC de 1"	un	1.000,00	5,17	0,10	517,00
3.495	SF-01891	Eletroduto de PVC de 1 1/4"	m	1.000,00	14,11	0,10	1.411,00
3.496	SF-01892	Luva para eletroduto de PVC de 1 1/4"	un	500,00	3,75	0,10	187,50
3.497	SF-01893	Curva para eletroduto de PVC de 1 1/4"	un	100,00	6,82	0,10	68,20
3.498	SF-01894	Eletroduto de PVC de 1 1/2"	m	1.000,00	15,52	0,10	1.552,00
3.499	SF-01895	Luva para eletroduto de PVC de 1 1/2"	un	500,00	5,15	0,10	257,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.500	SF-01896	Curva para eletroduto de PVC de 1 1/2"	un	100,00	8,26	0,10	82,60
3.501	SF-01897	Eletroduto de PVC de 2"	m	1.000,00	25,36	0,10	2.536,00
3.502	SF-01898	Luva para eletroduto de PVC de 2"	un	500,00	7,46	0,10	373,00
3.503	SF-01899	Curva para eletroduto de PVC de 2"	un	100,00	13,42	0,10	134,20
3.504	SF-01900	Eletroduto de PVC de 3"	m	1.000,00	46,39	0,10	4.639,00
3.505	SF-01901	Luva para eletroduto de PVC de 3"	un	500,00	22,28	0,10	1.114,00
3.506	SF-01902	Curva para eletroduto de PVC de 3"	un	100,00	34,30	0,10	343,00
3.507	SF-01903	Fonte industrial 15 W	un	50,00	103,20	0,10	516,00
3.508	SF-01904	Fonte industrial 35 W	un	50,00	100,77	0,10	503,85
3.509	SF-01905	Fonte industrial 60 W	un	50,00	235,24	0,10	1.176,20
3.510	SF-01906	Fonte industrial 120 W	un	50,00	277,22	0,10	1.386,10
3.511	SF-01907	Transformador de comando 100 VA	un	50,00	210,97	0,10	1.054,85



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.512	SF-01908	Transformador de comando 300 VA	un	50,00	586,27	0,10	2.931,35
3.513	SF-01909	Chave Seccionadora Saca Fusível 100 A	un	50,00	350,28	0,10	1.751,40
3.514	SF-01910	Chave Seccionadora Saca Fusível 160 A	un	50,00	423,59	0,10	2.117,95
3.515	SF-01911	Chave Seccionadora Saca Fusível 250 A	un	50,00	700,98	0,10	3.504,90
3.516	SF-01912	Chave Seccionadora Saca Fusível 400 A	un	50,00	1.150,77	0,10	5.753,85
3.517	SF-01913	Porta fusível cartucho	un	500,00	23,95	0,10	1.197,50
3.518	SF-01914	Fusível cartucho	un	500,00	5,17	0,10	258,50
3.519	SF-01915	Base fusível NH 00 / NH 000	un	50,00	78,28	0,10	391,40
3.520	SF-01916	Base fusível NH 1	un	50,00	246,86	0,10	1.234,30
3.521	SF-01917	Base fusível NH 2	un	50,00	304,98	0,10	1.524,90
3.522	SF-01918	Base fusível NH 3	un	50,00	471,30	0,10	2.356,50
3.523	SF-01919	Fusível NH 000	un	300,00	59,99	0,10	1.799,70



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.524	SF-01920	Fusível NH 00 Ultrarrápido	un	100,00	134,81	0,10	1.348,10
3.525	SF-01921	Fusível NH 1	un	300,00	141,18	0,10	4.235,40
3.526	SF-01922	Fusível NH 1 Ultrarrápido	un	200,00	233,61	0,10	4.672,20
3.527	SF-01923	Fusível NH 2	un	300,00	209,53	0,10	6.285,90
3.528	SF-01924	Fusível NH 2 Ultrarrápido	un	100,00	517,92	0,10	5.179,20
3.529	SF-01925	Fusível NH 3	un	300,00	298,78	0,10	8.963,40
3.530	SF-01926	Fusível NH 3 Ultrarrápido	un	50,00	652,69	0,10	3.263,45
3.531	SF-01927	Kit base fusível Diazed	un	50,00	61,95	0,10	309,75
3.532	SF-01928	Fusível Diazed	un	50,00	18,52	0,10	92,60
3.533	SF-05240	Porta-fusível aéreo	un	5.000,00	3,17	0,10	1.585,00
3.534	SF-05241	Soquete para lâmpada tubular	un	38.000,00	4,13	0,10	15.694,00
3.535	SF-05242	Presilha para lâmpada tubular	un	76.000,00	1,04	0,10	7.904,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.536	SF-01929	Poste balizador para jardim 50cm	un	200,00	298,63	0,10	5.972,60
3.537	SF-01930	Poste balizador para jardim 80cm	un	100,00	471,73	0,10	4.717,30
3.538	SF-01932	Luminária LED para poste 30 W	un	200,00	308,94	0,10	6.178,80
3.539	SF-01933	Luminária LED para poste 60 W	un	200,00	402,03	0,10	8.040,60
3.540	SF-01934	Luminária LED para poste 90 W	un	300,00	496,77	0,10	14.903,10
3.541	SF-01935	Luminária LED para poste 120 W	un	300,00	693,16	0,10	20.794,80
3.542	SF-01936	Luminária LED para poste 150 W	un	300,00	789,35	0,10	23.680,50
3.543	SF-01937	Luminária LED para poste 210 W	un	300,00	450,92	0,10	13.527,60
3.544	SF-01940	Luminária tipo balizador de solo	un	50,00	91,42	0,10	457,10
3.545	SF-01944	Poste reto 3 m	un	10,00	543,90	0,10	543,90
3.546	SF-01945	Poste reto 5 m	un	10,00	691,91	0,10	691,91
3.547	SF-01946	Poste curvo simples 8 m	un	10,00	2.111,08	0,10	2.111,08



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.548	SF-01947	Poste curvo simples 12 m	un	10,00	2.748,50	0,10	2.748,50
3.549	SF-01948	Poste curvo duplo 8 m	un	10,00	2.485,80	0,10	2.485,80
3.550	SF-01949	Braço para iluminação	un	20,00	33,99	0,10	67,98
3.551	SF-01950	Suporte para luminária de poste simples	un	400,00	139,40	0,10	5.576,00
3.552	SF-01951	Suporte para luminária de poste duplo	un	400,00	171,45	0,10	6.858,00
3.553	SF-01952	Suporte para luminária de poste quadruplo	un	400,00	340,61	0,10	13.624,40
3.554	SF-01953	Globo para luminária	un	100,00	201,24	0,10	2.012,40
3.555	SF-01955	Poste globo duplo	un	20,00	837,89	0,10	1.675,78
3.556	SF-01938	Luminária LED Wall Washer 36 W	un	20,00	586,75	0,10	1.173,50
3.557	SF-01939	Luminária LED Wall Washer 72 W	un	20,00	823,40	0,10	1.646,80
3.558	SF-01956	Bloco autônomo de emergência 500 lumens	un	2.000,00	261,39	0,10	52.278,00
3.559	SF-01957	Bloco autônomo de emergência 1000 lumens	un	750,00	326,29	0,10	24.471,75



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.560	SF-01958	Bloco autônomo de emergência 1500 lumens	un	500,00	405,80	0,10	20.290,00
3.561	SF-01959	Bloco autônomo de emergência 2400 lumens	un	300,00	1.042,73	0,10	31.281,90
3.562	SF-05243	Bloco autônomo de emergência 100 lumens	un	2.000,00	24,26	0,10	4.852,00
3.563	SF-01960	Fita de LED (baixa densidade de potência)	un	50,00	164,61	0,10	823,05
3.564	SF-01961	Fita de LED (alta densidade de potência)	un	50,00	274,24	0,10	1.371,20
3.565	SF-01962	Fita de LED (baixa densidade de potência) IP65	un	30,00	185,12	0,10	555,36
3.566	SF-01963	Fita de LED (alta densidade de potência) IP65	un	30,00	284,14	0,10	852,42
3.567	SF-01964	Lâmpada LED Dicroica	un	1.000,00	17,70	0,10	1.770,00
3.568	SF-01965	Lâmpada LED PAR 20	un	800,00	73,03	0,10	5.842,40
3.569	SF-01966	Lâmpada LED PAR 30	un	400,00	47,74	0,10	1.909,60
3.570	SF-01968	Lâmpada LED PAR 38	un	200,00	62,14	0,10	1.242,80
3.571	SF-01969	Lâmpada LED PAR 20 IP65	un	100,00	55,63	0,10	556,30



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.572	SF-01971	Lâmpada LED PAR 38 IP65	un	100,00	103,56	0,10	1.035,60
3.573	SF-01972	Lâmpada LED Bulbo 6 W	un	1.500,00	16,23	0,10	2.434,50
3.574	SF-01973	Lâmpada LED Bulbo 8 W	un	1.730,00	3,75	0,10	648,75
3.575	SF-01974	Lâmpada LED Bulbo 9,5 W	un	5.000,00	7,66	0,10	3.830,00
3.576	SF-01975	Lâmpada LED Bulbo 12 W	un	5.000,00	8,94	0,10	4.470,00
3.577	SF-01976	Lâmpada LED 17 W	un	500,00	17,93	0,10	896,50
3.578	SF-01977	Lâmpada LED 30 W	un	500,00	37,81	0,10	1.890,50
3.579	SF-01978	Lâmpada LED 40 W	un	300,00	38,89	0,10	1.166,70
3.580	SF-01979	Lâmpada LED 65 W	un	100,00	68,09	0,10	680,90
3.581	SF-01980	Lâmpada LED 80 W	un	100,00	146,50	0,10	1.465,00
3.582	SF-01981	Lâmpada LED 100 W	un	100,00	259,94	0,10	2.599,40
3.583	SF-01982	Lâmpada LED 120 W	un	50,00	267,07	0,10	1.335,35



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.584	SF-01983	Lâmpada LED Tipo Vela	un	100,00	26,92	0,10	269,20
3.585	SF-01984	Lâmpada LED Tipo Bolinha	un	400,00	12,48	0,10	499,20
3.586	SF-01986	Tubo LED T5 7,5 W	un	3.000,00	58,78	0,10	17.634,00
3.587	SF-01987	Tubo LED T5 15 W	un	10.000,00	67,55	0,10	67.550,00
3.588	SF-01988	Tubo LED T5 26 W HO	un	500,00	159,78	0,10	7.989,00
3.589	SF-01989	Tubo LED T8 9 W	un	8.000,00	12,36	0,10	9.888,00
3.590	SF-01990	Tubo LED T8 18 W	un	20.000,00	12,02	0,10	24.040,00
3.591	SF-01992	Lâmpada fluorescente T5 14 W	un	3.000,00	21,38	0,10	6.414,00
3.592	SF-01993	Lâmpada fluorescente T5 28 W	un	10.000,00	15,87	0,10	15.870,00
3.593	SF-01994	Lâmpada fluorescente T8 16 W	un	6.000,00	14,12	0,10	8.472,00
3.594	SF-01995	Lâmpada fluorescente T8 32 W	un	15.000,00	20,77	0,10	31.155,00
3.595	SF-05244	Lâmpada LED Bulbo 15 W dimerizável	un	200,00	49,01	0,10	980,20



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.596	SF-05245	Lâmpada LED PAR 30 IRC 95	un	100,00	226,18	0,10	2.261,80
3.597	SF-05246	Lâmpada LED Base GU10 IRC 95	un	100,00	28,26	0,10	282,60
3.598	SF-01967	Lâmpada LED PAR 30 Alta Intensidade	un	100,00	162,54	0,10	1.625,40
3.599	SF-02005	Luminária Plafon LED Slim 15 W	un	500,00	82,12	0,10	4.106,00
3.600	SF-02006	Luminária Plafon LED Slim 24 W	un	500,00	84,82	0,10	4.241,00
3.601	SF-02007	Luminária LED Downlight 14 W	un	50,00	154,86	0,10	774,30
3.602	SF-02008	Luminária LED Downlight 25 W	un	50,00	167,30	0,10	836,50
3.603	SF-02009	Luminária LED Downlight 35 W	un	50,00	159,54	0,10	797,70
3.604	SF-02010	Luminária Hermética 2 x 14 W	un	300,00	69,67	0,10	2.090,10
3.605	SF-02011	Luminária Hermética 28 W	un	300,00	144,31	0,10	4.329,30
3.606	SF-02012	Luminária Hermética 2 x 28 W	un	1.500,00	115,81	0,10	17.371,50
3.607	SF-02013	Luminária LED Highbay 60 W	un	100,00	333,66	0,10	3.336,60



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.608	SF-02014	Luminária LED Highbay 80 W	un	100,00	209,47	0,10	2.094,70
3.609	SF-02015	Luminária LED Highbay 120 W	un	100,00	332,99	0,10	3.329,90
3.610	SF-02016	Luminária LED Highbay 150 W	un	50,00	308,11	0,10	1.540,55
3.611	SF-02017	Luminária LED Highbay 200 W	un	50,00	485,17	0,10	2.425,85
3.612	SF-02018	Luminária LED Linear 8 W	un	50,00	55,57	0,10	277,85
3.613	SF-02019	Luminária LED Linear 14 W	un	50,00	52,59	0,10	262,95
3.614	SF-02020	Luminária LED Linear 20 W	un	50,00	66,04	0,10	330,20
3.615	SF-02021	Luminária LED Linear tipo calha 16 W	un	100,00	137,27	0,10	1.372,70
3.616	SF-02022	Luminária LED Linear tipo calha 32 W	un	100,00	221,61	0,10	2.216,10
3.617	SF-02023	Luminária spot de sobrepor	un	200,00	79,13	0,10	1.582,60
3.618	SF-02024	Luminária spot de embutir	un	210,00	67,73	0,10	1.422,33
3.619	SF-02025	Luminária arandela	un	300,00	59,45	0,10	1.783,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.620	SF-02026	Luminária plafon 30 cm	un	500,00	50,92	0,10	2.546,00
3.621	SF-02027	Luminária plafon 40 cm	un	500,00	107,43	0,10	5.371,50
3.622	SF-02031	Luminária T5 2 x 14 W de embutir	un	50,00	129,68	0,10	648,40
3.623	SF-02032	Luminária T5 2 x 14 W de sobrepor	un	50,00	97,87	0,10	489,35
3.624	SF-02033	Luminária T5 2 x 28 W de embutir	un	100,00	165,46	0,10	1.654,60
3.625	SF-02034	Luminária T5 2 x 28 W de sobrepor	un	100,00	203,01	0,10	2.030,10
3.626	SF-02035	Luminária tartaruga	un	300,00	311,03	0,10	9.330,90
3.627	SF-02036	Projektor LED para o Plenário Senado Federal	un	10,00	19.009,01	0,10	19.009,01
3.628	SF-02037	Receptáculo E27	un	2.000,00	4,51	0,10	902,00
3.629	SF-05247	Luminária tipo perfil de alumínio	m	200,00	118,31	0,10	2.366,20
3.630	SF-04689	Luminária T8 2 x 32 W de sobrepor	un	1.000,00	201,49	0,10	20.149,00
3.631	SF-04690	Luminária T8 2 x 32 W de embutir	un	1.000,00	204,83	0,10	20.483,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.632	SF-04691	Luminária T8 2 x 16 W de sobrepor	un	500,00	133,67	0,10	6.683,50
3.633	SF-04692	Luminária T8 2 x 16 W de embutir	un	500,00	149,20	0,10	7.460,00
3.634	SF-02038	Driver para LED 30 W	un	750,00	47,75	0,10	3.581,25
3.635	SF-02039	Driver para LED 60 W	un	200,00	88,18	0,10	1.763,60
3.636	SF-02040	Driver para LED 30 W IP65	un	30,00	42,29	0,10	126,87
3.637	SF-02045	Reator para 1 lâmpada fluorescente T5	un	200,00	61,58	0,10	1.231,60
3.638	SF-02046	Reator para 2 lâmpadas fluorescentes T5	un	2.500,00	109,92	0,10	27.480,00
3.639	SF-02047	Reator para 1 lâmpada fluorescente T8 16 W	un	700,00	33,50	0,10	2.345,00
3.640	SF-02048	Reator para 2 lâmpadas fluorescentes T8 16 W	un	1.500,00	50,84	0,10	7.626,00
3.641	SF-02049	Reator para 1 lâmpada fluorescente T8 32 W	un	300,00	31,07	0,10	932,10
3.642	SF-02050	Reator para 2 lâmpadas fluorescentes T8 32 W	un	3.000,00	41,63	0,10	12.489,00
3.643	SF-05248	Driver para LED 100 W	un	30,00	379,47	0,10	1.138,41



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.644	SF-05249	Driver para LED 120 W	un	30,00	198,97	0,10	596,91
3.645	SF-02043	Driver para LED corrente constante 350 mA	un	50,00	32,17	0,10	160,85
3.646	SF-02044	Driver para LED corrente constante 700 mA	un	50,00	103,48	0,10	517,40
3.647	SF-02057	Refletor LED 10 W IP65	un	1.000,00	89,03	0,10	8.903,00
3.648	SF-02058	Refletor LED 30 W IP65	un	2.000,00	228,51	0,10	45.702,00
3.649	SF-02059	Refletor LED 50 W IP65	un	2.000,00	230,84	0,10	46.168,00
3.650	SF-02060	Refletor LED 100 W IP65	un	500,00	696,86	0,10	34.843,00
3.651	SF-02061	Refletor LED 150 W IP65	un	200,00	818,60	0,10	16.372,00
3.652	SF-02062	Refletor LED 200 W IP65	un	200,00	791,82	0,10	15.836,40
3.653	SF-02063	Refletor LED 20 W IP65 com sensor	un	1.000,00	160,20	0,10	16.020,00
3.654	SF-02064	Trilho eletrificado para iluminação	m	400,00	40,70	0,10	1.628,00
3.655	SF-02067	Conexão reta para trilho eletrificado para iluminação	un	50,00	29,22	0,10	146,10



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.656	SF-02068	Conexão 90 graus para trilho eletrificado para iluminação	un	50,00	18,64	0,10	93,20
3.657	SF-02069	Conexão T para trilho eletrificado para iluminação	un	50,00	27,95	0,10	139,75
3.658	SF-02070	Conexão cruz para trilho eletrificado para iluminação	un	50,00	37,30	0,10	186,50
3.659	SF-02071	Plug para trilho eletrificado para iluminação	un	50,00	16,80	0,10	84,00
3.660	SF-02072	Spot para trilho eletrificado para iluminação	un	300,00	87,25	0,10	2.617,50
3.661	SF-05250	Spot PAR16 para trilho eletrificado para iluminação	un	300,00	85,14	0,10	2.554,20
3.662	SF-05251	Spot PAR30 para trilho eletrificado para iluminação	un	300,00	224,00	0,10	6.720,00
3.663	SF-05252	Conector flexível para trilho eletrificado para iluminação	un	100,00	53,37	0,10	533,70
3.664	SF-02073	Mão francesa simples	un	1.000,00	24,87	0,10	2.487,00
3.665	SF-02074	Mão francesa dupla	un	1.000,00	67,48	0,10	6.748,00
3.666	SF-02075	Mão francesa reforçada	un	500,00	98,29	0,10	4.914,50
3.667	SF-02076	Chumbador 1/4"	un	1.000,00	1,26	0,10	126,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.668	SF-02077	Chumbador 5/16"	un	2.000,00	1,97	0,10	394,00
3.669	SF-02078	Chumbador 3/8"	un	3.000,00	3,07	0,10	921,00
3.670	SF-02079	Barra roscada 1/4"	m	500,00	4,03	0,10	201,50
3.671	SF-02080	Barra roscada 5/16"	m	500,00	7,01	0,10	350,50
3.672	SF-02081	Barra roscada 3/8"	m	500,00	8,31	0,10	415,50
3.673	SF-02082	Caixa 4" x 2" de embutir para alvenaria	un	500,00	3,44	0,10	172,00
3.674	SF-02083	Caixa 4" x 4" de embutir para alvenaria	un	500,00	6,85	0,10	342,50
3.675	SF-02084	Caixa 4" x 2" para drywall	un	500,00	9,12	0,10	456,00
3.676	SF-02085	Caixa 4" x 4" para drywall	un	500,00	6,41	0,10	320,50
3.677	SF-02086	Caixa de passagem em alumínio 100 mm x 100 mm x 50 mm	un	200,00	54,96	0,10	1.099,20
3.678	SF-02087	Caixa de passagem em alumínio 150 mm x 150 mm x 100 mm	un	200,00	80,33	0,10	1.606,60
3.679	SF-02088	Caixa de passagem em alumínio 200 mm x 200 mm x 100 mm	un	200,00	71,70	0,10	1.434,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.680	SF-02089	Caixa de passagem em alumínio 300 mm x 300 mm x 120 mm	un	100,00	223,35	0,10	2.233,50
3.681	SF-02090	Caixa de passagem em alumínio 400 mm x 400 mm x 200 mm	un	100,00	505,19	0,10	5.051,90
3.682	SF-02091	Caixa de passagem em aço 400 mm x 400 mm x 150 mm	un	50,00	382,34	0,10	1.911,70
3.683	SF-02092	Caixa de passagem em PVC 150 mm x 150 mm x 75 mm	un	200,00	48,34	0,10	966,80
3.684	SF-02093	Caixa de passagem em PVC 200 mm x 200 mm x 85 mm	un	500,00	74,91	0,10	3.745,50
3.685	SF-02094	Abraçadeira tipo D para eletroduto	un	15.000,00	7,13	0,10	10.695,00
3.686	SF-02095	Abraçadeira tipo D (copo) copo para dutos/tubulações até 3"	un	15.000,00	6,28	0,10	9.420,00
3.687	SF-02096	Caixa para piso elevado	un	300,00	453,98	0,10	13.619,40
3.688	SF-02097	Passa cabo para piso elevado	un	500,00	38,12	0,10	1.906,00
3.689	SF-02098	Tampa cega metálica para caixas de piso 4" x 2"	un	200,00	19,39	0,10	387,80
3.690	SF-02099	Tampa cega metálica para caixas de piso 4" x 4"	un	500,00	22,59	0,10	1.129,50
3.691	SF-02100	Tampa unha simples metálica para caixas de piso 4" x 2"	un	200,00	34,21	0,10	684,20



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.692	SF-02101	Tampa unha simples metálica para caixas de piso 4" x 4"	un	300,00	34,95	0,10	1.048,50
3.693	SF-02102	Tampa unha dupla metálica para caixas de piso 4" x 4"	un	300,00	54,85	0,10	1.645,50
3.694	SF-02103	Caixa de piso 4" x 2"	un	100,00	23,65	0,10	236,50
3.695	SF-02104	Caixa de piso 4" x 4"	un	100,00	27,26	0,10	272,60
3.696	SF-02105	Abraçadeira de nylon 13 mm	pct	300,00	47,01	0,10	1.410,30
3.697	SF-02106	Abraçadeira de nylon 9 mm	pct	300,00	88,97	0,10	2.669,10
3.698	SF-02107	Abraçadeira de nylon 7,5 mm	pct	400,00	35,79	0,10	1.431,60
3.699	SF-02108	Abraçadeira de nylon 5 mm	pct	500,00	4,59	0,10	229,50
3.700	SF-02109	Caixa ARStop	un	50,00	29,80	0,10	149,00
3.701	SF-02110	Conector de emenda rápida 2 vias	un	20.000,00	3,32	0,10	6.640,00
3.702	SF-02111	Conector de emenda rápida 3 vias	un	20.000,00	4,21	0,10	8.420,00
3.703	SF-02112	Conector de emenda rápida 5 vias	un	5.000,00	6,03	0,10	3.015,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.704	SF-02363	Placa de sinalização em PVC 2 mm	m2	120,00	839,68	0,10	10.076,16
3.705	SF-02364	Claviculario 20 chaves	un	30,00	116,99	0,10	350,97
3.706	SF-05253	Conector de emenda rápida 2 vias 6 mm²	un	5.000,00	6,08	0,10	3.040,00
3.707	SF-05254	Conector de emenda rápida 3 vias 6 mm²	un	5.000,00	7,53	0,10	3.765,00
3.708	SF-05255	Caixa a prova d'água para conector de emenda rápida	un	300,00	124,23	0,10	3.726,90
3.709	SF-05256	Caixa 4x2 estanque para área úmida	un	100,00	90,51	0,10	905,10
3.710	SF-05257	Cabo de aço inoxidável 1/8 revestido	m	500,00	5,09	0,10	254,50
3.711	SF-05258	Conjunto parafuso, porca e arruelas 1/4" x 1/2" para eletrocalha	un	10.000,00	1,73	0,10	1.730,00
3.712	SF-05259	Fincapino armazenado	pct	300,00	8,35	0,10	250,50
3.713	SF-05260	Pino para ferramenta de fixação à pólvora	pct	300,00	63,60	0,10	1.908,00
3.714	SF-05261	Fita para rotulador	un	3.000,00	145,26	0,10	43.578,00
3.715	SF-02113	Tomada para perfilado e eletrocalha	un	1.000,00	6,93	0,10	693,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.716	SF-02114	Espelho 4" x 2"	un	6.000,00	4,78	0,10	2.868,00
3.717	SF-02115	Espelho 4" x 4"	un	3.000,00	10,61	0,10	3.183,00
3.718	SF-02116	Suporte para espelho 4" x 2"	un	6.000,00	2,31	0,10	1.386,00
3.719	SF-02117	Suporte para espelho 4" x 4"	un	3.000,00	4,46	0,10	1.338,00
3.720	SF-02118	Espelho cego redondo	un	200,00	5,51	0,10	110,20
3.721	SF-02119	Módulo cego	un	5.000,00	2,32	0,10	1.160,00
3.722	SF-02120	Módulo tomada 10 A	un	12.000,00	10,86	0,10	13.032,00
3.723	SF-02121	Módulo tomada 20 A	un	3.000,00	22,05	0,10	6.615,00
3.724	SF-02122	Módulo interruptor simples	un	2.000,00	10,03	0,10	2.006,00
3.725	SF-02123	Módulo interruptor paralelo	un	1.000,00	12,54	0,10	1.254,00
3.726	SF-02124	Módulo interruptor intermediário	un	100,00	38,04	0,10	380,40
3.727	SF-02125	Módulo carregador USB	un	1.000,00	73,28	0,10	7.328,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.728	SF-02126	Módulo para conector RJ45	un	5.000,00	13,18	0,10	6.590,00
3.729	SF-02127	Módulo pulsador	un	200,00	15,59	0,10	311,80
3.730	SF-02129	Módulo cabo coaxial	un	200,00	25,10	0,10	502,00
3.731	SF-02130	Módulo tomada 10 A para piso	un	2.000,00	12,70	0,10	2.540,00
3.732	SF-02131	Módulo tomada 20 A para piso	un	1.000,00	16,23	0,10	1.623,00
3.733	SF-02133	Tomada 10 A para móveis	un	1.000,00	11,69	0,10	1.169,00
3.734	SF-02134	Tomada 20 A para móveis	un	200,00	18,99	0,10	379,80
3.735	SF-02135	Módulo tomada 10 A de encaixe	un	2.000,00	13,32	0,10	2.664,00
3.736	SF-02136	Módulo tomada 20 A de encaixe	un	1.000,00	17,08	0,10	1.708,00
3.737	SF-02137	Módulo campainha	un	100,00	44,22	0,10	442,20
3.738	SF-02138	Módulo dimmer	un	100,00	71,51	0,10	715,10
3.739	SF-05262	Tomada 10 A para área úmida	un	50,00	157,81	0,10	789,05



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.740	SF-05263	Tomada 20 A para área úmida	un	30,00	203,08	0,10	609,24
3.741	SF-05264	Interruptor para área úmida	un	50,00	119,30	0,10	596,50
3.742	SF-05265	Espelho cego para área úmida	un	75,00	58,32	0,10	437,40
3.743	SF-02139	Leito 400 mm x 100 mm	m	500,00	127,63	0,10	6.381,50
3.744	SF-02140	Leito 600 mm x 100 mm	m	500,00	140,42	0,10	7.021,00
3.745	SF-02141	Leito 800 mm x 100 mm	m	500,00	153,23	0,10	7.661,50
3.746	SF-02142	Curva horizontal 90 graus para leito 400 mm x 100 mm	un	50,00	172,47	0,10	862,35
3.747	SF-02143	Curva vertical 90 graus para leito 400 mm x 100 mm	un	50,00	132,25	0,10	661,25
3.748	SF-02144	Tê horizontal 90 graus para leito 400 mm x 100 mm	un	50,00	250,13	0,10	1.250,65
3.749	SF-02145	Curva horizontal 90 graus para leito 600 mm x 100 mm	un	50,00	217,74	0,10	1.088,70
3.750	SF-02146	Curva vertical 90 graus para leito 600 mm x 100 mm	un	50,00	147,03	0,10	735,15
3.751	SF-02147	Tê horizontal 90 graus para leito 600 mm x 100 mm	un	50,00	276,63	0,10	1.383,15



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.752	SF-02148	Curva horizontal 90 graus para leito 800 mm x 100 mm	un	50,00	265,62	0,10	1.328,10
3.753	SF-02149	Curva vertical 90 graus para leito 800 mm x 100 mm	un	50,00	158,68	0,10	793,40
3.754	SF-02150	Tê horizontal 90 graus para leito 800 mm x 100 mm	un	50,00	340,40	0,10	1.702,00
3.755	SF-02151	Nobreak de 1 kVA	un	100,00	3.003,86	0,10	30.038,60
3.756	SF-02152	Nobreak de 2 kVA	un	200,00	4.713,62	0,10	94.272,40
3.757	SF-02153	Nobreak de 3 kVA	un	100,00	6.481,02	0,10	64.810,20
3.758	SF-02154	Bateria 7 Ah	un	200,00	246,43	0,10	4.928,60
3.759	SF-02155	Bateria 9 Ah	un	200,00	146,85	0,10	2.937,00
3.760	SF-02156	Bateria 12 Ah	un	100,00	232,62	0,10	2.326,20
3.761	SF-02157	Bateria 28 Ah	un	500,00	514,15	0,10	25.707,50
3.762	SF-02158	Bateria 40 Ah	un	30,00	758,73	0,10	2.276,19
3.763	SF-02159	Bateria 120 Ah	un	40,00	2.008,80	0,10	8.035,20



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.764	SF-02160	Perfilado 38x38 mm	m	1.000,00	20,43	0,10	2.043,00
3.765	SF-02161	Gancho curto para perfilado	un	1.000,00	3,19	0,10	319,00
3.766	SF-02162	Gancho longo para perfilado	un	1.000,00	3,73	0,10	373,00
3.767	SF-02163	Cantoneira ZZ para perfilado	un	200,00	2,49	0,10	49,80
3.768	SF-02164	Gancho curto de luminária para perfilado	un	1.000,00	3,04	0,10	304,00
3.769	SF-02165	Gancho longo de luminária para perfilado	un	1.000,00	4,60	0,10	460,00
3.770	SF-02166	Junta interna tipo I para perfilado	un	500,00	3,27	0,10	163,50
3.771	SF-02167	Junta interna tipo L para perfilado	un	100,00	4,77	0,10	47,70
3.772	SF-02168	Junta interna tipo T para perfilado	un	100,00	6,57	0,10	65,70
3.773	SF-02169	Junta interna tipo X para perfilado	un	100,00	8,38	0,10	83,80
3.774	SF-02170	Curva para perfilado	un	200,00	11,19	0,10	223,80
3.775	SF-02171	Sapata para perfilado	un	100,00	10,52	0,10	105,20



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.776	SF-02172	Saída de eletroduto para perfilado	un	500,00	3,43	0,10	171,50
3.777	SF-02173	Módulo acionador para fechaduras	un	50,00	129,77	0,10	648,85
3.778	SF-02174	Conjunto motor de portão industrial grande	un	12,00	4.901,44	0,10	5.881,73
3.779	SF-02175	Conjunto motor de portão industrial pequeno	un	20,00	1.724,58	0,10	3.449,16
3.780	SF-02176	Conjunto motor de portão pivotante	un	10,00	3.089,98	0,10	3.089,98
3.781	SF-02177	Fotocélula para portão	un	20,00	253,16	0,10	506,32
3.782	SF-02178	Central de controle para portão	un	30,00	771,29	0,10	2.313,87
3.783	SF-02179	Controle remoto para portão	un	100,00	22,06	0,10	220,60
3.784	SF-02180	Módulo botocira para portão	un	20,00	45,89	0,10	91,78
3.785	SF-02181	Módulo relé para portão	un	20,00	29,65	0,10	59,30
3.786	SF-02182	Sinaleira para portão	un	20,00	158,10	0,10	316,20
3.787	SF-02183	Cremalheira para portão	m	50,00	138,91	0,10	694,55



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.788	SF-02184	Engrenagem para portão	un	50,00	112,90	0,10	564,50
3.789	SF-02185	Sensor de fim de curso para portão	un	20,00	15,27	0,10	30,54
3.790	SF-02186	Encoder para portão	un	20,00	85,45	0,10	170,90
3.791	SF-02189	Campainha eletrônica	un	20,00	52,84	0,10	105,68
3.792	SF-02190	Relé acionado por controle remoto sem fio	un	20,00	79,98	0,10	159,96
3.793	SF-02191	Campainha sem fio	un	30,00	103,94	0,10	311,82
3.794	SF-02192	Botoeira para portões	un	40,00	115,01	0,10	460,04
3.795	SF-02193	Quadro de comando plástico 300 mm x 200 mm x 130 mm tampa opaca	un	100,00	180,01	0,10	1.800,10
3.796	SF-02194	Quadro de comando plástico 300 mm x 200 mm x 130 mm tampa transparente	un	30,00	363,51	0,10	1.090,53
3.797	SF-02195	Quadro de comando plástico 300 mm x 300 mm x 150 mm tampa opaca	un	100,00	279,41	0,10	2.794,10



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.798	SF-02196	Quadro de comando plástico 300 mm x 300 mm x 150 mm tampa transparente	un	30,00	577,53	0,10	1.732,59
3.799	SF-02197	Quadro de comando plástico 450 mm x 300 mm x 200 mm tampa opaca	un	100,00	561,88	0,10	5.618,80
3.800	SF-02198	Quadro de comando plástico 450 mm x 300 mm x 200 mm tampa transparente	un	30,00	1.075,49	0,10	3.226,47
3.801	SF-02199	Caixa para montagem 210 mm x 185 mm x 160 mm	un	100,00	98,89	0,10	988,90
3.802	SF-02200	Quadro 200 mm x 200 mm x 120 mm	un	100,00	274,37	0,10	2.743,70
3.803	SF-02201	Quadro 400 mm x 300 mm x 200 mm	un	200,00	388,49	0,10	7.769,80
3.804	SF-02202	Quadro 400 mm x 400 mm x 250 mm	un	200,00	480,19	0,10	9.603,80
3.805	SF-02203	Quadro 600 mm x 400 mm x 250 mm	un	200,00	632,56	0,10	12.651,20
3.806	SF-02204	Quadro 600 mm x 600 mm x 250 mm	un	200,00	732,76	0,10	14.655,20
3.807	SF-02205	Quadro 800 mm x 600 mm x 250 mm	un	200,00	1.026,73	0,10	20.534,60
3.808	SF-02206	Quadro 1000 mm x 600 mm x 300 mm	un	50,00	1.270,46	0,10	6.352,30



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.809	SF-02207	Quadro 1200 mm x 800 mm x 300 mm	un	50,00	1.484,18	0,10	7.420,90
3.810	SF-02208	Quadro autoportante 1800 mm x 600 mm x 600 mm	un	10,00	5.487,91	0,10	5.487,91
3.811	SF-02209	Quadro autoportante 1800 mm x 800 mm x 600 mm	un	10,00	6.180,28	0,10	6.180,28
3.812	SF-02210	Quadro autoportante 2000 mm x 600 mm x 600 mm	un	10,00	7.790,77	0,10	7.790,77
3.813	SF-02211	Quadro autoportante 2000 mm x 800 mm x 800 mm	un	10,00	6.677,92	0,10	6.677,92
3.814	SF-02212	Quadro termoplástico para 12 disjuntores	un	50,00	377,16	0,10	1.885,80
3.815	SF-02213	Quadro termoplástico para 24 disjuntores	un	50,00	698,79	0,10	3.493,95
3.816	SF-02214	Quadro termoplástico para 36 disjuntores	un	50,00	1.514,42	0,10	7.572,10
3.817	SF-02215	Caixa de passagem 80 mm x 80 mm x 45 mm	un	100,00	17,67	0,10	176,70
3.818	SF-02216	Caixa de passagem 100 mm x 100 mm x 55 mm	un	100,00	22,33	0,10	223,30
3.819	SF-02217	Caixa de passagem 150 mm x 110 mm x 70 mm	un	100,00	29,37	0,10	293,70
3.820	SF-02218	Caixa de passagem 170 mm x 145 mm x 90 mm	un	100,00	36,56	0,10	365,60



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.821	SF-02219	Relé de interface	un	600,00	79,05	0,10	4.743,00
3.822	SF-02220	Relé programador horário	un	30,00	213,25	0,10	639,75
3.823	SF-02221	Relé de impulso	un	100,00	229,49	0,10	2.294,90
3.824	SF-02222	Relé monitor de tensão trifásico	un	200,00	405,94	0,10	8.118,80
3.825	SF-02223	Relé monitor de tensão monofásico	un	50,00	298,15	0,10	1.490,75
3.826	SF-02224	Relé monitor de corrente monofásico	un	30,00	340,58	0,10	1.021,74
3.827	SF-02225	Relé temporizador	un	200,00	167,71	0,10	3.354,20
3.828	SF-02226	Relé de nível	un	30,00	220,45	0,10	661,35
3.829	SF-02227	CLP Siemens LOGO	un	30,00	1.197,31	0,10	3.591,93
3.830	SF-02228	Módulo de expansão de 8 portas digitais para Siemens LOGO	un	20,00	685,49	0,10	1.370,98
3.831	SF-02229	Módulo de expansão de 16 portas digitais para Siemens LOGO	un	15,00	1.138,29	0,10	1.707,44
3.832	SF-02230	Módulo de expansão de entrada analógica para Siemens LOGO	un	15,00	976,37	0,10	1.464,56



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.833	SF-02231	Módulo de expansão de entrada de temperatura para Siemens LOGO	un	15,00	1.351,47	0,10	2.027,21
3.834	SF-02232	Módulo de expansão de saída analógica para Siemens LOGO	un	15,00	1.093,96	0,10	1.640,94
3.835	SF-02233	IHM para Siemens LOGO	un	20,00	1.304,07	0,10	2.608,14
3.836	SF-02234	Controlador de temperatura	un	10,00	453,99	0,10	453,99
3.837	SF-02235	Conversor de sinal analógico	un	10,00	603,40	0,10	603,40
3.838	SF-02236	Transmissor de temperatura	un	10,00	295,45	0,10	295,45
3.839	SF-02237	Termostato para painel	un	60,00	118,83	0,10	712,98
3.840	SF-02238	Multimedidor de grandezas elétricas	un	50,00	2.081,37	0,10	10.406,85
3.841	SF-02239	Multimedidor avançado de grandezas elétricas	un	15,00	6.127,96	0,10	9.191,94
3.842	SF-02240	Medidor de energia monofásico	un	10,00	173,44	0,10	173,44
3.843	SF-02241	Medidor de energia trifásico	un	10,00	859,68	0,10	859,68



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.844	SF-05266	Multimedidor de grandezas elétricas com comunicação ethernet	un	50,00	2.269,29	0,10	11.346,45
3.845	SF-05267	CLP Schneider Modicon Easy M200	un	10,00	3.305,85	0,10	3.305,85
3.846	SF-05268	Módulo de expansão de 16 portas digitais para Schneider Modicon Easy M200	un	10,00	1.958,34	0,10	1.958,34
3.847	SF-05269	Módulo de expansão de 8 portas digitais para Schneider Modicon Easy M200	un	10,00	1.254,43	0,10	1.254,43
3.848	SF-05270	Módulo de expansão de 4 portas analógicas para Schneider Modicon Easy M200	un	10,00	3.210,94	0,10	3.210,94
3.849	SF-05271	Interface Homem-Máquina para Painel Altus P2070NA	un	10,00	6.739,56	0,10	6.739,56
3.850	SF-05272	Medidor de energia trifásico com comunicação	un	50,00	748,79	0,10	3.743,95
3.851	SF-02242	Tapete isolante classe 0	m2	50,00	691,01	0,10	3.455,05
3.852	SF-02243	Tapete isolante classe 2	m2	20,00	600,61	0,10	1.201,22
3.853	SF-02244	Estrado isolante classe 2	un	20,00	688,69	0,10	1.377,38



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.854	SF-02245	Bastão de resgate	un	15,00	1.709,70	0,10	2.564,55
3.855	SF-05273	Alarme de emergência para sanitários PNE	un	50,00	530,25	0,10	2.651,25
3.856	SF-02246	Transformador de potencial para medição de baixa tensão	un	100,00	703,75	0,10	7.037,50
3.857	SF-02247	Chave de fim de curso	un	30,00	48,79	0,10	146,37
3.858	SF-02248	Pressostato diferencial para ar	un	10,00	348,23	0,10	348,23
3.859	SF-02249	Sonda de temperatura PT100	un	20,00	113,47	0,10	226,94
3.860	SF-02250	Sensor de presença externo	un	200,00	60,53	0,10	1.210,60
3.861	SF-02251	Relé fotoelétrico	un	400,00	27,92	0,10	1.116,80
3.862	SF-02252	Base para relé fotoelétrico	un	400,00	9,81	0,10	392,40
3.863	SF-02253	Eletrodo para relé de nível	un	60,00	6,29	0,10	37,74
3.864	SF-02254	Transformador de corrente termoplástico até 400 A	un	150,00	271,16	0,10	4.067,40
3.865	SF-02255	Transformador de corrente epóxi até 400 A	un	150,00	236,30	0,10	3.544,50



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.866	SF-02256	Transformador de corrente epóxi até 800 A	un	60,00	399,68	0,10	2.398,08
3.867	SF-02257	Transformador de corrente epóxi até 2000 A	un	60,00	740,68	0,10	4.444,08
3.868	SF-02258	Transmissor de nível hidrostático	un	10,00	980,35	0,10	980,35
3.869	SF-02259	Transmissor de pressão	un	20,00	891,27	0,10	1.782,54
3.870	SF-02260	Transmissor de nível ultrassônico	un	3,00	2.090,06	0,10	627,02
3.871	SF-05274	Medidor de vazão ultrassônico	un	25,00	4.700,87	0,10	11.752,18
3.872	SF-02262	Soft-starter 17 A	un	30,00	3.414,65	0,10	10.243,95
3.873	SF-02263	Soft-starter 24 A	un	30,00	3.492,04	0,10	10.476,12
3.874	SF-02264	Soft-starter 30 A	un	30,00	3.949,53	0,10	11.848,59
3.875	SF-02265	Soft-starter 44 A	un	20,00	4.483,26	0,10	8.966,52
3.876	SF-02266	Soft-starter 60 A	un	15,00	5.321,01	0,10	7.981,52
3.877	SF-02267	Soft-starter 85 A	un	10,00	6.709,00	0,10	6.709,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.878	SF-02268	Soft-starter 142 A	un	5,00	9.115,40	0,10	4.557,70
3.879	SF-02269	Interface homem-máquina para soft-starter	un	50,00	531,62	0,10	2.658,10
3.880	SF-02270	Inversor 10 A	un	10,00	3.843,47	0,10	3.843,47
3.881	SF-02271	Inversor 16 A	un	15,00	7.244,29	0,10	10.866,44
3.882	SF-02272	Inversor 24 A	un	15,00	7.774,97	0,10	11.662,46
3.883	SF-02273	Inversor 31 A	un	10,00	12.136,20	0,10	12.136,20
3.884	SF-02274	Inversor 39 A	un	10,00	12.687,43	0,10	12.687,43
3.885	SF-02275	Inversor 49 A	un	5,00	15.980,57	0,10	7.990,29
3.886	SF-05276	Inversor On-Grid Fotovoltaico 50 kW	un	3,00	26.614,39	0,10	7.984,32
3.887	SF-05277	Inversor 62 A	un	10,00	31.122,58	0,10	31.122,58
3.888	SF-05278	Inversor 75 A	un	5,00	41.287,25	0,10	20.643,63
3.889	SF-05279	Inversor 124 A	un	3,00	45.009,48	0,10	13.502,84



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.890	SF-05280	Inversor 146 A	un	3,00	50.236,65	0,10	15.071,00
3.891	SF-05281	Inversor 263 A	un	3,00	136.609,99	0,10	40.983,00
3.892	SF-02279	Barra chata de alumínio	cm3	500.000,0 0	0,14	0,10	7.000,00
3.893	SF-02280	Haste de aterramento 5/8" x 2,4 m	un	400,00	121,16	0,10	4.846,40
3.894	SF-02281	Haste de aterramento 5/8" x 3 m	un	400,00	169,92	0,10	6.796,80
3.895	SF-02282	Haste de aterramento 3/4" x 2,4 m	un	400,00	71,35	0,10	2.854,00
3.896	SF-02283	Haste de aterramento 3/4" x 3 m	un	400,00	193,67	0,10	7.746,80
3.897	SF-02284	Conector cabo/haste de aterramento	un	1.000,00	29,34	0,10	2.934,00
3.898	SF-02285	Caixa de inspeção de aterramento 300 mm	un	500,00	70,59	0,10	3.529,50
3.899	SF-02286	Caixa de inspeção de aterramento 600 mm	un	500,00	76,65	0,10	3.832,50
3.900	SF-02287	Tampa simples para caixa de inspeção de aterramento	un	500,00	110,85	0,10	5.542,50
3.901	SF-02288	Tampa reforçada para caixa de inspeção de aterramento	un	500,00	108,22	0,10	5.411,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.902	SF-02289	Fita de sinalização para instalações subterrâneas	m	1.000,00	0,61	0,10	61,00
3.903	SF-02290	Captor tipo Franklin	un	50,00	119,98	0,10	599,90
3.904	SF-02291	Minicaptor 300 mm	un	500,00	6,78	0,10	339,00
3.905	SF-02292	Minicaptor 600 mm	un	500,00	12,23	0,10	611,50
3.906	SF-02293	Mastro 2 m	un	10,00	166,43	0,10	166,43
3.907	SF-02294	Mastro 3 m	un	10,00	171,62	0,10	171,62
3.908	SF-02295	Mastro 4 m	un	10,00	356,56	0,10	356,56
3.909	SF-02296	Mastro 6 m	un	5,00	479,40	0,10	239,70
3.910	SF-02297	Base para mastro	un	20,00	107,78	0,10	215,56
3.911	SF-02298	Estaçamento para mastro 1,5 m	un	10,00	179,19	0,10	179,19
3.912	SF-02299	Estaçamento para mastro 2 m	un	10,00	165,78	0,10	165,78
3.913	SF-02300	Estaçamento para mastro 3 m	un	10,00	215,70	0,10	215,70



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.914	SF-02301	Abraçadeira para aterramento de mastro	un	30,00	32,95	0,10	98,85
3.915	SF-02302	Sinalizador de topo com fotocélula	un	50,00	182,14	0,10	910,70
3.916	SF-02303	Mastro para sinalizador de topo	un	50,00	42,90	0,10	214,50
3.917	SF-02304	Suporte para sinalizador de topo em mastro	un	50,00	17,22	0,10	86,10
3.918	SF-02305	Grampo tipo X para alumínio	un	100,00	15,79	0,10	157,90
3.919	SF-02306	Grampo tipo X para cobre	un	100,00	17,22	0,10	172,20
3.920	SF-02307	Fixador para SPDA	un	2.000,00	4,66	0,10	932,00
3.921	SF-02308	Fixador universal para SPDA	un	500,00	45,36	0,10	2.268,00
3.922	SF-02309	Fixador colado para SPDA	un	2.000,00	3,91	0,10	782,00
3.923	SF-02310	Adesivo estrutural	pct	50,00	64,40	0,10	322,00
3.924	SF-02311	Conector de emenda e medição para SPDA	un	100,00	51,89	0,10	518,90
3.925	SF-02312	Conector para SPDA	un	1.000,00	10,24	0,10	1.024,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.926	SF-02313	Isolador curto para SPDA	un	400,00	6,64	0,10	265,60
3.927	SF-02314	Isolador simples para SPDA	un	400,00	4,72	0,10	188,80
3.928	SF-02315	Isolador duplo para mastro para SPDA	un	50,00	25,39	0,10	126,95
3.929	SF-02316	Isolador reforçado para SPDA	un	300,00	19,24	0,10	577,20
3.930	SF-02317	Isolador duplo curva 90 graus para SPDA	un	50,00	21,49	0,10	107,45
3.931	SF-02318	Isolador para telha para SPDA	un	100,00	25,61	0,10	256,10
3.932	SF-02319	Isolador duplo para mastro reforçado para SPDA	un	50,00	25,15	0,10	125,75
3.933	SF-02320	Cabo de aço galvanizado a fogo	m	850,00	4,61	0,10	391,85
3.934	SF-02321	Esticador de cabo de aço galvanizado a fogo	un	50,00	112,87	0,10	564,35
3.935	SF-02322	Clip para cabo de aço galvanizado a fogo	un	200,00	4,59	0,10	91,80
3.936	SF-02323	Sapatilha para cabo de aço galvanizado a fogo	un	200,00	5,22	0,10	104,40
3.937	SF-02324	Tampão em FFN, classe B125, forma retangular, modelo R1, abertura articulada, com caixilho, 40 cm x 60 cm	un	100,00	323,82	0,10	3.238,20



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.938	SF-02325	Tampão em FFN, classe B125, forma retangular, modelo R2, abertura articulada, com caixilho, 110 cm x 55 cm	un	100,00	973,83	0,10	9.738,30
3.939	SF-02326	Tampão em FFN, classe B125, forma circular, abertura articulada, com caixilho, DN 400	un	100,00	417,32	0,10	4.173,20
3.940	SF-02327	Tampão em FFN, classe D400, forma circular, abertura articulada, com caixilho, DN 400	un	30,00	397,56	0,10	1.192,68
3.941	SF-02328	Tampão em FFN, classe D400, forma circular, abertura articulada, com caixilho, DN 600	un	20,00	746,48	0,10	1.492,96
3.942	SF-02329	Tampão em FFN, classe B125, forma retangular, modelo T33, abertura articulada, com caixilho, 550 mm x 470 mm	un	100,00	609,20	0,10	6.092,00
3.943	SF-02330	Tampão em FFN, classe A15, forma retangular, modelo T33, abertura simples, com caixilho, 550 mm x 470 mm	un	100,00	311,47	0,10	3.114,70
3.944	SF-05282	Tampão em FFN, classe B125, forma retangular, modelo 30x30, abertura articulada, com caixilho, 300 mm x 300 mm	un	80,00	178,90	0,10	1.431,20
3.945	SF-02331	Filtro de linha 3 tomadas	un	3.000,00	82,78	0,10	24.834,00
3.946	SF-02332	Filtro de linha 4 tomadas	un	6.000,00	90,51	0,10	54.306,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.947	SF-02333	Filtro de linha 5 tomadas	un	2.000,00	73,44	0,10	14.688,00
3.948	SF-02334	Filtro de linha para rack 19 polegadas	un	150,00	122,98	0,10	1.844,70
3.949	SF-02335	Tomada industrial monofásica 16 A	un	100,00	47,63	0,10	476,30
3.950	SF-02336	Plugue industrial monofásico 16 A	un	100,00	37,24	0,10	372,40
3.951	SF-02337	Acoplamento industrial monofásico 16 A	un	100,00	49,23	0,10	492,30
3.952	SF-02338	Tomada industrial trifásica 16 A	un	100,00	75,66	0,10	756,60
3.953	SF-02339	Plugue industrial trifásico 16 A	un	100,00	60,22	0,10	602,20
3.954	SF-02340	Acoplamento industrial trifásico 16 A	un	100,00	56,94	0,10	569,40
3.955	SF-02341	Tomada industrial monofásica 32 A	un	400,00	86,17	0,10	3.446,80
3.956	SF-02342	Plugue industrial monofásico 32 A	un	400,00	56,55	0,10	2.262,00
3.957	SF-02343	Acoplamento industrial monofásico 32 A	un	120,00	52,38	0,10	628,56
3.958	SF-02344	Tomada industrial trifásica 32 A	un	100,00	98,74	0,10	987,40



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.959	SF-02345	Plugue industrial trifásico 32 A	un	100,00	64,86	0,10	648,60
3.960	SF-02346	Acoplamento industrial trifásico 32 A	un	100,00	87,27	0,10	872,70
3.961	SF-02347	Tomada industrial monofásica 63 A	un	20,00	1.092,17	0,10	2.184,34
3.962	SF-02348	Plugue industrial monofásico 63 A	un	20,00	953,61	0,10	1.907,22
3.963	SF-02349	Acoplamento industrial monofásico 63 A	un	20,00	411,81	0,10	823,62
3.964	SF-02350	Tomada industrial trifásica 63 A	un	20,00	649,77	0,10	1.299,54
3.965	SF-02351	Plugue industrial trifásico 63 A	un	20,00	601,29	0,10	1.202,58
3.966	SF-02352	Acoplamento industrial trifásico 63 A	un	20,00	1.312,70	0,10	2.625,40
3.967	SF-02354	Plugue macho 10 A	un	2.000,00	6,41	0,10	1.282,00
3.968	SF-02355	Plugue macho 20 A	un	500,00	10,49	0,10	524,50
3.969	SF-02356	Plugue macho 10 A 90 graus	un	2.000,00	9,80	0,10	1.960,00
3.970	SF-02357	Plugue macho 20 A 90 graus	un	500,00	13,20	0,10	660,00



SENADO FEDERAL

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário c/ BDI ⁹ (R\$) (B)	Fator de Utilização (C)	Preço Total (R\$) (D)=(A)*(B)*(C)
3.971	SF-02358	Prolongador 10 A	un	3.000,00	7,95	0,10	2.385,00
3.972	SF-02359	Prolongador 20 A	un	500,00	7,76	0,10	388,00
3.973	SF-02360	Adaptador de plugue para tomadas	un	2.000,00	9,13	0,10	1.826,00
3.974	SF-02361	Cordão prolongador 0,8 m	un	300,00	60,71	0,10	1.821,30
3.975	SF-02362	Cordão prolongador 1,5 m	un	300,00	96,14	0,10	2.884,20
3.976	SF-02365	Autotransformador 300 VA	un	100,00	83,34	0,10	833,40
3.977	SF-02366	Autotransformador 500 VA	un	100,00	84,83	0,10	848,30
3.978	SF-02367	Autotransformador 1000 VA	un	100,00	173,96	0,10	1.739,60
BDI adotado nesta planilha (%) ^{9,10}							19,50
3	Subtotal de Materiais para 30 Meses com BDI (R\$)						5.927.406,05

¹⁰ Conforme parágrafo 10, caberá a cada licitante escolher o BDI adequado, apresentando a respectiva memória de cálculo.



SENADO FEDERAL

12. No caso de ferramental, as referidas planilhas exibem a relação mínima dos itens que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA, devendo as licitantes considerar na elaboração de suas propostas os custos referentes a outros itens que eventualmente considerem necessários à perfeita e completa execução dos serviços.



SENADO FEDERAL

DEPRECIÇÃO DE FERRAMENTAL

Planilha 4 – Depreciação de Ferramental

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.1	SF-02380	Chave de abertura de painéis	90	5	354,63	31.916,70	531,95	15.958,50
4.2	SF-02381	Caixa de ferramentas 40 cm	70	5	159,90	11.193,00	186,55	5.596,50
4.3	SF-02382	Caixa de ferramentas 50 cm	50	5	264,03	13.201,50	220,03	6.600,90
4.4	SF-02383	Carrinho de ferramentas	11	5	2.799,00	30.789,00	513,15	15.394,50
4.5	SF-02384	Transpalete manual	2	5	1.829,51	3.659,02	60,98	1.829,40
4.6	SF-02385	Carrinho plataforma	2	5	1.878,92	3.757,84	62,63	1.878,90
4.7	SF-02386	Mesa hidráulica pantográfica	2	5	4.006,98	8.013,96	133,57	4.007,10
4.8	SF-02387	Lanterna	91	10	87,90	7.998,90	66,66	1.999,80
4.9	SF-02388	Cavelete de sinalização de manutenção	25	5	47,02	1.175,50	19,59	587,70
4.10	SF-02389	Cone de sinalização	25	5	35,63	890,86	14,85	445,50
4.11	SF-02390	Detector de tensão sem contato de baixa tensão	105	10	131,39	13.795,95	114,97	3.449,10
4.12	SF-02391	Detector de tensão sem contato de média tensão	2	10	1.669,39	3.338,78	27,82	834,60
4.13	SF-02392	Conjunto de aterramento temporário para baixa tensão	5	5	1.325,27	6.626,35	110,44	3.313,20
4.14	SF-02393	Conjunto de aterramento temporário para média tensão	2	5	2.848,10	5.696,20	94,94	2.848,20
4.15	SF-02394	Grampo de aterramento concha-bola	1	5	509,60	509,60	8,49	254,70
4.16	SF-02395	Lençol isolante classe 4	5	5	1.178,57	5.892,85	98,21	2.946,30
4.17	SF-02396	Bastão de resgate	3	5	1.430,71	4.292,13	71,54	2.146,20

¹¹ Todas as quantidades são medidas em “unidades”, com exceção do item SF-02411 (corda semi-estática 11 mm), que é medido em “metros”.



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.18	SF-02397	Vara de manobra	1	5	1.479,40	1.479,40	24,66	739,80
4.19	SF-02398	Cadeado para disjuntores	150	5	67,23	10.084,50	168,08	5.042,40
4.20	SF-02399	Bloqueio para disjuntores	150	5	45,66	6.849,00	114,15	3.424,50
4.21	SF-02400	Etiqueta de bloqueio	600	5	9,83	5.898,00	98,30	2.949,00
4.22	SF-02401	Inflador de luvas	1	5	1.750,00	1.750,00	29,17	875,10
4.23	SF-02402	Protetor de cabos	30	5	493,42	14.802,60	246,71	7.401,30
4.24	SF-02403	Escada duplo acesso 4 degraus	15	5	560,41	8.406,15	140,10	4.203,00
4.25	SF-00738	Escada duplo acesso 6 degraus	15	5	671,83	10.077,45	167,96	5.038,80
4.26	SF-02404	Escada extensível 19 degraus	3	5	898,00	2.694,00	44,90	1.347,00
4.27	SF-02405	Andaime tubular 1 m por 1 m e 6 m de altura	1	5	6.385,01	6.385,01	106,42	3.192,60
4.28	SF-02406	Andaime tubular 1,5 m por 1 m e 6 m de altura	1	5	6.244,32	6.244,32	104,07	3.122,10
4.29	SF-02407	Plataforma de trabalho aéreo	1	10	62.536,62	62.536,62	521,14	15.634,20
4.30	SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	5	5	851,75	4.258,75	70,98	2.129,40
4.31	SF-00840	Talabarte em Y	5	5	172,86	864,31	14,41	432,30
4.32	SF-00841	Trava-quedas deslizante para corda	5	5	151,59	757,96	12,63	378,90
4.33	SF-00842	Trava-quedas deslizante para cabo de aço	5	5	344,64	1.723,20	28,72	861,60
4.34	SF-00839	Talabarte de posicionamento	5	5	213,11	1.065,55	17,76	532,80
4.35	SF-02408	Talabarte simples	5	5	138,53	692,65	11,54	346,20
4.36	SF-02409	Tripé para trabalho em altura e espaço confinado	1	5	2.368,00	2.368,00	39,47	1.184,10
4.37	SF-02410	Trava-quedas retrátil e guincho (3way) para tripé de trabalho em altura e espaço confinado	1	5	7.928,60	7.928,60	132,14	3.964,20



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.38	SF-02411	Corda semi-estática 11 mm	500	5	8,10	4.050,00	67,50	2.025,00
4.39	SF-02412	Mosquetão	25	5	99,26	2.481,50	41,36	1.240,80
4.40	SF-02413	Cinta de ancoragem com anéis	5	5	79,99	399,95	6,67	200,10
4.41	SF-02414	Trapézio para espaço confinado	1	5	226,88	226,88	3,78	113,40
4.42	SF-02415	Polia simples para corda	5	5	286,07	1.430,35	23,84	715,20
4.43	SF-01209	Exaustor para espaço confinado	1	10	3.784,01	3.784,01	31,53	945,90
4.44	SF-02416	Alicate crimpador hidráulico	3	10	684,85	2.054,55	17,12	513,60
4.45	SF-02417	Crimpador/cortador de cabos a bateria	1	10	41.675,78	41.675,78	347,30	10.419,00
4.46	SF-02418	Ferramenta multifuncional para barramentos de cobre	1	10	14.458,30	14.458,30	120,49	3.614,70
4.47	SF-02419	Estampo furador hidráulico	1	10	9.818,50	9.818,50	81,82	2.454,60
4.48	SF-02420	Esmerilhadeira Angular de 5" com controle de velocidade	3	10	1.049,50	3.148,50	26,24	787,20
4.49	SF-02421	Furadeira de impacto 800 W	10	10	1.415,99	14.159,90	118,00	3.540,00
4.50	SF-02422	Furadeira de impacto sem fio	3	10	2.499,90	7.499,70	62,50	1.875,00
4.51	SF-02423	Furadeira/parafusadeira sem fio	10	10	2.578,29	25.782,90	214,86	6.445,80
4.52	SF-02424	Chave de impacto sem fio	3	10	3.001,26	9.003,78	75,03	2.250,90
4.53	SF-00724	Aspirador de pó industrial	2	10	2.790,81	5.581,62	46,51	1.395,30
4.54	SF-02425	Soprador de ar sem fio	2	10	2.359,62	4.719,24	39,33	1.179,90
4.55	SF-02426	Soprador/aspirador de pó	2	10	598,19	1.196,38	9,97	299,10
4.56	SF-00735	Compressor de ar	1	10	1.113,57	1.113,57	9,28	278,40
4.57	SF-01224	Lavadora de alta pressão	2	10	4.458,25	8.916,50	74,30	2.229,00
4.58	SF-02427	Soprador térmico	2	10	889,09	1.778,18	14,82	444,60
4.59	SF-02428	Rotulador	15	10	394,72	5.920,80	49,34	1.480,20
4.60	SF-02429	Cortadora de parede	1	10	4.729,31	4.729,31	39,41	1.182,30



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.61	SF-02430	Serra mármore	2	10	437,90	875,80	7,30	219,00
4.62	SF-02431	Grupo motor-gerador 3kVA	1	10	5.807,90	5.807,90	48,40	1.452,00
4.63	SF-02432	Grupo motor-gerador 6kVA	1	10	3.556,99	3.556,99	29,64	889,20
4.64	SF-02433	Ferro de solda 25W	2	10	42,60	85,20	0,71	21,30
4.65	SF-02434	Ferro de solda 50W	2	10	49,85	99,70	0,83	24,90
4.66	SF-02435	Hipot 30 kV	1	10	38.720,75	38.720,75	322,67	9.680,10
4.67	SF-02436	Serra rápida portátil	1	10	3.449,98	3.449,98	28,75	862,50
4.68	SF-02437	Policorte	1	10	1.738,71	1.738,71	14,49	434,70
4.69	SF-02438	Nível laser de linhas	10	10	3.665,94	36.659,40	305,50	9.165,00
4.70	SF-02439	Refletor a bateria	5	10	1.113,99	5.569,95	46,42	1.392,60
4.71	SF-02440	Micro-retífica	2	10	824,53	1.649,06	13,74	412,20
4.72	SF-02441	Motoesmeril 6 polegadas	3	10	214,29	642,87	5,36	160,80
4.73	SF-02442	Martelo perfurador rompedor 800 W	10	10	863,49	8.634,90	71,96	2.158,80
4.74	SF-02443	Furadeira de impacto 750 W	10	10	539,84	5.398,40	44,99	1.349,70
4.75	SF-02444	Serra tico-tico	1	10	789,99	789,99	6,58	197,40
4.76	SF-02445	Serra copo diamantada 25 mm	5	1	67,09	335,45	27,95	838,50
4.77	SF-02446	Serra copo diamantada 30 mm	5	1	78,56	392,80	32,73	981,90
4.78	SF-02447	Serra copo diamantada 35 mm	5	1	85,20	426,00	35,50	1.065,00
4.79	SF-02448	Serra copo diamantada 45 mm	3	1	115,99	347,97	29,00	870,00
4.80	SF-02449	Serra copo diamantada 50 mm	3	1	118,04	354,12	29,51	885,30
4.81	SF-02450	Serra copo diamantada 65 mm	3	1	176,44	529,32	44,11	1.323,30
4.82	SF-05283	Parafusadeira sem fio	40	10	379,90	15.196,00	126,63	3.798,90
4.83	SF-02451	Alicate de corte isolado 160 mm	90	5	189,15	17.023,50	283,73	8.511,90



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.84	SF-02452	Alicate de corte frontal isolado 160 mm	20	5	373,75	7.475,00	124,58	3.737,40
4.85	SF-02453	Alicate universal isolado 200 mm	80	5	219,99	17.599,20	293,32	8.799,60
4.86	SF-02454	Alicate bico reto isolado 160 mm	35	5	156,42	5.474,70	91,25	2.737,50
4.87	SF-02455	Alicate bico curvo isolado 160 mm	20	5	330,03	6.600,60	110,01	3.300,30
4.88	SF-02456	Alicate desencapador isolado 160 mm	30	5	248,31	7.449,30	124,16	3.724,80
4.89	SF-02457	Jogo de soquetes 1/2 isolado	2	5	2.150,85	4.301,70	71,70	2.151,00
4.90	SF-02458	Chave estrela 8 mm isolada	2	5	136,50	273,00	4,55	136,50
4.91	SF-02459	Chave fixa 9 mm isolada	2	5	97,82	195,64	3,26	97,80
4.92	SF-02460	Chave estrela 9 mm isolada	2	5	126,90	253,80	4,23	126,90
4.93	SF-02461	Chave fixa 10 mm isolada	2	5	80,99	161,98	2,70	81,00
4.94	SF-02462	Chave estrela 10 mm isolada	2	5	131,65	263,30	4,39	131,70
4.95	SF-02463	Chave fixa 11 mm isolada	2	5	90,99	181,98	3,03	90,90
4.96	SF-02464	Chave estrela 11 mm isolada	2	5	126,62	253,24	4,22	126,60
4.97	SF-02465	Chave fixa 12 mm isolada	2	5	88,98	177,96	2,97	89,10
4.98	SF-02466	Chave estrela 12 mm isolada	2	5	135,83	271,66	4,53	135,90
4.99	SF-02467	Chave fixa 13 mm isolada	2	5	92,98	185,96	3,10	93,00
4.100	SF-02468	Chave estrela 13 mm isolada	2	5	135,50	271,00	4,52	135,60
4.101	SF-02469	Chave fixa 14 mm isolada	2	5	95,99	191,98	3,20	96,00
4.102	SF-02470	Chave estrela 14 mm isolada	2	5	143,98	287,96	4,80	144,00
4.103	SF-02471	Chave fixa 15 mm isolada	2	5	101,98	203,96	3,40	102,00
4.104	SF-02472	Chave estrela 15 mm isolada	2	5	143,55	287,10	4,79	143,70
4.105	SF-02473	Chave fixa 17 mm isolada	2	5	103,88	207,76	3,46	103,80



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.106	SF-02474	Chave estrela 17 mm isolada	2	5	154,57	309,14	5,15	154,50
4.107	SF-02475	Chave fixa 19 mm isolada	2	5	111,98	223,96	3,73	111,90
4.108	SF-02476	Chave estrela 19 mm isolada	2	5	161,50	323,00	5,38	161,40
4.109	SF-02477	Chave fixa 22 mm isolada	2	5	124,50	249,00	4,15	124,50
4.110	SF-02478	Chave estrela 22 mm isolada	2	5	189,99	379,98	6,33	189,90
4.111	SF-02479	Chave Phillips isolada PH0	90	5	52,54	4.728,60	78,81	2.364,30
4.112	SF-02480	Chave Phillips isolada PH1	104	5	71,35	7.420,40	123,67	3.710,10
4.113	SF-02481	Chave Phillips isolada PH2	104	5	89,47	9.304,88	155,08	4.652,40
4.114	SF-02482	Chave Phillips isolada PH3	45	5	107,99	4.859,55	80,99	2.429,70
4.115	SF-02483	Chave Phillips isolada PH4	30	5	146,98	4.409,40	73,49	2.204,70
4.116	SF-02484	Chave de fenda isolada 2,5 mm	50	5	44,99	2.249,50	37,49	1.124,70
4.117	SF-02485	Chave de fenda isolada 3 mm	104	5	40,22	4.182,88	69,71	2.091,30
4.118	SF-02486	Chave de fenda isolada 4 mm	50	5	65,40	3.270,00	54,50	1.635,00
4.119	SF-02487	Chave de fenda isolada 5,5 mm	90	5	62,52	5.626,80	93,78	2.813,40
4.120	SF-02488	Chave de fenda isolada 6,5 mm	90	5	97,32	8.758,80	145,98	4.379,40
4.121	SF-02489	Chave de fenda isolada 8 mm	30	5	108,59	3.257,70	54,30	1.629,00
4.122	SF-02490	Faca desencapadora de fios isolada	15	5	85,40	1.281,00	21,35	640,50
4.123	SF-02491	Chave Pozidriv isolada PZ0	15	5	31,14	467,10	7,79	233,70
4.124	SF-02492	Chave Pozidriv isolada PZ1	15	5	64,69	970,35	16,17	485,10
4.125	SF-02493	Chave Pozidriv isolada PZ2	15	5	148,56	2.228,40	37,14	1.114,20
4.126	SF-02494	Chave Pozidriv isolada PZ3	15	5	138,23	2.073,45	34,56	1.036,80
4.127	SF-02495	Saca fusível	3	5	83,00	249,00	4,15	124,50
4.128	SF-00761	Nível manual de alumínio com base magnética 350 mm	15	5	54,25	813,75	13,56	406,80



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.129	SF-02496	Alicate crimpador com catraca para terminal tubular até 6mm2	20	5	242,66	4.853,20	80,89	2.426,70
4.130	SF-02497	Alicate crimpador com catraca para terminal pré-isolado até 6mm2	90	5	349,96	31.496,40	524,94	15.748,20
4.131	SF-02498	Alicate crimpador manual para terminal pré-isolado até 16mm2	15	5	147,65	2.214,75	36,91	1.107,30
4.132	SF-02499	Alicate crimpador com catraca para terminal RJ45	2	5	236,34	472,68	7,88	236,40
4.133	SF-02500	Alicate punch down para terminal RJ45	2	5	31,26	62,52	1,04	31,20
4.134	SF-02501	Alicate desencapador automático	90	5	195,99	17.639,10	293,99	8.819,70
4.135	SF-02502	Alicate corta cabos com catraca	8	5	1.369,89	10.959,12	182,65	5.479,50
4.136	SF-01192	Jogo de chave allen curto métrico	10	5	33,68	336,80	5,61	168,30
4.137	SF-01193	Jogo de chave allen longo métrico	10	5	60,57	605,70	10,10	303,00
4.138	SF-02503	Jogo de chave allen em polegadas	10	5	66,99	669,90	11,17	335,10
4.139	SF-02504	Jogo de soquete allen 1/2 métrico	5	5	332,69	1.663,45	27,72	831,60
4.140	SF-01213	Jogo de chave torx	10	5	95,73	957,30	15,96	478,80
4.141	SF-02505	Jogo de soquete 1/2 torx	5	5	206,90	1.034,50	17,24	517,20
4.142	SF-02506	Jogo de chaves combinadas com catraca métrico	10	5	495,44	4.954,40	82,57	2.477,10
4.143	SF-02507	Jogo de chaves combinadas com catraca em polegadas	5	5	241,11	1.205,55	20,09	602,70
4.144	SF-02508	Jogo de chaves combinadas métrico	10	5	357,60	3.576,00	59,60	1.788,00
4.145	SF-02509	Jogo de chaves combinadas em polegadas	5	5	528,48	2.642,40	44,04	1.321,20



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.146	SF-02510	Jogo de soquetes sextavado longos 1/2 métrico	5	5	433,74	2.168,70	36,15	1.084,50
4.147	SF-02511	Jogo de soquetes sextavado 1/2 métrico	5	5	833,98	4.169,90	69,50	2.085,00
4.148	SF-02512	Jogo de soquetes 1/2 em polegadas	5	5	483,80	2.419,00	40,32	1.209,60
4.149	SF-02513	Jogo de soquetes 3/8	5	5	678,62	3.393,10	56,55	1.696,50
4.150	SF-02514	Jogo de soquetes 1/4 métrico 25 soquetes	5	5	321,26	1.606,30	26,77	803,10
4.151	SF-00753	Jogo de soquetes 1/4 métrico 10 soquetes	10	5	188,88	1.888,80	31,48	944,40
4.152	SF-02515	Jogo de adaptador de soquetes	5	5	48,69	243,45	4,06	121,80
4.153	SF-02516	Jogo de bits	10	5	101,58	1.015,80	16,93	507,90
4.154	SF-02517	Jogo de chaves biela métrico	5	5	414,98	2.074,90	34,58	1.037,40
4.155	SF-02518	Arco de serra de extra-alta tensão	10	5	266,26	2.662,60	44,38	1.331,40
4.156	SF-02519	Jogo de soquetes sextavado de impacto 1/2 métrico	3	5	266,07	798,21	13,30	399,00
4.157	SF-00775	Tesoura	20	5	21,83	436,60	7,28	218,40
4.158	SF-00747	Estilete emborrachado de 18 mm	80	5	34,28	2.742,40	45,71	1.371,30
4.159	SF-02520	Chave de borne 3 mm	90	5	13,43	1.208,70	20,15	604,50
4.160	SF-02521	Chave de borne 4 mm	45	5	15,55	699,75	11,66	349,80
4.161	SF-02522	Jogo de chaves de precisão	13	5	133,54	1.736,02	28,93	867,90
4.162	SF-02523	Jogo de chaves de precisão longas	13	5	118,66	1.542,58	25,71	771,30
4.163	SF-02524	Passa fio com alma de aço 20 m	60	5	66,11	3.966,60	66,11	1.983,30
4.164	SF-02525	Passa fio helicoidal 20 m	60	5	150,00	9.000,00	150,00	4.500,00
4.165	SF-02526	Passa fio 50 m com carretel	2	5	701,89	1.403,78	23,40	702,00



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.166	SF-02527	Jogo de alicates para anéis	2	5	170,62	341,24	5,69	170,70
4.167	SF-02528	Jogo de tarraxas manuais	2	5	3.711,26	7.422,52	123,71	3.711,30
4.168	SF-02529	Alicate de corte diagonal para microeletrônica	16	5	245,69	3.931,04	65,52	1.965,60
4.169	SF-02530	Alicate de pressão	15	5	53,25	798,75	13,31	399,30
4.170	SF-00746	Esquadro 300 mm	25	5	20,62	515,38	8,59	257,70
4.171	SF-02531	Punção de centro	31	5	22,88	709,28	11,82	354,60
4.172	SF-00771	Rebitadeira manual	6	5	152,95	917,70	15,30	459,00
4.173	SF-02532	Rebitadeira de rosca	6	5	409,99	2.459,94	41,00	1.230,00
4.174	SF-02533	Serrote para gesso 150 mm	8	5	35,17	281,36	4,69	140,70
4.175	SF-02534	Martelo de borracha	10	5	27,06	270,60	4,51	135,30
4.176	SF-00760	Martelo tipo unha	10	5	44,45	444,50	7,41	222,30
4.177	SF-02535	Martelo tipo pena	10	5	70,41	704,10	11,74	352,20
4.178	SF-02536	Martelo com borda em plástico	10	5	119,69	1.196,90	19,95	598,50
4.179	SF-00773	Serrote 20 polegadas	5	5	124,24	621,20	10,35	310,50
4.180	SF-02537	Marreta oitavada 1000g	5	5	34,30	171,50	2,86	85,80
4.181	SF-02538	Morsa de bancada	5	5	440,90	2.204,50	36,74	1.102,20
4.182	SF-02539	Riscador de metal duro	15	5	26,05	390,75	6,51	195,30
4.183	SF-02540	Jogo de macho e cossinete	2	5	1.120,75	2.241,50	37,36	1.120,80
4.184	SF-01201	Talhadeira	5	5	68,40	342,00	5,70	171,00
4.185	SF-01197	Marreta 2 kg	5	5	51,96	259,80	4,33	129,90
4.186	SF-00810	Caixa plástica para massas (masseira) 20 L	5	5	19,41	97,05	1,62	48,60
4.187	SF-00811	Colher de pedreiro 9"	5	5	53,96	269,80	4,50	135,00
4.188	SF-00814	Desempenadeira de aço lisa	5	5	12,83	64,13	1,07	32,10



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.189	SF-00809	Broxa Retangular	5	5	25,62	128,10	2,14	64,20
4.190	SF-00725	Balde metálico	5	5	19,03	95,15	1,59	47,70
4.191	SF-00728	Carrinho de mão reforçado	2	5	203,68	407,36	6,79	203,70
4.192	SF-00772	Régua de alumínio para pedreiro com 2m	2	5	36,11	72,22	1,20	36,00
4.193	SF-00745	Espátula forjada de 8 cm	5	5	12,39	61,94	1,03	30,90
4.194	SF-05284	Alicate crimpador para conector MC4	2	5	313,60	627,20	10,45	313,50
4.195	SF-05285	Rebarbador manual	40	5	67,50	2.700,00	45,00	1.350,00
4.196	SF-05286	Punção de centro automática	40	5	585,75	23.430,00	390,50	11.715,00
4.197	SF-05288	Ferramenta de fixação à pólvora	1	5	1.124,94	1.124,94	18,75	562,50
4.198	SF-05289	Vassoura hidroangular limpeza de módulo fotovoltaico	2	5	224,10	448,20	7,47	224,10
4.199	SF-05290	Mangueira 1/2 para jardim 25m	6	5	195,04	1.170,24	19,50	585,00
4.200	SF-02541	Alicate amperímetro 400 A	47	10	644,99	30.314,53	252,62	7.578,60
4.201	SF-02542	Alicate amperímetro 1000 A	41	10	5.503,69	225.651,29	1.880,43	56.412,90
4.202	SF-02543	Termômetro infravermelho	32	10	375,25	12.008,00	100,07	3.002,10
4.203	SF-02544	Trena a laser 40m	12	10	416,45	4.997,40	41,65	1.249,50
4.204	SF-00777	Trena 5m	35	5	20,40	714,00	11,90	357,00
4.205	SF-02545	Trena 8m	10	5	52,42	524,20	8,74	262,20
4.206	SF-02546	Trena 50m	2	5	120,01	240,02	4,00	120,00
4.207	SF-02547	Torquímetro de estalo 100 Nm	2	10	2.599,99	5.199,98	43,33	1.299,90
4.208	SF-02548	Torquímetro de estalo 50 Nm	2	10	2.399,00	4.798,00	39,98	1.199,40
4.209	SF-02549	Torquímetro de estalo 25 Nm	2	10	2.186,49	4.372,98	36,44	1.093,20
4.210	SF-02550	Torquímetro axial 6 Nm	2	10	864,45	1.728,90	14,41	432,30



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.211	SF-02551	Analizador de qualidade de energia trifásico	1	10	100.838,94	100.838,94	840,32	25.209,60
4.212	SF-02552	Fasímetro	3	10	1.224,20	3.672,60	30,61	918,30
4.213	SF-02553	Megôhmetro 10 kV	1	10	67.013,94	67.013,94	558,45	16.753,50
4.214	SF-02554	Megôhmetro 1 kV	1	10	6.250,53	6.250,53	52,09	1.562,70
4.215	SF-02555	Microhmímetro 200 A	1	10	46.000,00	46.000,00	383,33	11.499,90
4.216	SF-02556	Terrômetro	1	10	39.273,90	39.273,90	327,28	9.818,40
4.217	SF-02557	Termovisor de alta resolução	1	10	61.767,86	61.767,86	514,73	15.441,90
4.218	SF-02558	Termovisor	2	10	7.164,65	14.329,30	119,41	3.582,30
4.219	SF-02559	Termo-higrômetro	1	10	253,70	253,70	2,11	63,30
4.220	SF-02560	Multímetro	5	10	6.072,51	30.362,55	253,02	7.590,60
4.221	SF-02561	Medidor LCR	1	10	1.728,04	1.728,04	14,40	432,00
4.222	SF-02562	Paquímetro digital 150 mm	11	10	649,47	7.144,17	59,53	1.785,90
4.223	SF-01050	Detector de 4 gases	1	10	4.953,15	4.953,15	41,28	1.238,40
4.224	SF-02563	Luxímetro	1	10	1.139,53	1.139,53	9,50	285,00
4.225	SF-02564	Testador de cabo de rede	1	10	65,56	65,56	0,55	16,50
4.226	SF-02565	Escala métrica 300 mm	6	5	12,89	77,34	1,29	38,70
4.227	SF-02566	Escala métrica 600 mm	6	5	29,59	177,54	2,96	88,80
4.228	SF-02567	Escala métrica 1500 mm	6	5	218,70	1.312,20	21,87	656,10
4.229	SF-02568	Esquadro combinado	6	5	79,06	474,36	7,91	237,30
4.230	SF-02569	Programadora de portões	1	10	204,98	204,98	1,71	51,30
4.231	SF-05291	Testador de instalações elétricas	1	10	19.640,00	19.640,00	163,67	4.910,10
4.232	SF-05292	Analizador de circuitos elétricos monofásicos	1	10	1.543,10	1.543,10	12,86	385,80
4.233	SF-05293	Analizador de baterias	1	10	54.158,21	54.158,21	451,32	13.539,60



SENADO FEDERAL

Subitem	CÓD. SINFRA	Descrição	Quant. Total ¹¹ (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 30 meses (R\$) (F)=30*(E)
4.234	SF-01220	Veículo do tipo utilitário	1	4	73.530,62	73.530,62	1.531,89	45.956,70
4.235	SF-02570	Veículo do tipo automóvel de passageiros	1	5	56.245,70	56.245,70	937,43	28.122,90
4.236	SF-05294	Carreta reboque	1	5	11.120,00	11.120,00	185,33	5.559,90
4	Subtotal de Depreciação Ferramental para 30 Meses com BDI (R\$)							647.793,00

13. No caso de ferramental, as planilhas exibem a relação mínima dos itens que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA, devendo as licitantes considerar na elaboração de suas propostas os custos referentes a outros itens que eventualmente considerem necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

13.1. A CONTRATADA não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento dos objetos contratados, sem que isso implique em custo adicional ao SENADO.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Planilha 5 – Valor Global Estimado para 30 (trinta) Meses

Item	Descrição	Fator de Utilização (A)	Subtotal do Item (B)	Custo Global Estimado p/ 30 (trinta) Meses (C)=(A)*(B)
1	Subtotal de Equipe de Dedicção Exclusiva	n/a	-	36.757.687,80
2	Subtotal de Serviços sob Demanda	0,5	687.306,96	343.653,48
3	Subtotal de Materiais	0,1	59.274.060,50	5.927.406,05
4	Subtotal de Depreciação de Ferramental	n/a	-	647.793,00
Valor Global Estimado para 30 Meses (R\$)				43.676.540,33



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 11

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA IN Nº 5/2017, DO MPOG/SLTI

Empresa

CNPJ

CCT ou ACT

Data Proposta

Empresa beneficiada com a desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? () Não () Sim. Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso).

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR PROPOSTA
	Salário Base	Percentuais	
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		



SENADO FEDERAL

Adicional de HE			
Intervalo interjornada			
Outros			
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte { (x...(dias) -6% s/ salário } (Decreto nº 37.940/2016 - GDF)			
Auxílio Alimentação (por dia útil de trabalho)			
Assistência Médica (Convenção Coletiva)			
Seguro de vida ou invalidez			
Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)			
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniforme (EPI)			
Materiais (de consumo)			
Equipamentos			
Outros			
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) c/c (art. 9º-A, inciso I-a, Lei nº 14.973/2024)			
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)			
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)			
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)			
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)			
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)			
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) (Variável de 1% a 3%)			



SENADO FEDERAL

SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		
TOTAL :		
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	
13º Salário		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		
TOTAL :		
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		
TOTAL :		
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82%	
TOTAL :		
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES
Férias		
Adicional de Férias		
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
Outros		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		
TOTAL :		
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		



SENADO FEDERAL

4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS		-
4.2.	13º SALÁRIO		-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :		-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS (Taxa de Administração)		
B	LUCRO		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (PIS)		
	Tributos Federais (COFINS)		
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)		
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 c/c (art. 9º-A, inciso I-b, Lei nº 14.973/2024) (Somente para empresa beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011)		
	Subtotal		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	



SENADO FEDERAL

Observações:

- 1) Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de “vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante”, norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT vinculada à proposta, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3:

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

Módulo 4 :

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, a fim de majorar os percentuais anteriores e facultar o retorno à opção pela oneração da folha de pagamento, deverá preencher este módulo prevendo esta condição.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para o INSS, conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00% (com incidência do FAP, se for o caso), de acordo com o risco associado ao CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas Preponderante da empresa atribuído pelo Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999). O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.



SENADO FEDERAL

Caso haja incidência do FAP, deve ser apresentada documentação hábil que comprove o fator incidente sobre o RAT considerado. Salienta-se, ainda, que não será possível a revisão contratual futura em decorrência de modificações neste tributo (seja por alteração no enquadramento ou alteração no FAP). Assim, se houver o conhecimento de situações que ensejarão alterações no futuro, estes fatores deverão ser considerados, bem como deve ser apresentada uma justificativa detalhada, que será avaliada no momento da validação das propostas.

Os percentuais referentes aos itens ‘Aviso Prévio Trabalhado’ e ‘incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado’ serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato.

Havendo a prorrogação contratual, esses itens serão reduzidos na planilha de custos do contrato, admitindo-se, a cada ano adicional de execução do contrato, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei nº 12.506/2011, em atendimento ao exposto no Parecer nº 1/2020 da Auditoria do Senado Federal, em consonância com o Acórdão nº 1186/2017 - Plenário/TCU.

Os valores percentuais do “Aviso Prévio Trabalhado” e do “Aviso Prévio Indenizado” deverão ser complementares em até 100% da mão de obra contratada.

A exclusão do “Aviso Prévio Trabalhado” e da respectiva incidência da planilha não enseja a exclusão do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado”

O valor percentual do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para a CPRB conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ANEXO 12

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa _____ para **a prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, durante 30 (trinta) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.023216/2025-53, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços continuados e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, durante 30 (trinta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e



SENADO FEDERAL

especificações constantes deste contrato e do edital, e seus anexos, que são partes integrantes deste contrato para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II** - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV** - designar, por escrito, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato, preposto(s) para representá-la durante toda a execução do contrato, de acordo com o disposto no Anexo 4 – Modelo de Designação de Preposto do Edital, indicando números de telefone e endereços de correio eletrônico para contato;
- V** - manter seus empregados e prepostos uniformizados, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, fornecendo-lhes uniformes e calçados, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da execução dos serviços, conforme Ordem de Serviço Inicial, de acordo com a respectiva categoria profissional e conforme especificações estabelecidas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- VI** - fornecer a seus empregados e prepostos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e ao estabelecido no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas e no Anexo 5 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS do Edital;
- VII** - prover suas equipes técnicas com todo o ferramental necessário à perfeita execução dos serviços;
 - a)** a CONTRATADA não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramental especificado no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, que deverão ser obrigatoriamente fornecidos no âmbito do contrato. Trata-se, portanto, dos quantitativos mínimos necessários e obrigatórios.
 - b)** todo o ferramental deverá estar em perfeitas condições de uso quanto a sua funcionalidade e quanto à segurança dos empregados e colaboradores da CONTRATADA, bem como dos usuários das instalações do SENADO.



SENADO FEDERAL

VIII - acompanhar direta e continuamente suas equipes de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, bem como a utilização do ferramental adequado, sujeitando-se à aplicação de penalidades contratuais em caso de não observância.

IX - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** do início da execução do contrato, cuja data é estabelecida na Ordem de Serviço Inicial:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, que terão acesso de forma continuada ao SENADO, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, números de CPF, horários de trabalho e locais de lotação, reportando tempestivamente toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no SENADO;

c) “Curriculum Vitae” de todos os empregados, com toda a documentação comprobatória da especialização, formação técnica e tempo de experiência de cada empregado da equipe em formato digital (PDF).

X - fornecer previamente à Fiscalização, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa, os dados de identificação (marca, modelo, cor, placa) dos veículos que necessitam ter acesso ao Complexo Arquitetônico do SENADO, próprios ou de terceiros, assim como a identificação de motoristas e ajudantes, quando não estes fizerem parte da equipe de dedicação exclusiva.

XI - comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

XII - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências de qualificação especificadas para o respectivo posto de trabalho, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, nos termos do disposto na Seção H.5 do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital;

b) gozo de férias e licenças decorrentes de afastamentos legais superiores a 15 (quinze) dias corridos, nos termos do disposto na Seção H.5 do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital;

c) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

d) automaticamente, após 3 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;



SENADO FEDERAL

e) caso seja detectada a incapacidade técnica do empregado para a execução das atividades inerentes às suas atribuições;

f) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e

g) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

XIII - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 48,17 (quarenta e oito reais e dezessete centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XIV - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XV - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XVI - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;

XVII - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados;

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XVIII - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato, notadamente em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis;



SENADO FEDERAL

XIX - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de forma a manter equipes capazes de executar, de modo eficiente e no mínimo, todas as tarefas descritas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.

XX - observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XXI - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XXII - manter seus profissionais e colaboradores devidamente identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO, providenciando tempestivamente a documentação necessária;

XXIII - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios, bem como qualquer outra que discipline as atividades internas do SENADO;

XXIV - fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XXV - apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
- b) indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
- c) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela contratada;
- d) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;

XXVI - entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



SENADO FEDERAL

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXVII - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a)** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b)** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c)** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d)** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e)** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXVIII - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a)** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b)** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c)** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d)** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXIX - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXV.

XXX - apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

- a)** mês de referência;
- b)** nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;
- c)** valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;



SENADO FEDERAL

d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;

e) campos para observações e assinaturas.

XXXI - entregar o modelo de autorização para utilização do Sistema de Depósito em Garantia Bloqueados para Movimentação (DGBM), por ocasião da assinatura do contrato (Anexo 15 do edital);

XXXII - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXXIII - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;

b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;

c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXXIV - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXXV - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 21 do edital.

XXXVI - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXVII - designar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, e manter atualizados durante toda a vigência do contrato, os dados de pelo menos dois representantes da CONTRATADA com poder decisório, além do preposto já indicado, que deverão atender prontamente às solicitações do SENADO para tratar de questões estratégicas e operacionais.

a) os representantes deverão ser indicados mediante declaração formal, contendo:

a.1) nome completo, número de identidade e CPF, endereço eletrônico (e-mail), números de telefone celular, WhatsApp e outros meio de contato; e

a.2) a descrição de suas atribuições e poderes de decisão relacionais ao objeto do contrato.



SENADO FEDERAL

b) a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao SENADO qualquer alteração nos dados de contato ou substituição dos representantes indicados, enviando nova declaração no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c) o descumprimento desta obrigação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras medidas cabíveis.

XXXVIII - manter ao menos um Supervisor Técnico, membro da equipe residente, com acervo técnico compatível com os exigidos para fins de habilitação técnica profissional.

XXXIX - manter os Supervisores Técnicos, membros da equipe residente, como Responsáveis Técnicos pelas atividades executadas no âmbito da contratação.

XL - responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste contrato, no edital e seus anexos, cabendo ao SENADO apenas a função de zelar pelo cumprimento dos contratos segundo os ditames legais e da boa técnica.

a) A existência de fiscalização pela contratante não diminui nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução de qualquer serviço.

XLI - executar, às suas expensas, os serviços necessários à completa e perfeita execução do objeto da contratação, não sendo admitidas alegações por parte da CONTRATADA de desconhecimento ou omissões.

XLII - cumprir plenamente as disposições e especificações contidas no edital e seus anexos, que serão parte integrante do contrato, sob pena de aplicação de penalidades contratuais;

XLIII - apresentar, as suas expensas, as Anotações de Responsabilidade Técnica, registradas junto ao CREA-DF, referente aos serviços realizados no âmbito do contrato, nos termos deste contrato, no edital e seus anexos;

XLIV - concluir, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a implementação do sistema de controle de manutenção, contados da data de início da prestação dos serviços, conforme Ordem de Serviço Inicial.

a) A implementação deverá seguir as diretrizes dispostas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital;

XLV - manter as informações atualizadas no sistema de controle de manutenção, conforme disposto no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.

XLVI - observar e gerenciar ativamente o Plano de Manutenção e outras rotinas periódicas, conforme disposto no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.

XLVII - manter equipe apta a realizar trabalho em altura, trabalho em espaços confinados e conduzir os veículos disponibilizados no âmbito da contratação, conforme disposto no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.



SENADO FEDERAL

XLVIII - zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio.

XLIX - zelar pela saúde de todos que transitam pelo SENADO, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências do SENADO.

L - solicitar à Fiscalização autorização para prestar serviços fora do expediente regular do SENADO, conforme definição no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, com a devida antecedência.

LI - informar previamente à Fiscalização a necessidade de interrupção programada do fornecimento de energia.

LII - providenciar, às próprias custas, a execução de sinalização (placas, cavaletes, faixas, tapumes) necessária para informar sobre:

a) Transtornos da execução da manutenção; e

b) Rotas alternativas de trânsito dos servidores para evitar áreas de maior risco de acidentes.

LIII - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da limpeza, da organização e da estética nos locais que sofrerão intervenções.

LIV - manter o local de execução dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

LV - remover detritos, consumíveis e demais resíduos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis;

LVI - manter as áreas próximas aos mobiliários e equipamentos do SENADO devidamente protegidas e limpas de sujidades ocasionadas pelo trânsito de operários e pelo serviço;

LVII - proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas à manutenção, utilizando lonas ou outros materiais adequados, quando necessário;

LVIII - recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços.

LIX - manter no SENADO, sob sua responsabilidade, ferramental e materiais de uso frequente, de forma a garantir a execução das atividades técnicas com a qualidade e os prazos previstos neste contrato, no Edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

LX - disponibilizar, para cada equipe de trabalho, inclusive plantonistas, conjuntos mínimos de materiais de manutenção, de forma a agilizar a execução de serviços de baixa complexidade.

a) O saldo desses conjuntos deve ser continuamente reposto;

b) A definição da composição dos conjuntos de materiais deverá ser feita em comum acordo com a Fiscalização.

LXI - retirar das dependências do SENADO todos os bens de sua propriedade dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o término da vigência do contrato.

LXII - promover às suas expensas, mediante autorização da Fiscalização, as adequações necessárias nos espaços do SENADO cedidos à CONTRATADA para desempenhar suas atividades, de modo a obter um ambiente funcional, seguro, limpo, confortável e ordenado para seus empregados e colaboradores.

a) a manutenção das infraestruturas prediais (elétrica, hidráulica etc.) dos espaços cedidos é de responsabilidade do SENADO.

LXIII - abster-se de utilizar os espaços cedidos à CONTRATADA para o desempenho de suas atividades para fins diversos daqueles estabelecidos na presente contratação.

LXIV - manter continuamente limpas as áreas técnicas sob responsabilidade da CONTRATADA, tais como: subestações, salas técnicas, salas de painéis, galpão dos gerados (usina), galerias técnicas, salas de geradores, salas de *nobreaks*, depósitos e almoxarifados de materiais e áreas de uso administrativo.

LXV - executar os serviços de acordo com as normas técnicas, com as orientações e os padrões determinados pela Fiscalização e no prazo previsto contratualmente ou estabelecido pela Fiscalização, seguindo, ainda, as instruções passadas pela Fiscalização.

LXVI - informar à Fiscalização a necessidade de recomposição de piso, alvenaria ou outras estruturas afetadas pelo serviço executado.

LXVII - empregar materiais compatíveis com as especificações deste contrato, do Edital e seus anexos, e com as normas técnicas, seguindo as instruções preconizadas pelo fabricante nos serviços executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá reservar, no mínimo, 2% (dois por cento) das vagas previstas neste contrato para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, atendida a qualificação profissional necessária,



SENADO FEDERAL

conforme Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2016, regulamentado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 22, de 2016 (Anexo 20 do edital).

I - A identidade das trabalhadoras contratadas será mantida em sigilo pela CONTRATADA, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.

II - Após autorização do SENADO, a CONTRATADA selecionará, entre as indicadas em relação nominal a ser obtida de Conveniada do SENADO, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no parágrafo segundo desta cláusula.

a) A CONTRATADA deverá formalizar, junto à Conveniada, a solicitação de fornecimento da relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após autorização do SENADO.

b) A seleção deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento da relação nominal mencionada.

c) A CONTRATADA ficará liberada desta obrigação, caso a Conveniada do SENADO não apresente a relação nominal no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da formalização prevista na alínea “a”.

d) A Conveniada emitirá declaração de que a CONTRATADA realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação, bem como informará a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo previsto na alínea “b” acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO – O disposto no Parágrafo Terceiro deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO NONO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Haverá solicitação de folguistas, apenas para os plantonistas (diurnos e noturnos), dado que a natureza da própria atividade exige a prestação ininterrupta dos serviços. Assim, os postos de serviço dos plantonistas deverão ser mantidos preenchidos de forma permanente;

II - Quanto aos demais cargos, na eventual ocorrência de faltas, a própria CONTRATADA deverá suprimir os dias não trabalhados do faturamento correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a



SENADO FEDERAL

terceiros, nas dependências do SENADO, incluindo eventuais danos e extravios às obras do acervo do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Em decorrência do disposto no Parágrafo Décimo Quarto desta Cláusula, a CONTRATADA sujeita-se aos termos do “Regimento Interno da Biblioteca do Senado Federal”, aprovado pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2003, em especial quanto à responsabilidade pecuniária decorrente de atraso na devolução, danos ou extravios de obras do acervo do SENADO eventualmente emprestadas aos funcionários e prepostos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – No que se refere ao material fornecido, aplicam-se subsidiariamente a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;



SENADO FEDERAL

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, Residências Oficiais, espaços próprios ou cedidos para uso do SENADO e áreas comuns do Congresso Nacional, localizadas em Brasília – Distrito Federal, conforme Anexo 7 – Descritivo Técnico, Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas.

I - O início da prestação dos serviços dar-se na data indicada na Ordem de Serviço Inicial, a qual poderá ser emitida pelo SENADO entre 1 (um) e 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato, conforme o disposto no Anexo 2 - Caderno de Especificações Técnicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA executará os serviços objeto do contrato decorrente da presente contratação por meio de empregados alocados no SENADO (equipes residentes de dedicação exclusiva).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A jornada de trabalho dos profissionais referidos Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço, segundo as disposições estabelecidas no referido documento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O detalhamento dos serviços a executar e os aspectos relacionados à jornada de trabalho dos empregados estão disciplinados no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do edital, considerando os aspectos descritos nos subitens a seguir:

I - A CONTRATADA deverá cumprir o Plano de Manutenção e os prazos estabelecidos no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, atender às convocações da Fiscalização para prestação de atendimentos urgentes e de serviços em horário e dia extraordinários, bem como para a execução de serviço em datas e horários previamente programados;

II - A CONTRATADA não poderá interromper a realização dos serviços sem justificativa aceita pela Fiscalização;



SENADO FEDERAL

III - O emprego de Materiais acima do valor estabelecido no tópico I do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital e a execução dos Serviços sob Demanda dependem de autorização prévia da Fiscalização.

IV - O objeto da presente contratação será recebido mensalmente após verificação dos aspectos referentes à execução técnica – por parte da Fiscalização –, bem como dos aspectos legais, fiscais e trabalhistas – por parte do órgão gestor do contrato –, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

V - A garantia dos serviços realizados e do material empregado será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da conclusão da respectiva tarefa, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados. Essa garantia deverá vigorar por prazo superior caso a garantia do fabricante do material seja também superior, bem como nas situações previstas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.

VI - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços e materiais considerados inadequados pela Fiscalização.

CLÁUSULA SEXTA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto deste contrato, de acordo com os níveis de serviço especificados nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste Instrumento de Medição de Resultado (IMR) têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA estará sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do IMR.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Tabela 1

Indicador	
01 – Índice de Entrega Ferramental – IEF	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a disponibilidade do ferramental necessário à execução dos serviços.
Meta a cumprir	IEF \geq 30%, no fechamento mensal após 30 (trinta) dias corridos IEF \geq 60%, no fechamento mensal após 60 (sessenta) dias corridos IEF = 100%, nos fechamentos mensais após 90 (noventa) dias corridos
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Fechamentos mensais, decorridos os primeiros 30 (trinta) dias corridos de execução contratual, a contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades



SENADO FEDERAL

Indicador	
01 – Índice de Entrega Ferramental – IEF	
Item	Descrição
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades
Ajuste no pagamento	Glosa de 1 nível da Tabela 3 – Glosas sobre o faturamento mensal para cada 1% (um por cento) inteiro abaixo do índice estabelecido para o respectivo período. Valores decimais inferiores a 0,5 deverão ser desprezados. Para valores decimais iguais ou superiores a 0,5 , o índice deverá ser arredondado para o próximo valor inteiro imediatamente superior.
Sanções	Limite de 4 níveis por período de apuração. Após 120 (cento e vinte) dias corridos , aplicação de glosa referente ao nível 4 somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no Item 20 da Tabela 4 da Cláusula Décima Quarta.

Indicador	
02 – Prazo de Atendimento das Solicitações	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar um atendimento célere às demandas técnicas
Meta a cumprir	Prazos de atendimento e solução estabelecidos Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica, realizado pela Fiscalização, para verificação dos tempos acumulados de atraso nas ordens de serviço do mês. Cada dia útil de atraso corresponde a 1 (um) ponto .
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades
Ajuste no pagamento	Conforme Tabela 3 – Glosas sobre o faturamento mensal
Sanções	Limite de 30 (trinta) pontos por período de apuração. Após 30 (trinta) pontos , aplicar glosa referente aos 30 (trinta) pontos , somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no Item 30 da Tabela 4 da Cláusula Décima Quarta.



SENADO FEDERAL

Indicador	
03 – Qualidade Técnica	
Item	Descrição
Finalidade	Aprimorar a efetividade da manutenção
Meta a cumprir	Baixa incidência de desconformidades
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica, realizado pela Fiscalização, para verificação das desconformidades e cálculo da pontuação correspondente
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades
Ajuste no pagamento	Conforme Tabela 3 – Glosas sobre o faturamento mensal
Sanções	Limite de 30 (trinta) pontos por período de apuração. Após 30 (trinta) pontos , aplicar glosa referente aos 30 (trinta) pontos , somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no Item 31 da Tabela 4 da Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO QUARTO - Os níveis aplicáveis de glosa em razão das desconformidades verificadas quanto à qualidade técnica dos serviços (Indicador **03 – Qualidade Técnica**) serão apurados com base na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Desconformidades referentes à qualidade dos serviços

Item	Descrição	Pontos	Incidência
1	Deixar de efetuar a sinalização, a reorganização e a limpeza dos locais de execução dos serviços ou deixar de realizar a limpeza das áreas técnicas sob responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia útil.
2	Deixar de informar à Fiscalização a necessidade de recomposição de piso, alvenaria ou outras estruturas afetadas pelo serviço executado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia útil.
3	Atrasar a implementação do sistema de controle de manutenção, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por dia útil.
4	Deixar de atualizar as informações no sistema de controle de manutenção ou no sistema de controle de ordens de serviço sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência.
5	Deixar de comunicar à Fiscalização as anormalidades verificadas na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	2	Por ocorrência.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência
6	Deixar de refazer serviços e/ou de substituir materiais rejeitados pela Fiscalização, por descumprimento do disposto neste contrato, no Edital e seus Anexos, no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	2	Por ocorrência e por dia útil.
7	Deixar de substituir material defeituoso no período de garantia, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	2	Por ocorrência.
8	Deixar de realizar avaliação prévia dos projetos pelos Supervisores Técnicos da CONTRATADA, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência.
9	Executar serviços sem autorização prévia da Fiscalização nos casos previstos neste contrato, no Edital e seus Anexos, mesmo que previsto no Plano de Manutenção já aprovado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência.
10	Deixar que seus empregados executem serviços sem a utilização dos EPIs adequados ou sem seguir os procedimentos técnicos e de segurança apropriados.	5	Por ocorrência.
11	Atrasar ou deixar de executar serviço previamente programado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência.
12	Deixar de atender à convocação da Fiscalização para prestação de serviços urgentes, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência e por dia útil.
13	Deixar de cumprir, sem justificativa aceita pela Fiscalização, o Plano de Manutenção.	5	Por ocorrência.
14	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou em desacordo com normas técnicas, boas práticas de engenharia, bom padrão de acabamento e qualidade ou eventuais instruções passadas pela Fiscalização, bem como empregar materiais em desacordo com as especificações deste contrato, do Edital e seus Anexos, de normas técnicas ou de instruções preconizadas pelo fabricante, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	10	Por ocorrência.
15	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do contrato ou utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	10	Por ocorrência.
16	Abandonar ordem de serviço, nos termos previstos contrato, do Edital e seus Anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	10	Por ocorrência.
17	Deixar de informar fato relevante à Fiscalização, como risco de dano e necessidade de interrupção programada do fornecimento de energia, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	15	Por ocorrência.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência
18	Falha na operação do sistema elétrico ou na execução das rondas diárias, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	15	Por ocorrência.
19	Executar instalações inseguras que apresentem risco de choque elétrico.	25	Por ocorrência.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao final de cada mês será apurado o Índice de Entrega Ferramental (Indicador 01 – Índice de Entrega Ferramental – IEF), bem como os somatórios de pontos relativos aos atrasos às desconformidades observados na execução dos serviços (Indicadores 02 – Prazo de Atendimento das Solicitações e 03 – Qualidade Técnica).

I - Serão considerados os pontos ocorridos dentro de um determinado período de apuração;

II- Em função dos resultados obtidos serão aplicadas glosas sobre o faturamento mensal, de acordo com a Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Glosas sobre o faturamento mensal

Indicador 01	Indicadores 02 e 03	Valor da Glosa
Nível	Somatório de pontos	
1	1 – 4	R\$ 500,00
2	5 – 14	R\$ 1.000,00
3	15 – 24	R\$ 2.000,00
4	25 – 30	R\$ 5.000,00
5 ou superior	31 ou superior	R\$ 5.000,00, acrescida de eventual aplicação da penalidade correspondente estabelecida na Tabela 4 da Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação de glosas em razão do IMR não isenta a CONTRATADA em relação à eventual incidência de sanções contatuais, tratadas na Cláusula Décima Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no **caput** desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o **caput** serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do **caput** desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

- I** - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II** - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III** - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e
- IV** - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no **caput** desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

- I** - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no **caput** desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.



SENADO FEDERAL

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA (Item 1)				
SUB ITEM	CATEGORIAS	QUANTI-DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1.1	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico	2		



SENADO FEDERAL

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA (Item 1)				
SUB ITEM	CATEGORIAS	QUANTI-DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1.2	Supervisor Técnico – Sistema Elétrico e Segurança do Trabalho	1		
1.3	Técnico em Segurança do Trabalho	1		
1.4	Auxiliar de Almoxarifado	2		
1.5	Auxiliar Administrativo	2		
1.6	Desenhista Técnico	2		
1.7	Técnico em Eletrotécnica Encarregado	7		
1.8	Técnico em Eletrotécnica Planejador de Manutenção	1		
1.9	Técnico em Eletrotécnica Termografista	1		
1.10	Técnico em Eletrotécnica	17		
1.11	Eletricista	17		
1.12	Auxiliar de Eletricista	14		
1.13	Técnico em Eletromecânica	2		
1.14	Técnico em Automação	5		
1.15	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (diurno)	4		
1.16	Técnico em Eletrotécnica Plantonista (noturno)	4		
1.17	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (diurno)	14		
1.18	Eletricista Plantonista – Áreas Restritas (noturno)	14		
TOTAL MENSAL				
TOTAL PARA 30 MESES				

TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS POR ITEM			
ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO PARA 30 MESES (R\$)
1	Equipe de Dedicação Exclusiva		
2	Serviços sob demanda		



SENADO FEDERAL

TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS POR ITEM			
ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO PARA 30 MESES (R\$)
3	Materiais		
4	Depreciação Ferramental		
TOTAL			
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 MESES			

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor anual estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____) e o valor total estimado para 30 (trinta) meses é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XVI da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

I - O pagamento à CONTRATADA poderá sofrer ajustes conforme definido no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Cláusula Sexta);

II - Não serão objeto de faturamento/pagamento eventuais serviços auxiliares, tais como frete, substituição, embalagem e outros.

PARÁGRAFO QUARTO – Os valores unitários constantes na proposta da CONTRATADA, referentes a Materiais e Serviços, serão pagos apenas quando efetivamente utilizados ou prestados. Os pagamentos mensais das Depreciações serão devidos apenas a partir da entrega de cada ferramental e serão feitos *pro rata temporis*, conforme o número de dias de cada mês.

I - Antes de apresentar o faturamento mensal, a CONTRATADA registrará no sistema informatizado de gerenciamento da manutenção do SENADO todos os dados referentes aos serviços executados e aos materiais utilizados no período correspondente para verificação por parte da Fiscalização;



SENADO FEDERAL

II - A Fiscalização analisará previamente as informações prestadas e, se necessário, solicitará que a CONTRATADA faça as devidas complementações ou readequações. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização planilha(s) auxiliar(es) de controle do faturamento mensal, conforme orientações emitidas pela Fiscalização;

III - Concluída essa fase, a CONTRATADA deverá emitir o Relatório Mensal de Execução, em observância às diretrizes definidas no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas deste Edital, para avaliação pela Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

I - Em função do prazo necessário para as verificações mencionadas no Parágrafo Quarto, no caso específico dos Serviços sob Demanda e dos Materiais empregados, ambos detalhados no Anexo 10 – Planilhas de Composição de Custos e Diretrizes para Apresentação da Proposta do Edital, o período medido apresentado em cada faturamento mensal pode abranger intervalos de datas distintos do restante do faturamento. Os períodos de medição deverão estar indicados na documentação apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – Concluídas as verificações referentes à execução técnica, a documentação correspondente será encaminhada pela Fiscalização ao órgão gestor do contrato para autuação do processo de pagamento e avaliação dos aspectos legais e contratuais diretamente relacionados à mão de obra.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA apresentará, então, diretamente ao órgão gestor do contrato, o documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, juntamente com toda documentação fiscal e trabalhista referente ao respectivo faturamento para as demais verificações.

I - A não entrega da documentação necessária poderá obstar andamento do processo de pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Décimo e à apresentação de:

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes à remuneração mensal e, quando for o caso, de férias, do respectivo adicional e do 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



SENADO FEDERAL

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda deste contrato;

IX - Relatório Mensal de Execução, previamente avaliado pela Fiscalização, conforme Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital.

PARÁGRAFO NONO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sétima, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da referida Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Oitavo ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A falta de qualquer empregado sem a reposição prevista no inciso XII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Quarta.

I - Para os cargos em que não haja previsão de reposição de empregados em gozo de férias, não haverá desconto.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Sétimo, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Oitavo e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.



SENADO FEDERAL

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

II – Os itens referentes à depreciação de ferramentas/equipamentos ou materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do *caput* do Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de



SENADO FEDERAL

vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO– A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de _____ de 20__.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor anual deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, acrescido da diferença entre o valor do contrato e 85% do valor orçado pelo SENADO na fase preparatória do certame que culminou na celebração do presente contrato, nos termos do disposto no art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Oitavo da Cláusula Oitava.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA dar-se-á prioritariamente por correio eletrônico, sem prejuízo da utilização de outros meios de comunicação entre as partes para agilizar a prestação dos serviços, quando cabível.

I - Serão disponibilizados 2 (dois) contatos institucionais distintos: (i) contato técnico, vinculado à SINFRA; e (ii) contato de gestão contratual, vinculado ao NGCOT.



SENADO FEDERAL

II - Os endereços eletrônicos e demais dados de contato serão informados à CONTRATADA no início da vigência contratual e sempre que houver atualização, por comunicação do SENADO.

III - Outros meios de comunicação disponíveis poderão ser utilizados entre as partes, de forma a agilizar a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



SENADO FEDERAL

- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

- I** – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita também a multas moratórias, por dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato, conforme detalhamento apresentado nos parágrafos a seguir.

PARÁGRAFO SEXTO – Ultrapassada a data estabelecida na Ordem de Serviço Inicial para o início do contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, será aplicada multa moratória diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal vigente previsto para o Item 1 da contratação (Equipe de Dedicação Exclusiva) até o limite de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal vigente previsto para o Item 1 da contratação (Equipe de Dedicação Exclusiva), sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no contrato, observando-se os critérios estabelecidos neste instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Iniciada a execução do objeto, pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória, por dia de atraso, nos percentuais definidos na Tabela 4 a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente previsto para o Item 1 da contratação (Equipe de Dedicação Exclusiva), sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

Tabela 4 – Descumprimentos

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por ocorrência e por empregado.



SENADO FEDERAL

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia útil.
4	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM no prazo previsto, por dia útil.
5	Deixar de apresentar formalmente ao SENADO a documentação referente a eventuais alterações contratuais, por ocorrência.
6	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do SENADO, por ocorrência.
7	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.
8	Deixar de apresentar as ARTs referentes aos serviços conforme previsto neste contrato, no Edital e seus Anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência e por dia útil.
9	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico pelos serviços e representantes, conforme previsto neste contrato, no Edital e seus Anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia útil e por ocorrência.
10	Deixar de designar preposto por escrito, indicando dados para contato direto, conforme previsto neste contrato, no Edital e seus Anexos a, por dia útil.
11	Deixar de fornecer previamente ao SENADO e manter atualizada durante toda a execução contratual relação contendo, no mínimo, nomes, categorias, endereços, telefones, números de RG e CPF dos empregados e colaboradores que terão acesso ao SENADO, bem como os demais documentos solicitados neste contrato, no Edital e seus Anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência.
12	Deixar de disponibilizar no prazo estabelecido neste contrato, no Edital e seus Anexos ou deixar de manter disponível o Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico, de acordo com o Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia útil.
13	Deixar de fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato as informações solicitadas no prazo estabelecido, quando não se tratar de documento necessário



SENADO FEDERAL

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
	para efetivação de pagamentos, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência e por dia útil.
14	Deixar de manter equipe apta a realizar trabalho em altura, trabalho em espaços confinados e conduzir os veículos disponibilizados no âmbito da contratação, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia útil.

GRAU 2	
0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
15	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia útil.
16	Deixar de atender à convocação da Fiscalização para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência.
17	Deixar de comunicar formalmente ao órgão gestor do contrato e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência.
18	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida para a execução dos serviços ou sem o treinamento obrigatório em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis, por ocorrência e por empregado.



SENADO FEDERAL

GRAU 3	
0,5% (cinco décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Deixar de cumprir as exigências relativas às normas disciplinares e as orientações de segurança e de prevenção de incêndios, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência.
20	Deixar de fornecer à sua equipe de profissionais o ferramental necessário à execução do objeto do contrato, incluindo EPIs, nos termos estabelecidos no Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, sem justificativa aceita pela Fiscalização, mediante apuração mensal.
21	Manter em serviço número de plantonistas inferior ao contratado, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por empregado e por dia útil.
22	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, bem como não providenciar o acesso de seus empregados aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, por empregado.
23	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e EPIs básicos, por empregado.

GRAU 4	
1,0% (um por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
24	Interromper a realização dos serviços sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia útil de paralisação.
25	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do contrato, por ocorrência.
26	Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da



SENADO FEDERAL

GRAU 4	
1,0% (um por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
	Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por ocorrência e por empregado.
27	Ceder créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros, por ocorrência.
28	Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia útil.
29	Exceder o limite de pontuação referente aos atrasos acumulados na prestação dos serviços, conforme disposto na Cláusula Sexta e no Anexo 2 do Edital, sem justificativa aceita pela Fiscalização, mediante apuração mensal.
30	Exceder o limite de pontuação referente às desconformidades verificadas na prestação dos serviços, conforme disposto na Cláusula Sexta e no Anexo 2 do Edital, sem justificativa aceita pela Fiscalização, mediante apuração mensal.

GRAU 5	
2,0% (dois por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
31	Permitir situação que crie o risco de causar ou que efetivamente cause danos à saúde, lesão corporal ou consequências letais a qualquer empregado ou colaborador da CONTRATADA, bem como a servidores e usuários do SENADO, assim como permitir situações com elevado risco de incêndio, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por ocorrência.

PARÁGRAFO OITAVO – O somatório das multas moratórias previstas nesta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal vigente para o Item 1 da contratação (Equipe de Dedicação Exclusiva).

PARÁGRAFO NONO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A não apresentação da documentação prevista no inciso II do Parágrafo Oitavo da Cláusula Oitava ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quinto desta cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Sexto e Décimo Terceiro seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** - a não reincidência da infração;
- VII** - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;



SENADO FEDERAL

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Quinto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial do objeto, apenas para os *Serviços sob Demanda* – detalhados no Anexo 10 - Planilha de Composição de Custos com Preços Máximos Aceitáveis e Diretrizes para Apresentação da Proposta do Edital –, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

I - Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;

II - Cópia do Contrato Social da empresa;

III - Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste ajuste a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos



SENADO FEDERAL

de execução dos serviços, bem como pelo pleno atendimento, por parte da empresa subcontratada, das determinações deste ajuste, do edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá assegurar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 13.1; 13.1.1; 13.3.2.2 e 13.3.3.1 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO OITAVO - É vedado o repasse, com ônus para o SENADO, de auxílio-alimentação e vale-transporte para os subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes ; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXVIII da Cláusula Segunda e do Parágrafo Oitavo da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062//2026

ANEXO 13

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Objeto da Contratação	Valor total do contrato	Link do contrato no Portal de Transparência do órgão/empresa, se houver

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 14

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
e-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)					
Empresa beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? ()Não ()Sim Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ()Sim () Não					
Equipe de Dedicação Exclusiva					
Item	Categoria	Carga horária diária	Total de funcionários	Valor unitário mensal (R\$)	Valor total mensal (R\$)
Valor total anual					R\$
Valor total para 30 meses					R\$
SINDICATO DA CATEGORIA:					
DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:					



SENADO FEDERAL

Materiais de Consumo			
Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total Anual (R\$)
1			
...			
...			
Valor total anual			
Valor global anual (total anual de mão de obra + total anual de materiais)			R\$
Valor global total para 30 meses			R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual e total global da proposta para 30 meses, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 15

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

MODELO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS aos trabalhadores, concernentes a este contrato, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

Autorizo também o CONTRATANTE a reter da fatura o valor da garantia contratual, na hipótese de não apresentação da garantia no prazo acordado.

EMPRESA:

CNPJ:

Representante

Cargo:



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90062/2026

ANEXO 16

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

**ACORDO ENTRE O MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU -
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (art. 86 da Lei nº. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;



SENADO FEDERAL

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO, embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente aquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput, e 1º, III e IV, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de ser apurada a presença dos requisitos do art. 3º da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar política no sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores, velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo nº 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – serviços de limpeza;
- b) – serviços de conservação;
- c) – serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – serviços de recepção;
- e) – serviços de copeiragem;
- f) – serviços de reprografia;
- g) – serviços de telefonia;



SENADO FEDERAL

- h) – serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – serviços de auxiliar de escritório;
- k) – serviços de auxiliar administrativo;
- l) – serviços de office boy (contínuo);
- m) – serviços de digitação;
- n) – serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – serviços de ascensorista;
- q) – serviços de enfermagem; e
- r) – serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva) pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.



SENADO FEDERAL

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.



SENADO FEDERAL

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO-GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS-FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO-MÁRIO LUIZ GUERREIRO

Subprocuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 17

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ATO DA DIRETORIA-GERAL Nº 11, DE 2017

Institui os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM nos Contratos de Terceirização de Mão de Obra no Senado Federal.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo art. 252 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2015;

Considerando o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3205 de 2016 destinado a estudar e propor novas formas de contratação e pagamento nos processos de terceirização e mão de obra, **RESOLVE**:

Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Senado Federal deverão conter previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, de 1/3 (um terço) constitucional das férias e 13º (décimo terceiro) salário, com seus respectivos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e encargos previdenciários; multa sobre FGTS, contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da contratada, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

§ 1º As verbas mencionadas no caput deste artigo serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

§ 2º A última fatura apresentada pela contratada será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no caput deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata o caput serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

§ 4º As quantias que serão retidas para o atendimento deste artigo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da contratada.

§ 5º Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.



SENADO FEDERAL

Art. 2º Os valores provisionados na forma do artigo 1º serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das verbas descritas no caput do art. 1º.

§ 1º A hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa, e com o mesmo objeto.

§ 2º Ocorrendo a situação prevista no § 1º, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

§ 3º Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III deste artigo.

§ 4º A contratada deverá apresentar à Administração solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no **caput** em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo Senado, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A contratada será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para quitação das referidas verbas;

II - Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da contratada, o Senado Federal não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à contratada efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do § 6º;

§ 5º O prazo previsto no § 4º não exime a contratada da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.



SENADO FEDERAL

§ 6º Na hipótese de inobservância do prazo previsto no § 4º, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a contratada quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao Senado Federal.

§ 7º Os valores provisionados serão liberados à contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o **caput** do artigo 1º.

§ 8º Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à contratada após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

§ 9º Quando, por decisão da Diretoria-Geral, não for possível a realização dos pagamentos diretamente aos trabalhadores pela própria Administração, os valores provisionados serão depositados em consignação na Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e FGTS.

Art. 3º O Senado Federal firmará Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta constará anexa ao Edital, o qual determinará os termos para a implementação de DGBM, bem como as condições de sua movimentação.

Art. 4º O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades do objeto do contrato administrativo e aos procedimentos internos da Instituição Financeira.

Art. 5º A assinatura do contrato de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra entre o Senado Federal e a empresa vencedora do certame será realizada antes dos seguintes atos:

I - Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

II - A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

a) ter acesso aos saldos e aos extratos;

b) efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

Art. 6º Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.



SENADO FEDERAL

Art. 7º O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção de DGBM.

§ 1º Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva de Contratações autorizar a movimentação dos valores depositados em garantia bloqueados para movimentação - DGBM.

Art. 9º Os DGBM serão adotados nos processos de licitação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra que forem autuados a partir da vigência desta norma.

Art. 10. A Administração promoverá novas licitações para suprir os objetos dos contratos em vigor, visando à implementação de DGBM, salvo hipótese de concordância das atuais contratadas com a adoção imediata do DGBM, nas prorrogações, repactuações ou aditivos dos contratos em curso, o que ocorrer primeiro.

§ 1º Em caso de concordância, conforme o caput deste artigo, os DGBM serão implementados nas prorrogações, repactuações ou aditivos que forem autuados a partir da vigência desta norma.

§ 2º Nos contratos em vigor, a adoção de DGBM poderá ser postergada por decisão fundamentada da Diretoria-Geral, desde que a próxima alteração contratual não exceda 180 (cento e oitenta) dias, contados da última alteração.

§ 3º A concordância da contratada implicará a obrigação de efetuar DGBM dos valores referentes à multa do FGTS e de outras verbas trabalhistas e previdenciárias já recebidas pela empresa e não pagas aos trabalhadores.

§ 4º A Diretoria-Geral poderá autorizar que os depósitos previstos no § 3º sejam parcelados em até 12 (doze) meses, mediante solicitação da empresa para compensação de seus créditos perante o Senado Federal.

Art. 11. Caberá à Comissão de Minutas-Padrão promover as alterações necessárias nos editais e nos contratos para a implementação de DGBM.

Art. 12. Poderá a Diretoria-Geral determinar a implementação do DGBM nos contratos em vigor ou em processos de contratação já autuados, bem como dispensar sua implementação nos contratos em vigor ou em novas contratações.

Art. 13. Revoga-se o Ato da Diretoria-Geral nº 2 de 2017.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2017. Ilana Trombka, Diretora-Geral.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 18

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2022/0016

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SENADO FEDERAL E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MP Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A **UNIÃO**, por intermédio do Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e o **BANCO DO BRASIL S.A**, Agência 1607-1, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, estabelecido no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Sala 601, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900, Brasília/DF, telefone: (61) 3104-5824/98157-3280, neste ato representado pelo seu Gerente-Geral, o Sr. THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ, Identidade nº 12926268, expedida pela SSP/MG, CPF nº 015.168.456-17, doravante denominado **BANCO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação – são depósitos efetuados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
5. Contratos – instrumento formalizador do vínculo entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços materializado pelo sistema do BANCO por um “Evento” o qual possibilita à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
6. Evento - é a representação no sistema do BANCO do Contrato entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços, onde é abrigado o Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação.
7. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
8. Administração Pública Federal - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
9. ID Depósito: é o número que identifica o pré-cadastramento do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os “Eventos”, em conformidade com o Plano de Trabalho constante no anexo IX.

1. Os Contratos firmados entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a empresa terceirizada serão albergados pelo Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
2. O Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
3. Os recursos depositados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.



SENADO FEDERAL

4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
5. Os recursos provisionados em Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação - serão corrigidos automaticamente, pelo BANCO, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma *pro rata die*, ou outro índice que venha a substituí-lo.
6. A coleta e tratamento de dados da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL pelo BANCO se dará conforme cláusulas descritas no Anexo VIII do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador de serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao BANCO ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
3. Após cadastramento do Evento, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do Prestador de Serviços para assinatura do contrato e entrega de documentação.
4. Após assinatura do contrato pelo Prestador de Serviços, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
5. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL gera o ID Depósito na internet no endereço <https://www.bb.com.br> ou o solicita à sua agência de relacionamento.
6. De posse do ID Depósito, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia ao BANCO Ordem Bancária para abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
 - 6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
 - 6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação para geração de novo ID Depósito;
 - 6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.



SENADO FEDERAL

7. O BANCO recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
8. O BANCO envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
9. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao BANCO a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.
10. O BANCO acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.
11. O BANCO disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

CLÁUSULA QUARTA **DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do BANCO, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o BANCO, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o BANCO concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
3. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
4. Remeter ao BANCO arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
5. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando a movimentação de recursos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços.
6. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, orientando-o a comparecer à Agência do BANCO, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.



SENADO FEDERAL

8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao BANCO qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do BANCO possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.
16. Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao BANCO compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo BANCO.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.



SENADO FEDERAL

5. Processar os arquivos remetidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL destinados a abrir Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
7. Efetuar a movimentação do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços, de acordo com o solicitado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

Parágrafo Único: Não caberá ao BANCO qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o BANCO não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e que não decorrerão para o BANCO quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará por 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA

DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de



SENADO FEDERAL

Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação previa da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília-DF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ
BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 1607-1

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 19

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

**AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS
EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM**

AUTORIZAÇÃO

Em cumprimento ao Ato da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 11, de 2017¹², do qual tomei conhecimento, **AUTORIZO** a União, representada pelo Senado Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, a utilizar os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, para provisionar os valores para pagamento das férias, de 1/3 constitucional de férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, multa sobre o Fundo de Garantia (FGTS), e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores encarregados da execução do objeto do Contrato nº ____/____, as quais serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente a esta CONTRATADA.

Estou ciente de que os depósitos acima citados serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, no mesmo percentual constante da minha proposta, conforme previsto na norma referenciada.

Autorizo também o Senado Federal a ter acesso aos saldos e aos extratos relativos aos valores do DGBM, bem como a efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias, e, nas condições contratuais, de penalidades administrativas, por meio do saldo existente no DGBM.

EMPRESA:

¹² Anexo 17 do edital do Pregão Eletrônico nº ____/____



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90062/2026.

ANEXO 20

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ATO DA DIRETORIA GERAL Nº 22, DE 2016
--

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 20 de 2015, e

CONSIDERANDO o Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, que instituiu o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar;

CONSIDERANDO o art. 3º do ATC nº 4/2016, que incumbiu à Diretoria-Geral do Senado Federal estabelecer os procedimentos para cumprimento do disposto no ato, inclusive quanto à formalização de parcerias com instituições públicas, **RESOLVE:**

Art. 1º Para cumprimento do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, o Senado Federal estabelecerá acordo de cooperação com entidade pública responsável pela política de atenção a mulheres vítimas de violência.

Parágrafo único. Incluem-se no conceito de entidade pública, para os fins deste Ato, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que sejam qualificadas pelo Poder Público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais (OS).

Art. 2º O órgão mencionado do artigo 1º será responsável por elaborar relação nominal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que atendam aos requisitos profissionais necessários para o exercício da atividade objeto de contrato firmado pelo Senado Federal para prestação de serviços continuados e terceirizados.

Art. 3º Após a homologação da licitação, a empresa declarada vencedora do certame deverá entrar em contato com a entidade pública a que se refere o art. 1º deste Ato para obter a relação nominal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devendo selecionar, entre as indicadas, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016.

Parágrafo único. No caso de contratação direta, a empresa deverá adotar as providências referidas no caput do art. 3º deste Ato tão logo seja convocada para assinatura do instrumento contratual.

Art. 4º Realizada a seleção e mediante prova da contratação, o órgão mencionado no art. 1º emitirá declaração de que a empresa cumpre a obrigação contratual de que trata o §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016.



SENADO FEDERAL

Parágrafo único. Diante da impossibilidade de contratação de mulheres de acordo com o quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, a entidade pública de que trata o art. 1º deste Ato formalizará o fato em documento, considerando-se cumprida a obrigação.

Art. 5º Se, ao longo da execução contratual, a empresa deixar de cumprir a obrigação pela vacância de posto de trabalho reservado para pessoa contratada com base nessa política, o órgão comunicará ao Senado Federal, que notificará a contratada para que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, nova seleção de pessoal objetivando a adequação ao quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016.

Art. 6º A empresa deverá manter sigilo quanto à identificação de quais de suas empregadas foram contratadas com fundamento no Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, somente podendo comunicar ao Senado Federal a situação em estrita necessidade de defender-se quanto ao descumprimento da obrigação contratual.

Art. 7º O acordo de cooperação mencionado no art. 1º estabelecerá os procedimentos e prazos a serem adotados pelas partes para sua operacionalização.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de novembro de 2016. Ilana Trombka, Diretora-Geral.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6135, seção nº 2, de 17 de novembro de 2016, p. 1



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

ANEXO 21

(Processo nº 00200.023216/2025-53)

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, DE 2018

Dispõe sobre o procedimento para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 138, § 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972, e consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando a proteção dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, previstos nos incisos III e IV do art. 1º; e nos incisos II, III e X do art. 5º; e dos direitos sociais trabalhistas, previstos nos incisos I e XXII do art. 7º; todos da Constituição Federal;

Considerando a adesão do Senado Federal ao Programa do Governo Federal Pró-Equidade de Gênero e Raça, que inclui o objetivo de criação de mecanismos de combate às práticas de desigualdade e discriminações e à ocorrência de assédio moral e sexual, com a criação do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011, e a criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, nos termos das Portarias da Diretoria-Geral nº 2511, de 2015, e nº 3083, de 2017;

Considerando o dever funcional de comunicação e de apuração de irregularidades no serviço público, insculpidos no inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal;

Considerando a Carta de Compromissos do Senado Federal, constante do Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2015, em especial o compromisso com a igualdade e com a qualidade de vida dos colaboradores;

Considerando o Ato da Diretoria-Geral nº 19, de 2014, que institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Senado Federal e se compromete com a diretriz de promover relações harmoniosas no meio ambiente de trabalho; e

Considerando o impacto prejudicial do assédio moral e sexual no meio ambiente de trabalho para a saúde dos trabalhadores e para a instituição, com o possível aumento dos índices de absenteísmo, queda de produtividade, prejuízo para o clima organizacional e degradação da imagem institucional perante a sociedade, **RESOLVE**:



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Ato dispõe sobre o procedimento para apuração de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:

I - instrução preliminar: apuração de caráter meramente investigativo e sigiloso, que servirá de subsídio para eventual instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, ou procedimento trabalhista cabível;

II - trabalho: exercício regular das atribuições previstas em lei, resoluções e atos normativos, contratos administrativos, ou instrumentos congêneres, do Senado Federal;

III - meio ambiente de trabalho: local onde ocorrem o convívio entre os trabalhadores, e se realiza a prestação dos serviços internos e externos decorrentes das atribuições descritas no inciso anterior;

IV - trabalhador: servidor efetivo ou comissionado, terceirizado, estagiário, jovem aprendiz, e colaborador eventual;

V - ofendido: trabalhador que sofre ou tenha sofrido assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho;

VI - comunicante: qualquer pessoa que tenha conhecimento direto ou indireto de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal;

VII - denunciante: qualquer pessoa que registra a ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 3º Qualquer pessoa, devidamente identificada, comunicará fato considerado assédio moral ou sexual de que tenha conhecimento, praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, perante o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), para exercício das atribuições delineadas na alínea "c" do inciso XII do § 2º do art. 221 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. As comunicações de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, preservada a identidade do comunicante, inclusive em face do ofendido e do suposto ofensor, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 4º Caso a comunicação não seja formalizada pelo próprio ofendido, o SESOQVT entrará em contato para dar-lhe ciência e disponibilizar acolhimento, acompanhamento e orientações sobre a prática de assédio moral ou sexual e sobre o procedimento de apuração dos fatos.



SENADO FEDERAL

§ 1º Os psicólogos e assistentes sociais estão dispensados do dever de comunicação, nos termos do inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, em observância ao dever de sigilo profissional previsto, respectivamente, no art. 9º da Resolução nº 10, de 2005, do Conselho Federal de Psicologia, e no art. 17 da Lei nº 8.662, de 1993.

§ 2º O SESOQVT poderá orientar o comunicante e o ofendido a formalizar a denúncia prevista no art. 5º deste Ato.

§ 3º O SESOQVT fará o registro de todas as comunicações para fins estatísticos, respeitado o sigilo em relação aos trabalhadores envolvidos.

§ 4º O ofendido, mediante expressa manifestação de vontade, poderá receber acompanhamento psicológico pelo SESOQVT.

§ 5º Havendo concordância dos trabalhadores envolvidos, poderão ser realizadas sessões de mediação de conflitos pelo SESOQVT.

CAPÍTULO III

DA DENÚNCIA DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 5º Qualquer pessoa, devidamente identificada, poderá registrar denúncia de ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal perante a Secretaria de Polícia (SPOL).

§ 1º Formalizada a denúncia de fato tipificado como infração de ação penal pública incondicionada, será imediatamente instaurado inquérito policial para apuração nos limites da competência regulamentar da Secretaria de Polícia ou encaminhada a denúncia para a autoridade competente.

§ 2º As denúncias de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 6º Havendo ou não tipificação penal do fato denunciado, o Diretor da SPOL encaminhará cópia da denúncia à Diretoria-Geral para autuar processo administrativo para proceder à instrução preliminar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. Caso o fato denunciado como assédio moral ou sexual não tenha sido comunicado ao SESOQVT, a Diretoria-Geral encaminhará os autos administrativos àquela unidade técnica para os fins do art. 4º deste Ato.

CAPÍTULO IV

DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL



SENADO FEDERAL

Art. 7º Recebida a denúncia descrita no art. 5º deste Ato, o Diretor-Geral poderá adotar medidas administrativas acautelatórias em relação ao ofendido, para assegurar a efetividade da instrução preliminar prevista no § 1º do art. 138 do Regulamento Administrativo, ou para preservar a higidez do ambiente de trabalho ou de aprendizagem.

§ 1º Constituem medidas administrativas acautelatórias:

I - manutenção no exercício de função comissionada ou cargo em comissão durante a instrução preliminar;

II - alteração de lotação;

III - alteração do cumprimento da jornada de trabalho;

IV - solicitação à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para alteração de lotação ou do horário de cumprimento da jornada de trabalho do terceirizado, estagiário, ou jovem aprendiz, durante a instrução preliminar;

V - encaminhamento para sessões de mediação de conflito, nos termos do § 5º do art. 4º deste Ato.

§ 2º Caso um dos trabalhadores envolvidos esteja lotado em gabinete parlamentar, a aplicação das medidas de que trata o § 1º será decidida pelo Primeiro-Secretário.

§ 3º A autoridade competente para adotar as medidas administrativas acautelatórias poderá alterá-las ou revogá-las, de ofício ou mediante provocação dos interessados.

Art. 8º Durante a instrução preliminar, o trabalhador a quem se imputa a prática de assédio moral ou sexual deverá ser notificado para prestar esclarecimentos no prazo de dez dias. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput se a instrução preliminar for arquivada liminarmente por não estarem presentes indícios mínimos de ocorrência de assédio moral ou sexual.

Art. 9º Independente da adoção de medidas administrativas acautelatórias, havendo indícios da prática de assédio moral ou sexual por servidor, a instrução preliminar será encaminhada à autoridade competente para apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 10. Ao término da instrução preliminar, ausentes indícios da prática de assédio moral ou sexual, o processo será arquivado e eventuais medidas acautelatórias serão revogadas pela autoridade competente.

Art. 11. Constatada a má-fé do comunicante ou do denunciante, será apurada a sua responsabilidade administrativa e criminal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



SENADO FEDERAL

Art. 12. O disposto neste Ato aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelo Senado Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável e os limites dos contratos administrativos.

§ 1º As empresas contratadas, órgãos e entidades parceiros serão incentivados a adotar em suas relações com o Senado boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes.

§ 2º As minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelo Senado Federal conterão cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata este Ato.

§ 3º Os contratos e convênios administrativos, bem como outros ajustes congêneres em vigor serão objeto de aditamento para a inclusão do disposto neste artigo, em caso de concordância dos pactuantes.

§ 4º Caso um dos trabalhadores envolvidos seja terceirizado, será comunicado o fato considerado assédio moral ou sexual à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para aplicação das medidas que julgarem cabíveis nos termos contratuais e da legislação trabalhista.

Art. 13. O SESOQVT elaborará relatórios anuais com as estatísticas de comunicação e denúncia de assédio moral ou sexual no Senado Federal, respeitado o sigilo dos envolvidos, e proporá ações de prevenção visando garantir um meio ambiente de trabalho livre de violência. Parágrafo único. O relatório mencionado no caput deverá ser remetido, até o último dia útil do mês de janeiro, à Diretoria-Geral e ao Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça.

Art. 14. Compete à Diretoria-Geral, em articulação com as unidades competentes, promover ações permanentes de prevenção à prática de assédio moral ou sexual no trabalho.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2018. Senador José Pimentel, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6664, seção nº 2, de 27 de dezembro de 2018, p.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo nº 00200.007188/2024-46)

ANEXO 22

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 02 DE 2016

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram dadas pelo art. 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014, em vista do disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93, e considerando a necessidade de atualização dos itens que compõem o elemento Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, em razão das recentes orientações contidas em julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, RESOLVE:

Art. 1º Nas obras e serviços de engenharia contratados pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, aplicado sobre os custos diretos dos materiais, mão de obra e equipamentos, deve obedecer ao disposto neste Ato.

§ 1º O preço final da obra ou serviço será obtido somando-se aos custos diretos a parcela correspondente ao BDI.

§ 2º Os editais de licitação deverão exigir que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º.

Art. 2º As bonificações e despesas indiretas serão compostas por parcelas relacionadas à taxa de rateio da administração central, às despesas financeiras, aos riscos, seguros e garantias do empreendimento, ao lucro e aos tributos, exceto os de natureza direta e personalística que oneram a licitante ou contratada.



SENADO FEDERAL

§ 1º Somente poderá ser incluída taxa correspondente a despesas com garantias se for expressamente previsto no edital da licitação a prestação de garantia contratual pela contratada, devendo, neste caso, ser proporcional aos custos de contratação de fiança bancária, seguro-garantia ou caução.

§ 2º É vedado incluir na composição do BDI taxas correspondentes a despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização, assim como outros custos que decorram diretamente da execução das obras ou serviços e que, por conseguinte, devam ser incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

§ 3º A parcela referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando devida, observará a alíquota do local de execução da obra ou prestação dos serviços e o cálculo do tributo não incidirá sobre os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviço.

Art. 3º A taxa máxima aceitável do BDI de referência será definida mediante justificativa técnica elaborada por profissional habilitado.

§ 1º Os estudos técnicos adotarão como parâmetro os indicadores obtidos junto às seguintes fontes, dentre outras:

- I - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI;
- II - Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO;
- III - tabelas de referência oficiais;
- IV - recomendações, determinações e deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- V - levantamentos realizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares
- VII - contratos similares firmados pelo Senado Federal e por outros órgãos da Administração Pública;
- VIII - publicações técnicas especializadas ou de órgãos de pesquisa;
- IX - estudos setoriais;
- X - pesquisa mercadológica com empresas do ramo.

§ 2º Serão desconsideradas as coletas que não reflitam a realidade do mercado, cabendo ao órgão técnico apontar justificadamente a fonte mais adequada para estimar o BDI de referência.

§ 3º O BDI de referência considerado aceitável pela Administração será aquele menor ou igual à mediana dos indicadores obtidos junto à fonte de pesquisa utilizada.



SENADO FEDERAL

§ 4º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual do BDI de referência poderá ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 5º Os percentuais do BDI da faixa adotada, devidamente justificados pela área técnica segundo as características da obra e os resultados da precificação, deverão estar indicados nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for superior ao BDI de referência indicado pela Administração, a proposta deverá ser acompanhada da devida justificativa de majoração do preço, elaborada por profissional habilitado para análise da área técnica.

§ 7º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for inferior ao BDI de referência considerado aceitável pela Administração e houver indícios de inexequibilidade dos preços, o pregoeiro ou o gestor poderão solicitar à empresa esclarecimentos complementares e efetuar diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.

§ 8º O custo global apresentado pela proponente não poderá ser superior ao custo global de referência.

Art. 4º Revoga-se o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2010.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2016. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 5972, seção nº 2, de 29 de março de 2016, p. 1.